

Notas sobre as Conclusões do Seminário “Guerra de África – Portugal Militar em África 1961-1974 – Atividade Militar” realizado no IESM em 12 e 13 de Abril de 2012

Por Carlos de Matos Gomes e Aniceto Afonso

### Introdução

O prestígio académico de uma instituição com o relevante papel na formação dos quadros superiores das forças armadas portuguesas como é o IESM e a consideração que nos merecem os promotores do Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, além da nossa consciência, levam-nos a manifestar a nossa leal discordância pelas alíneas das conclusões do Seminário “Guerra de África – Portugal Militar em África 1961-1974 – Atividade Militar”, onde é afirmado que, e cita-se de cor, mas julgando interpretar a ideia expressa, a situação nos três teatros estava controlada pelas forças armadas portuguesas e que era sustentável em termos militares, isto é, segundo as conclusões, a situação de guerra não era crítica e podia ser mantida.

Estamos em completo desacordo com tal conclusão e consideramos que ela se insere num persistente movimento ideológico de revisionismo histórico que pretende adulterar e contrariar à *posteriori* os fatos e os acontecimentos. Este movimento teve expressão inicial logo a seguir ao final da guerra e ao derrube do regime em 25 de abril de 1974 com o título de “Vitória Traída”, escrito por quatro generais que desempenharam funções de comando em teatros de operações de África.

A conclusão de que as forças armadas portuguesas controlavam a situação nos teatros de operações em 1974, produzida sem base na realidade, mas repetida com insistência, tem um fio condutor ideológico que, partindo de uma convicção ganha empiricamente ou de uma intenção deliberada, quer induzir a ideia de que, estando a situação militar controlada em Angola, Guiné e Moçambique, a guerra que sustentava a política ultramarina do antigo regime podia ser prosseguida, com a manutenção das colónias enquanto províncias ultramarinas de um Estado Português pluricontinental e multiracial, do Minho a Timor. Sendo assim, não haveria justificação para a ação militar de derrube do dito regime em 25 de Abril de 1974, nem para as independências das colónias.

A defesa da política do regime de ditadura derrubado em 25 de Abril de 1974 feita posteriormente é legítima, resulta da democracia instaurada nessa data e aceitamo-la com toda a naturalidade. Não é pois o direito de defender o antigo regime e a sua política colonial que nos leva a contestar as conclusões, o que nos leva a contestar as conclusões é que contrariam a realidade e o que dessa



realidade está hoje disponível nos arquivos e outras fontes, incluindo as que resultam das ações de alguns dos mais importantes decisores da altura.

A tese de que as forças armadas portuguesas controlavam a situação nos três teatros de operações, ou até da vitória militar em parcelas do teatro, ou da possibilidade de manter a soberania sobre os territórios ultramarinos esbarra em dois obstáculos:

- 1) Não corresponde à verdade dos fatos – isto é, contraria o que foi escrito, afirmado e testemunhado na época;
- 2) Torna absurda e incoerente a atuação de todos os atores políticos e militares com responsabilidades na época, sejam os militares, sejam os políticos.

Isto é, se a afirmação fosse correta, a atuação de todos os atores políticos e militares durante os anos de 1973 e 1974 teria sido absurda, desde o então presidente da República ao mais anónimo dos militares que conscientemente intervieram no 25 de abril, do primeiro-ministro e dos membros do seu governo, à totalidade dos generais portugueses.

Que esta tese, além de colocar os responsáveis políticos e militares a representar papéis num teatro do absurdo, contrarie a doutrina militar geral e a doutrina militar de contra-subversão parece ser um pormenor adjacente, mas uma escola de formação superior em estudos militares não pode deixar de saber situar-se perante esse quadro.

### **Uma tentativa de estabelecimento de termos de referência**

As conclusões de que a situação militar nos teatros se encontrava sob controlo contêm o conceito de “controlo da situação” e de “situação crítica”. Tomemos esses conceitos como ponto de partida para os precisar.

“Controlo da situação” quer dizer assegurar condições de vida em segurança na totalidade do território e ter capacidade para fazer face aos perigos correntes (atuais), contendo as ameaças dentro de limites espaciais definidos (e nos limites previsíveis e prováveis num futuro temporal de médio prazo -5 anos), ou seja, ter capacidade para fazer face à ameaça esperada, garantindo a continuidade de uma situação política. Em resumo, uma situação em que o sistema (neste caso político) continua a funcionar e pode cumprir a sua missão no seu raio de ação (tempo e espaço) sem ser previsível uma falência geral.

“Situação crítica” quer dizer estado de incapacidade para as forças armadas evitarem o agravamento da situação, de evitarem que zonas vitais sejam atingidas e que ponham em causa uma ordem estabelecida, que deixem de ter capacidade para acorrer e dominar dois focos de conflito no mesmo

teatro, e manter uma reserva para fazer face às possibilidades mais perigosas. Isto é, numa situação crítica zonas vitais estão em falência e o conjunto corre perigo, pelo que há necessidade de procedimentos de emergência.

### **Situação controlada – situação crítica**

Apenas recorrendo a fatos demonstrativos e sem qualquer pretensão de sermos exaustivos, mas dado termos sido autores de duas obras onde reunimos a informação que conseguimos sobre esta época de 1961-1974 e sobre a guerra, referimos algumas situações nelas publicadas e que, julgamos, contrariam a tese do controlo militar dentro dos limites de acção e reacção das forças portuguesas. São situações retiradas de relatórios da época e de afirmações feitas pelos responsáveis de então (sendo certo que alguns disseram posteriormente coisas diferentes do que afirmaram e escreveram na altura) e que estão publicadas.

É um resumo longo, mas a quantidade de informação resulta do respeito que as instituições promotoras do Seminário nos merecem. Todas estas informações estão publicadas e estão disponíveis.

Assim:

### **Angola**

Em Angola, a situação no Norte era de tal forma preocupante que em 19 de Fevereiro de 1974 o general Luz Cunha, comandante-chefe, apresentou a ameaça de um ataque concreto da República do Zaire a Cabinda na reunião do Conselho de Defesa Militar de Angola. Nesse dia, fez uma exposição sobre a possibilidade de um ataque de grande envergadura da República do Zaire a Cabinda e apresentou um relatório onde referiu explicitamente o problema particular de Cabinda, face às ameaças de acções de força por parte da República do Zaire, dizendo que “ultimamente têm-se acentuado o número de notícias que referem a possibilidade da FNLA executar uma acção de força contra aquele território (Cabinda) apoiada directa ou indirectamente pelas Forças Armadas do Zaire e por outros países, nomeadamente a Líbia.

Esta possibilidade era conjugada com ataques na fronteira Norte e levou o general a, perante a ameaça descrita, enviar a 17 de Março, uma mensagem (Muito Secreto) para o ministro da Defesa (Silva Cunha) relatando a situação e informando as acções tomadas, que incluíam um forte apoio de meios aéreos da África do Sul. A mensagem dizia o seguinte: “Em consequência da ameaça de acções de força contra Cabinda e fronteira norte foi programado e posto em execução um plano de reconhecimento fotográfico (RecFoto) com meios aéreos da FAP (1ª fase) e sul-africanos (2ª fase) a fim de detectar indícios de preparativos de concentração de forças inimigas”.

Como as notícias processadas continuassem a referir o lançamento de uma grande ofensiva em data próxima, a África do Sul fez, no dia 20 de Abril, uma proposta de apoio ao Comando-Chefe em Angola.

Esse apoio passava pela colocação em Luanda de dois aviões *Canberra* para missões de reconhecimento fotográfico e de seis aviões *Mirage* para execução de acções de demonstração de força. Estes aviões ficariam na Base Aérea 9 (Luanda) em vez do AB 3 (Negage), por ali existirem melhores condições de pista e logísticas e de ligação com o CCFAA. Os aviões manteriam as insígnias sul-africanas e o pessoal usaria o respectivo uniforme nacional. As autoridades sul-africanas propunham que a justificação da presença sul-africana (*cover story*) fosse a de ligação e treino de voo.

Pela parte portuguesa, seria reforçado o destacamento temporário da Força Aérea em Cabinda com dois aviões B-26, um helicóptero e um *DO-27*, e o Sector com duas companhias de Comandos. Foram também dadas instruções para acções de bombardeamento além-fronteira, de posições de foguetões 122mm.

Estas missões estavam previstas para o período de 29 de Abril a 3 de Maio.

A situação no Norte de Angola estava pois muito longe de ser controlada pelas forças portuguesas, havia uma ameaça séria de intervenção externa com meios convencionais, que fazia com que as forças portuguesas necessitassem de apoio considerável e extraordinário da África do Sul. O comando chefe de Angola considerava, em Fevereiro de 1974, as seguintes vulnerabilidades das forças portuguesas para fazerem face a um inimigo convencional, como o que ameaçava o norte de Angola:

- Limitado potencial de fogo das companhias e batalhões de caçadores, cuja organização estava adaptada à guerra de contra-guerrilha;
- Inadequada preparação das unidades para a guerra convencional;
- Muito deficiente capacidade de defesa anticarro (dado que a República do Zaire dispunha duma Brigada blindada com 200 blindados);
- Carência geral de meios blindados;
- Carências muito graves no que respeita a material automóvel nas unidades de apoio de combate, especialmente de artilharia;
- Inexistência de meios de defesa aérea e antiaérea, reconhecendo que o Zaire e as nações limítrofes dispõem de superioridade aérea;
- Muito limitada capacidade de apoio aéreo;
- Deficiências em meios navais, especialmente em fragatas.

A questão da ameaça convencional sobre os teatros de operações de Angola e Moçambique devia ser tomada a sério, facto que já vinha acontecendo.

Assim, numa reunião realizada de 18 a 21 de Junho de 1973 em Pretória entre militares sul-africanos, portugueses e rodesianos, no âmbito de uma aliança militar efetiva, embora mantida secreta, ao fazer o balanço geral das actividades, o presidente da reunião, general W. R. Van der

Riet, da África do Sul, salientou algumas informações importantes, particularmente no que se refere a uma possível ameaça convencional contra os territórios Alcora (África do Sul, Rodésia, Angola e Moçambique) por volta de 1976, pelo que tinha sido decidido discutir essa ameaça num ponto específico da agenda da reunião. Isto é, existia uma ameaça real de forças convencionais e as forças portuguesas não estavam preparadas para se lhe opor e controlar.

### **Quanto à Frente Leste**

Também na Frente Leste a situação se caracterizava por estarem aldeados forçadamente cerca de 800.000 do seu milhão de habitantes e estarem estacionados na zona 35.000 efetivos. Portanto, a ideia de “vitória militar” (um estranho conceito numa guerra, a não ser que sejam consideradas possíveis vitórias civis separadas, que seja possível uma vitória militar numa guerra subversiva, que é essencialmente política e assim classificada em todos os manuais militares, incluindo o português, ou que se confundam batalhas e guerras), só pode aceitar-se se significar esse aldeamento forçado, isto é, a reunião em espaços confinados, de 80% da população, e o controlo do território, onde os 35.000 efetivos actuariam, assim, numa zona quase inabitada e de fácil controle.

Os aliados portugueses na região, a África do Sul, com quem existia uma forte cooperação, tinham uma ideia não só muito contrária à da vitória militar no Leste, mas até quanto ao modo como as forças e as autoridades portuguesa ali estavam a atuar e que, segundo eles, ia no sentido contrário do que seria indicado para controlar a situação, isto é, as populações, como veremos.

**O Leste** foi nos anos finais da guerra e por pressão dos vizinhos e aliados sul-africanos, o principal teatro de operações de Angola. Desde 1968 que na zona era desenvolvida uma intensa cooperação militar com a RAS, nomeadamente através dos CCAA (Centros Conjuntos de Apoio Aéreo), a que os sul-africanos deram o nome de código inicial de “Operação Bombaim”. Quer isto dizer que a África do Sul investiu elevados recursos e meios no Leste e conhecia bem a situação militar e civil. Embora as opiniões e apreciações sul-africanas devam ser “temperadas” pelos seus interesses estratégicos, não deixam de ser importantes e, mais ainda, quando merecem o acordo dos estados-maiores portugueses.

A partir de 1970 a situação no terreno, e ao contrário do que hoje é afirmado, motivava sérias preocupações dos nossos aliados e dos comandos portugueses. Em Março de 1970, numa reunião realizada em Pretória com militares portugueses do SGDN e do Comando-chefe de Angola, o general Charles Fraser, chefe do estado-maior conjunto das forças de combate da África do Sul, fazia a seguinte apreciação da situação no Leste: “tem havido uma deterioração rápida e contínua do

controlo militar e administrativo no Leste de Angola desde o início de 1968, isto é, na área do empenhamento directo da SADF na guerra de Portugal”<sup>1</sup>.

Os sul-africanos tinham uma noção integrada da ameaça ao poder branco em África – ao contrário dos defensores da tese da “vitória militar no Leste” – assim, afirmava o general Fraser, que a guerra de Angola devia ser relacionada “com outras ‘guerras de libertação’ travadas a Norte da RAS”. Por isso, a guerra de Angola não podia ser vista isoladamente, em relação a outras lutas semelhantes que se travavam em Moçambique, na Rodésia, no Sudoeste Africano e no Caprivi. Ignorar este factor e a crescente cooperação entre os movimentos de libertação seria um grave risco para todos e significaria um aumento do perigo para a RAS e para os seus amigos, situação confirmada por um conjunto de factos ocorridos recentemente, entre os quais era de realçar a recente “Conferência realizada em Morogoro, Tanzânia, entre 25 de Abril e 1 de Maio de 1969, por iniciativa do SAANC”, onde “foi tornada enfática a necessidade de fortalecer a aliança existente entre a ZAPU (Rodésia) e a SAANC (RAS), pela inclusão da Frelimo (Moçambique), do MPLA (Angola), da SWAPO (Sudoeste Africano e Caprivi) e do PAIGC (Guiné-Bissau), com a intenção de reunir os recursos de cada um e de criar uma frente de libertação sólida, na luta contra a dominação branca imperialista, na África Austral”<sup>2</sup>.

Embora a apreciação do general Fraser deva, como se disse, ser lida à luz do interesse da África do Sul, ele afirma que: “É evidente que, no Leste de Angola, o MPLA tem consolidado a sua posição a um tal ponto que se pode esperar que esta área venha a prover bases sólidas e as necessárias para a expansão da guerra às regiões mais populosas e mais prósperas do Oeste e do Norte de Angola”. Também se devia considerar, relativamente às actividades da UNITA, que num futuro próximo, houvesse um aumento do número das suas acções e mesmo a abertura de uma nova frente na Huíla, o distrito imediatamente adjacente à Ovambolândia no Sudoeste Africano, e isso “é de especial significado para a RAS”.

O general Fraser, como comandante das forças conjuntas da África do Sul tinha três questões prévias a apresentar à delegação portuguesa.

Em primeiro lugar, ele e o seu estado-maior tinham feito um estudo minucioso da situação no Sueste de Angola. A conclusão era “perturbante”, pois, apesar do aumento de forças no distrito e do considerável número de voos da Força Aérea da África do Sul, em apoio das forças militares nessa área e mais a Norte, o inimigo continuava a progredir para Oeste. E isso era uma situação inadmissível para a África do Sul, pois deseja evitar que “o inimigo estabeleça um santuário no Sul

---

<sup>1</sup> Ver “1ª Parte. A situação militar na África Austral com referencia especial para a RAS”, de Março de 1970, em AHM/7B/44/Cx. 370/nº 01.

<sup>2</sup> Ver Idem.

de Angola, do qual possam ser montadas operações de subversão contra o Sudoeste Africano”. Daí que a diligência comum devia ser a de parar a penetração. Ou seja, como dizia, em conclusão, “nós devemos proteger-nos, a nós próprios, contra a subversão”. Mas para que não subsistissem dúvidas sobre a urgência de uma crescente cooperação na condução da campanha, o general Fraser acrescenta: “Há um medo entre os nossos povos negros, como de facto sabemos existir um medo entre os vossos, de que os terroristas estejam, lenta mas efectivamente, alcançando os seus objectivos imediatos de penetração para Oeste. Os nossos povos negros estão também acusando desânimo porque o esforço aéreo que nós estamos levando a cabo, que eles podem ver sem que ninguém lhes tenha dito nada acerca dele, não está a alcançar o que nós insistimos em dizer ser a nossa intenção, isto é, a derrota da SWAPO. Deverá ser nossa diligência conjunta parar essa penetração”<sup>3</sup>.

Em segundo lugar, afirmou o general Fraser, “gostaria de sugerir alguns melhoramentos à campanha de contra-subversão, necessários para a nossa segurança mútua”. Tais sugestões já tinham sido discutidas durante as suas várias visitas a Angola, em contactos com o Comandante-Chefe e o Governador-Geral do território. Uma das sugestões tinha a ver com o programa de aldeamentos, em que ele fala no “colapso no Programa dos Aldeamentos” - os maus resultados “são apavorantes, no contexto das suas consequências inevitáveis sobre o objectivo estratégico de ganhar as populações para Portugal”. Para além disso, havia notícias de populações que tinham sido capturadas pelos terroristas nos próprios aldeamentos e mesmo de populações que fugiam para o inimigo, estando assim “os terroristas (...) em vias de ganharem (...) um certo grau de controle”<sup>4</sup>.

### **Os comentários portugueses**

Os comentários e as propostas dos representantes sul-africanos mereceram detalhadas respostas do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Pela parte do Exército, foram elaborados dois documentos, um pela 3ª Repartição (Operações), a cargo do tenente-coronel Viana de Lemos, e outro pela 5ª Repartição (Instrução). Viana de Lemos deu à sua resposta um “carácter mais pessoal do que seria normal”, não só pela “natureza dos assuntos versados”, mas também pelo facto de “pessoalmente, ter tomado conhecimento de alguns deles em 1968 e, sobretudo, a inexistência de elementos oficiais sobre os mesmos assuntos”<sup>5</sup>.

Viana de Lemos apresenta então as suas conclusões:

- “a. Os comentários sul-africanos são, de um modo geral, pertinentes e adaptados à situação no Cuando-Cubango;
- b. A cooperação civil-militar necessita ser imperiosa e urgentemente melhorada.

---

<sup>3</sup> Ver “4ª Parte. A RAS na condução global da campanha no Sueste de Angola”, de Março de 1970, em AHM/7B/44/Cx. 370/nº 01.

<sup>4</sup> Ibidem. Ponto “Colapso no Programa dos Aldeamentos”.

<sup>5</sup> Ver Informação “Plano de Defesa para a África Austral”, da 3ª Repartição do Estado-Maior do Exército, s.d. [Março, 1970]. AHM/7B/44/Cx. 370/nº 01.

Na mesma ocasião, também o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (no âmbito do EMGFA) se pronunciou, em documento datado de 7 de Abril de 1970, sobre o ponto de situação feito pela África do Sul. O relator confirma que ficou estabelecida a “execução de trabalhos de estado-maior e reuniões conjuntas dos três países interessados na defesa da África Austral”, com dois objectivos: análise da ameaça e o estudo de medidas para uma defesa coordenada e apoio mútuo entre os três países. Angola e Moçambique estavam sob a ameaça de uma acção coligada contra a África Austral por parte da Rússia e seus satélites, da China e dos países extremistas da OUA. Era, por isso, natural considerar que “o auxílio sul-africano, quer no campo dos armamentos quer no sector económico e financeiro, deve ser um dos aspectos da defesa conjunta”<sup>6</sup>.

Também sublinhava que a RAS tinha interesse nesta colaboração, já que “a evolução da subversão nas nossas Províncias lhe cria a dúvida da nossa capacidade em enfrentarmos o Inimigo”, face à “verificação da inconsistência dos métodos de contra-subversão utilizados e a qualidade inferior das forças empenhadas”. Posto assim o problema pela África do Sul, impunha-se, da parte portuguesa, a avaliação das possibilidades conjuntas, assim como a determinação da melhor divisão de tarefas ou de responsabilidades. Por tudo isso, era necessário atentar na crítica da África do Sul à conduta da contra-subversão em Angola, especialmente nos seguintes pontos:

“A manobra de contra-subversão é uma manobra essencialmente política porque visa a adesão das populações ao objectivo nacional. A acção política tem, portanto, absoluta primazia sobre a acção militar – que se lhe tem de subordinar.

As forças militares são inaptas à obtenção da vitória numa guerra subversiva. Fazer o esforço principal da Nação no sentido de desenvolver ao máximo as forças militares a empenhar no combate à subversão, em prejuízo do alargamento dos meios civis e militarizados que lhe são indispensáveis, é afastarmo-nos cada vez mais da possibilidade de alcançar a vitória”. Ou seja, “no estado actual de coisas parece, assim, essencial que se planeie uma reconversão que permita, dentro de limites a estudar e estabelecer, a sucessiva substituição de meios militares pelos adequados meios civis”<sup>7</sup>.

Para agravar uma situação no Leste que, como se vê, estava sob controlo periclitante, resultado do aldeamento forçado de uma elevadíssima percentagem da população, e dada a decisão do comandante-chefe e do comandante da ZML de darem por finda a operação “Madeira” de aliciamento de Savimbi, logo no dia 1 de Janeiro de 1974, a UNITA retomou a luta armada, suspensa desde 1972, ao efectuar várias acções ofensivas na sua zona de acção - Destruiu uma povoação no sector do Bié, causando quatro mortos e quatro feridos; atacou o destacamento militar de Nhonga com um grupo de cinquenta elementos armados com espingardas automáticas, morteiros e lança-foguetes, causando três mortos e três feridos às forças portuguesas; destruiu a ponte sobre o rio Pueia e uma serração na estrada

---

<sup>6</sup> Ver a informação “África Austral – I” do Secretariado-Geral da Defesa Nacional de 7-04-1970, em ADN/Cx. 7689/nº 19.

<sup>7</sup> Ver a informação “África Austral – II” do Secretariado-Geral da Defesa Nacional de 7-04-1970, em ADN/Cx. 7689/nº 19.



Munhango-Nhonga, onde raptou onze homens e doze mulheres. Estas acções revelavam a deterioração das relações entre as autoridades portuguesas em Angola e a UNITA, após a substituição dos generais Costa Gomes no Comando-Chefe de Angola e Bettencourt Rodrigues no comando da ZML, e prenunciavam o fim da operação «Madeira», que tão laboriosamente tinha sido montada pelos anteriores responsáveis militares e civis.

Estes são, como fica dito, meros exemplos que permitem concluir que a situação em Angola não estava nos anos finais da guerra (1970-1974) a caminho de nenhuma vitória militar nem política: existia uma séria e assumida ameaça convencional sobre Cabinda e o Norte, potenciada pela situação internacional muito hostil à política colonial portuguesa e que – porque a guerra subversiva é essencialmente política – por isso era politicamente justificada. A situação no Leste não inspirava confiança ao nosso aliado principal, pois os sul-africanos e até os estados-maiores portugueses consideravam que, com 80% da população alçada, o programa de aldeamentos era desastroso e servia de mais um fator de revolta das populações contra a autoridade portuguesa e até como um perigo de alastramento do mal-estar para as populações sob controlo sul-africano. No plano militar os resultados eram considerados de má qualidade e não impediam que a SWAPO progredisse e obviamente que os outros movimentos atuassem. O treino, motivação e enquadramento das unidades portuguesas era considerado mau, excepto para as unidades de tropas especiais e as missões das unidades de quadrícula inadequadas.

Mas, se a situação em Angola não era a da paz progresso e prosperidade apregoada nas declarações públicas, a situação em Moçambique e na Guiné eram ainda bastante mais graves.

### **Moçambique**

Em Moçambique, a situação era crítica, ao contrário da apreciação de efetivo controlo por parte das forças armadas neste período feita nas conclusões do Seminário, ou de estabilidade. Assim, e por ordem cronológica, serão listados alguns acontecimentos reveladores do agravamento da situação, do alastramento continuado das acções militares de guerra a áreas cada vez mais alargadas do território e mais próximas dos grandes centros populacionais e económicos e ainda da percepção que, na altura, os vários responsáveis tinham desse fato.

#### **1972**

**Janeiro, 01** – Sermão do padre Teles Sampaio contra a guerra, na Beira, em que denuncia os massacres de Mocumbura. D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula, critica violentamente o governo e a sua política de guerra.

**Janeiro, 27** – O governo de Lisboa revela preocupação com a situação em Tete. O Ministro da Defesa (Sá Viana Rebelo) enviou um telegrama a Kaulza de Arriaga manifestando a preocupação do

governo pela situação em Tete e a inquietação das autoridades do Malawi com a segurança na estrada internacional em território de Moçambique. Por outro lado, adiantava que o comandante da ZOT estava a ser conduzido pelos acontecimentos e sem iniciativa, resultando dessa sua incapacidade para o comando, violentas acções repressivas sobre as aldeias e as populações em território português e mesmo em território do Malawi.

**Março, 12** - Recondução do general Kaulza de Arriaga como Comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique.

**Maió, 10** - O Comandante-chefe de Moçambique pede, entre outros meios, 150.000 minas para defesa de Cahora Bassa.

**Julho, 08** – Autorização das autoridades portuguesas de Moçambique às forças da Rodésia para operarem na zona de Mucumbura-Bucho, no distrito de Tete.

**Junho, 14** - Em entrevista ao jornal rodesiano «The Daily Telegraph», Kaulza de Arriaga reconhece que um milhão de negros estão já a viver em aldeamentos, em Moçambique.

**Julho, 09** – Notícias do jornal inglês “Sunday Times” e do jornal francês “Le Monde” sobre o uso de desfolhantes em Moçambique.

**Julho, 25** - Primeiras acções da FRELIMO nos distritos de Manica e Sofala, no centro de Moçambique. O primeiro ataque em Manica e Sofala foi lançado a 25 de Julho de 1972 por uma unidade sob o comando de Fernando Matavele. Nesta frente e nos distritos da Beira e de Vila Pery, a organização da Frelimo era baseada em “focos” e não em “avanços”, como em Cabo Delgado.

**Julho, 25** - Ataque de um grupo de guerrilheiros da FRELIMO a um acampamento da «Safrique», empresa de safaris, no parque da Gorongosa.

**Agosto, 20** - Reunião em Lourenço Marques entre Kaulza de Arriaga e o general Allan Frazer, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas da África do Sul (SADF) para tratarem de problemas da defesa de Moçambique integrada na defesa da África Austral.

**Agosto, 24** – A empresa de transportes Autoviação do Sul do Save (Moçambique) suprimiu as suas carreiras entre Vila Gouveia e Macossa, por motivos de segurança. A supressão deveu-se ao facto de, dois dias antes (22 de Agosto), o rebentamento de uma mina na estrada ter provocado a morte do condutor de um autocarro da empresa e ter deixado cinco passageiros feridos.

**Agosto, 24** – Colonos de Sussundenca, Vila Pery, apresentaram-se, acompanhados pelas autoridades administrativas, ao governador do distrito de Vila Pery para manifestarem o seu descontentamento pela inacção das Forças Armadas e pedirem para serem eles a garantir a sua defesa, solicitando o fornecimento de armas.

**Setembro /Outubro** - Operação «Sable», com forças rodesianas em Moçambique, que se prolongará para Outubro. A operação realizou-se no nordeste da Rodésia e em Moçambique, com base em Nyamapanda.

**Outubro** - Reuniões entre ministros da defesa da África do Sul, Rodésia e Portugal. Em Outubro, o ministro rodesiano da Defesa e o chefe de estado-maior das forças armadas, general G. P. Walls,

tiveram uma reunião de quatro dias com os seus correspondentes sul-africanos, P. W. Botha e o almirante H. H. Biermann, e o ministro português da Defesa, general Sá Viana Rebelo, fez idênticas visitas.

**Novembro, 09** – Lançamento, pela FRELIMO, de uma grande ofensiva na Província de Tete. A acção iniciou-se com um ataque à base aérea de Tete com foguetes 122mm e morteiros de 82mm. Em Setembro a FRELIMO tinha efectuado um violento ataque ao aeródromo de Mueda, em Cabo Delgado.

**Dezembro, 11** - Artigo de Kaulza de Arriaga publicado no jornal «Notícias» de Lourenço Marques. Kaulza de Arriaga escreveu um longo artigo de teoria política e estratégica, dentro do seu pensamento de limitar as guerras de libertação de África em face da estratégia da URSS, cujas grandes linhas eram as seguintes: “Moçambique é chave vital na actual situação político-estratégica”; “A grande batalha será na África Austral”; e “Sem a queda de Moçambique o neo-imperialismo comunista perderá a batalha pela África Austral”.

**Dezembro, 16** - Massacre de Wiriyamu (Moçambique) efectuado por forças portuguesas.

## 1973

**Janeiro, 06** - O Bispo de Tete comunica ao governador-geral de Moçambique a ocorrência dos massacres de Wiriyamu.

**Janeiro, 19** - Operação com lançamento de pára-quedistas rodesianos em Moçambique. Com o agravamento da situação na zona de Tete, intensificaram-se as operações dos rodesianos em território moçambicano. Os rodesianos, tal como os sul-africanos, estavam cada vez mais preocupados com a situação em Moçambique. A primeira operação de lançamento de pára-quedistas rodesianos fora da Rodésia teve lugar neste dia, com a autorização dos responsáveis portugueses.

**Janeiro, 29** - Kaulza de Arriaga pede ao governo um alargamento das suas competências em Moçambique, que lhe é recusado.

**Fevereiro, 17** – Mensagem de Kaulza de Arriaga para o ministro da Defesa Nacional, sobre os problemas da africanização da guerra.

**Março, 15** - Proposta de Kaulza de Arriaga para que, face à situação militar, os distritos de Vila Pery e da Beira passem a ser considerados como zonas de 100% para efeitos de atribuição da subvenção de campanha às tropas

**Março, 15** - Abatido um avião Fiat G91 em combate em Moçambique, em Tete.

**Março, 18** - Ataque da FRELIMO a Vila Gamito, Tete, com foguetões 122. A rampa de foguetões estava instalada em território zambiano, mas o ataque revela a vulnerabilidade de povoações de alguma dimensão e habitadas por número significativo de europeus.

**Março, 19** - Confronto entre Kaulza de Arriaga e Sá Viana Rebelo sobre as prioridades de defesa em Moçambique. Sá Viana Rebelo, ministro da Defesa, defendia a prioridade absoluta da defesa em Tete, por causa de Cabora Bassa, mesmo à custa do abandono do Norte (Niassa e Cabo Delgado).

Kaúlza de Arriaga reagiu a essa orientação com uma dura mensagem em que também revela que a situação estava fora de controlo em Tete: “Existe subversão na parte sul do Zambeze e istmo de Tete e progressão em direcção a Vila Pery. O nível de vida das populações, a sua dispersão, a sua vulnerabilidade psicológica, o limitadíssimo enquadramento administrativo, as reduzidas possibilidades policiais e o inimigo que dissolvendo-se na população torna muito difícil e escapa frequentemente à acção militar tem feito que elementos de reconhecimento da FRELIMO posteriormente seguidos pelos seus elementos armados continuem a progredir. A resolução do problema implica aldeamento para controlo e defesa das populações, o reforço da OPVDC, reforço de polícias e reforço das Forças Armadas. Tudo isto está a fazer-se com os meios existentes em Moçambique não se sabendo, pelo menos o comandante-chefe não sabe, fazer melhor. Sugestões do SVDN de quase abandono do Norte (Niassa e Cabo Delgado) não pode o actual comandante-chefe adoptá-las por muitos motivos, entre os quais o aparecimento real de áreas libertadas com possibilidade de estabelecimento de governo da FRELIMO em Território Nacional. Assim, entre outros, sugere-se reforço das Forças Armadas conforme minhas notas e carta de 29 de Janeiro. Esse reforço seria automático se um comando-chefe único existisse para Angola e Moçambique”.

**Maio, 03** – Informação do Chefe de Estado Maior General, Francisco da Costa Gomes, sobre a situação em Moçambique:

“1. Na grande área de Tete - Vila Gouveia – Manica - Vila Pery – Gorongosa - Vila Fontes – Morrumbala - Tete, as medidas contra-subversivas de responsabilidade civil não se realizaram com tempo e intensidade, facilitando ao IN a conquista psicológica do meio humano.

2. As medidas militares concebidas pelo comandante-chefe consideram-se acertadas, parece, no entanto, que a iniciativa continuou a pertencer ao inimigo, pois que estas medidas são já consequência de acções armadas adversas (atraso de um tempo na manobra militar) (...)”

**Maio, 26** - Suspensão dos trabalhos de construção da linha de transporte de energia eléctrica da barragem de Cahora Bassa, pela empresa italiana concessionária, alegando falta de segurança.

A empresa só aceitava retomar os trabalhos se a protecção fosse efectuada por unidades de comandos ou outras equivalentes. Kaulza de Arriaga propôs ao Ministro da Defesa que fossem transferidas de Angola para Moçambique duas companhias de comandos de Angola.

**Maio, 31** - Carta de Sá Viana Rebelo para Kaulza de Arriaga a anunciar o fim da sua comissão.

**Junho, 04** - Memorando enviado ao chefe do governo pelo general Kaulza de Arriaga, afirmando que «O esforço inimigo, em Moçambique ou relacionado com este território, acentua-se cada vez mais».

Prosseguia o general: «E aquele inimigo tem melhorado e aumentado muito as suas possibilidades, tudo indicando poder continuar a fazê-lo. É a infiltração constante de elementos inimigos e de muito material. É a subtileza chinesa que: a. Por um lado, lhe confere capacidade para, cada vez mais a Sul, aliciar e preparar para a acção violenta massas populacionais sem que disso a nossa polícia se aperceba, em termos de poder actuar ou de conduzir à actuação das Forças Armadas; b. Por outro

lado, lhe confere capacidade para, também cada vez mais a Sul, realizar pequenas acções terroristas mas de grande projecção psicológica, logo seguidas de fuga muito bem preparada e normalmente de diluição nas populações com detecção quase impossível. É o equipamento russo moderno, como bazookas, canhões sem recuo, RPG rebentando no ar, mísseis terra-terra de 122 mm, metralhadoras anti-aéreas e, brevemente, mísseis terra-ar auto dirigidos, etc., que: a. Por um lado, lhe confere em relação a nós superioridade no combate terrestre; b. Por outro, lhe permitirá, dentro de pouco tempo, criar dificuldades aos nossos meios aéreos. É a possibilidade do inimigo vir a empregar tropas regulares, lanchas equipadas com mísseis e torpedos e mesmo aviões. E é a tremenda propaganda e acção psicológica desenvolvida por todos os nossos adversários» (KAÚLZA DE ARRIAGA, *Guerra e Política*, pp. 183-184).

**Julho, 01** - Ataque a um táxi aéreo na Gorongosa, com a morte de um passageiro espanhol, o general da Força Aérea Espanhola, Angel Garaizabal Bastos, tendo ficado ferido um industrial de nome Enrique Osborne-Mac-Pherson.

**Julho, 09** - Carta de Marcelo Caetano a Kaúlza de Arriaga anunciando-lhe o fim da sua comissão em Moçambique: a carta fatal. A carta de Marcelo Caetano contém uma crítica violenta e clara ao modo como ele exerceu o seu cargo: "Reconheço a vantagem, para si, para Moçambique, para todos nós, em outra pessoa rever os conceitos e as tácticas da acção anti-subversiva em Moçambique".

**Julho, 11** – Carta de Gonçalo Mesquitela, presidente da ANP em Moçambique, para Marcelo Caetano, informando que em Moçambique se sentiam preocupações no aspecto militar.

**Julho, 31** - Último telegrama de Kaúlza de Arriaga como comandante-chefe em Moçambique.

O telegrama foi dirigido a Sá Viana Rebelo, Ministro da Defesa:

“Hoje, 31 de Julho de 1973, último dia do meu comando em Moçambique permito-me referir a Vexa o seguinte: Não me considero detentor da verdade nem do dom da infalibilidade contudo julgo que conceitos estratégicos e técnicos em vigor em Moçambique face à conjuntura actual e face aos meios existentes são os únicos válidos e que alterações profundas de tais conceitos poderão provocar o desmoronamento de Moçambique. Julgo ainda insuficientes quantitativamente e deficientes qualitativamente os meios existentes”.

**Julho, 31** - Substituição de Kaúlza de Arriaga por Basto Machado no cargo de comandante-chefe de Moçambique.

**Agosto, 06** - Ataque da FRELIMO a Mocímboa da Praia, no Norte de Moçambique.

Os guerrilheiros desencadearam um forte ataque a Mocímboa da Praia com foguetes 122mm, canhões sem recuo, morteiros e metralhadoras, causando danos materiais nos quartéis e na dependência do Banco Pinto Sottomayor, sendo ainda atingidas algumas residências, a pista de aviação e o aldeamento. O ataque provocou um morto militar, um morto civil e 10 feridos graves.

**Agosto, 12** - O engenheiro Jorge Jardim apresenta-se em Tete com o jornalista Bruce London e descobre o local dos massacres de Wiryamu.

**Setembro, 12** - Conclusão de uma proposta para a solução do problema de Moçambique elaborada por Jorge Jardim e Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia (Programa de Lusaka).

**Setembro, 13** - Um avião DC-3 transportando adidos militares e oficiais superiores portugueses foi atingido por um SA-7 num dos motores na zona de Mueda.

**Setembro, 24** - Ataque da FRELIMO ao comboio da linha férrea do Niassa (Nacala-Catur), em Moçambique, causando 4 mortos e 14 feridos. Foi o primeiro ataque nesta zona da linha

**Novembro, 20** - Atingido um helicóptero civil que inspeccionava as linhas de transporte de energia de Cahora Bassa.

**Dezembro, 11** - Abatido um helicóptero em Teste. Durante uma operação de largada de GEP, três helicópteros foram atingidos por tiros, sendo um deles forçado a aterrar e posteriormente incendiado pelos guerrilheiros.

**Dezembro, 22, 24 e 29** – Operações de forças rodesianas em Moçambique. As forças especiais rodesianas dos SAS (Special Air Service) realizaram operações na margem esquerda do Zambeze perseguindo um grupo de 15 a 20 guerrilheiros da FRELIMO. Três soldados rodesianos foram feridos por fogo de morteiro e um helicóptero foi forçado a aterrar em Macombe, depois de ter sido atingido por tiros.

## 1974

**Janeiro, 01** – Ataques sucessivos da FRELIMO na zona Vila Pery, no Centro do território de Moçambique. Na noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro guerrilheiros da FRELIMO atacaram o comboio-correio da linha Beira-Rodésia, próximo de Gabuz e fizeram-no descarrilar, tendo simultaneamente flagelado com tiros de armas automáticas. Descarrilaram cinco vagões e a via ficou destruída ao longo de 300 metros. Às cinco da manhã o comboio de mercadorias de Machipanda-Gôndola foi também atacado com armas automáticas. Duas viaturas Chaimite foram emboscadas na estrada Beira-Machipanda, a oito quilómetros de Manica.

A população de Vila Pery manifestava já grande preocupação com o agravamento da situação e acusava as forças armadas de passividade.

**Janeiro, 08** - Queda de um avião *DC-47* próximo de Vila Cabral (Niassa), depois de atingido por tiro antiaéreo.

**Janeiro, 14** - Ataque da FRELIMO à fazenda «Águas Frescas», próximo de Manica, sendo morta a mulher do fazendeiro. A fazenda «Águas Frescas» estava situada no concelho de Manica, a cerca de 17 quilómetros da cidade, e foi atacada por um grupo de oito a dez guerrilheiros, cerca das 20h30. A mulher do proprietário foi morta e um filho menor ficou ferido. Após o ataque deslocaram-se ao local elementos da Companhia de Caçadores de Manica, da PSP e da DGS. Esta morte causou grande perturbação entre os colonos da região, que ameaçaram deixar as suas propriedades. O comércio em Manica fechou e levantou-se entre a população europeia uma vaga de contestação

contra os militares portugueses, acusados de não os protegerem. Esta contestação alastrou a Vila Pery e à Beira, onde se registaram manifestações contra os militares.

**Janeiro, 17** - Manifestação da população branca da zona centro de Moçambique, em especial na cidade da Beira, contra as Forças Armadas e os militares, com confrontos físicos e alguns feridos.

**Janeiro, 20** - Ataque da FRELIMO ao aeródromo de Mueda, no Norte de Moçambique. Os guerrilheiros realizaram um primeiro ataque com foguetões de 122 mm e morteiros de 82 mm a partir do fundo da pista de Mueda, seguido de um segundo ataque.

Estes ataques foram levados a cabo com grande precisão de fogo, tendo caído granadas junto ao hangar, às armas antiaéreas e ao paiol onde se encontravam as bombas de 500 libras e as de *napalm* para serem colocadas nos aviões. Também atingiram os bidões de combustível que arderam.

**Janeiro, 22** - Jorge Jardim definiu o planeamento de aplicação do Programa de Lusaca, admitindo o recurso a um golpe de Estado

**Fevereiro, 05** - Chegada a Lisboa de Jorge Jardim para conversações com o governo sobre a sua proposta para a resolução da questão de Moçambique, negociada com os dirigentes da Zâmbia e supostamente apoiada por outros países africanos, e também pela FRELIMO (Programa de Lusaca). Jardim avistou-se com Marcelo Caetano, Kaúlza de Arriaga e Baltazar Rebelo de Sousa.

**Fevereiro, 07** – Acção de fogo de armas ligeiras sobre um avião *Dakota*, em Moçambique, provocando a morte de um oficial de artilharia. O avião da Força Aérea voava de Nangololo para Mueda, sobre o vale de Miteda quando foi atingido por tiros de armas ligeiras.

**Fevereiro, 12** - Publicação do documento do Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, "Imperativo de Consciência". D. Manuel Vieira Pinto já tinha publicado, no início de Janeiro um importante documento, intitulado "Repensar a guerra", em que afirmara: "A guerra em Moçambique é, infelizmente, uma realidade. E uma realidade que perturba, cada vez mais, as populações. Iniciada em 1964 no distrito de Cabo Delgado, estendeu-se, ao longo destes dolorosos dez anos, por cinco distritos e afecta hoje grande parte das populações neles residentes; mobiliza milhares de homens, implica o dispêndio de somas muito importantes, tem já no seu passivo milhares de vítimas". E resumindo, depois de enumerar os factores da paz e da guerra: "Parece que tudo isto obriga a colocar a solução do conflito mais na acção política do que na força das armas".

**Fevereiro, 21** – Acção da FRELIMO sobre o comboio-correio Sena-Inhaminga, de que resultaram três mortos.

**Março, 07** - Abatido um heli-canhão *Alouette III* no Niassa, na operação de ataque à Base Beira que se situava na zona da Mataca (Niassa Ocidental). O piloto, capitão piloto-aviador, morreu na acção e o sargento da tripulação ficou ferido.

**Março, 20** – Telegrama da DGS transmitindo a notícia de que existiam mísseis SAM 7 na zona de Tete, em Moçambique.

**Abril, 12** – Reunião do Conselho de Defesa de Moçambique, onde foi apreciada a situação militar, com base nas informações disponíveis.

**Niassa:** foi utilizado pela primeira vez um foguetão de 122mm, contra o quartelamento do Lunho (Niassa Ocidental) em 5 de Abril. Em consequência desta acção as forças portuguesas retiraram do quartelamento de Miandica. Existe a ameaça de incremento de acções armadas e de sabotagem no sul, oriundas da base Catur.

**Cabo Delgado:** acções frequentes a norte do rio Messalo, ataque concentrado sobre Nangade, grande esforço de politização da FRELIMO na zona da estrada Montepuez-Porto Amélia e rio Lúrio com amplos resultados de subversão das autoridades tradicionais tornando a situação preocupante.

**Tete:** notícias confirmadas de grande concentração de guerrilheiros bem armados na fronteira da Zâmbia com a missão de realizar um ataque espectacular. Concentração de guerrilheiros e de acções na estrada Moatize-Zobué, caminho-de-ferro, arredores de Tete, Sabondo-Chiuta e Viúva Henriques.

**Abril, 08** – O ministro da Defesa recebeu um enviado de Ian Smith, K. Flower, que vinha propor o estabelecimento conjunto, incluindo a África do Sul, de uma linha de defesa ao longo do Rio Zambeze, acompanhada por um maior desenvolvimento dos Flechas em Moçambique. A linha proposta começaria no Zumbo, continuava pelo lago de Cahora-Bassa e seguia o Zambeze até ao Índico. Para Oeste prolongar-se-ia pela Rodésia até ao Caprivi e Angola. O enviado já se tinha avistado com o primeiro-ministro Vorster, o ministro Botha e o almirante Bierman da África do Sul e todos tinham apoiado a ideia do desenvolvimento dos Flechas e prometeram debruçar-se sobre o assunto da linha de defesa. Silva Cunha, ministro da Defesa, lembrou ao seu interlocutor que Portugal desejava continuar os bons contactos que havia entre os três países, especialmente no âmbito do “Exercício Alcora”, sendo conveniente não se criarem sistemas paralelos de colaboração.

**Abril, 24** – A situação militar em Moçambique era muito grave nas vésperas do 25 de Abril. Para além da continuação das acções nas zonas tradicionais da guerrilha, a FRELIMO estava a infiltrar grupos cada vez mais para sul, chegando à estrada Beira-Lourenço Marques, tendo também abatido três aviões rodesianos que apoiavam as operações de contra-guerrilha das forças portuguesas. Seguem-se as principais acções da Frelimo durante o **mês de Abril**.

**01** - Em três acções no concelho do Chimoio e de Vila Pery, os guerrilheiros da FRELIMO mataram um europeu empregado da serração local e feriram outro, assaltaram uma cantina causando a morte de uma mulher africana e capturaram um guarda rural, interceptaram na estrada Vila Pery–Beira, junto à povoação de Gôndola, um camiã e um tractor de um agricultor europeu, incendiando-os. A DGS considerava que estas acções deviam ter sido cometidas por um grupo de 50 guerrilheiros instalados na zona.

Numa emboscada na estrada Vila Pery-Beira foi morto um civil europeu e incendiado o seu camiã. Outro europeu, sócio do morto, foi dado como desaparecido.

Rapto de um agricultor europeu, vogal da Junta Distrital na estrada Chemba-Inahminga, junto à fronteira com o Malawi.



**02** - Ataque a Nangololo (Cabo Delgado). Um táxi aéreo da empresa Cadelte foi atingido ao voar entre Mueda e Sagal (estrada Mueda-Mocímboa da Praia). Os tiros atingiram o depósito de combustível e o avião ficou inoperacional em Mueda.

Os guerrilheiros destruíram a ponte sobre o rio Muirite, que dava ligação de Mueda a Montepuez e que era o itinerário principal de reabastecimento das forças portuguesas a partir de Nampula e de Porto Amélia.

Ataque a viaturas da CODAM na região de Mutarara e a viaturas da administração do Posto de Sena.

**03** - Ataque ao aldeamento de Nhadanga (Tete), com fuga de nove homens e 12 mulheres ali residentes.

Ataque a Mueda com morteiro de 82mm, que caíram ao longo da pista.

**04** - Avião *Camberra* rodesiano abatido.

Ataques a Mueda e Sagal.

Trabalhadores da cimenteira do Dondo (Beira) recusaram-se a trabalhar e a transportar cimento da pedreira de Muanza alegando falta de segurança. A paralização da cimenteira era particularmente grave pelos reflexos que tinha na construção da barragem de Cahora Bassa.

**05** - Ataque com uma bazuca a uma viatura civil na estrada Montepuez-Porto Amélia provocando quatro feridos graves. A viatura transportava pesticidas da companhia algodoeira Sagal.

**06** - Detectadas minas entre Catur e Nova Freixo (Niassa Oriental).

Ataque ao destacamento da ponte do rio Sinheu perto de Nangololo, e a Nancatari (Mueda).

Ataque ao aldeamento de Biaque (norte de Porto Amélia) com morteiros e bazuca causando cinco feridos graves e sete ligeiros.

Ataque ao comboio na linha de caminho-de-ferro Beira-Rodésia, junto a Inhaminga. A locomotiva foi atingida por dois *rockets*.

Presos pela DGS dois europeus que chegaram à ilha de Matemo (Cabo Delgado), frente ao Mucojo num barco de borracha. Um era português desertor e o outro irlandês. A DGS já referenciara o uso de barcos de borracha por parte da FRELIMO, especialmente no lago Niassa.

Um grupo de seis elementos emboscou a viatura do posto administrativo de Sena, durante uma hora e um quarto, ferindo um guarda rural.

**07** - Ataque às povoações de Boeza e Sangosge, na área do posto administrativo de Sena (Tete), com fuga da totalidade da população com os guerrilheiros.

Emboscada executada por um grupo de três guerrilheiros a um agricultor europeu na estrada Manica-Mavonde, a 12 quilómetros de Manica. Na sequência da emboscada foi morto um guarda da PSP e quatro feridos civis, entre os quais o agricultor.

**08** - Ataque a Nambude (Cabo Delgado) por duas vezes no mesmo dia.

Emboscada na estrada Mueda-Nancatari com dois mortos e seis feridos.

Ataque com lança-foguetes a um camião da empresa Sagal, em Meza, causando quatro feridos graves que foram evacuados para Mueda.

Rapto de um agricultor europeu, vogal da Junta Distrital da Beira em Murena/Sena.

**09** - Ataque a um grupo da PSP no aldeamento de Mucombe (Norte de Vila Pery) com a morte de um dos guardas rurais.

Assalto a um armazém em Mazamba.

Emboscada a uma coluna na estrada Pungué-Vila Gouveia com ferimentos num militar e destruição de uma viatura.

Ataque ao aldeamento de Biaque, em Ancuabe (Cabo Delgado) causando 13 feridos.

Minas na estrada Nancatari-Muirite-Montepuez, que causaram um morto e quatro feridos.

Emboscada a uma força de guardas da PSP que escoltava população no aldeamento Mucombeze (Tete), sendo um dos guardas morto.

**10** - Ataque a Mueda.

Ataque ao aldeamento de Canchira (norte de Tete) destruindo as palhotas e causando um morto e cinco feridos entre a população.

**14** - Abatido um avião de reconhecimento rodésiano que caiu a norte do Magué Velho (rio Zambeze) atingido por um míssil. A 18 de Abril o adido militar português informou tratar-se de um avião em operações no norte de Tete que foi abatido por um míssil de origem russa. O uso do míssil teve um efeito desmoralizador sobre a força aérea rodésiana. Soube-se posteriormente que o avião explodiu no ar tendo caído no Zambeze, junto ao Zumbo quando actuava contra objectivos referenciados em território português.

**14/15** - Assalto ao aldeamento de Geremane, na região de Vila Coutinho/Caldas Xavier/Tete. Foram queimadas 16 casas e morto gado.

**16** - Rapto de um agricultor europeu na estrada Tete-Vila Fontes-Beira. Também foram queimados dois tractores e um armazém.

**20** - Abatido em Tete um avião *Trojan* da Rodésia. Em mensagem de Salisbúria de 26 de Abril, o adido militar português informava que em 15 dias era o terceiro avião abatido no norte de Tete e seis os tripulantes mortos.

**21** - Ataque da FRELIMO a dois camiões na estrada Nacional Beira-Lourenço Marques. Neste ataque na principal estrada de Moçambique, um grupo de sete guerrilheiros atacou dois camiões civis, incendiando um, cujo condutor fugiu e matando o outro.

Uma hora depois, o mesmo grupo interceptou outros dois camiões seis quilómetros mais a sul, matando os dois motoristas. Os corpos foram entretanto recuperados e transportados para Vila Pery, causando grande perturbação na população. Estes ataques revelam o à-vontade com que a FRELIMO actuava na principal via de comunicação de Moçambique.

Greve de maquinistas dos caminhos-de-ferro de Moçambique. Em Lourenço Marques, os maquinistas paralisaram o trabalho, exigindo melhores remunerações e regalias, interrompendo o tráfego para a África do Sul.

Quatro viaturas civis foram atacadas na estrada Vila Pery-Vila Machado.

Entre Inhope e Save três condutores europeus foram mortos e um foi recuperado com vida.

Em resumo, não se vê, perante esta lista de ocorrências, como seja possível considerar que as forças armadas controlavam a situação, quando parece evidente, mesmo sem os fatos serem exaustivos, que a situação se degradou continuamente ao longo dos anos e estava fora de controlo, como assumem os atores principais e como demonstram as suas ações. Assim: no Norte, em Cabo Delgado, as ações militares violentas tinham descido do paralelo do rio Messalo para sul do paralelo Montepuez-PAmélia, no Niassa estas ações ocorriam na linha de caminho de ferro Nacala-Nampula-Catur. Em Tete, apesar da constituição de comandos específicos como do da defesa de Cabora Bassa, do COFI, do Setor F, da ZOT, do milhão de aldeados, dos efetivos sempre em crescendo, toda a península, nas margens esquerda e direita do Zambeze era zona de combate e ações militares da FRELIMO, que provocaram a fuga de populações negras e o abandono da região por parte dos europeus aí estabelecidos; uma situação que levou à intervenção continuada de forças rodesianas. Na zona Centro as ações de guerrilha tinham chegado à Zambézia e ao Chimoio e estavam a duas centenas de quilómetros da Beira. A igreja católica manifestava clara oposição à guerra e congregava populações contra ela, retirando-as do controlo das forças armadas e das autoridades, os dirigentes políticos mais perto do regime (caso de Mesquitela), manifestavam preocupação ao chefe do governo, a personalidade mais influente no território, o engenheiro Jardim, fazia tentativas de encontrar por ele e provavelmente com o apoio do primeiro-ministro, uma alternativa à continuação da guerra, que ele considerava perdida, com o programa que apresentou ao presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda e que ficou conhecido como o primeiro programa de Lusaka. O grosso dos meios estava empenhado na defesa de Cabora Bassa e nas linhas de reabastecimento à barragem. Nas zonas restantes as forças portuguesas corriam atrás dos acontecimentos.

## **Guiné**

Mas, se a situação de Moçambique era a que foi apresentada, a da Guiné era ainda pior, na altura. Alguns exemplos dos anos de 1973 e 1974, porventura bastante diferentes dos que hoje servem de base às conclusões:

### **1973**

**Janeiro, 22** – Do relatório da visita à Guiné do CEMGFA, general Costa Gomes: “O crescente aumento da actividade inimiga e do seu potencial de combate e, ainda, o crescente apoio externo que vem recebendo, deixam antever o agravamento da situação militar; o aumento do potencial militar, quando encarado sob o ponto de vista das novas armas de que o inimigo dispõe já, ou que virá a dispor muito em breve, constituem indício seguro duma próxima subida de patamar na conduta da guerra” (...) “O êxito da manobra de contra-subversão depende, no campo interno, das possibilidades de atribuição dos meios necessários para assegurar a continuidade, no mínimo ao ritmo actual do

esforço socio-económico que está a ser desenvolvido” (...) “Os militares do QP denotam vestígios de cansaço e quebra psicológica mais acentuados após cada comissão, sendo urgente medidas eficazes que se oponham a esta tendência e que garantam o rejuvenescimento”.

**Março, 06** - Carta do general Spínola a Marcelo Caetano sobre a evolução da situação na Guiné e a necessidade de medidas de natureza política. Spínola tenta mais uma vez convencer Marcelo Caetano da necessidade de proceder a reformas políticas que vão no sentido da maior autonomia das colónias. Embora o incentive com alguns elogios: “a minha total identificação com o pensamento político de Vossa Excelência, em hora feliz sintetizado nas fórmulas «unidade na diversidade» e «autonomia progressiva», únicas a meu ver portadoras de uma solução para o problema do Ultramar” sente agora, em 1973, dúvidas sobre a solidez do apoio de Marcelo Caetano a esta via autonomista e sentia ainda a reacção do grupo organizado atrás de Américo Tomás que se opunha a qualquer mudança. São as questões que vêm da conversa que ambos tiveram em Lisboa onde Marcelo Caetano proibiu Spínola de prosseguir os contactos com Senghor para chegar a Amílcar Cabral e ao PAIGC. Spínola percebe que Caetano não tem qualquer solução para o problema colonial a não ser a continuação da guerra e, com lealdade, diz-lho. Esta é uma declaração de ruptura: “Abordou Vossa Excelência problemas de fundo nas duas últimas conversas que tivemos. E esses é que me vêm preocupando, atenta a possibilidade de se vislumbrar, através das opiniões escutadas, a intenção de rever determinados princípios em que baseei a minha acção política na Guiné.

Afirmou-me Vossa Excelência que, tendo os africanos optado pela intolerância face à presença do branco, qualquer solução política corresponderia a apressar a nossa saída de África, de onde é legítimo concluir que apenas nos resta impor pela força das armas; ouvi também a Vossa Excelência a opinião de que mais facilmente aceitaria uma derrota militar na Guiné do que uma solução política que implicasse quaisquer concessões; e, anteriormente, já Vossa Excelência, perante a perspectiva de um cessar-fogo (a proposta de Senghor), me tinha expressado a opinião de que considerava inconveniente o termo da guerra da Guiné por tal facto originar a deslocação da luta para Cabo Verde”.

Spínola expressa a sua apreensão por estas opções de Marcelo, que ele “julgava totalmente arredadas do espírito de Vossa Excelência”: “Uma tal hipótese, a meu ver só nos oferece como alternativa o prolongamento da actual situação de desgaste até que a Nação se esgote ou, a exemplo da Índia, sobrevenha uma derrota militar, que outras alternativas não vejo se nos ofereçam na hipótese de rejeição das soluções políticas”.

Depois dos ataques a Guidage e da queda de Guileje, em Maio, confirmada a incapacidade das forças portuguesas de manterem a posse de parcelas significativas do território, mas antes da declaração unilateral de independência por parte do PAIGC, Spínola deixará o Governo da Guiné e o Comandante-chefe das suas forças armadas em Agosto.

**Março, 25** - Primeira utilização dos mísseis terra-ar Strella pelo PAIGC, com o abate de um avião Fiat G-91.

**Março, 28** - Na Guiné, outro avião Fiat G-91 foi atingido por um míssil SAM-7 Strela, morrendo o piloto, o tenente-coronel Almeida Brito.

Esta morte obrigou ao estudo das táticas operacionais adequadas para minimizar os riscos. Com o aparecimento dos SA-7 Strela houve dificuldades iniciais na habituação dos pilotos e nas táticas a utilizar.

**Abril, 06** – Abatido um avião DO 27 na Guiné. O avião transportava o major comandante do COP3 e foi abatido junto a Talicó, no Norte. Na mesma região e na mesma semana tinha sido abatido um avião T6.

**Abril, 6-7** - Hipótese de suspensão dos voos da TAP para Bissau. Após o abate de aviões da Força Aérea por mísseis Strella, a Força Aérea levantou a hipótese de suspender as operações de aterragem e descolagem dos Boeing da TAP no aeroporto de Bissau.

**Maió, 05** - Reunião de comandos militares em Bissau para apreciação da situação militar, declarando o general Spínola que as implicações da carência de meios para enfrentar a ofensiva do PAIGC conduziam a opções que ultrapassavam a sua esfera de responsabilidade. O Comando-Chefe das Forças Armadas na Guiné fazia a seguinte avaliação das possibilidades do inimigo:

“- Intensificar a acção anti-aérea, em ordem a retirar-nos a liberdade de acção no ar;

- Incrementar a acção da guerrilha em ataques a aquartelamentos e emboscadas a colunas;
- Massificar as acções contra as povoações com guarnição militar, em ordem a obter sucessos politicamente exploráveis.

Esta actividade incidirá nas guarnições de fronteira, em especial as acções com carros de combate, pelo que se consideram áreas de preocupação:

- O eixo Nova Lamego - Buruntuma (LESTE);
- A região de Aldeia Formosa, em especial Gadamael e Guileje, expostas a acção de carros de combate;
- A fronteira Norte (Guidage/Bigene);

Num futuro próximo prevê-se que o inimigo:

- Intensifique a resistência à reocupação do Sul (Cantanhez);
- Incremente a sua actividade contra meios navais;
- Tente a eliminação sistemática de guarnições mais expostas sobre a fronteira;
- Estabeleça no Boé a fisionomia de um novo Estado, a proclamar;
- Consolide as bases de uma ulterior evolução do conflito para a fase convencional, com directo empenhamento externo.”

Spínola resumiria esta análise do seguinte modo: “afigram-se-nos manifestamente insuficientes os meios actuais face à evolução verificada, pois considero demonstrada à evidência a impossibilidade

de alterar a manobra para economizar meios sem grave prejuízo da missão. Esta situação de insuficiência agudiza-se ainda pelas perspectivas de intervenção externa na Guiné.

Neste quadro geral impõe-se tomar medidas em dois planos distintos: o interno, com reflexo imediato nas adaptações aos novos condicionalismos determinados pela nossa quebra no potencial relativo de combate e o externo, que se traduz no reforço de meios, equipamento e armamento a obter para o prosseguimento da missão”.

**Maió, 08** - Início do ataque do PAIGC ao quartel de Guidage, no Norte da Guiné. A 8 de Maio, o PAIGC lançou uma ofensiva concentrada de envergadura contra Guidage, unidade situada mesmo junto à linha de fronteira com o Senegal. Para garantir a defesa de Guidage, o comando-chefe da Guiné teve que enviar para a zona um conjunto elevado de unidades e tropas especiais, comandos, pára-quedistas e fuzileiros, bem como unidades de artilharia e mesmo de cavalaria. Na operação de auxílio, reabastecimento e contra-ofensiva, que durou de 8 de Maio a 8 de Junho de 1973, estiveram envolvidos mais de mil homens (na maioria tropas especiais) das Forças Armadas portuguesas.

As forças portuguesas sofreram 39 mortos e 122 feridos. Pelo menos seis viaturas militares de vários tipos foram destruídas e foram abatidos três aviões, um T6 e dois DO27.

Só a guarnição de Guidage contabilizou sete mortos e 30 feridos. Nos cerca de 20 dias que ficou cercada esteve sujeita a 43 ataques com foguetões de 122 m/m, artilharia e morteiros. Todos os edifícios do quartel foram danificados.

A unidade, que, no conjunto, teve mais mortos foi o Batalhão de Comandos, 10 no total. Sofreu ainda 22 feridos, quase todos graves, e três desaparecidos.

**Maió, 15** - Reunião de comandos militares em Bissau, para apreciação da situação militar.

Durante esta reunião, e na posse de notícias preocupantes sobre a actividade militar do PAIGC, principalmente a que se desenvolvia sobre Guidage, Spínola declarou: *"Encontramo-nos indiscutivelmente na entrada de um novo patamar da guerra, o que necessariamente impõe o reequacionamento do trinómio missão-inimigo-meios"*. Referiu também que as implicações da carência de meios para enfrentar a ofensiva do PAIGC conduziam a opções que ultrapassavam a sua esfera de responsabilidade.

**Maió, 17** - Início da operação "Ametista Real", em que o Batalhão de Comandos da Guiné assalta a base de Cumbamori, do PAIGC, situada em território do Senegal. A operação destinava-se a aliviar o cerco do PAIGC a Guidage e a permitir o reabastecimento daquela guarnição.

Só a destruição da base de Cumbamori, a grande base do PAIGC no Senegal, na península do Casamança, permitiria pôr fim ao cerco a Guidage. A operação era difícil e de resultados imprevisíveis. O ataque ao Senegal foi atribuído ao Batalhão de Comandos Africanos, comandado pelo major Almeida Bruno – que tinha por hábito atribuir às acções militares o nome de pedras preciosas: esta ficou ‘Operação Ametista Real’.

**Maió, 18** - Início da operação "Amilcar Cabral" realizada por forças do PAIGC contra o quartel de Guilege no Sul da Guiné. Este ataque foi conjugado com o ataque a Guidage, pretendendo o PAIGC

isolar as guarnições de fronteira. A 18 de Maio, na zona Sul, junto fronteira com a Guiné-Conacri, as unidades do PAIGC concentraram as suas forças de infantaria e de artilharia ao redor de Guileje, preparando um ataque de grande envergadura, que apontava para uma tentativa de tomada do quartel.

**Maio, 22** - Retirada da guarnição portuguesa do quartel de Guilege, no Sul da Guiné, para Gadamael-Porto, depois de cinco dias de contínua flagelação pelo PAIGC, que ocuparam a base.

**Maio, 22** - Notícia da DGS referindo que o PAIGC tinha em Simbeli (Guiné-Conacry) viaturas blindadas para serem utilizadas contra Guileje, Gadamael e Bedanda. Algumas destas viaturas foram mais tarde referenciadas em Bedanda.

**Maio, 25** – Início de uma visita de Costa Gomes, chefe de Estado-Maior General, à Guiné.

Informado da grave situação que se vivia na Guiné, Costa Gomes deslocou-se para o território, onde acompanhou a última fase das operações e analisou as medidas a tomar para garantir a manutenção duma capacidade militar mínima para garantir o exercício da acção do governo.

**Maio, 28** - Despacho do Ministro da Defesa que autoriza um elevado conjunto de unidades a permanecerem na Guiné, para além do seu período de comissão.

**Maio, 30** – Memorando do secretário de Estado da Aeronáutica (Pereira do Nascimento) enviado ao Ministro da Defesa, acerca das necessidades de equipamentos para que a Força Aérea tivesse capacidade para enfrentar as novas ameaças que surgiam nos teatros de operações. Neste estudo dizia-se que “o inimigo podia intervir esporadicamente com aviões isolados ou parelhas para exercer pressão ou interferir no controlo de áreas nacionais, dependendo dos países fornecedores dos meios aéreos. Factos recentes ocorridos na Guiné e notícias de fornecimento de aeronaves de vários tipos (MIG, Mirage, Aeromachi, helicópteros) a países limítrofes dos TO, notícias de estar em treino de pilotagem na Rússia e na Chiba um volume importante de pessoal daqueles países, apoio agressivo da OUA aos movimentos terroristas anti-portugueses, obriga a considerar a possibilidade de ameaça aérea para efeitos de defesa aérea e a dar prioridade à aquisição de aviões de caça modernos”.

**Maio, 30** - Síntese da situação da Guiné. Durante o mês de Maio de 1973 as forças portuguesas na Guiné sofreram 63 mortos, 269 feridos e um prisioneiro, tendo o PAIGC realizado 166 ataques a posições militares portuguesas, 36 emboscadas, 12 ataques contra aeronaves, um contra embarcações, e implantado 105 minas, das quais 66 foram accionadas por militares portugueses, o que dá ideia do agravamento da situação sofrida na Guiné em 1973.

**Junho, 04** - Proposta de António de Spínola para atribuição à Guiné de uma Companhia de Sapadores com o fim de reforçar os meios de levantamento de campos de minas lançadas pelo PAIGC em torno de alguns quartéis.

**Junho, 08** - Reunião de Comandos em Bissau com a presença de Costa Gomes, para análise da situação na Guiné, de que resultou a orientação - remodelar o dispositivo, trocar espaço por tempo.

Foram analisados os factores que caracterizavam a situação e as “claras perspectivas do seu contínuo agravamento” e definidos os “parâmetros orientadores da manobra face à conjuntura e à sua evolução”.

### **Possibilidades do PAIGC**

Com estas forças e estes meios o comando português considerava possível que o PAIGC pudesse atacar com sucesso qualquer das guarnições das sedes dos Batalhões da fronteira Norte, como já tinha atacado Guidaje.

Que pudesse atacar com sucesso as duas guarnições de batalhões junto à fronteira: Piche e Aldeia Formosa, ou atacar as guarnições de companhias em Canquelifá, Buruntuma, Gadamael e Cacine.

A curto e médio prazo, associado à intervenção de uma força aérea inimiga, afectar ou destruir os órgãos de comando e logísticos em Bissau, Bafatá e Nova Lamego.

### **A manobra de Spínola**

A manobra proposta para fazer face a estas possibilidades foi uma acção retardadora em profundidade para “ganhar tempo e consolidar um reduto final que *in extremis*, ainda possa permitir a solução política do conflito”.

Para a constituição deste reduto eram considerados pontos-chave a manter a todo o custo: Aldeia Formosa, Cufar, Catió, Farim, Nova Lamego, e Bafatá, a Ilha de Bissau, associada às regiões de Bula e de Mansoa.

### **O dispositivo proposto: um reduto central**

A situação aconselhava a um retraimento do dispositivo militar português que devia ficar com todas as unidades aquém da linha geral Rio Cacheu – Farim – Fajonquito – Paunca - Nova Lamego - Aldeia Formosa - Catió, para evitar o aniquilamento das guarnições de fronteira.

Foi neste novo dispositivo que Spínola e Costa Gomes acordaram em 8 de Junho.

Esta solução de último recurso tem sido apresentada como prova de que no seu regresso a Lisboa, Costa Gomes considerou a situação da Guiné como controlada e que o território era defensável quando era, como hoje se sabe, a única viável das três que lhe foram apresentadas por Spínola num memorando do comando-chefe: redução da área a defender; conservação do atual dispositivo sem qualquer reforço, à luz de um espírito de defesa a todo o custo; reforço do teatro de operações em ordem a manter a superioridade sobre o inimigo.

O general Costa Gomes, que tinha visitado a Guiné em Junho de 1973, emitiu a opinião de que, perante a impossibilidade de dotar a Província com os meios necessários à sua defesa, a única alternativa seria a de um retraimento do dispositivo com o abandono de largas áreas do território ao longo da fronteira.



Esta solução é a clara admissão de que as forças portuguesas abdicavam da posse de boa parte do território da Guiné e das suas populações para se concentrarem num reduto central. A soberania portuguesa seria assim apenas formal e enquanto pudesse sê-lo porque, a partir da declaração de independência que o PAIGC veio a fazer em Setembro, e logo reconhecida por 88 países, este reduto seria sujeito a ataques que poderiam contar com forças regulares de países africanos e que teriam justificação face ao direito internacional, pois Portugal já era considerado pelas Nações Unidas como ocupante ilegal do território. O reduto central seria militarmente e politicamente cada vez mais indefensável.

Com a adopção de uma estratégia deste tipo, o governo português sujeitava as forças armadas a uma derrota humilhante e o país a uma situação de vexame internacional.

**Julho, 30** - Directiva 25/73, do Comando-chefe da Guiné, a última directiva operacional de Spínola, com o título “Conduta da Manobra na Época das Chuvas”. Nos aspectos condicionantes da manobra a Directiva considera que, no plano externo se desenhava “cada vez com mais clareza, especialmente ao nível da OUA, um clima altamente favorável ao empenhamento directo de forças africanas ao lado do PAIGC, apresentando-se o período de funcionamento da Assembleia Geral da ONU, em Setembro próximo, como o momento oportuno para desencadear um golpe político e militar decisivo sobre esta PU”. E no plano interno, que, “apesar de nítido agravamento da situação verificado no TO, mantém-se o nível geral de adesão das populações (...), mas é também sua tendência colocar-se do lado do mais forte...”. No campo militar, que “o In tem evoluído progressiva e continuamente no seu conceito de manobra, concentrando forças para a conduta de operações do tipo clássico, sobre objectivos seleccionados, nas quais conjuga as concentrações maciças de fogo com as acções de envolvimento e também no seu potencial militar, tanto humano como material, com o emprego de mercenários e das modernas e eficientes armas dos arsenais russo e chinês.”

O comentário do Secretariado Geral de Defesa Nacional em Lisboa a esta análise de Spínola foi o seguinte: “Embora se possa considerar uma visão algo pessimista da situação tem que admitir-se como possibilidade real de evolução.”

**Novembro, 27** - Carta do Comandante da Zona Aérea da Guiné e Cabo Verde, expondo a situação difícil naquele território. O comandante da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné (ZACVG), coronel José Lemos Ferreira, que havia substituído o coronel Moura Pinto, enviou uma carta ao Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas a expor a situação que se vivia na Guiné.

Relativamente à independência declarada pelo PAIGC em Setembro afirmava: “(...) julgo dever começar por referir que a chamada independência da «Guiné-Bissau» e o subsequente reconhecimento por um vasto número de países criou, mau grado a verdade da tese nacional e dos nossos desejos, uma conjuntura nova irreversível, plena de perspectivas adicionais vis-a-vis a anterior e susceptível das mais diversas intromissões desde as pressões políticas à intervenção

armada directa ao lado do PAIGC de forças militares de países africanos ou quaisquer outros do denominado bloco socialista.”

### **A situação na Guiné, do ponto de vista da Força Aérea**

Depois de referir as possibilidades militares do PAIGC, que incluíam o patrulhamento aéreo feito por aviões MIG15 e 17 da República da Guiné Conacri, da eliminação de duas guarnições portuguesas junto da fronteira, a existência de blindados e de armas antiaéreas e anticarro, de mercenários e de lembrar a afirmação do PAIGC de que a guerra terminará antes do fim da época seca de 1974 com a derrota do dispositivo militar português, o coronel piloto-aviador Lemos Ferreira afirmava: “Sabendo-se que a sobrevivência militar nesta Província Ultramarina assenta quase exclusivamente no pessoal e nos meios da Força Aérea, por ser patente que as FT (Forças Terrestres) não parecem capazes de suportar e reagir a um safanão forte por razões conhecidas, nomeadamente a sua reduzida motivação, deduz-se o risco de, apesar de sermos aqueles que mais intensamente procuramos remar contra a maré, acabarmos por ser o «pião das nicas» por não termos realizado o milagre integral, ou seja, impedir todo e qualquer ataque inimigo!”.

E prosseguia, mais adiante: “(...) é importante referir que o calendário da Guiné marcha em acelerado devendo entender-se as semanas como meses! Isto é, parece-me não haver tempo para perder em grandes estudos e congeminções, urgindo realizar, mesmo correndo o risco de não atingirmos a optimização das soluções”.

**Dezembro, 04** - A guarnição de Buruntuma (Leste da Guiné) avista uma parelha de aviões MIG17 sobre o seu quartel. Os dois aviões realizaram um voo relativamente baixo às 09H20, com ligeira picada sobre o aquartelamento.

### **1974**

**Janeiro, 03** - Flagelação do PAIGC a Canquelifá com mais de 100 foguetões de 122 mm e 50 granadas de morteiro durante mais de 10 horas.

Canquelifá era uma posição ocupada por uma companhia de caçadores, junto à fronteira com o Senegal, que dependia do Batalhão de Piche, na área do Gabu (Leste). Esta flagelação causou um morto, um ferido e a destruição total da “tabanca” que se situava à volta d quartel.

Era o início do grande ataque do PAIGC às guarnições do Leste. No mesmo dia o destacamento de Copá, junto à fronteira e a 15 quilómetros de Canquelifá, onde se encontrava um pelotão de caçadores da companhia de Bajocunda, foi atacado durante duas horas com 50 granadas de morteiro. Também foi atacado o destacamento de Buruntuma, junto à fronteira com a Guiné-Conacri, com mais de cem foguetões e 50 granadas de canhão sem recuo.

**Janeiro, 04** – Ataque a Piche, sede do Batalhão.

**Janeiro, 06** – Ataques do PAIGC a Canquelifá com 50 foguetões de 122mm durante três horas e a Buruntuma durante 50 minutos com 30 foguetões de 122mm.

Nos ataques a Copá e a Canquelifá o PAIGC empenhou três grupos de foguetões de 122mm, uma bateria de artilharia e um bigrupo da Base de Foulamory (República da Guiné) e o CE 199/A/70 da Base de Karoné com um grupo de morteiros, três bigrupos de infantaria e um grupo de sapadores.

**Janeiro, 07** – Emboscada do PAIGC na estrada Bajocunda – Copá, na Guiné.

Nesta emboscada o PAIGC empregou RPG 7, RPG 2 e armas automáticas, tendo as forças portuguesas sofrido dois mortos, sete feridos graves e 12 ligeiros.

Neste dia foi flagelado de novo o destacamento de Copá com morteiros de 120 mm e de 82 mm, provocando a fuga da população.

**Janeiro, 07** – Operação Minotauro, na zona de Canquelifá, tendo uma força do recrutamento local interceptado um grupo do PAIGC com 50 elementos, causando-lhe 22 mortos confirmados.

**Janeiro, 07** – Disparos de mísseis Strela contra dois aviões *Fiat G91* em Bedanda, Guiné.

**Janeiro, 08** – Destruição, pelo PAIGC, com cargas explosivas do pontão na estrada Pirada-Bajocunda sobre o rio Mael Jaube.

**Janeiro, 09** – Ataque com RPG e armas automáticas a quatro helicópteros e um heli-canhão em operações na região de Canquelifá.

**Janeiro, 20** - Ataques do PAIGC a várias guarnições militares no Sul da Guiné.

Para celebrar o 1º aniversário da morte de Amílcar Cabral, o PAIGC desencadeou uma série de ataques aos aquartelamentos portugueses da região do Cantanhez. Foram atacados Cafal, Cadique e Columba, cujas guarnições participavam na reocupação do Cantanhez, Catió, onde se situava a sede do CAOP1 que comandava a operação, além de Bedanda e Coluba.

**Janeiro, 21** - Primeira acção do PAIGC na cidade de Bissau, com lançamento de engenhos explosivos contra autocarros da Força Aérea, seguidos, uma semana depois, de dois outros engenhos do mesmo tipo num café da mesma cidade frequentado por militares portugueses

**Janeiro 31** – Novo ataque do PAIGC a Canquelifá, próximo da fronteira do Senegal.

O ataque foi feito com 50 foguetões de 122mm durante duas horas, causando grandes prejuízos materiais no aquartelamento, além da destruição de um canhão sem recuo 10,6 e do respectivo jipe porta-canhão.

Um avião militar português *Fiat G 91* foi abatido com um míssil Strela a sul de Canquelifá. O piloto ejectou-se e foi recuperado na povoação de Dunane no dia seguinte.

**Fevereiro, 05** - Operação Gato Zangado na região de Bajocunda, junto ao marco de fronteira 65, com a captura de uma viatura no interior da Guiné.

**Fevereiro, 08** – Ordem de retirada do destacamento militar português de Copá, no Leste da Guiné.

**Fevereiro, 16** - Ataque do PAIGC a lanchas da Marinha no Rio Cacheu, na Guiné.

O PAIGC atacou com morteiros, RPG e armas automáticas a LDG *Montante* e a LFG *Dragão*, que escoltavam um comboio logístico, junto à foz do rio Olossato. Os DFE 1 e DFE 5 que estavam emboscados reagiram.

**Fevereiro, 24** - Novo ataque do PAIGC a Canquelifá com elevados prejuízos materiais

**Fevereiro, 26** - Atentado num café de Bissau.

Este atentado seguiu-se a outros ataques a autocarros da Força Aérea. Duas granadas de mão defensivas com disparador de atraso explodiram no recinto do café Ronda, em Bissau, causando cinco feridos graves e 44 feridos ligeiros entre os militares e um morto e 13 feridos entre os civis.

**Março, 18** - A guarnição de Canquelifá foi de novo atacada com foguetões de 122 mm, morteiros de 120 mm e canhão sem recuo, durante quatro horas, causando um morto e cinco feridos às forças portuguesas e danos materiais. No dia seguinte, novo ataque durante várias horas, que causou dois feridos graves aos militares e mais danos materiais.

A situação ameaçava tornar-se insustentável e Nino, o comandante do PAIGC para a Frente Leste, estava à beira de conseguir um novo sucesso com a ocupação duma guarnição portuguesa. O ataque do dia seguinte, 20 de Março causou três mortos e feridos graves à população.

Nesta data, as forças portuguesas em Canquelifá eram constituídas por uma companhia de Caçadores reforçada por um pelotão doutra companhia, por um pelotão de Artilharia de 14 cm, por uma esquadra de canhões sem recuo e por dois pelotões de milícias. O comandante da guarnição era um jovem capitão miliciano.

No ataque do Batalhão de Comandos às bases de fogos do PAIGC foram feitos 26 mortos, entre os quais elementos de origem europeia, e foram capturados três tubos de morteiros de 120 mm, cinco bipés de morteiro de 120 mm, quatro pratos base, três atrelados de transporte, 367 granadas de 120 mm, 279 espoletas, um RPG 7. O Batalhão de Comandos sofreu seis mortos e um desaparecido.

Estas acções começavam a assumir características de combates de posição.

**Março, 22** - Emboscada na estrada Piche-Nova Lamego com 200 elementos do PAIGC que causou cinco mortos e cinco feridos graves e 11 ligeiros às forças portuguesas e a destruição de uma *Chaimite* do Esquadrão de Reconhecimento de Bafatá, de uma viatura blindada *White* e de uma *Berliet*.

**Março, 26-27** – Encontro secreto, em Londres, de um representante do Governo português, o diplomata José Manuel Villas-Boas Vasconcelos Faria, com uma delegação do PAIGC, para negociações sobre o problema da Guiné.

**Março, 31** - Violento ataque do PAIGC à guarnição militar portuguesa de Bedanda, com utilização de viaturas blindadas.

O PAIGC atacou Bedanda com morteiros de 120mm e foguetões de 122mm, RPG2 e RPG7, armas automáticas e outras armas pesadas montadas em duas viaturas blindadas tipo auto-metralhadora. O ataque durou cerca de duas horas e meia e causou dois mortos à população e elevados prejuízos materiais no aquartelamento e na povoação.

**Abril, 10** - Referenciadas viaturas blindadas do PAIGC e ataque com um míssil antiaéreo a um avião dos Transportes Aéreos da Guiné Portuguesa (TAGP), na região de Farim.

O comando militar português assinalava no seu relatório periódico que o inimigo vinha orientando o seu esforço para a Zona Sul, onde continuava a revelar elevado potencial de combate, do qual

ressaltava o emprego de viaturas blindadas, o que fazia pela primeira vez no interior do território. As viaturas blindadas foram detectadas num ataque a Bedanda, no Sul da Guiné.

Esta era a situação da Guiné, uma situação crítica. Com este quadro, é enorme a dificuldade em perceber-se a que “Vitória traída” se referia o último governador e comandante-chefe da Guiné, general Bethencourt Rodrigues, um dos autores do livro, sendo ainda mais difícil perceber como seja possível concluir que a situação estava sob controlo das forças armadas e podia ser mantida, quando está hoje disponível o conhecimento factual da situação através do estudo e da investigação da documentação da época e dos testemunhos entretanto publicados.

### **Situações críticas e fora de controlo**

Perante estes exemplos, parece evidente que as Forças Armadas Portuguesas tinham perdido progressivamente o controlo nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, e que essa perda era já assumida na Guiné, onde fora decidido pelo general comandante-chefe e pelo chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas concentrar os efetivos num reduto central para criar aí uma aparente zona de refúgio que simbolizasse a soberania portuguesa. O abandono de populações que sempre havia defendido, que esta manobra implicava, foi uma das causas da exigência de sair rapidamente da Guiné do general Spínola.

A situação em Moçambique era também de assumida incapacidade das forças armadas garantirem o controlo no norte e na zona vital do centro; o que levou o engenheiro Jorge Jardim a ensaiar soluções de compromisso com a Zâmbia, para chegar à FRELIMO (Programa de Lusaka) e a que os aliados, África do Sul e Rodésia, revelassem cada vez maiores preocupações com o agravamento da situação e a falta de controlo.

Em Angola, não sendo a situação crítica, havia uma ameaça real e reconhecida de ataque no Norte com forças convencionais da República do Zaire, para as quais as forças portuguesas não estavam preparadas e que não podiam controlar. No Leste o programa de aldeamentos de populações não era de modo algum um sucesso e o controlo de guerrilheiros também não. Eram necessários 35 mil homens, apoiados pelos melhores meios de combate disponíveis e o apoio da África do Sul para controlar um milhão de habitantes dos quais 800 mil estavam confinados em aldeamentos, o que não pode ser considerada uma situação favorável nem, muito menos, vitoriosa do ponto de vista militar.

### **A situação dos três teatros**

Os acontecimentos listados anteriormente permitem concluir que as forças armadas portuguesas não controlavam a situação nos três teatros de operação e que a situação era crítica em dois deles (Guiné e Moçambique). Essa conclusão retira-se da lista de acontecimentos anteriores.

Na Guiné e no Norte de Angola, as forças portuguesas não tinham capacidade para fazer face a uma ameaça convencional tida por possível, provável e eminente. Esta ameaça convencional poderia ser

executada pelos próprios movimentos independentistas, caso da Guiné, dado o reconhecimento pela comunidade internacional da independência declarada pelo PAIGC, ou por forças de países africanos sob a égide da OUA, dadas as resoluções da ONU a propósito da ilegitimidade da soberania portuguesa sobre os territórios. Mais uma vez, nesta guerra, não há vitórias militares, e as condicionantes políticas quer internas, quer externas são determinantes. Parece pois evidente que as forças portuguesas não tinham capacidade para controlar a situação nem a da época, nem, muito menos, a futura previsível.

Foi este reconhecimento que levou o comandante-chefe de Angola a solicitar em Fevereiro de 1974 o já referido reforço de meios aéreos da África do Sul e a admitir a incapacidade das suas forças para se oporem a um inimigo com alguma capacidade convencional. No Leste, apesar de 80% da população aldeada e da presença de 35 mil homens, os guerrilheiros da SWAPO continuavam a passar para o Sudoeste Africano, e o MPLA continuava com capacidade para politizar as populações não aldeadas, algumas das quais retiradas dos aldeamentos sob controlo nacional.

Na Guiné, o comandante-chefe admitia a possibilidade do inimigo ocupar uma ou duas sedes de Batalhão na fronteira, o chefe da força aérea admitia não ter meios para executar o apoio às forças terrestres e que estas não combatiam. Em resultado da análise do comandante-chefe da Guiné e do CEMGFA, a solução foi retraindo o dispositivo, abandonar populações e território e fazer uma defesa do tipo de castelo medieval. A situação na Guiné estava fora de controlo, era crítica desde a queda de Guileje no sul por falta de capacidade de reação após o esgotamento dos meios no norte para manter Guidage.

Em Moçambique as operações da FRELIMO no Norte haviam ultrapassado em Cabo Delgado o rio Messalo para Sul e estavam já na estrada Montepuez-Porto Amélia. O Niassa era uma zona de passagem quase livre para Sul e em Tete as ações já se realizavam na Gorongosa, a cerca de 200 km da Beira, com impacto direto em zonas vitais. A situação em Moçambique estava fora de controlo e era crítica.

Se à situação no terreno acima descrita juntarmos os numerosos relatórios dos comandantes-chefes sobre o moral e capacidade das tropas, onde são insistentemente referidos algumas questões decisivas, como a má preparação e instrução de quadros e tropas, o que levou os generais a proporem que a instrução de especialidade e o IAO tivessem lugar nos territórios, a má preparação e falta de espírito combativo dos quadros de complemento, o cansaço e desgaste dos quadros permanentes, as faltas e deficiências de armamentos e equipamentos, temos uma ideia idêntica à que o coronel Lemos Ferreira comandante da Zona Aérea de Guiné descreveu. O aparecimento dos mísseis terra-ar na Guiné e em Moçambique iriam retirar a única e última vantagem, a da supremacia aérea.

Dada a situação internacional, que da hostilidade passara ao reconhecimento da ilegitimidade e ilegalidade da soberania portuguesa nos territórios internacionalmente classificados como colónias (territórios não-autónomos) onde decorriam legítimas lutas de libertação, as potências regionais que apoiavam os movimentos independentistas passavam a dispor do direito a ataque e elevavam o grau da ameaça para o patamar da guerra convencional entre estados.

### **Derrota e aniquilamento**

Por vezes, a ideia que os defensores da tese da não derrota, do controlo da situação e do que tudo ia mais ou menos como do antecedente, querem fazer passar, para justificar a ideia da “vitória traída”, é a de identificarem derrota com aniquilamento, fuga e retirada. É um sofisma relativamente eficaz, porque permite à maioria dos que integraram as forças armadas durante este período concordarem e afirmarem que nunca foram derrotados, querendo com isso dizer que nunca o seu quartel foi invadido, ou ocupado, que não foram obrigados a levantar os braços, a render-se e entregar as armas. Ora, pela natureza essencialmente política da guerra subversiva, não é esse conceito de rendição que materializa a derrota (como se viu no Vietname, na Argélia) mas sim o do desgaste físico, económico, psicológico, o das contradições inerentes à análise de custos e benefícios, às envolventes externas. O conceito de derrota numa guerra subversiva é o do reconhecimento da inviabilidade da situação política existente. É com este conceito que se pode dizer que o apartheid foi derrotado na África do Sul: passou a ser inviável.

Daí que, mais do que perder uma guerra, as forças armadas portuguesas se encontravam numa guerra perdida. A perda de controlo sobre o teatro de operações foi a consequência lógica de não serem defensáveis as bases em que a guerra assentava: nem as políticas, nem as militares.

As forças armadas portuguesas sofriam de limitações conhecidas e, ao contrário dos movimentos independentistas, a sua capacidade de combate foi-se degradando com o tempo, tendo as unidades dos últimos anos menor valor combativo do que as dos primeiros anos. Quer isto dizer que, à medida que o tempo avançava, piores eram as condições das forças portuguesas para controlar os teatros de operações e para se oporem a inimigos cada vez mais numerosos, mais bem treinados e apoiados, quer interna quer externamente.

A identificação de derrota com rendição e destruição, e a afirmação de que as forças portuguesas controlavam a situação porque mantinham os órgãos de soberania nos territórios é o equivalente a considerar que um navio ou uma aeronave com os motores em perda de potência e em rota de colisão com outra ou com um obstáculo não está afundada nem abatida antes do choque fatal.

Os factos sustentam a tese de que as forças armadas nos três teatros caminhavam para esse choque fatal, caso não fossem alterados radicalmente os seus meios e atitudes, o que não era possível fazer, pois adquirir e operar os meios necessários custava dinheiro, que não existia, exigia vendedores disponíveis, que não eram fáceis de encontrar, demorava tempo, pois havia que preparar os

operadores, e esse fator também era escasso, como reconhecia o coronel Lemos Ferreira ao considerar que o “tempo corre contra nós”. Por isso não houve aviões de combate adequados, não houve blindados, não houve lança granadas e não houve outros meios solicitados pelos responsáveis militares.

A mudança de atitudes era ainda mais difícil, porque exigia mobilização de mentalidades; ora a guerra era reconhecidamente impopular na sociedade portuguesa, com elevadas percentagens de faltosos, refratários e compelidos; as tropas eram mal treinadas e o enquadramento era fraco e à base de quadros mal instruídos e mal mentalizados.

Não existia, pois, regeneração possível que sustentasse o quadro da continuação da guerra.

Por outro lado, a escalada de violência da guerra levou as Forças Armadas a alienarem em boa parte o objetivo essencial de conquista das populações (Apsic – conquista de mentes e corações), em particular no Leste de Angola e em Moçambique – dando origem a casos de violência de grande impacto.

Acresce ainda, para agravar a situação de falência do sistema militar português em África, que a política havia estabelecido, a partir de 1951, data da incorporação do Acto Colonial na Constituição, a unidade do Estado, o que quer dizer que os três teatros faziam parte do mesmo conjunto rígido, logo, a resistência do conjunto passou a ser determinada pela resistência do elemento mais fraco (admitamos que era a Guiné).

Restava, por fim, a situação política nacional e internacional. Internamente, a guerra perdera o apoio das pessoas e era cada vez menos popular e mais contestada, mesmo por sectores que inicialmente apoiaram essa solução, incluindo sectores importantes das comunidades brancas nas colónias, caso de Moçambique (engenheiro Jorge Jardim e Gonçalo Mesquitela e da igreja católica).

Externamente, Portugal era considerado uma potência ocupante na Guiné e uma administração ilegítima em Angola e Moçambique. Fora expulso e estava proscrito de muitas organizações internacionais e ainda sujeito a embargo internacional.

Mas, se apesar desta realidade anteriormente descrita, fosse concluído que as forças armadas portuguesas controlavam a situação nos teatros e que esta não era crítica na Guiné e em Moçambique, então a atuação dos responsáveis políticos e militares da época deveria ser considerada inconsequente e incompreensível. O que não deixa de ser uma conclusão bizarra, mas lógica dentro desse pressuposto!

A tese de que as forças armadas portuguesas asseguravam, em 1973/74, o controlo da situação e esta não era crítica conduz, como todas as teses revisionistas da História, a absurdos e incongruências que os seus autores raramente curam em explicar.



É que, ao aceitarmos a tese de que as forças portuguesas controlavam a situação nos três teatros, então temos de considerar as ações dos principais atores políticos e militares como incompreensíveis, para utilizar um termo suave, porque raiariam a insensatez e a loucura. Isto é, se a situação estava controlada nos teatros de operações, então estava fora de controlo em Portugal e nos órgãos de direção política e militar! Uma pequena lista de atitudes inexplicáveis, nesse caso:

- Se a situação em Moçambique estivesse sob controlo, como explicar a demissão do general Kaulza de Arriaga e as palavras que lhe dirigiu Marcelo Caetano ao exonerá-lo? E as respostas do general, pedindo sempre mais e mais meios e até propondo que, face à situação militar, os distritos de Vila Pery e da Beira fossem considerados como zonas de 100% para efeitos de atribuição da subvenção de campanha às tropas? E as visitas do primeiro-ministro da Rodésia e do seu chefe dos serviços secretos a Lisboa, pedindo a substituição do comandante de Moçambique, assim como as repetidas chamadas de atenção para o agravamento da situação no território por parte dos militares da Rodésia e da África do Sul? E, se a situação estava controlada, porque pedia o general Kaulza de Arriaga sempre mais unidades metropolitanas e alertava para o perigo da africanização da guerra? E qual a razão para as azedas trocas de mensagens entre o general Kaulza e o ministro da Defesa, o general Sá Viana Rebelo?

- Porque razão, num território onde as forças portuguesas garantiam o controlo e a estabilidade, um político situacionista, o presidente da ANP local, Gonçalo Mesquitela, escreveria a Marcelo Caetano informando que em Moçambique se sentiam preocupações no aspecto militar? Em concreto que: “A situação no istmo de Tete, a aproximação de actividades terroristas na Beira e a “infecção” de Vila Pery instalam na opinião pública um princípio de alarme que pode agravar-se. A DGS parece ultrapassada pelos acontecimentos. A informação militar não consegue supri-la. E as surpresas sucedem-se. O trabalho de sapa do inimigo é notavelmente bem organizado e, mesmo para além da sua acção junto dos africanos, a técnica de boato e de descrédito de pessoas e de obras tem de ser objecto de exame sério e de contramedidas.”

- Se a situação em Moçambique estava sob controlo porque razão um homem tão experiente e tão ligado à política ultramarina, em especial tão ligado a Moçambique, como o engenheiro Jorge Jardim ensaia, com conhecimento de Marcelo Caetano, um plano de partilha de poder com a FRELIMO, através de Kenneth Kaunda da Zâmbia, o primeiro plano de Lusaka de 1973?

- Em Angola, se a situação estava sob controlo, porque esteve previsto o reforço de meios aéreos da África do Sul perante uma informação de ataque convencional em Cabinda e no Norte? Se esse controlo se estendia ao Leste, porque não foi ensaiada uma política de repovoamento controlado em vez de manter as populações em aldeamentos sem condições de vida e propiciadores de revolta? E porque exigiam os sul-africanos uma mudança do dispositivo no Leste e de aplicação de novos procedimentos para controlar e conquistar populações? E porque eram necessários 35 mil homens para controlar um milhão de habitantes, dos quais 80% em aldeamentos forçados?

- E, na Guiné, se tudo estava controlado, porque desencadeou Marcelo Caetano conversações secretas com o PAIGC, em Londres?

- E, se as forças portuguesas controlavam os seus teatros de operações, se a situação militar não era crítica, porque faz Marcelo Caetano, numa das “Convesas em família” referência às preocupações e alarmismo dos “vizinhos de Moçambique”, perante a possibilidade de Portugal negociar com movimentos de libertação africanos?

- Se a situação na Guiné era de controlo, porque recusou o general Spínola continuar e, pelo contrário, pediu para ser urgentemente substituído e porque, numa situação que, segundo as conclusões do Seminário, eram de controlo da situação militar, Marcelo Caetano afirma ao general comandante-chefe da Guiné preferir uma derrota com honra a negociações? Tratar-se-ia de dois irresponsáveis? Um primeiro ministro coloca um general comandante de um teatro de operações no dilema de preferir uma derrota a negociar se a situação não for crítica?

- Se a situação nos teatros estava sob controlo, então que justificação existe para, a 14 de Setembro de 1973, os generais Spínola, Venâncio Deslandes, Kaulza de Arriaga e Pinto Resende se reunirem em Lisboa num almoço para discutir a hipótese de substituição de Marcelo Caetano? Estes encontros continuaram com diferentes actores, mas sempre com a presença de Kaulza de Arriaga. Isto é, generais que foram comandantes-chefe de teatros de operações reúnem-se para discutir a substituição do primeiro-ministro e do governo porque a situação militar dos teatros de operações onde foram comandantes está sob controlo e tem possibilidade de assim se manter?

- Como se justifica a carta do comandante da Zona Aérea da Guiné e Cabo Verde ao Chefe de Estado Maior da Força Aérea a avisar para os perigos de a Força Aérea correr o risco de ser o “pião das nicas” na Guiné?

- Como se justifica, numa situação de controlo da situação militar nos teatros, a escrita e publicação do livro “Portugal e o Futuro”, do general Spínola?

- Como explicar, a não ser pela degradação crítica da situação militar, que a 22 de Fevereiro de 1974 o primeiro ministro Marcelo Caetano tenha promovido uma reunião com os generais Costa Gomes e António de Spínola, em que os convida a tomar o poder, opção que recusam? E o pedido de demissão de Marcelo Caetano feito a 28 de Fevereiro ao presidente da República também é um acto normal numa situação normal, controlada e não crítica no ultramar que estava no centro da atenção do governo? E a comunicação dramática de Marcelo Caetano faz à Assembleia Nacional a 5 Março de 1974 em que faz a defesa desesperada da política do Governo para o Ultramar, num discurso proferido na Assembleia Nacional e transmitido pela RTP? E a ordem do Presidente da República, almirante Américo Tomás, dada ao primeiro ministro, Marcelo Caetano a 11 de Março de 1974 para demitir os generais Costa Gomes e Spínola devido à publicação do livro “Portugal e o Futuro” e que leva Marcelo Caetano a responder que, tendo autorizado a publicação do livro, não tinha moral para aplicar qualquer castigo, tendo de seguida apresentado a sua própria carta de demissão, também pode

ser considerado normal, dado as forças armadas estarem a cumprir a sua missão e a controlar os territórios?

- Por fim, a cerimónia de apoio dos generais das Forças Armadas ao primeiro ministro em 14 de Março de 1974 (Brigada do Reumático), com a ausência dos dois mais altos representantes da hierarquia militar, generais Costa Gomes e António de Spínola, também é um acto normal, numa situação em as forças armadas controlavam os teatros de operações?

- Se não havia uma crise militar, nem a situação era crítica, seria normal os generais dos três ramos irem afirmar ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Governo a sua fidelidade e apoio à política ultramarina, em nome das respectivas instituições? E seria normal que os dois chefes da hierarquia se recusassem a participar?

Como parece deduzir-se, a tese de que as Forças Armadas controlavam a situação nos teatros de operações e que por extensão poderiam continuar a manter esse controlo, transforma os responsáveis políticos e militares, independentemente das suas funções e opções, como figuras de um reino de absurdos e neste reino de absurdos incluem-se o presidente da República de então, o presidente do conselho de ministros, todos os generais portugueses, todos os governadores, figuras como o engenheiro Jorge Jardim e todos os oficiais e militares envolvidos nas ações do 25 de Abril; enfim, nenhuma destas personalidades teria percebido que a situação estava sob controlo e podia manter-se e que portanto as grandes linhas de ação do regime e do seu governo podiam prosseguir na mesma direção do antecedente e nas suas linhas gerais.

Não sabemos se estas simples reflexões serão de alguma utilidade para a formação das conclusões do seminário. Entendemos transmiti-las, no entendimento de que a História é o que é e não adianta alterar a realidade, por muito que ela nos desagrade.

Os exércitos não têm a obrigação de obter vitórias, mas de lutar. As forças armadas portuguesas lutaram em África com os meios de que dispunham. As condições em que combateram conduziram àquele resultado, que podemos tentar compreender, mas que não podemos alterar.

Lisboa, 18 de Abril de 2012

Carlos de Matos Gomes

Aniceto Afonso

Abílio Pires Lousada  
Tenente-Coronel do Exército  
Professor de História Militar

«**APRECIÇÃO** das Notas sobre as Conclusões do Seminário Guerra de África – Portugal Militar em África 1961-1974 – Atividade Militar / IESM (12 e 13 de abril de 2012)»

---

Terminado o Seminário de dois dias, organizado pelo IESM e o Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, foi exarada uma súmula, lida perante a plateia, que procurou reflectir as opiniões avançadas pelos conferencistas, moderadores e participantes nos debates.

O teor da súmula, que erradamente foi cunhada de conclusões, desagradou aos senhores coronéis Carlos de Matos Gomes e Aniceto Henrique Afonso, que reagiram redigindo as “Notas sobre as Conclusões do Seminário” e que representam um agravo interessante e amplamente divulgado pelos mais diversos meios.

Nesse âmbito, permito-me uma **APRECIÇÃO do Conteúdo das “Notas (...)”**, com a intenção de contribuir para o debate de ideias sobre um assunto histórico transversal e pouco consensual existente na sociedade portuguesa.

### **1. Nota Prévia – Conclusões Vs Súmula**

O assunto constante na introdução padece de um equívoco: no encerramento do Seminário foi vertida uma **súmula** (feita *in loco* e com o Seminário a decorrer), isto é, uma síntese não editada de cada uma das comunicações dos conferencistas e moderadores participantes, harmonizada para uma leitura passível de ser entendida pelos presentes. Portanto, ao contrário do que foi intuído não foram extraídas conclusões nem os autores da súmula (Tenente-Coronel Abílio Lousada e Major Falcão Escorrega – Professores do IESM) avançaram com opiniões pessoais sobre a Guerra de África. Para tanto, cito o trecho inicial lido perante a plateia: “*na Política internacional, atingir um estado final desejado com os actores em conflito em contexto de guerra e enquanto as armas ainda não se calaram é sempre um exercício complexo e de sucesso não garantido. O mesmo acontece quando se pretende extrair conclusões de um seminário desta natureza e amplitude quando ainda decorre. Mas vamos fazer um exercício de **súmula** (...)*”.

Assim sendo, não foi assumida uma opinião institucional ou pessoal de qualquer espécie sobre a Guerra, seja ao nível da conduta ou da situação militar.

Como o que está em causa é a situação militar da guerra vertida pela Súmula na parte final, em concreto “*em Angola a guerra estava militarmente resolvida em 1974, em Moçambique a guerrilha estava a ser combatida e repelida e, mesmo na Guiné, a iniciativa estratégica permanecia do lado português, a despeito da proclamação unilateral de independência de 1973 e dos acontecimentos ocorridos em Guilege. Portanto, Portugal não estava na iminência de perder militarmente a guerra*”, cito o que foi referido por conferencistas que verbalizaram sobre o assunto:

- “Inicialmente, o MPLA abriu uma frente em Cabinda para instrução e treino, contando posteriormente com a colaboração de instrutores cubanos a partir do Congo em 1965. Mas em Cabinda o fracasso do MPLA na operação Macaco, através da qual pretendia efetuar ações de flagelação em Sanga Planície, reforçou a convicção que aquela região não era favorável à guerrilha, tanto mais que os cabindenses não queriam ser angolanos” (Painel II / Operações Militares – Angola).
- “A Frente Leste é ativada pelo MPLA a partir de 1968, sobressaindo o slogan «todos para o interior através da Rota Agostinho Neto, para chegar à 1ª RM (Luanda)». E foi neste eixo que se desenvolveram os grandes combates entre o MPLA e as forças portuguesas da Zona Militar Leste. Em 1973, fruto da ação militar portuguesa e de dissidências internas, o MPLA perdeu iniciativa operacional sem alcançar os seus objetivos. (...). O MPLA, que desenvolvia ações de monta, recuou até à fronteira, minada por contradições internas onde a própria liderança de Agostinho Neto era frequentemente colocada em causa, tendo na denominada “Revolta Ativa” na Frente Leste um dos episódios mais marcantes” (Painel II / Operações Militares – Angola).
- “Algumas aeronaves são atingidas e a superioridade aérea portuguesa é colocada em causa [na Guiné]. Não obstante, as missões continuaram, sobretudo através os Fiat G-91 (Painel III / Operações Militares – Guiné).
- (...) Podemos afirmar que a guerra [na Guiné] não estava militarmente perdida, apesar da sua situação complicada” (Painel III / Operações Militares – Guiné).
- “De qualquer forma, as FFAA contiveram a Frelimo durante 10 anos” (Painel IV / Operações Militares – Moçambique).

Portanto, a Súmula não refere, em momento nenhum, uma vitória militar portuguesa na Guerra de África, uma vez que nenhum dos participantes se referiu à situação militar nesses termos. Mas também ninguém focou descontrolo ou falta de sustentabilidade militar e, muito menos, derrota militar, por parte das Forças Armadas Portuguesas. As “Notas (...)” podem estar em desacordo com as **alegadas** conclusões do Seminário, mas as opiniões à posteriori de dois conferencistas que no Seminário dissertaram sobre as operações “Águia e Zeta” (Coronel Aniceto Afonso) e “Nó Górdio (Coronel Matos Gomes) no âmbito do teatro de Moçambique, não podem prevalecer sobre as apreciações dos palestrantes e moderadores que versaram sobre os demais teatros e se referiram explicitamente à situação militar.

## 2. Uma pequena nota às “Notas (...)”

Na Introdução, sou aparente e implicitamente conotado como fazendo parte de “*um persistente movimento ideológico de revisionismo histórico que pretende adulterar e contrariar à posteriori os factos e os acontecimentos*”. Neste âmbito, gostaria de deixar ficar claro que sou, simplesmente, militar e historiador que estuda, investiga, ensina e divulga História Militar, assente na liberdade de pensamento e na procura rigorosa do conhecimento histórico.

No que respeita ao conteúdo das “Notas (...)” parece evidente a necessidade de vincar o descontrolo militar das Forças Armadas Portuguesas na Guerra de África enquanto justificativo para a revolta militar de 25 de Abril de 1974. Na verdade, as notas apresentam a situação de maneira inversa, e cito: “*(...) estando a situação militar controlada em Angola, Guiné e Moçambique, a guerra que sustentava a política ultramarina do antigo regime podia ser prosseguida, com a manutenção das colónias (...). Sendo assim, não haveria justificação para a ação militar de derrube do dito regime em 25 de Abril de 1974, nem para a independência das colónias*”.

Na Guerra de África é evidente a impossibilidade de falar em derrota militar por parte das Forças Armadas Portuguesas, tal como é defendido nas “Notas (...)”, em que o “*conceito de derrota numa guerra subversiva é o do reconhecimento da inviabilidade da situação política existente*”. Esta opinião é naturalmente válida, mas carece de algum fundamento conceptual. Os aparelhos militares são sempre um instrumento da política; seja na Flandres, na Guiné ou no Afeganistão os militares portugueses combatem com o objectivo único de criar as condições para que o poder político possa actuar livremente. Os poderes políticos por sua vez, por inacção, falta de visão ou convicção é que, muitas vezes, criam as condições para desaires no terreno, não dando aos militares as condições e meios para que cumpram a sua missão. Por

isso, quando se fala de derrota militar não há outros critérios que não os da rendição, aniquilamento, fuga e/ou retirada dos militares e, em África, estes critérios acusaram negativo para o instrumento militar português.

Um outro aspecto que permite refutar a opinião da guerra perdida é que nas guerras há sempre um vencedor e um perdedor. Se fosse verdade que o instrumento militar português tinha a guerra perdida, isso significaria que o inimigo de então tinha a guerra ganha, isto é, que controlaria a maioria do território e as populações. Ora, como julgo saber, isto está longe de corresponder à verdade dos factos.

Na África Portuguesa não existiu nem se perspectivava um Dien Bien Phu “à francesa” no campo de batalha, nem uma retirada da guerra à americana devido ao relato jornalístico “*embedded*”.

A revolta militar de 25 de Abril de 1974 não pode ser justificada com a degradação militar da guerra, seja ao nível de um hipotético descontrolo militar ou da existência de uma situação crítica (que não existiu). A conspiração que desembocou no 25 de Abril evoluiu durante cerca de um ano, várias reuniões e conheceu três fases<sup>1</sup>: (i) a primeira (Julho-Setembro de 1973) é de cariz corporativo e centrou-se nas carreiras ao nível do quadro de oficiais, tendo no DL N° 353/73, de 13 de Julho, a motivação, pois permitia aos capitães milicianos integrarem as armas de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia, depois de um curso intensivo de dois semestres na Academia (os cadetes frequentavam a Academia durante três anos). Como a antiguidade que contava era a de Tenente (dada na segunda comissão como milicianos) e não a da frequência do curso na Gomes Freire, os capitães oriundos de cadete eram ultrapassados por aqueles, o que indiciava uma clara desvalorização da importância formativa da Academia Militar. Perante o eco dos protestos, o Ministro Sá Viana Rebelo procurou «emendar a mão», publicando o DL N° 409/73, de 20 de Agosto que, ao salvaguardar os interesses em termos de antiguidade dos oficiais superiores sem contemplar as reivindicações dos capitães, agudizou a insatisfação dos oficiais subalternos e dos capitães «puros»; (ii) a segunda (Setembro de 1973-Fevereiro de 1974) marca a vontade, por alguns sectores das Forças Armadas, em encontrar uma solução política para uma guerra que se politizou; (iii) da terceira (Fevereiro-Abril de 1974) consta a decisão de derrubar o regime do Estado Novo.

---

<sup>1</sup> A divisão do processo, tal como se apresenta, é da autoria de Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. As Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

Pessoalmente, penso que o assunto relativo à legitimidade política que assistia ao regime da época para fazer a então “guerra do Ultramar”, a abordagem sobre a conduta da guerra, a análise da situação militar nos teatros de operações e a justificação que motivou o derrube do Estado Novo e o fim da Guerra de África a 25 de Abril de 1974 estão longe de poderem ser dados como encerrados. Na verdade, sobre esses assuntos e citando Winston Churchill, “*ainda não é o fim, nem sequer o princípio do fim, mas talvez seja o fim do princípio*”, para atingir verdades aproximadas da realidade histórica da “Guerra de África”.

Mas alguns aspectos parecem evidentes nesta altura: (i) sobre a Descolonização é comum afirmar-se que o processo foi o possível atendendo à instabilidade política, à “revolução” social verificadas em Portugal e aos constrangimentos desencadeados nos domínios ultramarinos. Trata-se de uma afirmação modelar que aligeira responsabilidades institucionais e individuais. A descolonização, assente no *slogan* «nem mais um soldado para as colónias», obrigou milhares de portugueses (500 00 a 700 000!) a abandonarem bens materiais, negócios e famílias em África, sendo repatriados sob pressão para a metrópole “carregando a cruz” de retornados, abandonou uns quantos portugueses que acabaram desnorteados, presos e mortos pela nova nomenclatura dirigente, ignorou os milhares de africanos que sentiam (e queriam ser) portugueses e que acabaram por sofrer as sevícias dos movimentos de libertação que ocuparam o poder, conseguiu o facto notável de colocar o pacato território de Timor-Leste a ferro-e-fogo e à mercê da ocupação brutal da Indonésia (200 000 mortos!), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, territórios por onde a guerra «não tinha passado», foram exemplarmente abandonados quando a vontade de autonomia com Portugal era uma realidade; (ii) o marco que viabiliza a democracia em Portugal acontece com o 25 de Novembro, onde políticos como o Dr Mário Soares e militares como o Tenente-Coronel Ramalho Eanes, Major Jaime Neves, Major Melo Antunes ou o Capitão Vasco Lourenço travaram a deriva revolucionária da extrema-esquerda que pretendia impor uma ditadura do proletariado em Portugal.

Entre a ditadura corporativista do Estado Novo ou a marxista-leninista defendida pela esquerda revolucionária em Portugal vingou, felizmente, a Democracia, “a pior de todas as formas de governo, com excepção de todas as outras”, como se lhe referia Winston Churchill.



### 3. Da Guerra no Teatro de Angola - APRECIACÃO das “Notas sobre as conclusões do Seminário”

Sobre a Guerra de África reitero que os meus conhecimentos, particularmente sobre as Províncias Ultramarinas de Moçambique e da Guiné, assentam sobretudo na vasta leitura e análise das obras de referência que têm sido dadas à estampa. Consequentemente, não vou tecer comentários ao acervo das “Notas (...)” sobre esses dois teatros.

Mas sobre “Angola” a questão é diferente. Ensinei, entre 2006 e 2010, “História do Pensamento Militar” na Escola Superior de Guerra, em Luanda, aos oficiais superiores e generais dos cursos de Estado-Maior e de Superior de Comando e Direcção, cujo currículo incluía “História Militar de Angola”, recolhi informação sobre a guerra nos arquivos angolanos e contactei com antigos “guerrilheiros” do MPLA e UNITA (actualmente oficiais das Forças Armadas Angolanas) e apresentei livros sobre o assunto em Lisboa. Tenho estudado e investigado o assunto e tenho em “andamento” uma obra sobre a temática: “Guerra de África – Angola. Estratégia Militar e Metodologia de Emprego de Forças”.

As “Notas sobre as conclusões do Seminário”, no que à situação de Angola em 1973-74 diz respeito são equívocas, parcelares e desfasadas, estas sim, da realidade. Que os próprios coronéis Matos Gomes e Aniceto Afonso, curiosamente, contrariam: “*o Leste, a partir do qual o MPLA pretende alcançar o interior – Rota Agostinho Neto – e ligar-se ao que resta dos seus guerrilheiros no Norte, será o mais importante campo de batalha de toda a guerra de Angola. As forças portuguesas controlam a situação, as baixas que sofrem são mínimas e os guerrilheiros não conseguem manter bases durante longo tempo, nem controlar número significativo de populações. É este sentimento de superioridade que leva o novo comandante da Zona Militar Leste a romper o acordo tácito com a UNITA [Operação Madeira] e atacar os seus mais do que conhecidos refúgios. Em 1974, a situação militar em Angola estava militarmente controlada, mas a questão, contudo, não era **militar***” [Guerra Colonial. Angola – Guiné – Moçambique, Diário de Notícias, 1995].

Entre a opinião constante da obra referida e o conteúdo das “Notas (...)” ou há clara contradição ou alteração/evolução de apreciação.

A análise avançada por nas “Notas (...)” é essencialmente política(!) e centra-se em três premissas essenciais: (i) a segurança das fronteiras de Angola, em Cabinda devido ao Congo Brazzaville e a Norte face à República do Zaire de Mobutu See Seko e, a Leste, à Zâmbia de Kenneth Kuanda; (ii) na análise feita pela África do Sul à forma de Portugal conduzir a guerra de contra-subversão; (iii) acção armada da UNITA no ocaso do conflito.

Com o devido respeito, tratam-se de questões colaterais e estrategicamente refutáveis.

1963 é um ano de transições; o MPLA é expulso do Zaire de Mobutu e no Congo ocorre um golpe de estado contra o presidente Fulbert Youlou, de onde emerge o governo “revolucionário” de Massamba-Débat, que apoia declaradamente o MPLA, através da utilização de campos de treino e facilitando a utilização da Rádio Brazzaville. Dessa forma, Brazzaville favorece as acções do MPLA sobre Cabinda e Kinshasa a FNLA sobre o norte de Angola.

Mas nunca esteve, nem era lógico que estivesse, nos planos de Mobutu uma invasão à Angola portuguesa através da fronteira Norte. O envolvimento do presidente zaireense na guerra em Angola era sub-reptício, garantindo uma retaguarda à UPA/FNLA do cunhado Holden Roberto. Mobutu, que combateu os belgas na guerra pela independência do Congo (materializada em 1960) conquistou o poder num Zaire multiétnico afastando Kasavubu e estava permanentemente “a braços” com rebeliões internas, algumas das quais separatistas, não estava obviamente interessado em envolver-se numa guerra com Portugal, de consequências imprevisíveis, invadindo Angola.

O mesmo acontece relativamente ao Congo Brazzaville (República Popular do Congo) relativamente ao apoio prestado ao MPLA e às suas acções sobre Cabinda, onde as conspirações e as purgas internas eram o *modus vivendi*. E isto a despeito de Che Guevara ter estado em Brazzaville e de o MPLA passar a contar com treino militar orientado por militares cubanos.

A agravar a deficiente liberdade de acção estratégica do ex-Congo belga e do ex-Congo francês, note-se que as suas relações eram tensas e entre os dois Estados existia, aí sim, um problema de litígio de fronteiras passível de evoluir para uma guerra.

Aliás, se fosse provável o Congo de Mobutu invadir território angolano em apoio da FNLA tê-lo-ia concretizado em força quando o MPLA tomou conta da capital e proclamou a independência na noite de 10 para 11 de Novembro de 1975. Curiosamente, mesmo nessa situação, em que as forças da FNLA (ENLA) eram comandadas por Tonta Afonso Castro e apoiadas por alguns efectivos portugueses, o empenhamento explícito de tropas zairenses mal se percebe. E essa altura era decisiva para a FNLA. Mas foi derrotada na Batalha de Kifangondo (a norte de Luanda, ponte de Panguila / morro da Cal) pelo contingente do MPLA, comandado por N’Doze, apoiado por tropas cubanas.

O mesmo raciocínio ao nível da segurança das fronteiras é válido para a ameaça da Zâmbia e os avisos de hecatombe do poder militar português apregoados pela África do Sul. A Zâmbia, independente desde 1964, acompanhava a situação e serviu de “santuário” para o

MPLA (por pouco tempo) e a UNITA, mas sem excessivos comprometimento por parte do presidente Kenneth Kaunda, que pretendia garantir o desenvolvimento do país sem expulsar os brancos, preocupava-o a Rodésia de Ian Smith e tinha em mente servir de mediador no contexto da guerra em curso.

A África do sul, apresentada como aliada de Portugal, jogava estrategicamente em causa própria, de tal forma que as dificuldades efectivas ou putativas verificadas em Angola ou em Moçambique por parte de Portugal eram sempre divulgadas (e ampliadas) a contento. As “Notas (...)” referem-no sistematicamente e não é por acaso. A UNITA era então vista, como depois se concretizou, como possível agente de procuração que materializaria a ingerência de Pretória no conflito.

Convém, em síntese, vincar que a guerra em Angola (e nos outros dois TO) não se internacionalizou militarmente, ou seja, os actores em confronto eram Portugal e os três movimentos de libertação.

O mesmo não sucede a partir de 1975 quando Angola “mergulha” na guerra civil. Terminada a guerra e encetada a descolonização, o aparelho militar sul africano invadiu o território em apoio da UNITA, mas a sorte das armas não foi favorável. Se a Norte, a FNLA foi travada em Kifangondo a 11 de Novembro, o mesmo aconteceu mais a sul à UNITA, na Batalha do Ebo, a 23 de Novembro.

Ao contrário do que aconteceu com Portugal, que retirou de Angola devido à condução do processo de descolonização e não em consequência de incapacidade do aparelho militar em sustentar posições no terreno, África do Sul sofreu um revés militar na Batalha do Cuito Cuanavale (1987-88) contra tropas cubanas e do MPLA, com graves repercussões políticas internacionais. A derrota obrigou à retirada do contingente sul-africano de Angola e o regime a aceitar conversões quadripartidas que levariam à assinatura do acordo de Nova Iorque. O fim da guerra fria avizinhava-se e, com ele, o do próprio regime do *apartheid*.

Estranham-se, portanto, as preocupações extremas e externas do Comandante-Chefe General Luz Cunha (que substituiu o general Costa Gomes em 1972), mais ainda a insolubilidade de um eventual problema relacionado com a segurança das fronteiras. O comandante-chefe acompanhava a situação e competia-lhe informar superiormente das ameaças hipotéticas, percebidas ou reais. Mas a possibilidade de uma guerra convencional com os Congos não representava a ameaça mais provável e, portanto, essa não era a ameaça principal (e imediata) a equacionar.

Luz Cunha, como se sabe, é um dos autores do livro “A Vitória Traída” [Editorial Intervenção, Braga, 1977], onde conclui sobre a situação económico-social e militar da guerra em Angola nos seguintes termos: *“as Forças Armadas em Angola continuavam a sofrer, no 1º trimestre de 1974, de diversas dificuldades de meios materiais e de pessoal (...). Por outro lado, a prosperidade de Angola permitia-lhe que fosse assumindo, cada vez em mais larga escala, os encargos financeiros com a guerra no seu território, e a própria situação financeira ao nível do governo central era também desafogada (...). O problema mais grave, por ser de mais difícil e demorada resolução, era o do quadro permanente. Apesar de todas as deficiências (...) as Forças Armadas Nacionais não deixaram de cumprir com a maior dignidade, determinação e eficiência as missões que lhes eram atribuídas e que se traduziam nos resultados muito favoráveis que continuavam a obter-se. O MPLA estava destroçado e não se previa a possibilidade da sua recomposição a curto prazo. A FNLA estava a sentir os efeitos do vigoroso e persistente ataque que contra ela desenvolvíamos e podia admitir-se que viesse a sofrer grave colapso talvez ainda no decurso de 1974. A UNITA tinha possibilidades militares muito reduzidas e estava já a ressentir-se seriamente do forte ataque desencadeado contra ela. A população, em geral, não dava crédito aos movimentos subversivos e mostrava-se cada vez mais confiante na acção das Forças Armadas Nacionais. A situação militar no 1º trimestre de 1974 era-nos pois francamente favorável e, a menos que ocorresse qualquer circunstância extraordinária e imprevisível, não apresentava para nós motivos de especial preocupação. Pelo contrário, era de prever que se verificasse uma melhoria ainda mais acentuada, a curto prazo”*.

Esta realidade é sustentável, tanto mais que dão seguimento ao estado de controlo territorial em que o General Costa Gomes deixou Angola, em 1972. Relativamente a esse período, Matos Gomes e Aniceto Afonso [Guerra Colonial. Angola – Guiné – Moçambique, Diário de Notícias, 1995] escrevem que *“a acção de Costa Gomes caracteriza-se pelo conceito de globalização do fenómeno da guerra de guerrilha, na qual a acção das forças militares é apenas uma componente; pela reorientação do esforço para o Leste, antes de ela atingir o planalto central; (...) pela importância que atribuiu às informações tácticas [através da DGS]; pela descentralização da execução (...); pelo emprego intenso das forças auxiliares, a quem atribuiu missões adequadas às suas características; importância das forças de intervenção na manobra militar directa”*. E concluem: *“(...) a verdade é que a aplicação dos seus conceitos à situação concreta que teve de enfrentar se revelou um êxito”*.

Verificou-se uma degradação assinalável da situação sócio-militar entre Costa Gomes e Luz Cunha, ou seja, entre 1972 e 1974? Não parece. Tanto mais que, e citando de novo os

dois autores relativamente à Rota Agostinho Neto / Frente Leste, “em 1973, fruto da acção militar portuguesa e de dissidências internas, as forças do MPLA estavam numa posição defensiva, sem haverem alcançado o seu objectivo”.

Mas o que acho mais estranho nas “Notas (...)” sobre a situação militar em Angola em 1974 é a quase ausência de referências aos movimentos de libertação (MPLA, FNLA, UNITA), o inimigo realmente a equacionar.

Nas “Notas (...)” é a UNITA que irrompe como grande ameaça a Leste, a partir de 1 de Janeiro de 1974, quando retomou a luta armada depois de a “Operação Madeira” ser dada como finda: “destruiu uma povoação no sector do Bié, causando quatro mortos e quatro feridos; atacou o destacamento militar de Nhonga com um grupo de cinquenta elementos armados com espingardas automáticas, morteiros e lança-foguetes, causando três mortos e três feridos às forças portuguesas; destruiu a ponte sobre o rio Pueia e uma serração na estrada Munhango-Nhonga, onde raptou onze homens e doze mulheres”.

Convenhamos que os “estragos” feitos pela UNITA (de pequena monta, como se percebe) relevam sobretudo de estardalhaço próprio de quem pretende chamar a atenção para uma existência actuante do que propriamente capacidade de luta em larga escala passível de desequilibrar a seu favor a relação de forças no TO. Na verdade, houve acções da UNITA nas semanas que se seguiram à revolta militar de 25 de Abril de 1974, destinadas a passar uma “esponja” na “Operação Madeira”, a vincar que o inimigo era realmente as forças militares portuguesas e a posicionar-se para o *day after*, isto é, a garantir um lugar na mesa das negociações conducentes ao futuro de Angola, como acabou por se verificar nos Acordos de Alvor.

As Forças Armadas Portuguesas identificam, a partir de 1974, também a UNITA como movimento inimigo, efectuando patrulhamento, emboscadas e ataques aos locais onde a sua presença se fazia sentir. Benjamim Almeida [Angola. O Conflito na Frente Leste, Âncora Editora, 2011], que foi comandante de Companhia nessa altura, escreve: “à medida que a ofensiva se se prolongava no tempo começavam a ser notórias e crescentes as dificuldades da UNITA em resistir à pressão constante das tropas portuguesas. Estas actuavam por todo o lado, quer com tropas de quadrícula, quer com forças especiais. Em consequência, o inimigo começava a experimentar sérias limitações que afectavam a actividade operacional. Desde logo a escassez crescente de alimentos, devido à sistemática destruição de lavras pelas nossas tropas. Reservas alimentares a caminho do esgotamento. Problemas de saúde e assistência médica. Dificuldades de substituição de armas perdidas e de munições gastas,

*apesar do fornecimento deste material pela SWAPO. Instabilidade permanente da direcção de UNITA devido à necessidade de alterar frequentemente os locais de refúgio. Diminuição do apoio à guerrilha por parte das populações controladas pelo movimento”.*

Os números de guerrilheiros dos movimentos de libertação eram curtos, quando comparados com os cerca de 60 000 portugueses presentes na Província Ultramarina: os da UNITA não chegavam ao meio milhar (todos no interior de Angola); da parte da FNLA rondaria os 3 a 5 mil (a maioria acantonada no Zaire); os do MPLA seriam à volta de 3 mil (cerca de 1/3 a operar no interior do território)<sup>2</sup>.

Uma coisa é certa, quando se decidiu em Alvor a constituição das Forças Militares Mistas (FMM) destinadas a prover à segurança e defesa do território até à posse de um governo autóctone democraticamente eleito, os constrangimentos surgiram de imediato. As FMM previam um total de 48 000 efectivos, divididos da seguinte forma: Forças Armadas Portuguesas com 24 000; MPLA, FNLA e UNITA cada com 8 000. Ora, para além das desconfianças mútuas e da permanência de “refregas” entre MPLA e FNLA e dentro do MPLA, os movimentos foram obrigados a “motivar”, à pressa e sem critério, elementos da população para entrar nas fileiras militares dos respectivos movimentos de libertação. O que constata a escassez de homens em armas em cada movimento e a sua necessidade de credibilização imediata.

#### **4. Angola – Teatro de Operações militarmente sustentado**

Ignorando acervo documental próprio, recorro a obras publicadas, nacionais e estrangeiras, que se têm debruçado sobre o assunto “Guerra em Angola 1961-1974” para apresentar uma visão da situação militar diametralmente oposta da que as “Notas (...)” apresentam.

##### **Autores portugueses**

• O Mestre e professor universitário, **Henrique Gomes Bernardo** [Estratégia de um Conflito. Angola 1961-1974, Prefácio, 2008], refere no Capítulo da Conclusão: “quanto à

---

<sup>2</sup> David Abshire [“Strategic Implication”, in Portuguese Africa, A Handboock New York, 1969] refere um total de 7 500 guerrilheiros;

René Pélissier, [Le naufrage des caravelles. Étudessur la fin de l’empire portugais, 1979], que esteve no Leste de Angola no início de 1970, afirma que os três movimentos juntos teriam na ordem dos 6 000 guerrilheiros;

Willem van der Waals [Portugal’s war in Angola 1961-1974, África do Sul, 1993] aponta 2 000-2 500 guerrilheiros do MPLA, 4 000 da FNLA e 300 da UNITA;

John Cann [Contra-Insurreição em África, Atena, 1998], define 6 200 efectivos para a FNLA, 4 700 para o MPLA e 500 para a UNITA;

John Marcum [“Angola: perilous transition to Independence”, in Southern Africa. the continuing crisis, EUA, 1979 avança com os seguintes números: MPLA 3 000-3 500 guerrilheiros, FNLA 3 000-3 500, UNITA não passaria dos 500.

*estratégia desenvolvida pelas Forças Armadas, podemos concluir que a mesma se revelou eficaz e o nosso país conseguiu em Angola vencer a guerra de guerrilhas, travar o avanço dos nacionalistas, ao mesmo tempo que se assistia a um desenvolvimento económico sem precedentes, no território. No entanto, a nossa eficácia em Angola não evitou a nossa derrota [política] (...). A inflexibilidade política gerou o descontentamento quer da sociedade política, quer dos militares (...). A inflexibilidade política levou ao descontentamento, o descontentamento à revolução, a revolução à descolonização e a descolonização ao fim da permanência dos 700 mil portugueses que viviam em Angola”.*

- O Tenente-Coronel (res) **António Pires Nunes**, [Angola. 1966-74. Vitória Militar a Leste, Tribuna da História, 2002], licenciado em História e professor universitário, apresenta um título que, só por si, é bastante elucidativo – “*vitória militar a Leste*”. Através de um esquema e no capítulo “A Expressão da Vitória”, refere que “*em 1974, a guerrilha apenas afecta 1% do território*”, acrescentando que “*várias personalidades conhecedoras da situação militar na Zona Leste, nos anos 1973 e 1974 pronunciaram-se de uma forma bem elucidativa sobre a vitória militar*” pelo vector militar português: [general Nuno Ramirez de Oliveira<sup>3</sup>, Coronel Delfim Oliveira Marques<sup>4</sup>, general Bettencourt Rodrigues<sup>5</sup>, Jonas Savimbi [Líder da UNITA]<sup>6</sup>; general Abel Barroso Hipólito<sup>7</sup>, brigadeiro Hélio Felgas<sup>8</sup>, Daniel Chipenda [responsável do MPLA no Leste]<sup>9</sup>].

Pires Nunes remata, no epílogo do livro, que “*quando ocorreu a Revolução de 25 de Abril de 1974, a Batalha do Leste era, e assim ficará para a História, uma batalha decisiva que os portugueses haviam vencido. Decidiu não só a sorte das armas no Leste como teve influência decisiva no Norte, onde os movimentos também claudicaram. As Forças Armadas Portuguesas apoiadas por forças auxiliares, combatendo contra os três movimentos, conseguiram vencer uma guerra de guerrilhas, facto raro na História Militar moderna*”.

- O Professor Doutor **Nuno Severiano Teixeira**, [“Portugal e as Guerras da Descolonização”, in Nova História Militar de Portugal, Vol. 4, Círculo de Leitores, 2004], menciona que “*entre 1970 e o final do conflito, a guerrilha da FNLA mantém-se, sem grandes sucessos, o MPLA mergulha uma vez mais em divergências internas, com graves*

---

<sup>3</sup> “Notas sobre a Zona Militar Leste”.

<sup>4</sup> Depoimento em “Guerra de África”, coordenada por José Freire Antunes, Círculo de Leitores.

<sup>5</sup> Conferência no IAEM, Julho de 1973.

<sup>6</sup> Depoimento em “Guerra de África”, coordenada por José Freire Antunes, Círculo de Leitores

<sup>7</sup> Actas da Sessão de 30 de Abril de 1974, do Conselho CECS.

<sup>8</sup> Jornal do Exército, Nº 406, Outubro de 1993.

<sup>9</sup> Discurso no Congresso do MPLA de 15 de Agosto de 1974, reproduzido no Diário de Notícias de 5 de Fevereiro de 2001.

*repercussões ao nível do apoio externo e da eficácia militar. A UNITA, por seu lado, esgota as suas já fracas capacidades militares na luta com os outros movimentos de libertação e acaba mesmo por assinar uma trégua com as forças portuguesas, em 1972. Se alguma força registava sucesso, no campo militar, eram as Forças Armadas Portuguesas, já sob o comando do general Costa Gomes. (...) Nos anos finais da guerra, os movimentos nacionalistas não representavam uma ameaça real à presença portuguesa em Angola, nem no que toca ao controlo das populações, nem no que toca ao controlo do território”. Mais à frente, e noutra passagem, acrescenta que “com a situação militarmente controlada em Angola, poderia dizer-se que para a população branca a guerra existia, mas era uma realidade longínqua”. Para depois concluir: “(...) em Angola a luta de libertação é fragmentada e conduzida por uma pluralidade de movimentos que se digladiam entre si e Portugal detém o controlo militar da situação (...)”.*

- O escritor, investigador e jornalista **João Paulo Guerra** [Memória das Guerras Coloniais, edições Afrontamento, 1994], refere sobre a situação verificada em Angola em 1973-74: *“no final de 1973 e no início de 74, a FNLA estava confinada à fronteira com o Zaire; a UNITA constituía uma pequena reserva entre o Moxico e o Bié; o MPLA estava reduzido a pequenas bolsas de guerrilha ao longo da «estrada do Café», tinha sido irradiado do Leste para Sul, com bases localizadas a Sul de gago Coutinho (Lumbala) e a Leste de Mavinga e pela acção combinada das tropas portuguesas e da UNITA tinha retrocedido para o Cazombo, após o impetuoso avanço a partir da fronteira com a Zâmbia, em parte devido ao abandono da guerrilha pelos líderes e combatentes da Revolta do Leste”.* João Paulo Guerra remata, então, que *“a situação em Angola era assim, do ponto de vista militar, a única dos três teatros de guerra que podia considerar-se favorável às posições portuguesas. O regime colonial não tinha ganho a guerra em Angola. Mas estava a ganhar tempo”.*

- O Tenente-Coronel (ref) e mestre em Estratégia **João José Brandão Ferreira** [Em Nome da Pátria. Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa, Publicações Dom Quixote, 2009], extrai a seguinte conclusão sobre a Guerra em Angola: *“sabe-se hoje, sem qualquer sombra de dúvida, que a situação militar em Angola estava praticamente resolvida quando em 1974 ocorreu o 25 de Abril, não sendo motivos de maiores cuidados”.*

- Institucionalmente, o **Estado-Maior do Exército** / CECA, [Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1º Vol., Enquadramento geral, 1988] escreve sobre a situação militar Angola na fase final da guerra o seguinte: *“Na Frente Norte, a guerrilha mantinha-se estacionária e pouco activa, quer por parte do MPLA quer por parte da FNLA, ambos bastante debilitados. Em 1974, os movimentos subversivos estavam visivelmente*



*enfraquecidos, a situação militar controlada e a actividade económica de Angola em franca expansão. Para esta situação muito favorável contribuíram as Forças Armadas que, a par de uma intensa e bem orientada actividade militar, levaram a afeito sobre todas as populações uma importante acção nos campos psicológico e social; as autoridades governamentais e administrativas que, sobretudo após a entrada em funcionamento das estruturas da contra-subversão, tomaram as diversas medidas neste âmbito; e a população pelo seu comportamento, maioritariamente de apoio ou de aberta colaboração”.*

- Em Pedrouços, no então **IAEM**, foram realizados dois Seminários sobre a Guerra de África, em 1996 e em 1999, tendo as respectivas comunicações sido publicadas.

- + O Seminário de 1996, com o título “As Campanhas de África e a Estratégia Nacional”, publicado pelo IAEM, refere na Súmula Conclusiva das Intervenções. Conclusões, o seguinte: “(...) o período de 70 a 74 ficou marcado pela transferência, com sucesso, do esforço estratégico para Leste. A Estratégia Operacional desenvolvida neste Teatro foi factor decisivo na manobra realizada, a qual possibilitou o desenvolvimento económico e social do território de Angola e a criação de condições de sucesso. Em termos militares foi possível garantir condições de espaço e de tempo para proporcionar a liberdade de acção necessária para que outros meios políticos, económicos e sociais pudessem actuar a favor da resolução do conflito”.

- + O Seminário de 1999, publicado em 2000 com a chancela do IAEM/Atena menciona na parte relativa ao Encerramento e Conclusões o que se transcreve: “para além do inimigo local, o inimigo internacional fez o esforço nos pontos mais fracos – Guiné (militar) e retaguarda (Metrópole, em termo psicológicos). A situação em Angola estava estabilizada, mas Moçambique e a Guiné precisavam de mais Batalhões e Companhias, havendo a necessidade geral de modernização do equipamento militar”.

- Na **Academia Militar**, o seminário realizado sob o título “A Academia Militar e a Guerra de África”, em 2009, foram avançadas as seguintes Conclusões: “A UPA (FNLA) ficou remetido a uma bolsa de refúgio numa área conhecida por Dembos, onde se tornou forte e de onde partia para as suas actividades de guerrilha. Sendo ali sistematicamente combatida pelas Forças Armadas Portuguesas e, depois, pelo MPLA nunca pôde ampliar essa bolsa e tão pouco expandi-la, acabando por desaparecer em 1974; o MPLA iniciou a guerrilha, em 1962, em Cabinda, mas como não conseguiu o apoio da população, mudou as suas forças para a Zâmbia, quando esta se tornou independente, em 1964, montando a sua estrutura na fronteira do Moxico. Daqui penetrava profundamente nos distritos da Lunda, Moxico e Cuando Cubango, fazendo crescer perigosamente a área de subversão de 6%, em 1961, para

42%, em 1969; a UNITA nasceu no Leste (...) e aqui se fixou numa área a Sudoeste do Luso, dominando o caminho de ferro de Benguela, onde se opunha à progressão do MPLA que, na impossibilidade de a contornar a combatia como se a UNITA fosse as Forças Armadas Portuguesas; As Forças Armadas Portuguesas combateram em Angola durante 13 anos contra três inimigos diferentes e inimigos entre si o que facilitou a nossa acção, mas a presença profunda do MPLA no Leste ameaçava seriamente fazer pender a vitória para o seu lado”. Tecidas estas conclusões cronológicas e parcelares relativamente a cada um dos movimentos que operavam em Angola, focou-se o estado final da guerra: “a partir de 1972, sob o comando dos generais Costa Gomes e Bettencourt Rodrigues e uma actividade muito intensa das Forças Armadas, com especial destaque para as tropas Comando, a par de uma estratégia de desenvolvimento de Angola e do bem estar das populações, Portugal derrotou completamente o MPLA e a FNLA; em 1974, a UNITA era o único movimento independentista em Angola”.

#### **Autores estrangeiros**

- Os historiadores de referência **Douglas Wheeler** (americano) e **René Pélissier** (francês) [História de Angola, Tinta da China, MMIX], apontam sobre Angola: “a partir de Abril de 1974, a guerra tinha atingido aquilo a que se poderia chamar um impasse, o que favorecia Portugal. A insurreição nacionalista africana permanecia largamente confinada a zonas remotas e fronteiriças, o apoio soviético à causa do MPLA tinha sido reduzida, não havia qualquer actividade rebelde ameaçadora em zonas urbanas, levando mesmo Portugal a transferir algumas unidades militares de Angola para Moçambique (...). Para além disso, Portugal sentia-se encorajado pelo surto económico nas áreas costeiras, o qual assentava na construção, no aumento da exploração de minérios e na expansão da indústria petrolífera. A partir de 1966, a economia da colónia apresentou taxas de crescimento sem precedentes”. Os autores fecham com a curiosa consideração de que “quando a 25 de Abril de 1974, os oficiais militares de carreira derrubaram o regime em Lisboa na sequência de um golpe de estado levado a cabo em 16 horas praticamente sem derramamento de sangue, Luanda parecia tão surpreendida como a capital da metrópole”.

- **John P. Cann**, autor da conceituada obra [Contra-Insurreição em África. 1961-1974. O modo português de fazer a guerra, Atena, 1998], é taxativo, no capítulo 10. O Modo português: “numa análise final, enquanto Portugal lutava numa campanha imaginativa a fim de conservar as suas colónias numa época anticolonial, não havia fibra militar que conseguisse superar o problema político da legitimidade de Portugal em África. Devido a

*esta circunstância, Portugal perdeu a guerra e finalmente as suas colónias, apesar dos enormes sacrifícios feitos. Este desenvolvimento reforçou o ponto de vista de que as guerras são, na sua maioria, resolvidas politicamente. (...) Numa contra-insurreição, a acção militar pode empregar-se apenas para apoiar as medidas políticas e sociais. Não pode substituí-las”. Mais à frente, e relativamente a Angola, o autor define que “em 1971, os generais Costa Gomes e Bethencourt Rodrigues davam origem a uma vitória militar em Angola que permaneceu intacta até ao fim da guerra”.*

- **Marcelo Bittencourt**, [«Estamos Juntos!» O MPLA e a Luta anticolonial 1961-1974, Luanda, Editorial Kilombelombe, 2008], investigador brasileiro, escreveu uma volumosa tese em dois volumes, onde o enfoque é colocado nos problemas do MPLA em Cabinda e no Congo-Brazzaville, optimismo e ruptura na Frente Leste e fragmentação do MPLA: retrocesso, desânimo e insatisfações. Ou seja, mais do que fazer a apologia da luta armada do MPLA contra as Forças Armadas Portuguesas (impossível de exaltar), o extenso trabalho do autor centrou-se nas realidades da “luta anticolonial do MPLA: a impossibilidade de implementação de bases de guerrilha sustentáveis no interior do território e as continuadas deslocações dos guerrilheiros numa dinâmica de nomadismo para se furtarem a acção militar portuguesa; o recuo da guerrilha do MPLA, em virtude da contra-ofensiva militar portuguesa, a partir de 1969-71 e a dificuldade demonstrada pelo movimento em se abastecer no interior de Angola; as dificuldades em conseguir apoios externos consistentes para apoiar o Movimento e pressionar Portugal (Zaire e Zâmbia); a rivalidade constante entre a FNLA e a UNITA que retirou liberdade de acção para combater efectivamente o inimigo comum (Portugal); e, principalmente, as frequentes dissidências internas (Movimento de Reajustamento, Revolta do Leste e Revolta activa) que minaram a motivação, a coerência e a credibilidade do movimento no contexto da guerra. Marcelo Bittencourt sintetiza toda esta problemática do seguinte modo: “*para o período situado entre os anos de 1972 e 1974 até à Revolução dos Cravos, os relatos [de dirigentes e ex-dirigentes do MPLA] tendem a se concentrar nas disputas políticas, por vezes também militares, que envolveram a direcção do movimento. O problema das oposições a vários níveis no interior do próprio MPLA supera de longe qualquer outro tema. Não se mencionam ofensivas militares ou tentativas de reversão do quadro de recuo que a guerrilha enfrentava*”.

- Ainda sobre Angola, acompanhemos as ideias principais do investigador cubano **Piero Gleijeses** [Misiones en Conflicto. La Habana, Washington y África 1959-1976, Instituto Cubano del Libro/Editorial de Ciências Sociales, ciudad de La Habana/Cuba, 2004]. Num primeiro passo diz que “*los três movimientos guerrilleros angolanos habían luchado entre*

*sicon tanta fuerza como contra los portugueses, nunca habían podido ejercer control real más que sobre un porcentaje minúsculo de la población durante un período amplio, nunca habían penetrado en ninguna de las zonas más densamente pobladas y desarrolladas del país, y nunca habían logrado organizar una red clandestina urbana”. Depois, “Ninguno de los três movimientos rebeldes desarrolló una fuerza eficaz de combate (...). El MPLA casi lo logra, po un tiempo. Después de un inicio incierto en Cabinda en 1964-1965, volcó sus esfuerzos militares a las vastas zonas poco pobladas de Angola Oriental”. Mas a partir de 1971 “(...) una serie de ofensivas portuguesas golpearon el frente oriental, (...) lanzando napalm y defoliantes en un ataque de tierra arrasada las aldeas rebeldes, infligieron graves derrotas a las fuerzas del MPLA”. Piero Gleijeses refere a seguir que tal situação levou muitos comandantes do MPLA a culpar a direcção do Movimento por não ter sabido proteger as populações e a guerrilha, inflamou as latentes tensões étnicas entre a população local e originou a “Revolta Activa”, conduzida por Daniel Chipenda contra a liderança de Agostinho Neto, com o apoio da Zâmbia e a simpatia da URSS. A este respeito, transcreve uma citação do cônsul dos EUA em Luanda, respeitante a Agostinho Neto que lamenta, em Março de 1974 que “el gobierno [da Zâmbia] es cada vez más abiertamente hostil al movimiento [MPLA] y sobre todo a mí”. Por fim, conclui: “para abril de 1974, cuando Caetano cayó, el MPLA había vuelto a sus inicios desde un punto de vista militar; era outra vez débil e ineficaz”.*

- O **General Miguel Júnior**, [Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. 1.º Exército Nacional (1975-1992), Prefácio, 2007], que foi responsável pela “Educação Patriótica” nas Forças Armadas Angolanas (FAA), escreve no capítulo sobre a Descolonização que “(...) a dispersão de forças e meios será o traço característico principal da luta de libertação em Angola, o que facilitará substancialmente as campanhas de contra-insurreição que vão desencadear, por sua vez, as FAP [Forças Armadas Portuguesas]”. Logo de seguida, vinca que “a contra-insurreição portuguesa, com o tempo, configura-se adequada e aos poucos começou a travar as guerras de guerrilhas. Quando ela atingiu o seu máximo, as guerras de guerrilhas entraram em declínio completo”. Por fim, acrescenta que “(...) em 1973 as FAP controlam todo o território nacional sem margem de movimento para as três forças guerrilheiras. Assim, no fim de 1973, os movimentos de libertação vivem numa situação aflitiva. As forças guerrilheiras, como um todo, perderam capacidade operacional e estão agora na condição de completa imobilidade operacional”.

## 5. Cooperação Técnico-Militar Portuguesa em Angola

Conforme referido anteriormente, dos vários contactos tidos pelo autor desta “*Apreciação às Notas sobre as Conclusões do Seminário*” com militares angolanos (maioritariamente oriundos do MPLA, mas também provenientes da UNITA e da FLEC) que frequentam a Escola Superior de Guerra no âmbito dos cursos de Comando e Estado-Maior e Superior de Comando e Direcção, nunca ouviu nos mais variados fóruns, sessões e debates referências a uma vitória militar angolana na guerra de 1961-1974. Na verdade, é um dado adquirido e assumido sem constrangimentos que militarmente as Forças Armadas Portuguesas tinham a situação sob controlo, que a rivalidade mais grave e que minou capacidades de respostas face ao poder militar português estava na guerra inter movimentos de libertação, que a FNLA de Holden Roberto era um grupo tribal, americanizado e acantonado de forma sedentária no santuário de Mobutu, que a UNITA era um apêndice do esforço de guerra português contra o MPLA e que movimento de Agostinho Neto tinha, inegavelmente, uma superior representatividade interna e internacional, uma liderança reconhecida (MPLA e Agostinho Neto eram vistos como uma única e mesma “coisa”), apesar das dissidências internas perpetradas por Daniel Chipenda e Pinto de Andrade, e onde a proeminência política estava claramente acima da capacidade militar patenteada. Vencer a guerra estava fora de questão e, principalmente, para o MPLA, o mais importante era «resistir para existir», provando uma estratégia que frutificou após a descolonização.

A guerra que ainda hoje interessa aos angolanos conhecer e aprofundar, particularmente aos do MPLA, não é a da independência, mas a civil e o confronto entre «MPLA / Forças Internacionalistas cubanas e a UNITA / Forças imperialistas de África do Sul» (termos locais). Uma guerra que ganharam e que lhes permitiu sustentar a República Popular de Angola formalizada pelo Partido/Movimento em 11 de Novembro de 1975. Com inteligência política e visão estratégica, independentemente de formalismos ideológicos internacionalistas ou imperialistas.

Relativamente à guerra de 1961-1974, faz parte da memória histórica e se há algo que eu aprendi com os camaradas angolanos nestes últimos anos foi a sua superior capacidade em olhar para o passado como história e a encarar o presente como a realidade a vencer sem cair em utopias. Do mesmo modo que não é difícil contactar oficiais das Forças Armadas Angolanas que assumem sem constrangimentos terem sido, põe exemplo, praças ou sargentos do Exército Português, ou pertencido à então Mocidade Portuguesa, a recente integração de militares da UNITA, primeiro, e da FLEC, depois, nas FAA é algo que pode parecer surpreendente, mas é de enaltecer. Medidas só ao alcance de povos que têm nos superiores

interesses estratégicos do Estado a razão de ser de uma Nação que se assume como referência regional.

## **6. Fecho**

Ao contrário do que as “Notas (...)” dissertam, a situação política, social e militar em Angola não era de forma alguma preocupante pois estava controlada, não existia ameaça convencional concretizável, os comandos militares portugueses não estavam perturbados como evoluir da situação e a situação era de paz, progresso e prosperidade (em 1972, Luanda foi aclamada internacionalmente como a “Paris de África”).

Em conclusão, no decénio de 1970 Portugal assumia Angola como província politicamente sustentada, socialmente estabilizada e militarmente controlada.

Factos são factos.

Abílio Pires Lousada

Mafra

28 de Maio de 2012

CD25A

**A GUERRA NO ULTRAMAR -  
1961-1974 - RÉPLICA**

*Por Brandão Ferreira*



**Chefe tradicional fula, empunhando a Bandeira Nacional (foto tirada pelo então Tenente Roxo da Cruz)**

# A GUERRA NO ULTRAMAR – 1961-1974 – RÉPLICA

8/5/12

## 1. INTRODUÇÃO

a. O Instituto de Estudos Superiores Militares, em colaboração com o Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar (NICCM) levou a efeito nos dias 12 e 13 de Abril de 2012 um Seminário subordinado ao tema “**A Guerra de África - Portugal Militar em África 1961-1974 - Actividade Militar**”. Neste seminário tomaram parte doze oradores, todos militares e habilitados, por estudo e experiência, a nele intervirem. Como é uso nestes casos foram retiradas, no final, algumas “conclusões” provisórias que o oficial encarregado de o fazer, apelidou de súmulas, querendo referir-se ao que tinha sido dito pelos oradores.

b. Dois dos oradores intervenientes, os Coronéis Matos Gomes (MG) e Aniceto Afonso (AA), vieram insurgir-se contra as conclusões/súmulas, dizendo que não correspondiam à verdade dos factos, nem à realidade vivida. Sem embargo apenas se referem a uma frase e que foi esta: “A situação nos três teatros (Angola, Guiné e Moçambique) está controlada pelas FAs portuguesas e que era sustentável em termos militares”.

c. Face a esta situação os dois oficiais, com vasta experiência nas campanhas aludidas e conhecidos estudiosos do tema, escreveram um documento de 35 páginas (ou já estaria escrito?), contestando tal conclusão (e que se junta em anexo). É uma análise/réplica a este documento que agora se apresenta.

## 2. PREÂMBULO

### **“Parta V. Ex<sup>a</sup> descansado que eu não deixarei ficar mal a Bandeira Portuguesa”**

*Aniceto do Rosário*

(para o governador do Estado da Índia, antes do ataque a Dadrá e a Nagar Aveli)

**A.** Antes, durante e depois da argumentação aduzida, de contestação àquela conclusão - com a qual deixamos, já claro, a nossa concordância - os dois oficiais, agora contestatários, deixam expressas algumas “certezas” suas:

- Estamos em face de um processo/tentativa de “revisão histórico”;
- Portugal possuía colónias e fazia uma “guerra colonial”;
- Os portugueses (ou seria só o governo?) combatiam numa guerra injusta e ilegal.

Começamos por analisar estas afirmações pois são fundamentais para a análise/fundamentação do todo.

E notamos, desde já, uma evolução de monta: logo na 1<sup>a</sup> página podemos ler “*a defesa da política do regime da ditadura derrubado em 25 de Abril de 1974 feita*”



*posteriormente é legítima, resulta da democracia instaurada nessa data e aceitamo-la com toda a naturalidade*". Leram bem? Quem os viu e quem os vê!...

Já nas conclusões de um seminário idêntico ocorrido no IAEM, em 2000, e elaborado pelo então Director, General Garcia Leandro, que considerou o documento em apreço de "importante", se podia ler no seu nº 3 "haver que separar bem a questão ultramarina da questão do regime - existiu uma sobreposição entre o regime salazarista e a questão do ultramar, mas a questão ultramarina fazia parte da **História e da herança da Nação**. A 1ª República havia sido **defensora da política colonial**, bem como grande parte dos **opositores** do "Estado Novo" (sublinhados nossos).

Esta dedução (aliás correcta) não foi contestada por ninguém até hoje e constitui um bom ponto de partida para a discussão. Donde é lícito colocar uma outra questão e que é esta: "os territórios ultramarinos eram nossos (eram Portugal), ou não? A resposta para mim é óbvia, mas sê-lo-á para MG e AA e para os eventuais leitores?

**B.** Vejamos a questão do "revisão histórico" que os autores apelidaram de "persistente" e "ideológico" e dão como tendo tido início com a publicação do livro "África, Vitória Traída", escrito por quatro generais, em 1977, que tiveram altas funções de comando em África. Naturalmente que este seminário é tido como a última expressão deste revisionismo (será que o NICCM também é conivente?), não sendo dado mais nenhum exemplo ocorrido pelo meio.

Convém referir os nomes dos quatro generais pois não são "uns quaisquer": os Generais Bettencourt Rodrigues, Silvino Silvério Marques, Kaúlza de Arriaga e Luz Cunha. Não consta que, sobre eles, exista a mais leve sombra que possa manchar a sua competência, a sua integridade, o seu carácter ou o seu patriotismo.

Não deixa de ser curioso como é feita a alusão, eivada de menosprezo por quatro oficiais com brilhantes folhas de serviço e provas dadas no comando de tropas e, até em altas funções político-militares. Será que podem ser considerados menos avisados ou conhecedores do que a generalidade dos capitães que conspiraram para o 25 de Abril (onde se incluem MG e AA), da realidade dos teatros de operações, que estes últimos pela sua juventude e experiência, apenas podia ser parcelar ou de "ouvir dizer"? Ou será que assumem hoje, passados 40 anos, que sabiam tanto na altura como sabem hoje?

Lembra-se, ainda, que as decisões dos protagonistas devem ser avaliadas com o conhecimento que têm na altura e não por outras circunstâncias.

A acusação de que o "revisão histórico" é "ideológico" não deixa de ser caricato. Então as forças políticas que tomaram conta da rua (e do Poder) durante o PREC - onde os ditos cujos autores "militaram" - é que impuseram uma verdadeira ditadura ideológica relativamente ao que se teria passado no Ultramar (e não só); fizeram uma autêntica lavagem ao cérebro da população e dos ex-combatentes; prolongaram essas mentiras e estribilhos no discurso oficial, na maioria dos "media" e nos livros da escola - o que ocorreu por manifesta cobardia moral da maioria da população dos quadros e chefias das FAs, para já não falar do "politicamente correcto" da partidocracia existente - e agora vêm apelidar de ideológica qualquer outra análise que contrarie as suas, quando se quer recuperar algum **equilíbrio** nas

interpretações dos factos históricos e nas intenções (por vezes mais importantes do que aqueles) dos principais actores?

Começaram por relegar um milhão de combatentes para a prateleira da ignomínia e do esquecimento; diabolizaram a História dos seus antepassados, sobretudo a mais recente; afirmaram-se as maiores barbaridades - tudo sem direito ao contraditório - e agora (há meia dúzia de anos) que começaram a perder o monopólio dos microfones e o palco das entrevistas e do mercado editorial, vêm lançar mão desse labéu? Tenham vergonha!

### **C. Vejamos a questão “Colonial” e das “Colónias”**

Os autores MG e AA ainda devem viver no século XIX, quando se deu a corrida imperialista europeia para África e para o Oriente, quando se lutava por alargar fronteiras e conquistar povos - por onde, aliás, os portugueses já estavam estabelecidos havia séculos.

Devem ainda estar a pensar na Conferência de Berlim onde, de resto, os portugueses foram os mais visados e de cujo eventual retraimento as principais potências queriam fazer reverter a seu proveito.

Em 1961 (1947, se nos quisermos reportar à Índia) todos os nossos territórios viviam em paz, com fronteiras definidas e acordadas, sem problemas de soberania, sem representarem qualquer ameaça para vizinhos ou longínquos e estando perfeitamente integrados constitucionalmente na vida nacional (o que nunca aconteceu com nenhuma outra potência dita colonial).

Os autores nem em termos formais e jurídicos escondem o erro de os apelidar de “colónias”, quando oficialmente eram Províncias e Goa, Damão e Diu, tinham a categoria de Estado, desde o século XVII - o mesmo vindo a acontecer com Angola e Moçambique, após a revisão constitucional de 1971.

E confundem - certamente não por ignorância - que “colonialismo” passou a ter uma conotação negativa, desde o nascimento do “terceiro mundismo” (para já não falar do que era veiculado pelas internacionais comunistas) e sobretudo após a Conferência de Bandung, de 1955, em que foi conotado com a exploração de um povo por outro (ou do homem pelo homem). Nunca se lembraram de referir a “colonização”, que representa uma acção positiva, civilizacional de um povo sobre outro. Ora os portugueses - não estando isentos de terem feito algum colonialismo - foram sobretudo colonizadores e isso está plasmado em documentos que reflectem a orientação da Coroa Portuguesa desde o século XV.

E esquecem-se, direi muito convenientemente, que a agressão de que Portugal foi vítima - porque de uma agressão se tratou - visava a substituição de soberanias e o acesso a influência, pontos estratégicos e recursos naturais decorrente da “Guerra Fria”, não a autodeterminação dos povos!

Enquanto MG e AA não quiseram perceber isto - e já passou tempo suficiente - todas as suas análises saem erradas, pois partem de pressupostos errados.

### **D. A “Injustiça” ou Ilegalidade da Guerra**

Filomena Mónica caracterizou (e bem) a actuação do ex-PM José Sócrates como de “delinquente político”.

Considerar a guerra travada pelos portugueses entre 1961-74 (melhor entre 1954-74) como injusta e ilegal é uma delinquência política, moral e histórica.

Muito do que está escrito na alínea anterior aplica-se a este “item”.

Portugal foi agredido do exterior e por elementos internos mancomunados e dirigidos do exterior. Ora isto pura e simplesmente configura o direito à legítima defesa que, aliás, foi feita em termos proporcionados e humanos.

E o primeiro dos ataques violentos deu-se em Angola e foi de tal modo bárbaro que entra na categoria de genocídio e de crimes contra a Humanidade! Este crime não prescreve, ou não devia prescrever, mas não encontramos uma palavra de condenação nos tão “perspicazes” propagandistas da “culpa” nacional!

Autores estes que se assumem tão objectivos., factuais e pragmáticos que não lhes ocorre uma referência, por modesta que fosse, à extraordinária saga portuguesa de 500 anos, à humanidade e especificidade da expansão e colonização lusitana - singular e sem paralelo no mundo inteiro - e que explica porque dezenas de anos depois da presença política portuguesa ter terminado, muitos dos naturais não só recebam melhor os nossos compatriotas do que quaisquer outros, como ainda referem desejar ser novamente portugueses ou ter um estatuto como os Açores e a Madeira!

A justiça da causa portuguesa é por demais óbvia e funda-se, não só em razões históricas, de direito internacional e consuetudinário, pelo esforço e obra civilizadora e evangelizadora, pela alma criada, e pela vontade maioritária das populações. E tínhamos o dever de o fazer, porque essa era uma das razões da nossa existência, por espírito de sobrevivência, para proteger as populações e salvaguardar o património material, moral e espiritual da Nação.

Não era tudo perfeito - mas quem disse que a natureza humana é perfeita? Buscou-se, porém, uma integração política, administrativa e social sustentada e sustentável, uma progressiva igualização de direitos e deveres que a diferenciação civilizacional, económica e social não permitiu estabelecer desde o princípio. Mas tal representava um problema interno português, diria, exclusivamente português.

A única razão que se poderia atender como válida para o direito à autodeterminação dos povos - princípio que os governos portugueses, de então, nunca rejeitaram - seria o de a maioria da população desejar ser independente. Mas atrever-se-á MG e AA, ou quaisquer outros, a afirmar que a maioria da população de Angola, Guiné e Moçambique, ou sequer uma parte substancial dela, desejava ser independente?

E os que não desejavam que isso acontecesse não tinham o direito a lutar pelos seus ideais? (algumas povoações da costa sul de Angola são oriundos de portugueses vindos do Brasil após a independência deste, pois queriam continuar a ser portugueses e não brasileiros...).

Mas se MG/ AA defendem tanto a auto - determinação dos povos (e nunca os vi/ouvi/li preocupados com as “colónias” russas que se estendiam do Cáucaso ao Pacífico (deve ser por terem ido a cavalo, enquanto nós fomos de navio...), tão pouco com o colonialismo americano que foi dizimando bisontes e índios até chegar à Califórnia, comprou territórios a russos, espanhóis, franceses e mexicanos e deitou a mão ao Hawai, Filipinas, Cuba, Porto Rico, etc., e ainda hoje tem “índios” metidos em reservas - porque é que não lutaram para que o MFA, de que faziam parte,

promovesse a auto - determinação das populações perguntando-lhes qual o estatuto que queriam ter, entregando-as de mão beijada aos movimentos marxistas (e apenas esses) que tinham exercido guerrilha contra nós - e também aos que não tinham, como foi o caso de Cabo Verde, S. Tomé e Timor?

Essa auto-determinação que constava do Direito Internacional (DI), que tanto usam e abusam, para incriminar a acção dos governos portugueses que apenas se limitaram a defender a integridade dos territórios e a salvaguardar a fazenda e vidas das populações, que todos tínhamos herdado dos nossos maiores.

E que dizer da “evolução” das normas do DI, digamos “colonial”, cozinhado nas alfurjas da ONU? Deram-se os conhecidos plumitivos ao trabalho de estudar essa - diria involução - que foi fazer evoluir, sucessivamente, o clausulado para melhor se adaptar à escalada de condenação com que nos queriam apostrofar e derrotar? Fariam bem em fazê-lo, pois trata-se de uma das maiores nojeiras em termos de política internacional que apenas encontra paralelo nas piores acções da pérfida Albion.

Enfim, quando se olha para as coisas com preconceitos ou apenas com um olho (neste caso o esquerdo) não é possível acertar no alvo!

E não se consegue enganar toda a gente durante todo o tempo. <sup>1</sup>

Com estes pontos prévios - que são fundamentais ao enquadramento geral - tratados, apesar de superficialmente, e colocados no seu devido lugar, passamos à análise do que foi dito sobre a situação militar nos três teatros de operações (TO).

Esta análise vai apenas reportar-se a alguns dos pontos citados por MG/AA e duma forma sucinta.

### 3. Situação Militar nos Três Teatros de Operações

#### **“O inimigo atira pela porta da capela paroquial, salvem-nos. Morremos portugueses.”**

(Apelo pela rádio dos heroicos defensores de Mucaba, antes de serem salvos pela acção da Força Aérea, 30 de Abril de 1961)

#### **A. Angola**

Na zona Norte onde já nada de significativo se passava desde fins de 1965 e a FNLA estava moribunda veio, segundo os autores, e foi verdade, considerada uma hipótese de ameaça (ataque) do tipo clássico sobre Cabinda, por parte da FNLA, agora apoiada por forças do Zaire.

Havendo essa ameaça - e lembramos que uma ameaça é constituída pelo produto de uma capacidade por uma intenção (logo se um dos factores for “0” o resultado é zero) - ela parece bastante longe da importância da mesma ao considerá-la “de tal forma preocupante” (pág. 3) vejamos:

Se a ameaça fosse séria como se explica que sendo esta assumida na Reunião do Conselho de Defesa Militar, de Angola, em 19/2/1974, só em 17/3 (um mês depois), o Comandante - Chefe se tenha preocupado em enviar uma mensagem ao MDN a

---

<sup>1</sup> Para conhecer mais, favor ler o meu livro “Em Nome da Pátria”.

informar? E só outro mês depois, a 20/4, é que a RAS responde em termos de poder enviar auxílio?

Deve acrescentar-se, desde já, que havendo acordos de cooperação político-militar entre Portugal, a RAS e a Rodésia, um apoio da RAS seria uma coisa normal de acontecer, tanto mais que os F-84, da Esquadra 93, já tinham sido abatidos, em Maio de 1973, e ainda não substituídos.

Acresce que o Comando-Chefe tomou as providências que entendeu necessárias e reforçou as forças existentes em Cabinda.

De facto nada se passou e não era sequer verosímil que se passasse.

Primeiro porque não se divisava que objectivo pudesse ter a FNLA (que nunca tinha actuado em Cabinda) e o Zaire (Cabinda, seria quanto muito, zona de influência do ex-Congo Brazzaville), lembra-se ainda que o GRAE - Governo Revolucionário de Angola, no exílio - tinha deixado de ser reconhecido pela OUA, salvo erro desde 1969; depois porque seria duvidoso que os EUA vissem com bons olhos essa intervenção, dados os interesses petrolíferos existentes (a hipotética intervenção Líbia é, a essa luz, delirante!), terceiro porque seria de sucesso duvidoso, pois o potencial militar do Zaire estava longe de se poder bater connosco.

Além disso podíamos sempre complicar-lhes a vida, utilizando os "Fiéis" catangueses, no seu território, bombardear e, até, ocupar as suas bases junto à fronteira, por um período limitado de tempo, e prejudicar-lhe a economia vedando-lhes o Caminho - de - Ferro. E os 200 blindados (quais eram?) que valor teriam? Quantos estariam em estado de funcionamento? Qual a capacidade de manutenção e logística? Qual a proficiência das guarnições? Onde estavam colocados e quantos quilómetros teriam que percorrer para chegar a Cabinda?

Ou seja estes "blindados" parecem mais um alvo (finalmente, remunerador), do que uma ameaça. E Mobutu devia saber isto muito bem e, talvez, lhe fosse difícil explicar como é que tinha em Kinshasa uma delegação oficial portuguesa que incluía um inspector da DGS, desde 1969...

Que o Comandante-Chefe tenha considerado a ameaça não lhe retira credibilidade, antes pelo contrário, nem torna "absurda" a sua actuação (restando saber donde lhe vinham as "notícias", o que não é irrelevante).

Qualquer comandante que se preze tem o dever de "prever" e de perscrutar/antecipar ameaças, sobretudo as que são consideradas mais prováveis sem descurar as mais perigosas (as ameaças são graduadas, como MG/AA devem lembrar-se, mesmo atendendo aos anos que levam de reforma). Nada de novo nem de especial, portanto.

Em resumo, a capacidade e a intenção de Mobutu em tornar a ameaça como efectiva parece ser zero e por isso nada se deu.

A única coisa que, eventualmente, faz sentido em tudo isto seria Mobutu ter sabido ou suspeitado do que se preparava em Lisboa (25/4) e querer tomar uma atitude de modo a marcar posição para o que poderia vir, e veio. Isto para já não falar no plano mirabolante que Marcello Caetano (o maior responsável pelo 25/4 e não só) chegou a conceber para uma simulada independência branca em Angola, para esse ano de 1974...

Finalmente, o plano de desenvolvimento sócio-económico de Kalabuzza posto em marcha pelo Comandante de Cabinda, Brigadeiro Themudo Barata (preso,

miseravelmente, como outros, depois do 25/4, por tropas portuguesas a mando do MFA, mancomunado com forças do MPLA), estava a dar muito bons resultados; as relações com o ex - Congo Brazzaville tenham melhorado, a tal ponto de uma estrada alcatroada que cruzava o território ter continuidade numa picada já naquele país e um livro escrito sobre a actividade do Batalhão de Cavalaria 3871 (Cavaleiros do Maiombe), que permaneceram em Cabinda entre Fevereiro de 1972 a Junho de 1974 (Miconge) - e teve oito mortos - nada referir relativamente à ameaça citada. <sup>2</sup>

Vejamos a **“Frente Leste”**

A vitória na frente leste é contestada no documento, facto que tem sido desmentido por numerosos depoimentos de responsáveis militares que por lá combateram, como por documentos oficiais do Exército e, até, por responsáveis dos “Movimentos de Libertação”.

É certo que a vitória total (política se quiserem) não se reporta apenas à componente militar, mas esta é a mais importante e se não for obtida a outra (política) jamais o será (esta uma das falácias da “solução política” tão apregoadas).

De qualquer modo o que estamos a tratar é da situação militar e essa parece que só aparenta gravidade na mente de MG/AA e restantes conhecidos. Sem embargo até o PCP (!), já publicamente aceitou a vitória das FAs portuguesas, em Angola.

É evidente que o esforço do MPLA no Leste, a partir de 1970, alarmou o Comando - Chefe e fez balancear o dispositivo para distritos onde a malha militar era débil, mas tudo se compôs. E a partir da notável acção do General B. Rodrigues e seu Estado-Maior, a partir de 1972, as forças que se nos opunham foram desbaratadas tendo-se conseguido um acordo muito positivo com a UNITA que a neutralizou.

Atacam os autores os aldeamentos em que afirmam que as autoridades portuguesas confinaram 800.000 do milhão de habitantes que a área tinha, quase deixando transparecer que os aldeamentos eram “campos de concentração”.

É bom deixar claro que os aldeamentos levantavam alguns problemas (e exigiam investimento) e natural receio/oposição inicial por parte das populações quando eram deslocadas do seu “chão” (para já não falar no nomadismo de alguns). Mas nenhum Exército a braços com uma guerra subversiva o deixou de fazer.

De facto, tratava-se da melhor maneira de subtrair a população (o principal alvo) ao inimigo (IN) e proporcionar-lhe defesa adequada, controle, administração local e melhorar o seu nível de vida, ao proporcionar-lhe segurança, trabalho, saúde, água, educação, etc. Poderia não ser o ideal mas era o possível e o necessário. E quem quisesse sair era livre de o fazer.

Muitos dos aldeamentos estavam organizados em auto - defesa e ao subtrair a população ao IN, retirava-lhe influência ideológica, apoio logístico e fontes de recrutamento. Dificultava ainda, que o IN se misturasse com a população e passasse a ser mais dificilmente identificado. Minorava, por outro lado, as baixas colaterais.

E o que se afirma também é válido para os outros T.O.

Subentender que tínhamos 35.000 homens no Leste só para os guardar é uma tolice que não resiste à mais elementar análise. Se assim fosse, as nossas tropas (NT) não fariam mais nada - e não consta que alguma vez tivessem parado as operações -

---

<sup>2</sup> Da autoria do ex-alferes miliciano Mário Delgado.

nem tal seria possível já que 35.000 homens nunca poderiam controlar 800.000 se estes não quisessem ser controlados...

Relativamente às preocupações muito empoladas das autoridades militares Sul - Africanas, apesar do cuidado em se dizer que deviam ser "lidas à luz do interesse das RAS" (pag.6), elas referem-se à situação em 1968-1970, não em 1973, quando a situação ficou praticamente resolvida.

Estavam preocupados com o conflito que viam como global para todo o Sul de África, o que não constituía nenhuma novidade; os portugueses também estavam, e eram estes quem estava na linha da frente a proteger-lhes a retaguarda!

Estavam preocupados em que houvesse guerrilheiros que pudessem percorrer o território de Angola (muitas centenas de quilómetros) para atingir o seu território e o do Sudoeste Africano? Pois estariam no seu direito, só não explicam é como é que nós poderíamos interditar a passagem de umas dezenas? Centenas? De guerrilheiros, através de uma fronteira enorme e de um espaço com centenas de milhares de Km2, escassamente povoado! Era grave a ameaça? Não parece, seguramente menos grave que a actuação da ETA entre a fronteira espanhola e francesa durante décadas...

Deixam, contudo, os subscritores transparecer uma ideia errada (mais uma), ao focarem as relações com a Rodésia e a RAS, e que é esta: as autoridades portuguesas estariam muito pressionadas e de certo modo condicionadas na sua actuação pelas autoridades daqueles países.

Ora o que é um facto é que toda a colaboração e actuação foram feitas em estrita coordenação e nunca os militares sul - africanos ou rodesianos actuaram no nosso território sem serem devidamente autorizados e confinados aos ditames das autoridades portuguesas.

E tal também é válido para Moçambique. E não me parece que, alguma vez, os Sul-Africanos e Rodesianos, nos tivessem a ensinar algo que já não soubéssemos, ou que combatessem melhor do que nós.

### **Finalmente a questão da UNITA.**

O Comando-Chefe no Leste fez um acordo com a UNITA, movimento chefiado por Jonas Savimbi - que se tentou adiantar na subversão atacando a povoação de Teixeira de Sousa, no saliente do Cazombo no natal de 1966 (onde deixou 500 mortos!) - o qual, na prática, garantia a paz com as NT ao passo que passaram a combater os movimentos rivais.

Em 1973, porém, quando o General B. Rodrigues deixou o comando e foi substituído pelo General Hipólito este, por razões ainda não completamente apuradas, decidiu romper o acordo, unilateralmente, o que provocou natural reacção da UNITA.

Ainda mais inexplicável foi a autorização ou não, do Comandante-Chefe General Luz Cunha e a falta de actuação enérgica por parte do então CEMGFA, General Costa Gomes, que tinha sido um dos co - obreiros do citado acordo.

A pequena área de influência de Savimbi e o reduzido número de guerrilheiros e apoios de que dispunha, não eram de molde a torná-lo um problema complicado, além de que a insensatez do general Hipólito, podia ser corrigida a qualquer momento.

## B. Moçambique

Aqui a situação “era crítica”... (pág.9).

Começamos por fazer uma análise sintética da cronologia apontada (pág. 9-19), que sustenta a classificação de “crítica”.

Em 1972 (estamos a falar de um ano inteiro) são listados 15 eventos, às vezes simples entrevistas/reuniões, dos quais apenas cinco se referem a acções violentas, de que resultaram um morto e cinco feridos civis...

Das acções violentas nada de grave se regista e quanto a questões políticas nada de anormal se passa.

A única coisa relevante é o início dos ataques no distrito de Manica-Sofala, no dia 25 de Julho, o que representa uma extensão da subversão para sul do rio Zambeze e em direcção ao importante “corredor da Beira” (apenas se refere uma acção).

Certamente que se podia arranjar mais qualquer coisa para considerar a situação de “crítica”!

Relativamente a 1973 já se referem 25 eventos, nove dos quais com acções violentas de que resultaram sete mortos, 25 feridos e três raptados (houve muitos mais...). Já se refere alguns danos materiais, incluindo viaturas e caminho-de-ferro e ainda um caça e um helicóptero abatidos, apesar do “caça” não ter sido abatido mas sim destruído pelo rebentamento de uma bomba, na largada (o piloto, Tenente Lourenço, morreu). O DC-3 referido como tendo sido alvejado em 13/9, reporta-se ao atingido por um SAM7 (que não explodiu), em 6/5/74; o DC-3 referido como tendo sido atingido por fogo anti – aéreo, em 8/1/74, acidentou-se, era o 6162.

São referidas acções de forças rodesianas (que sofreram três mortos) ao abrigo dos acordos existentes. Só é referida uma única acção violenta em Manica e Sofala, **um ano depois** da última referenciada.

De relevante, em termos político-militares, é referido (e correctamente), o crescente conflito e diferenças de ponto de vista entre o Comandante - Chefe General Kaúlza de Arriaga e o CEMGFA General Costa Gomes, o MDN e o PCM Marcello Caetano, que viriam a inviabilizar o prolongamento da extensão da sua comissão (depois de 31/7/73), após esta ter estado acordada e a pedido do governo. Porém, não se vislumbra que estes desentendimentos possam ter influído nas iniciativas da FRELIMO nem afectaram a cadeia de comando nacional.

Todos os eventos referidos estão longe de esgotar o ocorrido.

Quanto a 1974 (até fins de Abril) é referido um aumento significativo da actividade registada (teriam, os autores, sido aqui exaustivos, para fazer crer aos leitores que houve um aumento “exponencial” da guerrilha?).

Vejamos, são referidos 20 eventos que não envolvem acções violentas e 46 destas acções, de que resultaram 25 mortos (16 civis, 5 militares e quatro guardas), 49 feridos (44 civis, quatro militares e um guarda) e quatro civis raptados. São referidos ainda o abate de três aviões rodesianos, e um helicóptero (destruído) e dois DC-3 atingidos; danos em povoações, quartéis e caminho – de - ferro.

De relevante nota-se, o aparecimento do míssil SAM-7 no T.O. de Moçambique, que já não apanhou as nossas forças de surpresa (a DGS tinha detectado a partida de 39 elementos da Frelimo para a URSS, em Agosto de 73, para serem treinados no Strella, pelo que se esperava que os misseis apareceriam em Moçambique a partir de



Janeiro de 74)<sup>3</sup>, e o aumento significativo das acções no distrito de Manica-Sofala (14), embora de baixa intensidade.

A cronologia apontada posta desta maneira, certamente que configura uma leitura diferente...

Ora se aquilo que foi referido consegue colocar um território nove vezes superior à Metrópole e com sete milhões de habitantes e os seus 53.000 militares que já contavam com uma experiência de 10 anos de operações, á beira de uma situação “crítica”, os leitores ajuizarão.

Não sei o que diriam os autores, por exemplo, se no período considerado tivesse havido um acidente (o maior de toda a guerra) na travessia de um rio, em que morreram 101 militares, em 21 de Junho de 1969...

E isto sem que MG/AA tenham sequer considerado qualquer acção das NT (parece que estavam todos “firmes, hirtos e voltados para a frente”), quando durante o consulado do General Kaúlza de Arriaga se verificaram uma média de 150 operações por dia... Percebe-se, os guerrilheiros eram invulneráveis às balas já que não se conseguiu contar sequer um único guerrilheiro morto!

Mas sejamos magnânimos e ajudemos os esforçados historiadores: o Exército português sofreu em Moçambique <sup>4</sup>:

Motivo/anos	1972 M (L)	1973 M (L)	1974 (até 30 de Abril) M (L)
Mortos em Combate	126 (92)	115 (87)	27 (18)
Acidentes c/armas	9 (15)	25 (20)	6 (14)
Acidentes viação	9 (46)	33 (31)	9 (10)
Outras causas	27 (38)	29 (59)	19 (14)
Total	171 (191)	202 (197)	61 (56)
Totais	362	399	117*

\*se extrapolarmos para todo o ano teremos  $3 \times 117 = 351$

M – Metrópole (L) - Recrutamento local

Falta contabilizar os mortos da FA e Armada, sendo que aquela teve 149 mortos em 10 anos de guerra e esta 29.

Ou seja, tínhamos sensivelmente um morto por dia, a que se têm que juntar os mortos por outras causas.

Quanto a perdas da FRELIMO apenas as podemos estimar pois não há estatísticas fiáveis, digamos que se multiplicarmos por três teremos um número aproximado.

<sup>3</sup> Um oficial, o então capitão Balacó, que estava em Moçambique, foi enviado à Guiné, em finais de 73, para se inteirar das tácticas para enfrentar o SAM 7.

<sup>4</sup> Fonte CECA “Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)”; Lisboa, 1988.

Como exemplo podemos adiantar que, em 1973, foram contabilizados cerca de 1784 mortos confirmados<sup>5</sup>.

**Ainda algumas notas:**

- Havia cerca de 500 padres e missionários em Moçambique, dos quais apenas 50 de algum modo se mostraram hostis (e muitos eram estrangeiros); as críticas de alguns bispos inseriam-se na luta dos chamados “católicos progressistas” cuja expressão maior veio a expressar-se na vigília da Capela do Rato em Lisboa; encontravam ainda apoios em algumas correntes da Igreja saídas do Concílio Vaticano II. Estavam longe de representar a posição da grande maioria do clero e da hierarquia da Igreja Portuguesa. Ser-se contra a guerra é uma declaração de princípio que só fica bem aos cristãos, encontrar soluções para os conflitos é já mais difícil. Que soluções apontavam os bispos moçambicanos referidos?

- As preocupações manifestadas pelo(s) comandantes-chefes não têm nada a ver com o considerar-se a situação desesperada. Todos os comandantes pedem mais meios e gostavam de ter mais meios. Perspectivar lealmente as ameaças é um dever que os obriga. Ter uma ideia do panorama geral, também. “Absurdo” é fazer de outro modo...

- Muitos dos desaguisados com o General Kaúlza de Arriaga têm a ver com a sua forte personalidade e o seu grande ego. Digamos que o General tinha qualidades suficientes que justificavam esse “ego”. Nem sempre as suas ideias caíam bem ou eram bem interpretadas. Faz parte da natureza humana.

Sem embargo é preciso ter em conta o seguinte:

Marcello Caetano (MC) e Costa Gomes estavam longe de ter simpatia por Kaúlza pela simples razão de que aqueles estiveram metidos na “Abrilada” de 1961 e este foi um dos principais opositores e mesmo aquele cuja acção mais contribuiu para que Salazar se mantivesse no Poder.

O MDN, Sá Viana Rebelo, é um personagem sob quem impendem muitas dúvidas. Sendo membro do governo é natural que seguisse MC (que teve o cuidado de “recuperar” os principais obreiros do golpe Botelho Moniz logo após tomar posse como Chefe do Governo); é ele também o responsável pelos decretos – leis, desastrosos, que puseram o “Movimento dos Capitães” em marcha; depois do 25 de Abril nunca foi molestado.

Por último MC - que considerava a situação em Moçambique pior do que na Guiné - andava furioso por causa do chamado “massacre de Wiriamu” (ocorrido em 16 de Dezembro de 72, mas só divulgado, internacionalmente, em 10 de Julho de 73), que lhe tinha estragado a visita a Londres, ocorrida entre 16 e 19 de Julho de 1973 e, ainda, por ao fim de três inquéritos não se ter encontrado nenhum responsável susceptível de ser condenado (acabou a demitir o Governador de Tete, Coronel Videira, o que configurou uma injustiça flagrante.

- O acordo de Lusaca referido, mas não explicitado, que o Eng.º Jorge Jardim (homem de mão de Salazar, mas não de MC) terá concebido com o Presidente Kaúnda, da Zâmbia, em 1973, numa tentativa de encontrar uma solução “política”

---

<sup>5</sup> Fonte, Boletins de Informação, do Estado - Maior do Exército.

para a guerra, deve ser aquele que é descrito no livro de Jardim “Moçambique, Terra Queimada”.

Não cabe aqui analisar tudo o que se passou, por demasiado extenso, apenas se refere que esse plano andava a ser marinado desde 1964 e que havia outro interveniente de peso, nessa solução que era o Presidente Banda do Malawi. O plano visava uma independência futura, feita com prudência e com o acordo das principais partes e nem sempre todas as iniciativas foram do conhecimento do governo central. Ora isto não tem nada a ver com um “súbito” agravamento da situação, como perspectivado pela cronologia apresentada.

De resto todo o “plano” foi tragado pela voragem dos acontecimentos que se seguiram ao 25/4.

- De tudo o que foi dito havia apenas um acontecimento que se revestia da maior gravidade, tratava-se das reacções insensatas e descabeladas de parte da população branca de Vila Perry e da Beira e das manifestações que realizaram contra as FAs, acusadas de nada fazerem para os proteger (e resta ainda apurar quem as promoveu).

A FRELIMO tinha, num esforço tremendo que a esgotou, conseguido infiltrar - grupos de guerrilheiros - cujo efectivo nunca deve ter ultrapassado os 150 efectivos - nos distritos da Zona Centro, chegando a 200 Km da Beira.

Não tinham sequer material pesado limitando-se a atacar fazendeiros e viaturas isoladas e tentarem sabotar o caminho - de - ferro perto da Inhaminga (esta área tinha, entretanto, sido reforçada com uma companhia de comandos, uma de paraquedistas e um grupo especial para-queda<sup>6</sup>).

Estes pequenos grupos de guerrilheiros eram de difícil localização, mas acabariam por ser detectados e destruídos. O problema é que a sua acção em zonas onde a FRELIMO nunca se aventurara causou um alarme algo histérico na população branca - que, ao contrário da de Angola, nunca tinha visto nem sentido a guerra - com extensos danos psicológicos. Estes danos foram extensivos às forças militares já que ninguém gosta de ser maltratado por quem está a ser defendido com risco de vida. Esta era a única situação verdadeiramente perigosa - pois punha em causa a coesão do esforço nacional - e tinha que ser atacada “com pinças”, mas energeticamente, por parte das autoridades civis e militares.

No mais tudo funcionava, não havia disrupção das actividades económicas, sociais, etc., nem constrangimentos insuperáveis à liberdade de acção tanto das autoridades civis como militares.

Deixamos os leitores com um dos factores da “débacle” nacional e que, seguramente, não pode ser confundido com os quatro generais autores da “Vitória Traída”, o Marechal Spínola, no seu livro “País sem Rumo”, afirma (nota de rodapé, pág. 290), o seguinte:

“De acordo com afirmações produzidas por representantes qualificados da Frelimo, este juízo da situação militar de Moçambique carecia de fundamento. Segundo estes representantes, a Frelimo atravessara duas fases críticas: em 1970 estivera à beira do colapso total no final da operação “Nó Górdio”, devido ao volumoso número de baixas sofridas e, em 1974, quando o desencadeamento da

---

<sup>6</sup> Directiva Operacional 2/74, de 23/2/74 do Comando - Chefe.

Revolução de Abril, atravessava uma fase grave de desmoralização motivada por dificuldades insuperáveis de reacompanhamento de efectivos, cansaço e hostilidade das populações, o que os levou a afirmar que a Revolução de Abril tinha apanhado a Frelimo em fase crítica de desequilíbrio e que esta devia exclusivamente ao MFA a sua recuperação”.

**C. Guiné** (a que, supostamente, estava pior – pág. 19)

Vamos adoptar neste caso uma nova aproximação ao problema: em vez de termos em conta a longa cronologia apresentada (a não ser em termos pontuais que sejam pertinentes) vamos atacar directamente a questão primordial.

E a questão primordial, no período considerado, foi uma tentativa muito bem urdida (certamente com apoio soviético e cubano, em Conakry), para nos fazer ajoelhar militarmente.

- O período de maior intensidade nas operações do PAIGC era o segundo trimestre da época seca, ou seja os meses de Março, Abril e Maio. Os meses anteriores eram de preparação, reunião de tropas e meios logísticos. A época das chuvas não era favorável a operações militares mesmo para a guerrilha.
- A grande ofensiva militar contava com a introdução de uma arma nova, o míssil SAM-7 “Strella”, com o que se pretendia acabar com a superioridade aérea portuguesa factor que, até então, era o principal responsável para que o diferencial do potencial de combate favorecesse as NT.

O primeiro míssil foi disparado a 20 de Março de 1973, e não a 25 como referido, (pág. 20), dois meses depois do assassinato de Amílcar Cabral. Sabe-se hoje que este líder guerrilheiro (o mais capaz deles todos), se opôs ou teve reticências à utilização desta arma pois temia uma escalada na guerra.

Por isto e por ser um moderado de formação portuguesa, pagou com a vida, pois era um obstáculo à ala dura e marxista do PAIGC e do seu principal apoiante, o sanguinário Sekou Touré.

O aparecimento desta nova e moderna arma, que já tinha sido referenciada pelos serviços de informação portugueses, mas não devidamente identificada, causou surpresa e um número elevado de baixas tanto em aeronaves como em tripulações, de que resultou ser o Grupo Operacional 12, a unidade militar que maior percentagem de baixas sofreu em toda a guerra.

Este facto causou naturais perturbações na actividade aérea e no moral do pessoal sobretudo por ainda não se conhecer a totalidade das características e potencial da arma e por isso poder determinar - se como lhe fazer face.

A Força Aérea iria passar pela fase mais crítica de toda a sua existência.

Saiu-se bem a FA, sobretudo por ter encontrado um comandante, o Coronel Moura Pinto, à altura da situação, não hesitando em liderar pelo **exemplo**. O Estado - Maior da FA, com a ajuda da F.A. Americana, conseguiu as informações necessárias que permitiram adequar as tácticas e as técnicas de modo a fazer face à nova ameaça, pelo que em fins de Abril, se passaram a efectuar todo o tipo de missões com constrangimentos variáveis.

A FA tinha perdido a **supremacia** aérea, mas não tinha perdido a **superioridade** aérea. No fim do ano o PAIGC tinha já praticamente esgotado o seu “stock” de mísseis (crê-se que receberam cerca de 55).

- Com este pano de fundo o PAIGC concentrou forças de infantaria e artilharia em elevado número para atacar em simultâneo (embora o tivesse feito com 10 dias de diferença), duas guarnições de fronteira, com o objectivo de aniquilar a sua defesa e tomá-las: Guidage, no Norte e Guilege, no Sul.

O ataque a Guidage iniciou-se a 8 de Maio e durou até 8 de Junho (um mês). A situação revelou-se muito grave, não só porque a vida da guarnição e da população se tornou muito dura, com muitos bombardeamentos e muitas baixas, como foi muito difícil passar a abastecê-la, pois a povoação foi cercada e as vias de acesso minadas.

Foi necessário ao Comando - Chefe, em Bissau, empenhar a quase totalidade das suas forças de intervenção e reserva; reforçar a povoação com uma companhia de paraquedistas, que teve que forçar o cerco à custa de duros combates e, ainda, se lançou uma grande operação a cargo do Batalhão de Comandos, que atacou e destruiu a grande base de Cumbamori, em 17/5, a fim de aliviar a pressão e eliminar a principal fonte logística das forças do PAIGC, que actuavam sobre Guidage.

As NT aguentaram a pressão e o IN abandonou o ataque a 8 de Junho.

- No Sul as coisas correram pior.

Guilege começou a ser duramente flagelada a 18 de Maio. Porém os estragos não eram importantes e registava-se apenas 1 morto e dois feridos, principalmente devido ao facto do aquartelamento ser o único em toda a Guiné que tinha abrigos de betão. Sem embargo Guilege tinha um ponto fraco: não tinha um furo artesiano que lhe fornecesse água, pelo que esta tinha que ser recolhida a cerca de dois km, o que resultava numa vulnerabilidade grave. A FA apoiava as NT de dia, com ataques de G-91 e, à noite, com bombardeamentos “à zona” utilizando um DC-3 adaptado!

O Comandante, Major Coutinho e Lima, foi a Bissau pedir reforços ao General Spínola. Este, por razões que desconheço, tratou mal este oficial e negou-lhe auxílio (possivelmente por não ter unidades disponíveis).

E antes do major se retirar disse-lhe que lhe ia enviar um oficial mais antigo (o Coronel Durão) que ia passar a ser o comandante e ele, major, passava a seu adjunto. Imagine-se a humilhação deste oficial.

Regressou a Guilege para verificar que um último bombardeamento tinha destruído o posto de rádio. Depois de conferenciar com os seus oficiais - e crê-se que o relacionamento/comando não seria também o melhor - decidiu retirar, sem estar autorizado para o fazer, para Gadamael-Porto. A retirada (com toda a população, cerca de 500 pessoas - o que demonstra que esta estava do nosso lado) foi feita durante a noite e correu bem já que as forças do PAIGC não se aperceberam de nada e só entraram no quartel dois dias depois...

O General Spínola deu voz de prisão ao major.

Com Gadamael-Porto em grande confusão e Gadamael - outra povoação perto de Guilege - completamente exposta, passou esta a ser atacada. Forças paraquedistas, entretanto libertas, foram reforçá-la e passaram a bater o terreno à sua volta.

A ofensiva parou, mas o abandono de Guilege (que, inexplicavelmente, nunca mais foi reocupado) podia ter feito desmorronar o dispositivo português, no Sul, por efeito dominó, como um baralho de cartas.

Dizem os autores do “manifesto” que durante toda a ofensiva as NT sofreram 47 ataques e tiveram 39 mortos e 122 feridos. Bom, só no acidente ao atravessar o Rio Corubal, após a evacuação de Madina do Boé, em 6 de Fevereiro de 1969, morreram 47 militares...

A ofensiva foi dura e difícil? Foi; causou estragos e baixas? Causou. Quem vai à guerra dá e leva. Mas, no fim, **nós ganhámos, eles perderam**. E a vitória teria sido completa não fora o percalço de Guilege.

No todo as NT portaram-se muito bem, com especial relevo para o Grupo Operacional 12 e o Batalhão de Paraquedistas 12, ambos sediados em Bissalanca.

Esta seria a síntese mais importante a tirar...

- Na sequência, o PAIGC aproveitando o armamento que o General Spínola tinha feito da zona do Boé, proclamou a independência, em 24 de Setembro de 1973. Não foi propriamente em Madina, mas em Locajol, pequena povoação ao lado da fronteira, não fosse alguém aparecer por lá...

Logo cerca de oito dezenas de países (os do costume!) reconheceram a nova Guiné-Bissau, sem Guiné e sem Bissau.

Foi de facto um gesto que fez bem ao ego de quem nos atacava, mas na realidade prática o que representava? Representava apenas hipóteses, que até ao 25/4 nunca se verificaram. Porém sendo hipóteses, ficava bem ao comando - chefe e ao governo equacionar e ponderar.

- Entre o fim da ofensiva a 8 de Junho de 73 e o fim do ano, a situação voltou ao normal e não nos abateram sequer mais nenhum meio aéreo.

A partir de Janeiro de 74, porém, houve algum recrudescimento da actividade do PAIGC com abundantes bombardeamentos de artilharia (donde se destacavam os terríveis foguetões de 122 mm mas, felizmente para nós, com muito pouca pontaria. A zona mais causticada foi Canquelifá, até que o Batalhão de Comandos atacou, com sucesso, as bases de fogos do PAIGC, entre 21 e 31/3, e a coisa terminou (operação “Neve Gelada” - raio de nome!)

## CONSIDERAÇÕES DIVERSAS

- É inegável que houve, a partir de 1973 (morte de Amílcar Cabral), uma mudança de actuação por parte do PAIGC, um aumento do potencial de combate a seu favor e uma melhor eficácia de tácticas e técnicas. Tudo isto se deveu a um forte apoio dos países comunistas, sobretudo da URSS e Cuba no seguimento da operação “Mar Verde” e da morte de A. Cabral (deve recordar-se que a URSS nunca tinha perdoado ao nosso país ter contribuído, decisivamente, para o fracasso da implantação do comunismo na Península Ibérica, durante a Guerra Civil de Espanha).

Tais modificações não foram antecipadas convenientemente pelas nossas autoridades.

- Para além da ofensiva, que conseguimos fazer gorar, restou alguma perda de moral nas NT (ter passado a haver mais constrangimentos à evacuação aérea de feridos, não ajudou nada), e o facto, que poderia tornar-se preocupante, do PAIGC ter conseguido, pela primeira vez, efectuar atentados dentro de Bissau.
- Foi referido, por várias vezes, a existência de viaturas blindadas (seriam as BRDM-2), mas não se especificando, tal pode criar confusões. Viaturas blindadas de transporte de tropas, não é a mesma coisa que blindados ou carros de combate. Viaturas blindadas também as NT passaram a ter, as “chaimites”. Havia muitos boatos a correr...
- Sem dúvida era urgente substituir o material gasto e adquirir outro mais moderno e as autoridades nacionais atrasaram-se muito a fazer isto, independentemente das dificuldades existentes. No entanto tal não tinha a ver com não haver dinheiro, como aduzido por MG/AA (pág. 31), que por ser um erro grosseiro, não carece de rebatimento.

Mas não quer dizer que não se tivesse iniciado a procura de aviões de combate, transporte (de que chegaram a ser adquiridos os Aviocar e o FTB 337), helicópteros de ataque e mísseis anti - aéreos (crê-se que os “crotale” já estavam em fase avançada de adjudicação). E estavam para entrar ao serviço 10 corvetas especialmente desenhadas para África. Muito mais haveria a fazer mas, para tal, era necessário acabar com as dúvidas, indecisões e tergiversações existentes em Lisboa.

- O IN, apesar do aumento e melhoria do seu material também tinha dificuldades. De facto o seu nível de instrução, treino e capacidade de operar equipamentos mais sofisticados era limitada; as potências fornecedoras tinham receio em entregar material moderno, pois receavam que caísse nas nossas mãos e armazenar e manter material sofisticado nas condições marginais em que a guerrilha operava, era uma dor de cabeça muito grande. De tudo isto resultava uma necessidade e visibilidade maior de instrutores estrangeiros o que punha em causa a teoria da luta pela “autodeterminação dos povos”.
- Da análise do relatório da reunião realizada no Comando - Chefe em Bissau, em 15 de Maio de 1973 - um documento de análise muito importante (mas que deve ser lido com “olhos de ver”) - retira-se um quadro cru da situação, em que se equacionam as ameaças existentes e possíveis. Não se considera ser um relatório optimista, nem pessimista. Porém, dele não ressalta um colapso das NT a curto prazo - apesar de a reunião ocorrer no pico da ofensiva em curso (e Guilege ainda não tinha sido atacada). Lista-se uma necessidade de meios (creio que realista e económica relativamente à FA e algo “optimizada” em relação ao Exército e Marinha). Fala-se em unidades com elementos brancos não identificados e, até hoje, ainda não se conseguiu encontrar alguém que os identificasse; topa-se com uma frase do General Spínola “as implicações da carência de meios para enfrentar a ofensiva do PAIGC conduzem a opções que ultrapassavam a sua esfera de responsabilidade” (pág. 22). Que seria que ele queria dizer com isto?

Por último uma dúvida: na sua intervenção final na citada reunião, Spínola é peremptório em dizer que não se devia reduzir o dispositivo, a fim de não

desproteger a população e deitar por terra a sua política (aliás correcta) de desenvolvimento político-social-económico.

Mas depois, aquando da reunião de comandos em Bissau, a 8 de Junho, em que participou o CEMGFA, General Costa Gomes, foi decidido remodelar o dispositivo de modo a “trocar espaço por tempo” (pág.23), que previa retirar as guarnições militares da faixa fronteiriça de modo a pô-los a coberto dos ataques de artilharia do outro lado da fronteira e permitir uma maior concentração e complementaridade de esforço, com definição de pontos - chave a defender “a todo o custo” (não teria sido este o conceito de manobra previsto em Goa, e tão condenado?).

Mas, afinal o que fez balacear o General Spínola para este conceito, depois de o ter condenado liminarmente na reunião de 15/5?

E porque nunca chegou a ser posto em prática? E porque se queria agora novamente reocupar o Boé, depois de o ter abandonado, será que queriam emendar um erro?

E que terá levado também, o novo Comandante - Chefe, General B. Rodrigues a reavaliar toda a situação, não tendo sido abandonada nenhuma povoação?

E porque não forçou o CEMGFA a implementação de uma ideia de que ele teria sido, possivelmente, o principal defensor?

- Sem embargo das dificuldades reais e sentidas na situação militar, um factor existiu que se estima muito mais grave do que aquela: o conflito crescente entre Marcello Caetano e Spínola. Este conflito culminou com a proibição, por parte de Lisboa, de negociações com o PAIGC, na sequência da sugestão de Senghor durante o encontro com Spínola, em Cap Skiring (Senegal), em 18/5/72. E, ainda, por causa de uma conversa que correu mal entre o Presidente do Conselho de Ministros (PCM) e o Governador da Guiné, em que este ficou escandalizado por ter inferido que o governo não se importava que ocorresse uma derrota militar na Guiné, o que fez ressuscitar os fantasmas da Índia.

O estado de espírito do general não seria dos melhores e tal estado de espírito veio a contaminar, naturalmente, o seu QG. Até que ponto esta situação desmoralizou o Comando na Província é passível de especulação. Bom não foi certamente e seguramente que veio a influenciar o “MFA” local (1ª reunião de 50 oficiais a 21/8/73, em Bissau).

Ao contrário do conflito com Kaulza Arriaga, em Moçambique, este parece ter tido consequências na cadeia de comando e no moral das tropas.

Hoje podemos ter uma visão mais clara sobre o que se passou - embora as verdadeiras intenções dos protagonistas sejam difíceis de perscrutar - o Governo não quis deixar “cair” a Guiné, pois nomeou um dos melhores generais no activo, para substituir Spínola e a defender, e quanto à proibição dos contactos com Amílcar Cabral, nas condições propostas, os argumentos aduzidos eram lógicos e pertinentes.<sup>7</sup>

O General Spínola abandonou a Guiné (a seu pedido) para ir escrever o “Portugal e o Futuro” (ou alguém por ele); arranjam-lhe um cargo que não

---

<sup>7</sup> Ver Marcello Caetano “Depoimento”, Record”, Rio de Janeiro, 1974, pág. 190.



existia, o de Vice-CEMGFA e mandaram-no visitar Angola e Moçambique, para ele não ter uma visão do mundo apenas “pela fresta de Bissau”.

E ainda está por apurar se alguém em sua representação, esteve presente ou não, entre as cúpulas do recém - formado PS e o PCP, em 1973, onde estes combinaram a estratégia final de assalto ao poder em Portugal.

Coisa que talvez MG/AA nos possam vir a elucidar no futuro.

#### Mortos na Província da Guiné

Motivo/Anos	1972	1973	1974 (até 30 de Abril)
Combate	61 (20)	88 (51)	43 (25)
Acidentes c/armas	27 (3)	17 (4)	5 (4)
Acidentes viação 14 (2)	7 (3)	10 (1)	
Outros	23 (14)	25 (20)	5 (6)
Total	125 (39)	137 (78)	63 (36)
Totais	164	215	99 (x 3 = 297)

( ) Do recrutamento provincial

#### 4. CONCLUSÕES

**“A guerra é de facto uma coisa má. Mas existe algo ainda pior do que a guerra: é perdê-la”**

Do autor

##### A. Generalidades

Uma análise serena do Portugal contemporâneo (digamos, desde o fim da II GM) devia contemplar cinco períodos:

O primeiro que vai do fim da guerra até ao início do ataque violento ao Ultramar português, com os massacres iniciais em Angola, em 15/3/1961 (se quisermos Janeiro de 61, com os incidentes da Baixa do Cassanje), e suas causas; o segundo deve cobrir todo o período em que decorreram as operações militares em reforço das autoridades locais, protecção das populações e afirmação de soberania; o terceiro deve cobrir o período que vai desde o golpe de estado, em 25/4/1974, a sua execução, transformação em “revolução” e o fim desta, em 25/11/1975. Pelo meio, requiere-se um aturado estudo de tudo o que ficou conhecido por “Descolonização”; o quarto dedicado à lenta estabilização do país que decorre até à entrada na CEE, em 1986; finalmente, um quinto que se estende até aos nossos dias.

Ora o texto a que estamos a dar réplica apenas se refere ao 2º período e apenas no que toca (e parcialmente) à situação militar nos três TO, com uns afloramentos do foro político e diplomático. Ora tal é muito curto para se entender o conflito que era global, carecendo de uma Estratégia Total.

De facto é fundamental um enquadramento estratégico, uma análise política, diplomática, económico/financeira/social e psicológica e tudo interligar com a parte militar do conflito.

E, de um todo, é fundamental analisar o que se passou na retaguarda, que era a Metrópole, sobretudo no âmbito político e psicológico, porque foi onde tudo se perdeu. E não por esgotamento militar da nossa parte ou por vantagem avassaladora do IN. Mas como essa análise não foi feita não nos alargámos nela, a não ser em casos pontuais, necessários a uma mais correcta argumentação.

Os autores da crítica às conclusões do Seminário do IESM terminam a sua escrita com o seguinte parágrafo:

*“Os exércitos não têm a obrigação de obter vitórias, mas de lutar. As FAs portuguesas lutaram em África com os meios de que dispunham. As condições em que combateram conduziram àquele resultado, que podemos tentar compreender, mas que não podemos alterar”* (pág. 35).

Ninguém, no seu juízo perfeito quer alterar resultado algum, mas sim chegar a uma conclusão que se aproxime o mais possível da verdade que os factos e intenções permitam avaliar. Ainda hoje se discute a batalha de Alcácer-Quibir e continuar – se – á a discutir, talvez porque na altura não se tivesse conseguido fazer uma análise objectiva do que se passou e se tivessem conservado os documentos necessários. Isto é importante pois permite colocar no pedestal da História cada um segundo os seus merecimentos e conseguir-se sínteses de conhecimento que permitam melhorar o futuro. E não cair sistematicamente nos mesmos erros.

Também é óbvio que os exércitos lutam com aquilo que têm e não com o que gostariam de ter. Foi sempre assim, sempre assim será. Ganha quem consegue andar à frente dos acontecimentos, garanta mais - valias ou consiga, através dos “Princípios da Guerra” e excelência táctica, colmatar vulnerabilidades suas ou suprimir vantagens alheias. A guerra é, por excelência, o reino da imprevisibilidade.

Mas a guerra é também e sobretudo, uma luta de vontades e de Fé. Perde quem a perder primeiro.

Por isso aquela referência displicente (pág. 28) ao “jovem capitão miliciano” que comandava as forças estacionadas em Canquelifá (superiores até ao que devia corresponder o seu posto) e fez frente, vitoriosamente, a numerosos e duros ataques, é assaz infeliz. Pelos vistos portou-se melhor do que muitos oficiais do quadro permanente...

De facto os Exércitos combatem com o que têm - e registamos o facto dos autores o admitirem, apesar das “queixas” e críticas que perpassam toda a sua argumentação. Por isso nos últimos anos temos enviado forças militares portuguesas para os Balcãs, para o Afeganistão, etc., sem alguns equipamentos imprescindíveis (sobretudo depois de se ter tentado inventar guerras onde não se pode morrer...), ou, à última da hora, ter ido pedir o material emprestado, a terceiros. E deve realçar-se que as tropas nacionais não foram defender gentes nem terras suas, foram defender posições estranhas às suas, cujo interesse nacional é muito discutível, seguramente menor.

E é exactamente a consciência de que os militares portugueses tinham, em África, ou no Oriente, que estavam a defender compatriotas seus e património comum, que se bateram tão bem, até ao fim, como em muito poucos outros lances da História Pátria. Só claudicaram quando a subversão tomou conta de muitas das consciências que tinham, em primeiro lugar, jurado a sua defesa como de resto é o caso dos autores, ou será que não sabiam ao que iam quando entraram na Academia Militar?

Finalmente, a afirmação de que “os exércitos não têm a obrigação de obter vitórias mas de lutar é, salvo o devido respeito, um disparate. Então lutam para quê? Para empatar? Para se imolarem sem sentido?

É evidente que os exércitos lutam, e lutam por um objectivo que é sempre político, mas lutam para ganhar. A luta não é só sua, como no caso vertente o não era. Era de todos e cada um tinha que fazer a sua parte. E ganhar a sua parte, ponto final.<sup>8</sup>

Quem, menos avisado ou conhecedor da temática ou do que se passou, ler o documento posto a circular na net, ao mesmo tempo que era enviado aos destinatários (dos quais se inclui o General Director do IESM), fica com a sensação que faltariam poucos meses, quiçá semanas, para que os cerca de 150.000 homens (fora as dezenas de milhar de milícias) das FAs portuguesas serem aniquilados ou lançados ao mar, pelos cerca de 20000 guerrilheiros (dos quais nem metade devia andar na mata), que se estima restarem aos movimentos independentistas.

Ora isto não tem pés nem cabeça. Vamos ver, a seguir, porquê.

## **B. Síntese da Situação nos Teatros de Operações.**

(1) Do nosso ponto de vista a situação em Angola estava perfeitamente controlada. Em 1974 a área afectada pela guerrilha devia-se situar entre 5 e 10% do território. A situação económica e financeira do Estado já permitia pagar as operações militares e melhorava todos os dias. O aumento da escolaridade iria permitir o aumento do enquadramento das unidades em serviço no território e aumentar o recrutamento, para o que havia sempre mais voluntários do que capacidade para os absorver.

Seria preciso neutralizar Savimbi e as poucas forças de que dispunha. Bastava chamar o General Hipólito à razão e oferecer um cargo qualquer ao futuro líder do Galo Negro.

É evidente que seria necessário melhorar o serviço de informações para se poder manter uma vigilância atenta; garantir forças de reserva para intervenção rápida e servir de dissuasão (a recente introdução de helicópteros “SA330 PUMA” aumentava a capacidade de transporte e de actuação táctica, enormemente); melhorar a cooperação com a RAS e transformar todas as forças especiais “Flechas”, “Fiéis”, “TE”, “OPVDCA”, etc.,<sup>9</sup> numa força de segurança tipo GNR, que pudesse paulatinamente substituir as forças militares e libertá-las para poderem reforçar outros T.O. caso necessário.

Lembra-se que em 1974 havia ainda 115 grupos especiais (GE) de tropas (3560 efectivos), só do recrutamento local, fora o recrutamento normal a que se devia juntar as milícias que foram de uma lealdade extraordinária.

A FNLA praticamente deixara de lutar, desenvolvendo apenas algumas acções na região dos Dembos e os seus quadros estavam “aburguesados”; o MPLA já

---

<sup>8</sup> Podemos estar errados na nossa apreciação mas a referência que os autores citados fizeram de que “os Exércitos não têm a obrigação de obter vitórias...” é uma tentativa sub-reptícia e maliciosa para chamar a atenção para a tal “solução política”. Para não haver dúvidas o assunto será tratado em anexo “A”.

<sup>9</sup> “Flechas” (grupos de combate liderados pela DGS formados essencialmente por Bosquímanos e ex-guerrilheiros capturados); “Fiéis”, (antigos militares catangueses que combatiam do nosso lado); “OPVDCA”, Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola; “TE”, (grupo de dissidentes da UPA/FNLA que tinham desertado para o lado português, em 1965).

praticamente não tinha combatentes e os seus quadros políticos estavam dilacerados por lutas intestinas.

Finalmente os três movimentos combatiam-se mutuamente e todas as tentativas feitas para se entenderem, frustraram-se.

Uma situação detectada, em 1972, de focos pré-insurreccionais no distrito do Cunene - que os autores nem afloram - foi neutralizada por atempada acção das autoridades.

E, de facto, não havia qualquer ameaça, sequer fraca, que fosse razoável antecipar.

## **(2) RELATIVAMENTE A MOÇAMBIQUE**

Havia sobretudo actividade no planalto dos Macondes, no distrito de Cabo Delgado, dada a tradicional rebeldia e agressividade da etnia Maconde e ainda à proximidade da fronteira com a Tanzânia (o principal apoio da guerrilha) e da sua grande base de Nashingwea. Os planos para atacar e destruir esta base estavam prontos e só não foi arrasada por receio de complicações internacionais, por parte do governo (sobretudo por causa das repercussões que o incidente de Wiriamu tinha tido - outro assunto que tem sido mal equacionado e que as FAs Portuguesas, há muito deviam ter feito um **relatório oficial**).

A progressão para Sul tinha chegado ao Rio Lúcio - estendendo muito as linhas de comunicação da Frelimo - mas não haveria grande perigo de passarem daí, não só por causa do que se disse mas, também, porque iria entrar numa zona maioritariamente habitada pela etnia Macua, que era contrária à subversão. O mesmo se podia dizer dos islamizados que se concentravam no litoral norte.

O distrito do Niassa, que confinava com o Malawi (que não era ameaça para Portugal) e com o lago com o mesmo nome, sempre tivera uma actividade de guerrilha pouco intensa e não oferecia cuidados especiais. Os Ajauas, etnia que habitava parte do Niassa, Cabo Delgado e Zambézia, também não eram grandes adeptos da subversão.

A operação "Nó Górdio" (1/7 - 6/8/70), que desarticulou a estrutura da Frelimo em Cabo Delgado, coincidiu com o arranque das obras da grande Barragem de Cabora-Bassa - que os desgovernos da III República resolveram alienar - que iria ser o maior empreendimento dos portugueses em toda a sua diáspora, superior mesmo à construção do incrível Forte Príncipe da Beira, na Foz do Amazonas...

Tal facto que era de grande prioridade para nós, passou a sê-lo também para a Frelimo, que deslocou o grosso das suas forças para a zona com o intuito de impedir a sua construção. É por essa razão que a guerrilha alastra ao distrito de Tete.

Ora o governo português pensou bem quanto à barragem mas "esqueceu-se" de um pormenor: era preciso tropas para defendê-la e a toda a linha de abastecimento logístico que a sustentava. Daí o pedido de mais unidades feito pelo Comando-Chefe e a reorganização e alargamento do dispositivo. Como o reforço de tropas foi recusado, apostou-se na criação de numerosos grupos de combate de recrutamento local, os GE, GEP e comandos (chegou a haver 83 unidades destas), que vieram a dar um excelente resultado.

Parece ser conveniente lembrar, que o esforço (enorme) para a defesa de Cabora-Bassa foi coroado de êxito e nunca a guerrilha conseguiu prejudicar (a não ser pontualmente e sem gravidade de maior) a sua construção.

A situação de guerrilha no distrito de Tete era intensa, mas estávamos a receber cada vez maior apoio de forças rodesianas. Nada havia que fosse causa de alarme ou perda de

controlo. Além disso a Frelimo para colocar forças suas em Tete, vindas da Tanzânia, tinha que percorrer distâncias enormes, atravessar todo o Niassa, o Lago Niassa ou o Malawi (que colocava obstáculos) e, nalguns casos, a Zâmbia.

Era, seguramente, mais difícil para eles do que para nós...

E quando a barragem estivesse concluída, em 5 de Março de 1975, tal iria constituir um formidável obstáculo à penetração da Frelimo para Sul.

Num supremo esforço (que os esgotava), a Frelimo, estando em Tete, entendeu ultrapassar o Rio Zambeze, a fim de explorar o efeito psicológico que tal poderia causar nas suas fileiras, nas nossas e poder ser explorado como propaganda a nível internacional.

E deve reconhecer-se que este foi o sucesso mais substancial que a guerrilha obteve, já que obrigaram as forças portuguesas a estenderem a sua malha e provocaram um impacto na população branca (que não na negra), perfeitamente descabido.

Contudo, nos combates que a Frelimo travou conosco sofreu, só em 1973, 1784 mortos confirmados (fora os não confirmados), 364 feridos e 265 capturados, o que representa um número que seria muito difícil substituir. O seu moral era muito baixo e a introdução dos mísseis Stella, a partir de 1974 (e de que nós já estávamos alertados) foi uma desilusão para as suas hostes.

Este facto, a extensão do território que estava afectado pela guerrilha - que originava uma dispersão das NT e grandes distâncias a percorrer - e o número de baixas ocorridas (superiores às da Guiné), levam a colocar-se sérias dúvidas se a situação no T.O. de Moçambique não seria mais grave do que na Guiné.

De qualquer modo algo afastado da "situação crítica" que MG/AA afirmam ter existido.

### **(3) A SITUAÇÃO NA GUINÉ**

Geograficamente a Guiné era o TO mais difícil e complicado dos três. A totalidade da fronteira terrestre (700 km) era hostil e sem obstáculos naturais, o território era muito pequeno (do tamanho do Alentejo e sofria de um fenómeno de marés muito extenso que lhe inundava ou tornava pantanoso cerca de 5000 km<sup>2</sup> de território e prejudicava a navegação em numerosos rios.

Os maiores rios cruzavam a Guiné de leste para oeste dificultando as comunicações norte/sul. Quase não havia pontes. Na parte ocidental havia densas e quase impenetráveis zonas de mangal e floresta tropical. O clima era muito desgastante para caucasianos, sobretudo no período das chuvas, muito quente e muito húmido. O relevo era quase inexistente, apenas colinas no Leste (máximo 300 metros) o que dava algumas vantagens à Força Aérea, com tetos baixos, no período em que chovia. Outra vantagem para a FA deriva da pequenez do território já que chegava em pouco tempo a qualquer ponto do mesmo. Muitas povoações estavam isoladas por estrada e só podiam ser abastecidas por via fluvial.

Em termos de população a Guiné era uma manta de retalhos étnica e religiosa, que acabava por trazer mais vantagens às NT do que ao IN.

Este levou tempo a implantar-se e foi mais cuidadoso do que os seus congéneres de outros TO.

E os guerrilheiros do PAIGC também se mostraram os mais aguerridos, bem comandados e treinados de todos os que nos combateram.

A guerra até 1973 não ofereceu grandes problemas e as maiores operações militares incidiram em áreas que os guerrilheiros diziam querer dominar (caso da operação Tridente). A

supremacia área, que era um factor decisivo para as NT, sempre que desafiada (antiaéreas) manteve-se.

A partir do reforço da manobra psicossocial idealizada após Spínola ter assumido o cargo de Governador e Comandante-Chefe o PAIGC perdeu grande parte do apoio que ainda tinha na população, levando a muitas deserções nas fileiras IN. Onde esta acção teve mais sucesso foi na área de Teixeira Pinto (“Chão Manjaco”).

A mudança na actividade militar do PAIGC deu-se em 1973 e continuou do modo já explicitado.

Notou-se um aumento nítido no potencial de combate do IN (melhoria do armamento e tácticas e apoio de instrutores estrangeiros), mas também se começou a equacionar a compra de novos armamentos e equipamentos para as FAs portuguesas de que estas careciam. O que só pecou por tardio.

Tinha que se ultrapassar o factor tempo, difíceis negociações, proibições e constrangimentos de firmas e países e orçamentar as verbas necessárias. Fazer uma guerra barata ia ter que acabar.

No mais o recrutamento local decorria a bom ritmo e constituir um novo batalhão de comandos estava perfeitamente dentro das nossas possibilidades (o material capturado dava, até, praticamente, para o armar e equipar!). Lembra-se que, fora a FA, o Batalhão de Comandos era, provavelmente, a unidade mais temida pelo PAIGC.

Em 1974 já havia um batalhão de Comandos, 14 companhias e 53 pelotões de tropas regulares, só com naturais da província, além de 45 companhias e 23 grupos especiais de milícias. Toda esta gente foi de uma lealdade e fidelidade extraordinárias!<sup>10</sup>

Quanto à ameaça externa a mesma, a existir, estava longe de se poder concretizar.

Havia notícias pouco fidedignas de existência de “blindados” aqui e ali; a ameaça aérea da Guiné-Conakri nunca passou de contra informação: nada daquilo funcionava. A possibilidade do PAIGC ter aviação própria era uma miragem, de tal maneira que, em 1996/97 quanto estive como Adido de Defesa, em Bissau, havia um Chefe de Estado-Maior da Força Aérea mas... nenhum avião.

Infelizmente nem para a operação Mar Verde a nossa espionagem conseguiu obter informações fidedignas sobre o estado dos MIGs, nem sequer da sua localização.

A existência de unidades do PAIGC constituídas por brancos, mercenários ou não, nunca foi confirmada; mataram-se uns poucos do Mali. O que se sabia - isso sim - é que haveria alguns instrutores argelinos em campos de treino na Guiné-Conakri e muitos cubanos, que foram quem passou a dar alguma consistência táctica às acções do PAIGC o que alguns ainda têm constrangimento em admitir.

Dos que se aventuraram no nosso território um deles foi ferido e preso, em 1969: o capitão Peralta. Um ronco!

O homem ficou preso em Lisboa e depois do dia em que as floristas esgotaram os cravos, aquele combatente pela “liberdade dos povos oprimidos” (mas que vivia com o seu oprimido), foi libertado e festejado. Só faltou darem-lhe a Torre e Espada.

---

<sup>10</sup> Ao contrário do comportamento que os detentores do poder, após Abril de 74, tiveram para com eles, abandonando-os à sua sorte. Uma nódoa moral de dimensão imensa que a Nação portuguesa herdou, não espiou, e que vai ter que carregar para todo o sempre. Um “pequeno pormenor” que certamente não tem cabimento nas análises de MG/AA.

Quanto a esperar que a OUA pudesse enviar tropas de países membros atacar-nos, talvez tivéssemos que esperar até hoje. Primeiro porque teriam que desenvolver capacidades para tal, depois porque era preciso que se entendessem.

Se calhar foi pena, talvez passássemos a ter alvos remuneradores...

No total as forças nacionais ocupavam 225 cidades, vilas e aldeias, todas eram abastecidas normalmente, e não havia local onde não pudéssemos circular, obviamente com medidas de segurança de intensidade variável. Estamos a falar do 1º trimestre de 1974.

A guerra estava militarmente ganha? Não estava. Estava perdida? Nada o indica. Era a situação crítica ou fora de controlo? Responde-se com outra pergunta: quantos oficiais e sargentos do quadro permanente mandaram evacuar as suas famílias por temerem a sua segurança?

### **C. ASPECTOS DE APRECIÇÃO RELEVANTES**

Os autores das 35 páginas limitam-se, para chegar às conclusões que inferem, a desbobinar uma catadupa de eventos da iniciativa de quem nos atacava e de algumas reacções (relatórios, notas, reuniões) de responsáveis portugueses a essas iniciativas.

Dá ideia de que estávamos numa feira em que o IN ia testar a sua pontaria na barraquinha do tiro ao alvo (que éramos nós) e que o alvo não se mexia.

E dá ideia, também, de que a vida do PAIGC, da Frelimo, da FNLA, do MPLA e da UNITA, era um mar de rosas.

Vamos lá tentar tirar as “palas” dos olhos aos nossos camaradas escritores.

#### **(1) OS PROBLEMAS DO IN**

- Em termos gerais os “movimentos de libertação” tinham problemas de liderança, organização e doutrina, graves. Havia numerosas rivalidades, facções e lutas pelo Poder que não raras vezes levaram, ao assassinato, a fuzilamentos e a purgas.

- Sofriam de confusão ideológica e dissidências várias das quais as mais importantes derivam da guerra surda entre soviéticos e chineses.

Em Angola a confusão era ainda maior pois para haver vários “ismos” no MPLA, a FNLA era anti-marxista e a UNITA não se sabia muito bem o que era.

O PAIGC tinha um problema insanável entre os cabo-verdianos, que constituíam a maioria da “elite” dirigente, e os oriundos dos diferentes chãos guinéus, que representavam a quase totalidade dos combatentes.

- A massa humana que constituía o grosso da guerrilha tinha um grau de instrução baixíssimo que dificultava a doutrinação e, sobretudo, o treino, a aprendizagem e o enquadramento.

As acções tácticas progrediam devagar e nunca houve muitas unidades que tivessem um alto grau de agressividade. Até ao fim da guerra, felizmente para nós, tiveram sempre má pontaria...

- As suas vantagens derivavam da sua rusticidade, adaptação ao clima e conhecimento do terreno. A indisciplina de tiro era grande e tinham muitas dificuldades em aprender a utilizar material mais sofisticado.

Se as condições de vida da maioria da tropa portuguesa era dura (a FA e Marinha tinham muito melhor qualidade de vida), que se pode dizer da guerrilha? Vivendo no mato, mal alimentados, tendo de carregar o material, às vezes por distâncias enormes e, sobretudo, a insegurança em que viviam; tendo muito mais mortes do que as que causavam e não gozando praticamente de assistência médica, não seria fácil manter o moral.

Os desgraçados até quando iam para treino nos países comunistas passavam mal, vítimas do frio, de fracas instalações, comida diferente e um racismo puro e duro!

- O seu Moral era ainda prejudicado sabendo os seus dirigentes vivendo bem, viajando e longe dos perigos. E nunca mais vendo a guerra acabar.

Aos soldados portugueses nunca se prometeu o fim da guerra com prazos (tirando algumas frases infelizes proferidas em Angola, no fim da reocupação do Norte, a seguir ao 15 de Março. Relativamente aos guerrilheiros a vitória era para o ano seguinte. E os anos foram passando...

- Se a Metrópole tinha esgotado a sua capacidade de recrutamento (e iria, até, haver um decréscimo por causa da emigração), restava no Ultramar um vasto campo de recrutamento. Mas que dizer da guerrilha? A sua capacidade de aliciamento diminuía e a opção muitas vezes usada do recrutamento coercivo, acabava mais cedo ou mais tarde por se revelar uma má opção.

- A deserção dos guerrilheiros foi constante desde o início do conflito e em todos os TO. Muitos apresentavam-se com a sua arma. Foram sempre bem tratados e muitos deles passavam a combater do nosso lado.

Infelizmente também houve alguns portugueses de 4ª categoria que se bandearam para o lado do IN. Mas, como Camões cantou, “dos portugueses também traidores houve, algumas vezes”.

- Os diferentes países que acolhiam a guerrilha - e sem esse apoio nunca teria havido guerrilha - também tinham rivalidades entre si e não tratavam os diferentes movimentos de igual modo.

- A existência de um mosaico de etnias nos três TO também não favorecia a guerrilha, pelas tensões e rivalidades que havia entre eles.

- Partindo da hipótese de o conflito poder escalar para uma actividade militar do tipo convencional com a ajuda de forças de países terceiros, seria também expectável que o bloco ocidental passasse a reagir de outro modo.

## **(2) AS POTENCIALIDADES DAS NT**

Apesar de todos os problemas existentes não se pode dizer que a nível militar as FAs portuguesas estivessem na defensiva e sem opções. A nível político e diplomático havia janelas de oportunidade a explorar, as finanças estavam sólidas e a economia em franca expansão.

Havia dois problemas fundamentais que não estavam directamente ligados à actuação das FAs: a crescente subversão e deserção ideológica na juventude universitária (que não foi combatida) e as dúvidas existenciais, falta de coragem política e ziguezagueante actuação do Prof. Marcello Caetano, que foram sendo agravadas com a doença de sua mulher e dele próprio.



A nível militar a falta de oficiais subalternos e capitães do quadro permanente era o problema mais perigoso e difícil de resolver. Mas, também isto carecia de decisões políticas.

#### **Relativamente aos TO:**

- “A estabilização da situação em Angola, que era o T.O. mais importante, era um facto e era susceptível a curto prazo (senão é que já não se podia ter feito), de libertar unidades para reforçar os outros TO. A sua situação económica e financeira também iria reforçar o esforço de guerra.”
- Os países limítrofes (à excepção da Guiné - Conakry e da Tanzânia, por razões ideológicas dos seus dirigentes) tinham todo o interesse em ter boa vizinhança com os nossos territórios. Além disso todos os países tinham rivalidades entre si que sempre explorámos e a situação interna de cada um deles nunca foi estável.
- As Forças Armadas dos países vizinhos hostis eram impotentes para nos atacarem e estavam, de um modo geral, orientados para a segurança interna.

Quando atacámos Conakri, em 22 de Novembro de 1970, dois ou três pelotões nossos dizimaram a guarda pessoal de Sekou Touré e quando retirámos, contaram-se cerca de 500 mortos...

E quando o Batalhão de Comandos atacou Cumbamori, ainda teve que mandar umas fogachadas num esquadrão de reconhecimento senegalês que achou por bem fazer 180º de volta.

- A cooperação com a RAS e a Rodésia estava a caminhar bem (e era de todo o interesse desses países, pois nós éramos a sua “linha da frente”) e tinha muito por onde crescer. Não só no âmbito militar mas, também, no campo do armamento e equipamento e até no âmbito financeiro. Os Mirage V que se estavam a negociar; iriam ser financiados por um consórcio sul - africano, em muito boas condições.<sup>11</sup>
- A política da administração Nixon passou a ser muito mais amigável para com Portugal (desde 1970) e até já tinham começado a disponibilizar algum equipamento, embora não directamente ligado ao combate. O tempo corria a nosso favor neste âmbito e a evolução da Guerra Fria, a atingir o último dos seus picos (que a guerra civil em Angola exponenciou) também ia ao encontro dos interesses portugueses.
- A compra de armamento não era fácil e era sobretudo morosa. No entanto, quem tem dinheiro e vontade nunca fica de mãos vazias. Quando foi para a Operação Mar Verde, até se conseguiram comprar armas de patente soviética, na Bulgária e sem números de série, para não serem identificadas!

Numa operação digna de James Bond (ainda não completamente revelada), pilotos portugueses conseguiram fazer sair dos EUA, sete aviões B-26! As coisas que a gente fazia e meditem naquilo a que estamos reduzidos hoje em dia!!!

Para além de tudo isto, tínhamos intermediários (a “Norte Importadora”, por ex.), que se movimentavam muito bem nos circuitos internacionais de venda de armamento. Só nunca se percebeu, como é que a indústria nacional de armamento que se tinha desenvolvido muito (hoje praticamente inexistente...), nunca foi capaz de fabricar um lança - granadas foguete.

---

<sup>11</sup> “South África Reserve Bank”, ver Mais Alto, Maio/Junho de 2010, pág.34.

- Na ONU as resoluções aprovadas na Assembleia Geral de nada valiam, na prática, contra Portugal. Só as resoluções do Conselho de Segurança podiam ter alguma perigosidade, e mesmo assim era preciso que representassem uma real ameaça. Aí, porém, algo de mais gravoso podia ser vetado pela Inglaterra, França ou EUA.

De facto nunca se decidiu nada que fosse impeditivo de continuarmos as operações militares, como fossem sanções económicas, interdição de linhas de comunicação marítimas ou aéreas, etc. Nem sequer se intentou a expulsar Portugal da Organização, para onde o Prof. Salazar, avisadamente, não queria entrar...

- A acção psico-social nos TO constituía um êxito inegável e progredia. Tal era muito ajudado pela extraordinária capacidade que os portugueses sempre revelaram em conviverem com todas as raças do mundo inteiro, algo que não tem paralelo em mais nenhum povo. Para além disso a experiência de séculos, no estabelecimento de alianças e explorar as características alheias, dava-nos uma vantagem enorme na harmonização ou não, das diferentes etnias relativamente à guerrilha (e algumas etnias tinham chegado ao território muito depois daqueles que partiram da barra do Tejo). Por alguma razão fomos os primeiros a chegar e os últimos a partir.

- Portugal possuía ainda uma arma poderosa contra o Zaire e a Zâmbia (podendo ser uma mais - valia ainda para outros), que era o Caminho - de - Ferro. Esta “arma” pesava sempre na cabeça dos decisores daqueles países e podia ser utilizada quando necessário.

- Se por acaso houvesse ameaça de outros países nos atacarem convencionalmente, tal facto libertava-nos de peias para atacar alvos do outro lado da fronteira.

Por exemplo relativamente à hipotética ameaça aérea a partir da Guiné Conacry, o Grupo Operacional 12 já tinha preparado e treinado, o ataque a todas as pistas onde esse eventual ataque pudesse ser efectuado.

- Em termos militares podíamos (e devíamos) continuar a apostar na deserção de grupos de guerrilheiros, aumentar o número de unidades do recrutamento local e “atapetar” todas bases IN do outro lado da fronteira com bombas de 750 libras, o que no caso da Guiné até podia ser feito a partir de Cabo Verde com o P2-V5. Em caso de necessidade a Marinha podia bombardear alguns alvos a partir do mar, em território IN, desde que perto da costa.

- Podia-se ainda recorrer ao recrutamento voluntário de militares desmobilizados, o que resultaria na obtenção de unidades de alto valor, constituídos por veteranos. Esta medida e outras foram equacionadas no Congresso dos Combatentes, realizado em 1973 (outra história que está por fazer) e que tantos engulhos causaram, aos inimigos do Portugal do Minho a Timor.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Agora reduzido do “Minho ao Corvo”, mas hipotecado; e com o Mar de permeio (a ZEE), debaixo da pata de Bruxelas (Tratado de Lisboa).

## 5. SÍNTESE FINAL

### “Justiça é o interesse do mais forte convertido em Direito.”

*Sócrates (c.469-399 AC)*

Afirmar que a situação nos três T.O. estava fora de controlo e era crítica em Moçambique e muito crítica na Guiné é um exercício de distorção da realidade, algo considerável.

Como se pode afirmar que não controlávamos militarmente o território se nenhuma das tentativas levadas a cabo pelo IN tinham tido qualquer sucesso conclusivo?

Acaso havia disrupção das actividades económicas, sociais ou políticas? A malha administrativa não funcionava em todo o lado?

O Governador de cada Província não exercia a sua autoridade em todo o lado?

Acaso a guerrilha tinha alguma hipótese de nos bater militarmente – mesmo se ajudada por forças dos países limítrofes – a não ser que desistíssemos de querer lutar?

Acaso os ministros portugueses, PCM e até o PR iam em segredo visitar os territórios, ou deslocavam-se com medidas de segurança excepcionais?

Havia alguma área onde quiséssemos operar, visitar ou instalar - obviamente com grau de segurança diferenciado – em que não o pudéssemos fazer?

Se as respostas a estas perguntas são todas negativas, como se pode afirmar que a situação em Angola estava fora de controlo e na Guiné e Moçambique estava à beira do colapso?

E na Metrópole, a situação também estaria fora de controlo? Sim porque também ali se verificavam atentados contra o esforço de guerra. Digo mais: o atentado que mais prejuízo causou, em toda a guerra, não se verificou em nenhuma das frentes de guerrilha, ocorreu em Tancos, em 8/3/71, onde foram destruídos 16 helicópteros e 11 aviões, que tanta falta faziam.

Aos autores de tão filantrópico evento (pertencentes à “Acção Revolucionária Armada”), deve ter sido atribuído, entretanto, a Ordem da Liberdade e um subsídio por “altos serviços prestados à Nação”, pagos com os impostos de todos nós...

No Ultramar apenas se divisa um atentado que se lhe pode equiparar, o “assalto” ao navio Angoche, em 23-26/4/73 (certamente não realizado pela Frelimo), que ainda hoje permanece um mistério, embora se tenha apurado, na altura, que o lote de explosivo usado era idêntico ao de Tancos. Nada se sabe sobre os 24 tripulantes.

Quase toda a documentação existente desapareceu muito convenientemente...

E pergunta-se: a situação em 1974 era, no seu conjunto, pior do que em 1961?

Portugal conduziu a sua melhor campanha desde o estabelecimento do “império” oriental no Índico, com a acção desse extraordinário estratega e guerreiro que foi Afonso de Albuquerque. Só com meios nacionais sem generais ou almirantes importados, com uma coesão extraordinária, com uma logística invejável e uma capacidade operacional ao nosso melhor nível. Com justiça, com disciplina e com humanidade.

Ou seja com verdadeiro **valor militar**.

Tal asserção, para além das nossas fontes, pode ser aferida numa obra imparcial e pragmática de um autor americano que chegou a comparar a nossa actuação com os EUA no Vietname, os franceses na Argélia e na Indochina e os ingleses no Quénia e na Malásia.<sup>13</sup>

Portugal saiu a ganhar em tudo, à excepção de dois ou três “âmbitos”, para os ingleses, na Malásia.

<sup>13</sup> John P. Cann, “Contra Subversão em África, 1961-1974”, Prefácio, Lisboa, 2005

Pelo meio ainda conseguimos intervir na questão do Catanga (1960-1963); do Biafra (1969/70); fazer frente a distúrbios maoistas em Macau (1966); planeámos e executámos uma operação encoberta, complexa, que falhou todos os seus objectivos, por pouco, em Conakry (Operação “Mar Verde”(22/11/70) e afrontámos a Inglaterra na questão da Rodésia (Bloqueio do Porta da Beira, a partir de 1/1/66).

**Os portugueses foram mesmo bons e muito corajosos!  
Foi Portugal no seu melhor!**

A situação abriu, finalmente, brechas:

Tergiversação do PCM, Marcello Caetano. Se Salazar tinha dúvidas, guardava-as para si. MC tornou-as visíveis e, quanto ao Ultramar cometeu um erro capital, que foi o de introduzir a dúvida se a luta pelo Ultramar seria para continuar ou estava a prazo.

Ora ninguém quer **morrer definitivamente** por uma **solução transitória**.

O comportamento “maquiavélico” e algo sinistro do CEMGFA General Costa Gomes (homem de grande inteligência e competência técnico-militar), que acabou por empurrar o governo a aprovar o decreto-lei 373/73 (que deu origem ao 25/4/74), contrariando a solução adequada do grande ministro, oficial e marinheiro que foi o Almirante Pereira Crespo, que preconizou a criação de um quadro paralelo que ia até Brigadeiro, onde os oficiais milicianos seriam integrados e promovidos. E logo que houve protestos (e justos) nas fileiras, este mesmo CEMGFA resolveu apoiá-los, “esquecendo-se” que tinha sido a sua acção que os provocara!

A ambição, vaidade e poucos dotes de clarividência do General Spínola, que em reunião havida entre vários generais, preocupados com o rumo dos acontecimentos, declarou (dando a entender que não precisava deles para nada), que ia “fazer o seu 28 de Maio”.<sup>14</sup>

Acabou numa fuga pouco digna de general, para Espanha, no dia 11 de Março de 1975...

## 6. FECHO

**“Em todas as partes do mundo por onde andei, ao ver uma ponte perguntei quem a tinha feito, respondiam, os portugueses, ao ver uma estrada fazia a mesma pergunta e respondiam: os portugueses.**

**Ao ver uma igreja ou uma fortaleza, sempre a mesma resposta, portugueses, portugueses, portugueses. Desejava pois que da acção francesa em Marrocos daqui a séculos, seja possível dizer o mesmo”.**

*Marechal Lyautey*  
(Governador de Marrocos)

Face ao exposto resta tentar perceber o que motiva realmente as pessoas que vão defendendo as posições que agora se contrariam. A resposta encontra-se impressa na 1ª página do documento que comentamos:

“A conclusão de que as FAs controlavam a situação nos T.O. em 1974, produzida sem base na realidade, mas repetida com insistência, tem um fio condutor ideológico que,

---

<sup>14</sup> Reunião havida em casa do Prof. Costa Leite (Lumbrales), nos primeiros dias de Dezembro de 1973. Disse Spínola “Não desejava trabalhar com os outros generais” e que ele faria, “sozinho, com a sua gente e quando o entendesse, o seu 28 de Maio”. Kaúlza de Arriaga, “Guerra e Política”, Ed. Referendo, Lisboa, 1987, pág. 63.

partindo de uma convicção ganha empiricamente ou de uma intenção deliberada, quer induzir a ideia de que, estando a situação militar controlada em Angola, Guiné e Moçambique, a guerra que sustentava a política ultramarina do antigo regime podia ser prosseguida, com a manutenção das colónias enquanto províncias ultramarinas de um Estado Português pluricontinental e multirracial, do Minho a Timor. Sendo assim, não haveria justificação para a acção militar de derrube do dito regime em 25/4/1974, nem para a independência das colónias”.

Ora este é que parece ser o busílis da questão, e são eles que o dizem, não outros. Será uma reacção de desespero?

Mas afinal, no anterior colóquio ocorrido no IESM não tinham chegado à conclusão que a guerra era uma coisa e a luta política (ataque ao regime) era outra?

Por outro lado, se não se contesta a “política colonial” - como vem referido a seguir - mas sim o facto das conclusões que “contrariam a realidade”, não as ligando à política seguida, devemos concluir que deveríamos abandonar a luta só por ter medo de a perder? Será que os exércitos só devem combater quando em nítida superioridade? E o que define exactamente a superioridade?

Ser derrotado com honra, não é vergonha nem vexame. Vergonha é render-se sem ter disparado um tiro como aconteceu com a praça de Olivença, em 1801.

Vergonha, vexame e humilhação são as cenas militarmente indecorosas ocorridas depois de 25/4/74, depois da rendição, pois que de uma verdadeira rendição se tratou.

E tais atitudes provocaram o maior descalabro em toda a História Militar Portuguesa, não havendo memória de algo semelhante à “retirada de pé descalço” como lhe chamou um insuspeito intelectual português. E destas vergonhosíssimas páginas resultou, que nada do que se disse que se ia fazer se fez; a saída dramática de quase um milhão de portugueses das terras onde viviam; uma quantidade de atrocidades inominável, guerras civis que causaram mais de um milhão de mortos, destruições vastas, regressão civilizacional, ditaduras sanguinárias, corrupção avassaladora e neocolonialismo impiedoso.

Por isso o título de “vitória traída” dado ao livro pelos seus autores e que são generais respeitados e respeitáveis, não podia ter sido melhor escolhido, pois é exactamente isso que aconteceu. E tratou-se de um crime de lesa - Pátria.

Bem se pode apelidar os “descolonizadores” - que não descolonizam nada - e de quem o permitiu, como “**os piores de todos nós!**”

Por isso se o Marechal Lyautey vivesse agora só iria constatar ruínas, do que poderia ter sido um magnífico exemplo para a Humanidade e que nos teria posto a salvo desta ou de qualquer outra “troika”.

*João José Brandão Ferreira*  
Tcor/Pilav (Ref)

### **Nota 1**

Quando o documento passou a circular na internet, o General Garcia Leandro, ajudou à sua distribuição (podendo deduzir-se que se solidariza com os autores), juntando um pequeno texto da sua lavra. Uma frase desse texto merece um comentário, que se junta em **anexo “B”**.

### **Nota 2**

A resposta está longe de estar completa, mas julga-se suficiente. É necessário pôr-lhe um ponto final. Outras oportunidades não faltarão.

## ANEXO A

### A “Solução Política”

*“A primeira lição que a História e a vida nos ensinou é a da transitoriedade dos mitos, dos regimes e sistemas”*

Jaime Cortesão

Não podemos deixar de tocar neste ponto que passou a ter foros de cidade e ter passado a ser politicamente correcto da “esquerda à direita” e apaziguador de consciências.

De tanto ser repetido este conceito de que a solução para a guerra era “política” e não “militar”, deixou de ser um conceito para ser apenas um **chavão**. E deixou de ser um conceito, outrossim, pois não conseguimos vislumbrar ninguém a acrescentar-lhe substância e, ou, a explicitar em que consistiria tal solução alquímica!

Este chavão anda, por norma, acompanhado de outro que também passou a ser moda repetir-se – o que vai do bicho careta ao professor universitário: “os militares (e passam-lhes a mão pelo ego) deram tempo suficiente aos políticos para estes resolverem o problema” - a tal solução política.

Tenho visto e ouvido muita gente culta e inteligente a afirmar isto (não sei se convictamente) e ainda muitos mais a ouvirem e a abanar a cabeça e as orelhas, em sinal de concordância.

Apesar de me sentir em franca minoria, não vou deixar de me afirmar absolutamente em desacordo com o que se diz e subentende; e vou mais longe, ao considerar as frases e a argumentação fraquinhas, pecas, desajustadas e falaciosas.

Comecemos pelo “tempo” que os militares “deram”.

Havendo há muito consenso que a política é que dirige a guerra (ultrapassados que foram os conceitos dos generais Ludendorff e Tojo), não faz sentido que sejam os militares a estabelecer o “timing” político da duração do conflito, nem sei como isso se possa fazer (imaginem o general que vai comandar as tropas americanas no Afeganistão, voltar-se para o Presidente e dizer-lhe qualquer coisa do género, o senhor resolva lá isto em três meses, que eu ao fim desse tempo venho-me embora?!).

Faz, no entanto, todo o sentido e é, aliás, imperativo, que a parte política ouça o conselho militar de modo que se consiga prosseguir uma estratégia que seja adequada, exequível e aceitável. Mas isto é outra coisa e no caso vertente sempre existiu. Só não se conseguiu ou quis, resolver o gravíssimo problema da falta de concorrentes à Academia Militar.

No caso em apreço não eram só os militares que tinham que “dar tempo” à política, eram também os diplomatas, os financeiros, os empresários, os professores, etc. Havia de ser bonito cada um destes grupos ter um prazo diferente para “oferecer”...

Parece-me, até, que a argumentação está voltada ao contrário, já que o que parece lógico é ser o poder político a facultar orientação e meios para que cada um pudesse cumprir as suas missões adequadamente...

Ainda bem que não foram dizer ao D. João IV que só tinha 14 anos para ganhar a guerra (isto é, arranjar uma solução política) senão os portugueses de então tinham desistido a meio e nós hoje estávamos a beber mas “cãnas” no Jardim do Retiro!...

\*\*\*\*\*

Agora a célebre “solução política”. Dizer isto sem lhe acrescentar mais nada, quer dizer tudo e não quer dizer nada!

Além disso é um pleonasma, já que uma guerra sendo um acto eminentemente político, o seu termo também o é.

Mesmo em caso de rendição de um comandante militar à revelia do poder político, como foi o caso do general Vassalo e Silva no Estado da Índia. A ocupação militar indiana não foi reconhecida “de jure” pelo que o conflito não desapareceu e não tinha terminado.

Só terminou, infelizmente, quando o Dr. Mário Soares, sendo MNE, em 24 de Setembro de 1974, durante a XXIX Sessão da Assembleia Geral da ONU, e sem estar mandatado para o efeito, resolveu comprometer-se com o seu “colega” indiano ao reconhecimento “de jure” da miserável agressão do Pandita Nehru. O que foi ratificado pelo governo português no ano seguinte.

Em segundo lugar deve procurar-se uma solução política que satisfaça os nossos objectivos e interesses, não os do IN!... E deve, tanto quanto possível, fazê-lo numa posição de força não numa posição de fraqueza.

As coisas só não se passam assim por apostasia - que foi o que aconteceu a seguir a 1974 - ou para evitar uma situação a que não se possa de todo fazer face, caso do “ultimatum” britânico de 1890. E veja-se a reacção que houve a este último, que dura até hoje - já que quando cantamos o hino nacional é contra eles (“canhões”, lia-se “bretões”)...

Ora no caso vertente não é sequer verdade que se procurasse uma solução que fosse só militar, nem ela era, por si só, possível.

Por isso o desenvolvimento económico e social se acentuou (fez-se mais em 14 anos de “guerra” do que nos 400 anos que levámos de presença); a acção psicológica era fundamental, bem como a diplomacia, etc. E tudo isto exigia tempo. Era do conjunto dessas acções que resultaria a tal solução política, que seria a de fazer o IN a desistir da guerra (isto é os guerrilheiros, já que as potências comunistas e alguns capitalistas, não desistiram), e a integrar-se - os que o quisessem - no seio da comunidade portuguesa. Mas não parece ser nada disto que aqueles que falaram em “solução política” queriam dizer. O que eles, aparentemente, (pois nunca - insiste-se - o explicitam) querem significar é que o governo português de então, se devia sentar à mesa com os dirigentes da guerrilha e negociar não se sabe bem que acordo.

É claro que se fosse para negociar a entrega da soberania, sem mais aquelas, para os movimentos que combatiam a presença política portuguesa em África - que foi aquilo que se fez a seguir ao 25 de Abril - isso não custava nada (a não ser a eventual oposição interna), e estaria tudo como Deus com os anjos.

Mas tal solução parece que só é defendida pelos súbditos das internacionais comunistas, trotskistas, etc. e por franjas da antiga oposição dita democrática que traíram os ideais dos seus pais primo-republicanos.

Vamos tentar “ajudar” os digníssimos compatriotas que usam e abusam da expressão, sem terem a coragem, ou o saber, para a desenvolver e tornar clara.

A solução dita “política” não passava apenas pela abertura de conversações com a guerrilha:

- A primeira hipótese/teoria aventada tinha a ver com o carácter não democrático do regime; se o regime fosse democrático cairiam os ataques que eram feitos a Portugal. Só uma mente enviesada ou pueril não percebe logo que a questão do regime ser democrático ou não, é marginal ao problema.

A Inglaterra, a França, a Bélgica e a Holanda, por exemplo, tinham regimes reconhecidamente democráticos e não escaparam aos ataques.

- Também se aventou a mudança da estrutura política nacional, quer através de uma progressiva autonomia, confederação ou federação – tese esta defendida por Spínola no livro “Portugal e o Futuro”, tese requeitada da que tinha sido defendida por Marcello Caetano, em 1962 e entretanto abandonada.

Tais ideias podiam fazer sentido numa eventual evolução interna, agora nada disso iria mudar as exigências ou o modo de actuar de quem nos atacava.

- Outros defendiam que Portugal devia ter uma política esquiva, fingir que ia fazer, mas depois não fazer, prometer coisas e outras coisas do género.

Este esquema ainda era pior, porque para além de não ir enganar ou fazer desistir alguém dos seus intentos, ainda nos cobriria de opróbro.

- Depois apareceram os defensores do referendo ou plebiscito - aqui já a ideia merece consideração, todavia: fazer um plebiscito seria pôr em dúvida a nossa certeza sobre a soberania e a razão que nos assistia; a ideia de um plebiscito chegou a ser avançada para Goa, mas o governo indiano logo a rejeitou, afirmando, com brutalidade, que “não aceitaríamos os portugueses em Goa, mesmo que os goeses os quisessem lá”, uns “democratas” do mais fino recorte, estes palhaços indianos...

Por outro lado ninguém duvidava que se fosse feito um plebiscito em qualquer TO, a Portugalidade iria ganhar por larguíssima maioria (por alguma razão não perguntaram aos timorenses se eles queriam continuar portugueses, quando plebiscitaram a independência do território após a expulsão dos indonésios...). Mas de que serviria isso? A guerrilha ia aceitar os resultados? E os imperialistas comunistas que estavam por detrás deles? Na ONU e na OUA iam deixar de nos atacar? E como se conseguiria realizar um plebiscito sem haver um cessar - fogo prévio e fosse permitida fiscalização internacional?

Finalmente, a soberania plebiscita-se?

Acaso os espanhóis aceitaram o último plebiscito em Gibraltar, realizado pelos ingleses? E aceitaria a Espanha um plebiscito em Olivença?

- Uma outra hipótese seria dar uma autonomia gradual que levasse à independência dentro de um quadro de Portugalidade. Ora isto é outra ingenuidade, já que isto era justamente o que as potências comunistas não queriam que acontecesse e também não seria de todo agradável aos interesses das potências ocidentais, que assim veriam o seu campo de acção de alguma forma coartado.

Mesmo que se conseguisse atrair um ou outro movimento independentista - o que seria duvidoso, já que eles não queriam menos do que o poder total - ou facções desses movimentos, seria fácil às forças marxistas, porem tudo em causa e continuar a luta armada. Nessa altura, a Metrópole já não poderia apoiar os novos países (seria neocolonialismo e interferência nos assuntos de outros estados) e seria muito difícil aos territórios - mesmo Angola e Moçambique - aguentarem-se.

E o que se faria com os restantes territórios onde nunca se tinha disparado um tiro?

- Restava pois - a não ser que alguém consiga tirar mais algum coelho da cartola - a negociação directa com os chefes da guerrilha que nos emboscava as tropas e maltratava os gentios. Deve começar-se por dizer que as negociações não são um fim,



mas um meio. Um meio para um dos contendores alcançar a vitória (ou um outro objectivo específico) ou então tentar evitar a derrota. Ora, como Portugal não estava a perder a guerra, não fazia qualquer sentido entabular negociações com o objectivo de evitar uma catástrofe maior. E, no primeiro caso, só fazia sentido negociar com objectivos claros que pudessem fazer balancear decisivamente a contenda em favor dos nossos interesses.

Em casos mais raros, um dos contendores, pelas posições que conseguiu conquistar, pode julgar-se vencedor à partida e, como tal, tentar impor uma solução ao IN, fazendo com que este capitule sem mais luta - caso, por exemplo, de Hitler em relação à Inglaterra, após ter conquistado a França. De qualquer forma, uma negociação faz-se sempre Estado a Estado, o que não era, manifestamente, o caso.

- No contexto do conflito que travámos, seria muito difícil, diríamos mesmo impossível, negociar qualquer solução de compromisso, pois tal implicava que não houvesse um vencedor declarado; além disso, era preciso ter em conta que não estaríamos a negociar apenas com os grupos guerrilheiros, mas também com as potências, sobretudo as comunistas, que os apoiavam (a UNITA ilustra bem o que acabámos de afirmar, já que foi possível chegar a um entendimento com esse movimento - não marxista - que não só o neutralizou face aos nossos interesses como ainda por cima começou a combater os movimentos rivais). De facto, tanto o MPLA em Angola, como a Frelimo em Moçambique, nunca aceitaram negociar coisa alguma a não ser a independência, quaisquer que fossem as circunstâncias em que esta viesse a ser obtida. Perante isso, o governo português ia negociar o quê?

- A excepção a estes casos foi a Guiné e teve como intermediário o Presidente Senghor, do Senegal, a quem repugnava a influência que a Guiné-Conacri poderia vir a ter sobre a Guiné-Bissau. Os contactos começaram em 1971, através dos bons ofícios de um terceiro governo. Senghor defendia que a Guiné deveria ser independente no âmbito de uma comunidade luso-afro-brasileira, extensiva, naturalmente, às restantes províncias e estava disposto a discutir essa questão com o governo português. Lisboa reagiu bem a esta iniciativa e enviou um alto representante a Dacar propor diligências preparatórias. Por razões que só o então presidente senegalês saberia explicar, esta démarche não teve continuação. Em meados de 1972, Senghor fez saber ao governador da Guiné que gostaria de falar com ele. Autorizado pelo governo, Spínola encontrou-se com Senghor em Cap Skiring. Dessa conversa resultou uma proposta de encontro entre Spínola e Amílcar Cabral, onde seria negociado um cessar-fogo, após o que se acordaria que o PAIGC seria integrado nas estruturas portuguesas e passaria a colaborar no governo do território. Daí se evoluiria para uma consulta às populações sobre o seu destino futuro.

As propostas foram analisadas em Lisboa, com profundidade, tanto a nível do governo, como a nível do Conselho Superior de Defesa Nacional, e ainda por diversas personalidades. Ficou decidido - e bem - não prosseguir as negociações. Em primeiro lugar, porque ao sentar Spínola e Amílcar Cabral à mesma mesa, o governo de Lisboa estava a reconhecer, implicitamente, que o PAIGC era uma força beligerante respeitável, algo que seria aproveitado, como é lógico, pelos outros movimentos. Tal facto teria amplas repercussões (como tudo o resto) na imprensa internacional. O PAIGC não se limitaria, naturalmente, a fazer reivindicações

apenas sobre a Guiné, procuraria englobar Cabo Verde, onde nunca se tinha disparado um tiro; a partir do momento em que aceitássemos um cessar-fogo, ficaríamos com as mãos amarradas para fazer fosse o que fosse, ao passo que o PAIGC conservaria toda a liberdade para fazer o que bem entendesse. E havia a hipótese de nos serem preparadas várias armadilhas. De resto, não se percebia muito bem como seriam as relações entre a tropa portuguesa e os guerrilheiros. Independentemente do que acontecesse, o início das negociações seria sempre visto como uma vitória para o inimigo e teria uma acção moralizadora nas suas hostes.

Mesmo na suposição de que tudo corresse bem, seria impensável que Sekou Touré e a URSS aceitassem tal acordo. Amílcar Cabral seria facilmente denunciado como revisionista ou como traidor e a luta prosseguiria apoiada em grupos ainda mais pequenos. Ora, o efeito de tudo isto sobre o moral das tropas portuguesas poderia ser catastrófico, a confusão ficaria rapidamente instalada e sobreviria, depois, uma desmobilização psicológica, pois a mensagem que se estaria a transmitir era que a guerra tinha chegado ao fim e que, portanto, o regresso a casa estava próximo.

Para além de tudo isso, nenhuma decisão deveria ser tomada em relação à Guiné que não tivesse em conta o seu impacto nas restantes parcelas de Portugal, nomeadamente Angola e Moçambique. Spínola foi informado de que as soluções tinham de ser pensadas tendo em conta o contexto global do conflito, ou seja, não podiam ser vistas apenas no contexto guineense. Foi nesta entrevista com o chefe do governo que este último proferiu a célebre frase que apontava para a possibilidade de uma derrota militar na Guiné, o que muito escandalizou o general, que pelos vistos nunca aceitou nem digeriu a argumentação apresentada, tendo regressado a Bissau visivelmente transtornado. A partir de então, espalhou-se a ideia de que a solução era “política” e não militar; que os militares deram tempo e até encontraram soluções para a guerra, que os políticos em Lisboa é que não queriam; além do mais, não se importando com uma derrota militar.

Deste modo era preciso muito cuidado em nos enlarmos em negociações que deviam ser discretas, de preferência em países terceiros e com o objectivo primordial de trazer os dirigentes ou facções dos movimentos, a integrarem-se na comunidade portuguesa.

Outro tipo de contactos que tiveram alguns resultados e um revés grave (a morte dos três majores, um alferes e um guia civil na Guiné) e que visavam a deserção, para o nosso lado, de guerrilheiros e até figuras gradadas do IN.

Mesmo depois do General Spínola ter proibido contactos com guerrilheiros, visando esse fim, esses contactos existiram, em Junho de 1973, como relatado num documento elaborado pelo Coronel Vaz Antunes - oficial dotado de valor militar e patriotismo inquestionáveis - intitulado “Diligência Interrompida”. Diria, estranhamente interrompida, pois possibilitaria a deserção de um importante núcleo de guerrilheiros do PAIGC.

Ainda hoje ninguém respondeu à última pergunta deixada por aquele oficial, no fim do documento.

## ANEXO B

Eis o texto:

Meus Caros:

Estou a enviar-vos um documento que considero importante. O Ultramar, o conflito 1961/74, o 25A e o 25N, a descolonização, a construção da Democracia em PO com todas as suas dificuldades marcaram completamente muitas das nossa vidas, como militares e combatentes, diplomatas, políticos e governantes, professores e investigadores, cidadãos interessados e até nas famílias, havendo sempre mais elementos que ajudam a uma melhor compreensão dos anos 60 e 70.

Este é um deles: ultimamente têm aparecido algumas teorias ideológicas que afirmam que a Guerra do (então) Ultramar estava ganha ou controlada.

Decorreu em 12/13ABR no IESM mais um Seminário sobre o assunto: em 1996 e 1999 no IAEM e em 1997 no IDN também já haviam sido feitos Colóquios e Seminários sobre o assunto.

As conclusões oficiais deste último Seminário querem impor a tal versão da vitória ou do controlo.

Este texto, da autoria dos Coronéis Matos Gomes e Aniceto Afonso (que muito têm investigado e escrito sobre o conflito) vem contrariar tal tese com dados concretos e factuais, muitos desconhecidos da maior parte; não é um texto ideológico, é um texto de informação séria e muito rica.

Explica a situação concreta na Guiné, Angola e Moçambique, bem como as questões político-militares e sociais que se viviam nas 3 PU, bem como em PO.

A descolonização é outra história.

Que cada um tire as suas conclusões.

Melhores cumprimentos,  
*Garcia Leandro*

### **“A descolonização é outra história”.**

Outra história? Que outra história? Será assim tão difícil de ver que uma coisa decorre da outra?

Vejamos se entendo: O país lutava em três frentes de guerrilha, em três T.O. diferentes, separadas de milhares de Km. Segundo os autores do documento a situação militar estava incontrolada e parece que o General Garcia Leandro também concorda; por causa disso o MFA (não confundir com Forças Armadas) faz o golpe de Estado em 25/4/74 – e eu a julgar que tinha sido por causa das ultrapassagens nas promoções pelos milicianos; a seguir a Junta de Salvação Nacional escorada no MFA, vê-se confrontada com uma atabalhoada sucessão de eventos que levam a um cessar - fogo e a uma transferência de poderes para a guerrilha em que nada se acautelou – parecia a derrocada da frente oriental na I GM depois dos alemães terem introduzido o Lenine, na Rússia, e os soviéticos terem provocado a revolução de Outubro; a seguir produz-se, num curtíssimo espaço de tempo, à transferência de soberania para os movimentos de guerrilha (leia-se marxistas), sem quaisquer outras considerações, manobra que, em tempos, tiveram o despauteiro de classificar de “Descolonização Exemplar”, com tudo o que isso acarretou, e agora o General Garcia Leandro vem dizer que isto é “outra história”?

Porquê? É à pala de quê?

Os intervenientes foram outros? Os responsáveis foram outros? Os figurões civis que, de repente, apareceram em cena foram chamados por quem? Quem é que lhes deu carta de alforria? Quem autorizou as forças partidárias a surgirem como cogumelos e anarquicamente? Quem deixou o caos apoderar-se da rua?

Outra história? Perdão, a história é a mesma e os factos sucederam-se e encaixaram-se uns nos outros como numa luva...

Outra história era antes de se ter transformado uma situação vitoriosa numa sucessão criminosa de eventos.

Quando se dá um passo grave, como é o de fazer um golpe de estado, tem que se pensar no dia seguinte. Senão é uma irresponsabilidade.

Infelizmente as coisas passaram-se basicamente do seguinte modo:

Cerca de duas centenas de capitães e poucos maiores, na sua maioria ingénuos e mal preparados, em termos de ciências sociais e sobre aquilo que se passava no mundo (quantos saberiam fazer uma redacção, de uma folha A4, a explicar o que era a Democracia? 20%, 30%? A avaliar pelo que se passou no último aniversário do 25/4, ainda há alguns que não sabem...), resolveram avançar (e não parece ter sido por julgarem que a guerra estava perdida – ou já sabiam o que agora vem plasmado no documento?) para derrubar não só o governo de então, mas o próprio regime, que vigorava.

Após uma tentativa falhada (o 16 de Março) deixaram-se infiltrar pelo PCP e outros de fama duvidosa e lá se coordenaram melhor para a noite de 24/4. Como o governo tinha desistido de resistir, as acções desencadeadas tornaram-se um quase passeio.

Vitoriosos, juntaram-se à pressa sete generais (os que não eram, graduaram-se nessa noite) – não ficava bem na fotografia ter capitães à frente do país – liderados por aquele que tinha deixado de acreditar na sua missão na Guiné ou em quem a ambição falou mais alto.

Sentindo-se cheio de si, embotou-se-lhe a inteligência e nada saiu certo.

Afinal Lisboa não era Bissau...

À sua ilharga colocaram um sabidão mas de carácter mais “dúctil”, que poucos dias antes tinham dado entrada no HMP, à Estrela, não fosse o diabo tecê-las. Acabaram, zangados, sem se falarem, e inimigos. Pudera...

Promovê-los a Marechal não resolveu o problema, nem apaga o passado.

Gomes da Costa também acabou Marechal, mas no exílio açoriano...

No próprio dia do golpe perderam o controlo da situação por uma razão simples: não instauraram o **estado de sítio**. A seguir suicidaram-se, começando a prenderem-se e a sanearem-se uns aos outros, sem quaisquer regras. Isto rebentou com a cadeia hierárquica, logo com a disciplina e a coesão.

O Poder caiu na rua de onde foi dirigido pelo PCP (única força organizada que sabia o que andava a fazer), e demais forças de “esquerda” e toda a sorte de arruaceiros.

Entrou-se numa espiral de loucura e desagregação com os resultados já mencionados a nível militar e nas parcelas espalhadas pelo mundo.

Observadores estrangeiros mais atentos classificaram o país de “manicómio em auto gestão”. Não estiveram longe da verdade.

Quando o país conseguiu sair do manicómio, em 26 de Novembro de 75, estava completamente dilacerado e aturdido. Ainda hoje não se encontrou.

A Instituição Militar, aos poucos, foi descobrindo que, por uma razão ou por outra, tinha ficado de mal com todos e consigo própria. Ainda hoje está a sofrer as consequências disso e não recuperou disso.

Não é fácil fazer-se pior em qualquer parte do mundo.

Por isso a história não é outra, é simplesmente um contínuo.

Por isso a descolonização não é “outra história”, é apenas a consequência de um processo que quem o espoletou não soube, quis ou conseguiu controlar.

Considerar a “guerra” injusta – que não era; fazer crer que a actuação do governo e das FAs era ilegal e ilegítima – que não era; ou dar a luta como perdida no campo militar é, de facto, a única justificação que pode **tentar desculpabilizar intenções, minimizar erros, ou serenar consciências.**

É triste e é pena.

CD25A

Abílio Pires Lousada  
Tenente-Coronel do Exército  
Professor de História Militar

«**APRECIACÃO** das Notas sobre as Conclusões do Seminário Guerra de África – Portugal Militar em África 1961-1974 – Atividade Militar / IESM (12 e 13 de abril de 2012)»

---

Terminado o Seminário de dois dias, organizado pelo IESM e o Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, foi exarada uma súmula, lida perante a plateia, que procurou reflectir as opiniões avançadas pelos conferencistas, moderadores e participantes nos debates.

O teor da súmula, que erradamente foi cunhada de conclusões, desagradou aos senhores coronéis Carlos de Matos Gomes e Aniceto Henrique Afonso, que reagiram redigindo as “Notas sobre as Conclusões do Seminário” e que representam um agravo interessante e amplamente divulgado pelos mais diversos meios.

Nesse âmbito, permito-me uma **APRECIACÃO do Conteúdo das “Notas (...)”**, com a intenção de contribuir para o debate de ideias sobre um assunto histórico transversal e pouco consensual existente na sociedade portuguesa.

### **1. Nota Prévia – Conclusões Vs Súmula**

O assunto constante na introdução padece de um equívoco: no encerramento do Seminário foi vertida uma **súmula** (feita *in loco* e com o Seminário a decorrer), isto é, uma síntese não editada de cada uma das comunicações dos conferencistas e moderadores participantes, harmonizada para uma leitura passível de ser entendida pelos presentes. Portanto, ao contrário do que foi intuído não foram extraídas conclusões nem os autores da súmula (Tenente-Coronel Abílio Lousada e Major Falcão Escorrega – Professores do IESM) avançaram com opiniões pessoais sobre a Guerra de África. Para tanto, cito o trecho inicial lido perante a plateia: “*na Política internacional, atingir um estado final desejado com os actores em conflito em contexto de guerra e enquanto as armas ainda não se calaram é sempre um exercício complexo e de sucesso não garantido. O mesmo acontece quando se pretende extrair conclusões de um seminário desta natureza e amplitude quando ainda decorre. Mas vamos fazer um exercício de **súmula** (...)*”.

Assim sendo, não foi assumida uma opinião institucional ou pessoal de qualquer espécie sobre a Guerra, seja ao nível da conduta ou da situação militar.

Como o que está em causa é a situação militar da guerra vertida pela Súmula na parte final, em concreto “*em Angola a guerra estava militarmente resolvida em 1974, em Moçambique a guerrilha estava a ser combatida e repelida e, mesmo na Guiné, a iniciativa estratégica permanecia do lado português, a despeito da proclamação unilateral de independência de 1973 e dos acontecimentos ocorridos em Guilege. Portanto, Portugal não estava na iminência de perder militarmente a guerra*”, cito o que foi referido por conferencistas que verbalizaram sobre o assunto:

- “Inicialmente, o MPLA abriu uma frente em Cabinda para instrução e treino, contando posteriormente com a colaboração de instrutores cubanos a partir do Congo em 1965. Mas em Cabinda o fracasso do MPLA na operação Macaco, através da qual pretendia efetuar ações de flagelação em Sanga Planície, reforçou a convicção que aquela região não era favorável à guerrilha, tanto mais que os cabindenses não queriam ser angolanos” (Painel II / Operações Militares – Angola).
- “A Frente Leste é ativada pelo MPLA a partir de 1968, sobressaindo o slogan «todos para o interior através da Rota Agostinho Neto, para chegar à 1ª RM (Luanda)». E foi neste eixo que se desenvolveram os grandes combates entre o MPLA e as forças portuguesas da Zona Militar Leste. Em 1973, fruto da ação militar portuguesa e de dissidências internas, o MPLA perdeu iniciativa operacional sem alcançar os seus objetivos. (...). O MPLA, que desenvolvia ações de monta, recuou até à fronteira, minada por contradições internas onde a própria liderança de Agostinho Neto era frequentemente colocada em causa, tendo na denominada “Revolta Ativa” na Frente Leste um dos episódios mais marcantes” (Painel II / Operações Militares – Angola).
- “Algumas aeronaves são atingidas e a superioridade aérea portuguesa é colocada em causa [na Guiné]. Não obstante, as missões continuaram, sobretudo através os Fiat G-91 (Painel III / Operações Militares – Guiné).
- (...) Podemos afirmar que a guerra [na Guiné] não estava militarmente perdida, apesar da sua situação complicada” (Painel III / Operações Militares – Guiné).
- “De qualquer forma, as FFAA contiveram a Frelimo durante 10 anos” (Painel IV / Operações Militares – Moçambique).

Portanto, a Súmula não refere, em momento nenhum, uma vitória militar portuguesa na Guerra de África, uma vez que nenhum dos participantes se referiu à situação militar nesses termos. Mas também ninguém focou descontrolo ou falta de sustentabilidade militar e, muito menos, derrota militar, por parte das Forças Armadas Portuguesas. As “Notas (...)” podem estar em desacordo com as **alegadas** conclusões do Seminário, mas as opiniões à posteriori de dois conferencistas que no Seminário dissertaram sobre as operações “Águia e Zeta” (Coronel Aniceto Afonso) e “Nó Górdio (Coronel Matos Gomes) no âmbito do teatro de Moçambique, não podem prevalecer sobre as apreciações dos palestrantes e moderadores que versaram sobre os demais teatros e se referiram explicitamente à situação militar.

## 2. Uma pequena nota às “Notas (...)”

Na Introdução, sou aparente e implicitamente conotado como fazendo parte de “*um persistente movimento ideológico de revisionismo histórico que pretende adulterar e contrariar à posteriori os factos e os acontecimentos*”. Neste âmbito, gostaria de deixar ficar claro que sou, simplesmente, militar e historiador que estuda, investiga, ensina e divulga História Militar, assente na liberdade de pensamento e na procura rigorosa do conhecimento histórico.

No que respeita ao conteúdo das “Notas (...)” parece evidente a necessidade de vincar o descontrolo militar das Forças Armadas Portuguesas na Guerra de África enquanto justificativo para a revolta militar de 25 de Abril de 1974. Na verdade, as notas apresentam a situação de maneira inversa, e cito: “*(...) estando a situação militar controlada em Angola, Guiné e Moçambique, a guerra que sustentava a política ultramarina do antigo regime podia ser prosseguida, com a manutenção das colónias (...). Sendo assim, não haveria justificação para a ação militar de derrube do dito regime em 25 de Abril de 1974, nem para a independência das colónias*”.

Na Guerra de África é evidente a impossibilidade de falar em derrota militar por parte das Forças Armadas Portuguesas, tal como é defendido nas “Notas (...)”, em que o “*conceito de derrota numa guerra subversiva é o do reconhecimento da inviabilidade da situação política existente*”. Esta opinião é naturalmente válida, mas carece de algum fundamento conceptual. Os aparelhos militares são sempre um instrumento da política; seja na Flandres, na Guiné ou no Afeganistão os militares portugueses combatem com o objectivo único de criar as condições para que o poder político possa actuar livremente. Os poderes políticos por sua vez, por inacção, falta de visão ou convicção é que, muitas vezes, criam as condições para desaires no terreno, não dando aos militares as condições e meios para que cumpram a sua missão. Por



isso, quando se fala de derrota militar não há outros critérios que não os da rendição, aniquilamento, fuga e/ou retirada dos militares e, em África, estes critérios acusaram negativo para o instrumento militar português.

Um outro aspecto que permite refutar a opinião da guerra perdida é que nas guerras há sempre um vencedor e um perdedor. Se fosse verdade que o instrumento militar português tinha a guerra perdida, isso significaria que o inimigo de então tinha a guerra ganha, isto é, que controlaria a maioria do território e as populações. Ora, como julgo saber, isto está longe de corresponder à verdade dos factos.

Na África Portuguesa não existiu nem se perspectivava um Dien Bien Phu “à francesa” no campo de batalha, nem uma retirada da guerra à americana devido ao relato jornalístico “*embedded*”.

A revolta militar de 25 de Abril de 1974 não pode ser justificada com a degradação militar da guerra, seja ao nível de um hipotético descontrolo militar ou da existência de uma situação crítica (que não existiu). A conspiração que desembocou no 25 de Abril evoluiu durante cerca de um ano, várias reuniões e conheceu três fases<sup>1</sup>: (i) a primeira (Julho-Setembro de 1973) é de cariz corporativo e centrou-se nas carreiras ao nível do quadro de oficiais, tendo no DL N° 353/73, de 13 de Julho, a motivação, pois permitia aos capitães milicianos integrarem as armas de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia, depois de um curso intensivo de dois semestres na Academia (os cadetes frequentavam a Academia durante três anos). Como a antiguidade que contava era a de Tenente (dada na segunda comissão como milicianos) e não a da frequência do curso na Gomes Freire, os capitães oriundos de cadete eram ultrapassados por aqueles, o que indiciava uma clara desvalorização da importância formativa da Academia Militar. Perante o eco dos protestos, o Ministro Sá Viana Rebelo procurou «emendar a mão», publicando o DL N° 409/73, de 20 de Agosto que, ao salvaguardar os interesses em termos de antiguidade dos oficiais superiores sem contemplar as reivindicações dos capitães, agudizou a insatisfação dos oficiais subalternos e dos capitães «puros»; (ii) a segunda (Setembro de 1973-Fevereiro de 1974) marca a vontade, por alguns sectores das Forças Armadas, em encontrar uma solução política para uma guerra que se politizou; (iii) da terceira (Fevereiro-Abril de 1974) consta a decisão de derrubar o regime do Estado Novo.

---

<sup>1</sup> A divisão do processo, tal como se apresenta, é da autoria de Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. As Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

Pessoalmente, penso que o assunto relativo à legitimidade política que assistia ao regime da época para fazer a então “guerra do Ultramar”, a abordagem sobre a conduta da guerra, a análise da situação militar nos teatros de operações e a justificação que motivou o derrube do Estado Novo e o fim da Guerra de África a 25 de Abril de 1974 estão longe de poderem ser dados como encerrados. Na verdade, sobre esses assuntos e citando Winston Churchill, “*ainda não é o fim, nem sequer o princípio do fim, mas talvez seja o fim do princípio*”, para atingir verdades aproximadas da realidade histórica da “Guerra de África”.

Mas alguns aspectos parecem evidentes nesta altura: (i) sobre a Descolonização é comum afirmar-se que o processo foi o possível atendendo à instabilidade política, à “revolução” social verificadas em Portugal e aos constrangimentos desencadeados nos domínios ultramarinos. Trata-se de uma afirmação modelar que aligeira responsabilidades institucionais e individuais. A descolonização, assente no *slogan* «nem mais um soldado para as colónias», obrigou milhares de portugueses (500 00 a 700 000!) a abandonarem bens materiais, negócios e famílias em África, sendo repatriados sob pressão para a metrópole “carregando a cruz” de retornados, abandonou uns quantos portugueses que acabaram desnorteados, presos e mortos pela nova nomenclatura dirigente, ignorou os milhares de africanos que sentiam (e queriam ser) portugueses e que acabaram por sofrer as sevícias dos movimentos de libertação que ocuparam o poder, conseguiu o facto notável de colocar o pacato território de Timor-Leste a ferro-e-fogo e à mercê da ocupação brutal da Indonésia (200 000 mortos!), Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, territórios por onde a guerra «não tinha passado», foram exemplarmente abandonados quando a vontade de autonomia com Portugal era uma realidade; (ii) o marco que viabiliza a democracia em Portugal acontece com o 25 de Novembro, onde políticos como o Dr Mário Soares e militares como o Tenente-Coronel Ramalho Eanes, Major Jaime Neves, Major Melo Antunes ou o Capitão Vasco Lourenço travaram a deriva revolucionária da extrema-esquerda que pretendia impor uma ditadura do proletariado em Portugal.

Entre a ditadura corporativista do Estado Novo ou a marxista-leninista defendida pela esquerda revolucionária em Portugal vingou, felizmente, a Democracia, “a pior de todas as formas de governo, com excepção de todas as outras”, como se lhe referia Winston Churchill.

### 3. Da Guerra no Teatro de Angola - APRECIACÃO das “Notas sobre as conclusões do Seminário”

Sobre a Guerra de África reitero que os meus conhecimentos, particularmente sobre as Províncias Ultramarinas de Moçambique e da Guiné, assentam sobretudo na vasta leitura e análise das obras de referência que têm sido dadas à estampa. Consequentemente, não vou tecer comentários ao acervo das “Notas (...)” sobre esses dois teatros.

Mas sobre “Angola” a questão é diferente. Ensinei, entre 2006 e 2010, “História do Pensamento Militar” na Escola Superior de Guerra, em Luanda, aos oficiais superiores e generais dos cursos de Estado-Maior e de Superior de Comando e Direcção, cujo currículo incluía “História Militar de Angola”, recolhi informação sobre a guerra nos arquivos angolanos e contactei com antigos “guerrilheiros” do MPLA e UNITA (actualmente oficiais das Forças Armadas Angolanas) e apresentei livros sobre o assunto em Lisboa. Tenho estudado e investigado o assunto e tenho em “andamento” uma obra sobre a temática: “Guerra de África – Angola. Estratégia Militar e Metodologia de Emprego de Forças”.

As “Notas sobre as conclusões do Seminário”, no que à situação de Angola em 1973-74 diz respeito são equívocas, parcelares e desfasadas, estas sim, da realidade. Que os próprios coronéis Matos Gomes e Aniceto Afonso, curiosamente, contrariam: “*o Leste, a partir do qual o MPLA pretende alcançar o interior – Rota Agostinho Neto – e ligar-se ao que resta dos seus guerrilheiros no Norte, será o mais importante campo de batalha de toda a guerra de Angola. As forças portuguesas controlam a situação, as baixas que sofrem são mínimas e os guerrilheiros não conseguem manter bases durante longo tempo, nem controlar número significativo de populações. É este sentimento de superioridade que leva o novo comandante da Zona Militar Leste a romper o acordo tácito com a UNITA [Operação Madeira] e atacar os seus mais do que conhecidos refúgios. Em 1974, a situação militar em Angola estava militarmente controlada, mas a questão, contudo, não era **militar***” [Guerra Colonial. Angola – Guiné – Moçambique, Diário de Notícias, 1995].

Entre a opinião constante da obra referida e o conteúdo das “Notas (...)” ou há clara contradição ou alteração/evolução de apreciação.

A análise avançada por nas “Notas (...)” é essencialmente política(!) e centra-se em três premissas essenciais: (i) a segurança das fronteiras de Angola, em Cabinda devido ao Congo Brazzaville e a Norte face à República do Zaire de Mobutu See Seko e, a Leste, à Zâmbia de Kenneth Kuanda; (ii) na análise feita pela África do Sul à forma de Portugal conduzir a guerra de contra-subversão; (iii) acção armada da UNITA no ocaso do conflito.

Com o devido respeito, tratam-se de questões colaterais e estrategicamente refutáveis.

1963 é um ano de transições; o MPLA é expulso do Zaire de Mobutu e no Congo ocorre um golpe de estado contra o presidente Fulbert Youlou, de onde emerge o governo “revolucionário” de Massamba-Débat, que apoia declaradamente o MPLA, através da utilização de campos de treino e facilitando a utilização da Rádio Brazzaville. Dessa forma, Brazzaville favorece as acções do MPLA sobre Cabinda e Kinshasa a FNLA sobre o norte de Angola.

Mas nunca esteve, nem era lógico que estivesse, nos planos de Mobutu uma invasão à Angola portuguesa através da fronteira Norte. O envolvimento do presidente zaireense na guerra em Angola era sub-reptício, garantindo uma retaguarda à UPA/FNLA do cunhado Holden Roberto. Mobutu, que combateu os belgas na guerra pela independência do Congo (materializada em 1960) conquistou o poder num Zaire multiétnico afastando Kasavubu e estava permanentemente “a braços” com rebeliões internas, algumas das quais separatistas, não estava obviamente interessado em envolver-se numa guerra com Portugal, de consequências imprevisíveis, invadindo Angola.

O mesmo acontece relativamente ao Congo Brazzaville (República Popular do Congo) relativamente ao apoio prestado ao MPLA e às suas acções sobre Cabinda, onde as conspirações e as purgas internas eram o *modus vivendi*. E isto a despeito de Che Guevara ter estado em Brazzaville e de o MPLA passar a contar com treino militar orientado por militares cubanos.

A agravar a deficiente liberdade de acção estratégica do ex-Congo belga e do ex-Congo francês, note-se que as suas relações eram tensas e entre os dois Estados existia, aí sim, um problema de litígio de fronteiras passível de evoluir para uma guerra.

Aliás, se fosse provável o Congo de Mobutu invadir território angolano em apoio da FNLA tê-lo-ia concretizado em força quando o MPLA tomou conta da capital e proclamou a independência na noite de 10 para 11 de Novembro de 1975. Curiosamente, mesmo nessa situação, em que as forças da FNLA (ENLA) eram comandadas por Tonta Afonso Castro e apoiadas por alguns efectivos portugueses, o empenhamento explícito de tropas zairenses mal se percebe. E essa altura era decisiva para a FNLA. Mas foi derrotada na Batalha de Kifangondo (a norte de Luanda, ponte de Panguila / morro da Cal) pelo contingente do MPLA, comandado por N’Doze, apoiado por tropas cubanas.

O mesmo raciocínio ao nível da segurança das fronteiras é válido para a ameaça da Zâmbia e os avisos de hecatombe do poder militar português apregoados pela África do Sul. A Zâmbia, independente desde 1964, acompanhava a situação e serviu de “santuário” para o

MPLA (por pouco tempo) e a UNITA, mas sem excessivos comprometimento por parte do presidente Kenneth Kaunda, que pretendia garantir o desenvolvimento do país sem expulsar os brancos, preocupava-o a Rodésia de Ian Smith e tinha em mente servir de mediador no contexto da guerra em curso.

A África do sul, apresentada como aliada de Portugal, jogava estrategicamente em causa própria, de tal forma que as dificuldades efectivas ou putativas verificadas em Angola ou em Moçambique por parte de Portugal eram sempre divulgadas (e ampliadas) a contento. As “Notas (...)” referem-no sistematicamente e não é por acaso. A UNITA era então vista, como depois se concretizou, como possível agente de procuração que materializaria a ingerência de Pretória no conflito.

Convém, em síntese, vincar que a guerra em Angola (e nos outros dois TO) não se internacionalizou militarmente, ou seja, os actores em confronto eram Portugal e os três movimentos de libertação.

O mesmo não sucede a partir de 1975 quando Angola “mergulha” na guerra civil. Terminada a guerra e encetada a descolonização, o aparelho militar sul africano invadiu o território em apoio da UNITA, mas a sorte das armas não foi favorável. Se a Norte, a FNLA foi travada em Kifangondo a 11 de Novembro, o mesmo aconteceu mais a sul à UNITA, na Batalha do Ebo, a 23 de Novembro.

Ao contrário do que aconteceu com Portugal, que retirou de Angola devido à condução do processo de descolonização e não em consequência de incapacidade do aparelho militar em sustentar posições no terreno, África do Sul sofreu um revés militar na Batalha do Cuito Cuanavale (1987-88) contra tropas cubanas e do MPLA, com graves repercussões políticas internacionais. A derrota obrigou à retirada do contingente sul-africano de Angola e o regime a aceitar conversões quadripartidas que levariam à assinatura do acordo de Nova Iorque. O fim da guerra fria avizinhava-se e, com ele, o do próprio regime do *apartheid*.

Estranham-se, portanto, as preocupações extremas e externas do Comandante-Chefe General Luz Cunha (que substituiu o general Costa Gomes em 1972), mais ainda a insolubilidade de um eventual problema relacionado com a segurança das fronteiras. O comandante-chefe acompanhava a situação e competia-lhe informar superiormente das ameaças hipotéticas, percebidas ou reais. Mas a possibilidade de uma guerra convencional com os Congos não representava a ameaça mais provável e, portanto, essa não era a ameaça principal (e imediata) a equacionar.

Luz Cunha, como se sabe, é um dos autores do livro “A Vitória Traída” [Editorial Intervenção, Braga, 1977], onde conclui sobre a situação económico-social e militar da guerra em Angola nos seguintes termos: *“as Forças Armadas em Angola continuavam a sofrer, no 1º trimestre de 1974, de diversas dificuldades de meios materiais e de pessoal (...). Por outro lado, a prosperidade de Angola permitia-lhe que fosse assumindo, cada vez em mais larga escala, os encargos financeiros com a guerra no seu território, e a própria situação financeira ao nível do governo central era também desafogada (...). O problema mais grave, por ser de mais difícil e demorada resolução, era o do quadro permanente. Apesar de todas as deficiências (...) as Forças Armadas Nacionais não deixaram de cumprir com a maior dignidade, determinação e eficiência as missões que lhes eram atribuídas e que se traduziam nos resultados muito favoráveis que continuavam a obter-se. O MPLA estava destroçado e não se previa a possibilidade da sua recomposição a curto prazo. A FNLA estava a sentir os efeitos do vigoroso e persistente ataque que contra ela desenvolvíamos e podia admitir-se que viesse a sofrer grave colapso talvez ainda no decurso de 1974. A UNITA tinha possibilidades militares muito reduzidas e estava já a ressentir-se seriamente do forte ataque desencadeado contra ela. A população, em geral, não dava crédito aos movimentos subversivos e mostrava-se cada vez mais confiante na acção das Forças Armadas Nacionais. A situação militar no 1º trimestre de 1974 era-nos pois francamente favorável e, a menos que ocorresse qualquer circunstância extraordinária e imprevisível, não apresentava para nós motivos de especial preocupação. Pelo contrário, era de prever que se verificasse uma melhoria ainda mais acentuada, a curto prazo”*.

Esta realidade é sustentável, tanto mais que dão seguimento ao estado de controlo territorial em que o General Costa Gomes deixou Angola, em 1972. Relativamente a esse período, Matos Gomes e Aniceto Afonso [Guerra Colonial. Angola – Guiné – Moçambique, Diário de Notícias, 1995] escrevem que *“a acção de Costa Gomes caracteriza-se pelo conceito de globalização do fenómeno da guerra de guerrilha, na qual a acção das forças militares é apenas uma componente; pela reorientação do esforço para o Leste, antes de ela atingir o planalto central; (...) pela importância que atribuiu às informações tácticas [através da DGS]; pela descentralização da execução (...); pelo emprego intenso das forças auxiliares, a quem atribuiu missões adequadas às suas características; importância das forças de intervenção na manobra militar directa”*. E concluem: *“(...) a verdade é que a aplicação dos seus conceitos à situação concreta que teve de enfrentar se revelou um êxito”*.

Verificou-se uma degradação assinalável da situação sócio-militar entre Costa Gomes e Luz Cunha, ou seja, entre 1972 e 1974? Não parece. Tanto mais que, e citando de novo os

dois autores relativamente à Rota Agostinho Neto / Frente Leste, “em 1973, fruto da acção militar portuguesa e de dissidências internas, as forças do MPLA estavam numa posição defensiva, sem haverem alcançado o seu objectivo”.

Mas o que acho mais estranho nas “Notas (...)” sobre a situação militar em Angola em 1974 é a quase ausência de referências aos movimentos de libertação (MPLA, FNLA, UNITA), o inimigo realmente a equacionar.

Nas “Notas (...)” é a UNITA que irrompe como grande ameaça a Leste, a partir de 1 de Janeiro de 1974, quando retomou a luta armada depois de a “Operação Madeira” ser dada como finda: “destruiu uma povoação no sector do Bié, causando quatro mortos e quatro feridos; atacou o destacamento militar de Nhonga com um grupo de cinquenta elementos armados com espingardas automáticas, morteiros e lança-foguetes, causando três mortos e três feridos às forças portuguesas; destruiu a ponte sobre o rio Pueia e uma serração na estrada Munhango-Nhonga, onde raptou onze homens e doze mulheres”.

Convenhamos que os “estragos” feitos pela UNITA (de pequena monta, como se percebe) relevam sobretudo de estardalhaço próprio de quem pretende chamar a atenção para uma existência actuante do que propriamente capacidade de luta em larga escala passível de desequilibrar a seu favor a relação de forças no TO. Na verdade, houve acções da UNITA nas semanas que se seguiram à revolta militar de 25 de Abril de 1974, destinadas a passar uma “esponja” na “Operação Madeira”, a vincar que o inimigo era realmente as forças militares portuguesas e a posicionar-se para o *day after*, isto é, a garantir um lugar na mesa das negociações conducentes ao futuro de Angola, como acabou por se verificar nos Acordos de Alvor.

As Forças Armadas Portuguesas identificam, a partir de 1974, também a UNITA como movimento inimigo, efectuando patrulhamento, emboscadas e ataques aos locais onde a sua presença se fazia sentir. Benjamim Almeida [Angola. O Conflito na Frente Leste, Âncora Editora, 2011], que foi comandante de Companhia nessa altura, escreve: “à medida que a ofensiva se se prolongava no tempo começavam a ser notórias e crescentes as dificuldades da UNITA em resistir à pressão constante das tropas portuguesas. Estas actuavam por todo o lado, quer com tropas de quadrícula, quer com forças especiais. Em consequência, o inimigo começava a experimentar sérias limitações que afectavam a actividade operacional. Desde logo a escassez crescente de alimentos, devido à sistemática destruição de lavras pelas nossas tropas. Reservas alimentares a caminho do esgotamento. Problemas de saúde e assistência médica. Dificuldades de substituição de armas perdidas e de munições gastas,

*apesar do fornecimento deste material pela SWAPO. Instabilidade permanente da direcção de UNITA devido à necessidade de alterar frequentemente os locais de refúgio. Diminuição do apoio à guerrilha por parte das populações controladas pelo movimento”.*

Os números de guerrilheiros dos movimentos de libertação eram curtos, quando comparados com os cerca de 60 000 portugueses presentes na Província Ultramarina: os da UNITA não chegavam ao meio milhar (todos no interior de Angola); da parte da FNLA rondaria os 3 a 5 mil (a maioria acantonada no Zaire); os do MPLA seriam à volta de 3 mil (cerca de 1/3 a operar no interior do território)<sup>2</sup>.

Uma coisa é certa, quando se decidiu em Alvor a constituição das Forças Militares Mistas (FMM) destinadas a prover à segurança e defesa do território até à posse de um governo autóctone democraticamente eleito, os constrangimentos surgiram de imediato. As FMM previam um total de 48 000 efectivos, divididos da seguinte forma: Forças Armadas Portuguesas com 24 000; MPLA, FNLA e UNITA cada com 8 000. Ora, para além das desconfianças mútuas e da permanência de “refregas” entre MPLA e FNLA e dentro do MPLA, os movimentos foram obrigados a “motivar”, à pressa e sem critério, elementos da população para entrar nas fileiras militares dos respectivos movimentos de libertação. O que constata a escassez de homens em armas em cada movimento e a sua necessidade de credibilização imediata.

#### **4. Angola – Teatro de Operações militarmente sustentado**

Ignorando acervo documental próprio, recorro a obras publicadas, nacionais e estrangeiras, que se têm debruçado sobre o assunto “Guerra em Angola 1961-1974” para apresentar uma visão da situação militar diametralmente oposta da que as “Notas (...)” apresentam.

##### **Autores portugueses**

• O Mestre e professor universitário, **Henrique Gomes Bernardo** [Estratégia de um Conflito. Angola 1961-1974, Prefácio, 2008], refere no Capítulo da Conclusão: “quanto à

---

<sup>2</sup> David Abshire [“Strategic Implication”, in Portuguese Africa, A Handboock New York, 1969] refere um total de 7 500 guerrilheiros;

René Pélissier, [Le naufrage des caravelles. Étudessur la fin de l’empire portugais, 1979], que esteve no Leste de Angola no início de 1970, afirma que os três movimentos juntos teriam na ordem dos 6 000 guerrilheiros;

Willem van der Waals [Portugal’s war in Angola 1961-1974, África do Sul, 1993] aponta 2 000-2 500 guerrilheiros do MPLA, 4 000 da FNLA e 300 da UNITA;

John Cann [Contra-Insurreição em África, Atena, 1998], define 6 200 efectivos para a FNLA, 4 700 para o MPLA e 500 para a UNITA;

John Marcum [“Angola: perilous transition to Independence”, in Southern Africa. the continuing crisis, EUA, 1979 avança com os seguintes números: MPLA 3 000-3 500 guerrilheiros, FNLA 3 000-3 500, UNITA não passaria dos 500.



*estratégia desenvolvida pelas Forças Armadas, podemos concluir que a mesma se revelou eficaz e o nosso país conseguiu em Angola vencer a guerra de guerrilhas, travar o avanço dos nacionalistas, ao mesmo tempo que se assistia a um desenvolvimento económico sem precedentes, no território. No entanto, a nossa eficácia em Angola não evitou a nossa derrota [política] (...). A inflexibilidade política gerou o descontentamento quer da sociedade política, quer dos militares (...). A inflexibilidade política levou ao descontentamento, o descontentamento à revolução, a revolução à descolonização e a descolonização ao fim da permanência dos 700 mil portugueses que viviam em Angola”.*

- O Tenente-Coronel (res) **António Pires Nunes**, [Angola. 1966-74. Vitória Militar a Leste, Tribuna da História, 2002], licenciado em História e professor universitário, apresenta um título que, só por si, é bastante elucidativo – “*vitória militar a Leste*”. Através de um esquema e no capítulo “A Expressão da Vitória”, refere que “*em 1974, a guerrilha apenas afecta 1% do território*”, acrescentando que “*várias personalidades conhecedoras da situação militar na Zona Leste, nos anos 1973 e 1974 pronunciaram-se de uma forma bem elucidativa sobre a vitória militar*” pelo vector militar português: [general Nuno Ramirez de Oliveira<sup>3</sup>, Coronel Delfim Oliveira Marques<sup>4</sup>, general Bettencourt Rodrigues<sup>5</sup>, Jonas Savimbi [Líder da UNITA]<sup>6</sup>; general Abel Barroso Hipólito<sup>7</sup>, brigadeiro Hélio Felgas<sup>8</sup>, Daniel Chipenda [responsável do MPLA no Leste]<sup>9</sup>].

Pires Nunes remata, no epílogo do livro, que “*quando ocorreu a Revolução de 25 de Abril de 1974, a Batalha do Leste era, e assim ficará para a História, uma batalha decisiva que os portugueses haviam vencido. Decidiu não só a sorte das armas no Leste como teve influência decisiva no Norte, onde os movimentos também claudicaram. As Forças Armadas Portuguesas apoiadas por forças auxiliares, combatendo contra os três movimentos, conseguiram vencer uma guerra de guerrilhas, facto raro na História Militar moderna*”.

- O Professor Doutor **Nuno Severiano Teixeira**, [“Portugal e as Guerras da Descolonização”, in Nova História Militar de Portugal, Vol. 4, Círculo de Leitores, 2004], menciona que “*entre 1970 e o final do conflito, a guerrilha da FNLA mantém-se, sem grandes sucessos, o MPLA mergulha uma vez mais em divergências internas, com graves*

---

<sup>3</sup> “Notas sobre a Zona Militar Leste”.

<sup>4</sup> Depoimento em “Guerra de África”, coordenada por José Freire Antunes, Círculo de Leitores.

<sup>5</sup> Conferência no IAEM, Julho de 1973.

<sup>6</sup> Depoimento em “Guerra de África”, coordenada por José Freire Antunes, Círculo de Leitores

<sup>7</sup> Actas da Sessão de 30 de Abril de 1974, do Conselho CECS.

<sup>8</sup> Jornal do Exército, Nº 406, Outubro de 1993.

<sup>9</sup> Discurso no Congresso do MPLA de 15 de Agosto de 1974, reproduzido no Diário de Notícias de 5 de Fevereiro de 2001.

*repercussões ao nível do apoio externo e da eficácia militar. A UNITA, por seu lado, esgota as suas já fracas capacidades militares na luta com os outros movimentos de libertação e acaba mesmo por assinar uma trégua com as forças portuguesas, em 1972. Se alguma força registava sucesso, no campo militar, eram as Forças Armadas Portuguesas, já sob o comando do general Costa Gomes. (...) Nos anos finais da guerra, os movimentos nacionalistas não representavam uma ameaça real à presença portuguesa em Angola, nem no que toca ao controlo das populações, nem no que toca ao controlo do território”. Mais à frente, e noutra passagem, acrescenta que “com a situação militarmente controlada em Angola, poderia dizer-se que para a população branca a guerra existia, mas era uma realidade longínqua”. Para depois concluir: “(...) em Angola a luta de libertação é fragmentada e conduzida por uma pluralidade de movimentos que se digladiam entre si e Portugal detém o controlo militar da situação (...)”.*

- O escritor, investigador e jornalista **João Paulo Guerra** [Memória das Guerras Coloniais, edições Afrontamento, 1994], refere sobre a situação verificada em Angola em 1973-74: *“no final de 1973 e no início de 74, a FNLA estava confinada à fronteira com o Zaire; a UNITA constituía uma pequena reserva entre o Moxico e o Bié; o MPLA estava reduzido a pequenas bolsas de guerrilha ao longo da «estrada do Café», tinha sido irradiado do Leste para Sul, com bases localizadas a Sul de gago Coutinho (Lumbala) e a Leste de Mavinga e pela acção combinada das tropas portuguesas e da UNITA tinha retrocedido para o Cazombo, após o impetuoso avanço a partir da fronteira com a Zâmbia, em parte devido ao abandono da guerrilha pelos líderes e combatentes da Revolta do Leste”.* João Paulo Guerra remata, então, que *“a situação em Angola era assim, do ponto de vista militar, a única dos três teatros de guerra que podia considerar-se favorável às posições portuguesas. O regime colonial não tinha ganho a guerra em Angola. Mas estava a ganhar tempo”.*

- O Tenente-Coronel (ref) e mestre em Estratégia **João José Brandão Ferreira** [Em Nome da Pátria. Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa, Publicações Dom Quixote, 2009], extrai a seguinte conclusão sobre a Guerra em Angola: *“sabe-se hoje, sem qualquer sombra de dúvida, que a situação militar em Angola estava praticamente resolvida quando em 1974 ocorreu o 25 de Abril, não sendo motivos de maiores cuidados”.*

- Institucionalmente, o **Estado-Maior do Exército** / CECA, [Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1º Vol., Enquadramento geral, 1988] escreve sobre a situação militar Angola na fase final da guerra o seguinte: *“Na Frente Norte, a guerrilha mantinha-se estacionária e pouco activa, quer por parte do MPLA quer por parte da FNLA, ambos bastante debilitados. Em 1974, os movimentos subversivos estavam visivelmente*

*enfraquecidos, a situação militar controlada e a actividade económica de Angola em franca expansão. Para esta situação muito favorável contribuíram as Forças Armadas que, a par de uma intensa e bem orientada actividade militar, levaram a afeito sobre todas as populações uma importante acção nos campos psicológico e social; as autoridades governamentais e administrativas que, sobretudo após a entrada em funcionamento das estruturas da contra-subversão, tomaram as diversas medidas neste âmbito; e a população pelo seu comportamento, maioritariamente de apoio ou de aberta colaboração”.*

- Em Pedrouços, no então **IAEM**, foram realizados dois Seminários sobre a Guerra de África, em 1996 e em 1999, tendo as respectivas comunicações sido publicadas.

+ O Seminário de 1996, com o título “As Campanhas de África e a Estratégia Nacional”, publicado pelo IAEM, refere na Súmula Conclusiva das Intervenções. Conclusões, o seguinte: “(...) o período de 70 a 74 ficou marcado pela transferência, com sucesso, do esforço estratégico para Leste. A Estratégia Operacional desenvolvida neste Teatro foi factor decisivo na manobra realizada, a qual possibilitou o desenvolvimento económico e social do território de Angola e a criação de condições de sucesso. Em termos militares foi possível garantir condições de espaço e de tempo para proporcionar a liberdade de acção necessária para que outros meios políticos, económicos e sociais pudessem actuar a favor da resolução do conflito”.

+ O Seminário de 1999, publicado em 2000 com a chancela do IAEM/Atena menciona na parte relativa ao Encerramento e Conclusões o que se transcreve: “para além do inimigo local, o inimigo internacional fez o esforço nos pontos mais fracos – Guiné (militar) e retaguarda (Metrópole, em termo psicológicos). A situação em Angola estava estabilizada, mas Moçambique e a Guiné precisavam de mais Batalhões e Companhias, havendo a necessidade geral de modernização do equipamento militar”.

- Na **Academia Militar**, o seminário realizado sob o título “A Academia Militar e a Guerra de África”, em 2009, foram avançadas as seguintes Conclusões: “A UPA (FNLA) ficou remetido a uma bolsa de refúgio numa área conhecida por Dembos, onde se tornou forte e de onde partia para as suas actividades de guerrilha. Sendo ali sistematicamente combatida pelas Forças Armadas Portuguesas e, depois, pelo MPLA nunca pôde ampliar essa bolsa e tão pouco expandi-la, acabando por desaparecer em 1974; o MPLA iniciou a guerrilha, em 1962, em Cabinda, mas como não conseguiu o apoio da população, mudou as suas forças para a Zâmbia, quando esta se tornou independente, em 1964, montando a sua estrutura na fronteira do Moxico. Daqui penetrava profundamente nos distritos da Lunda, Moxico e Cuando Cubango, fazendo crescer perigosamente a área de subversão de 6%, em 1961, para

42%, em 1969; a UNITA nasceu no Leste (...) e aqui se fixou numa área a Sudoeste do Luso, dominando o caminho de ferro de Benguela, onde se opunha à progressão do MPLA que, na impossibilidade de a contornar a combatia como se a UNITA fosse as Forças Armadas Portuguesas; As Forças Armadas Portuguesas combateram em Angola durante 13 anos contra três inimigos diferentes e inimigos entre si o que facilitou a nossa acção, mas a presença profunda do MPLA no Leste ameaçava seriamente fazer pender a vitória para o seu lado”. Tecidas estas conclusões cronológicas e parcelares relativamente a cada um dos movimentos que operavam em Angola, focou-se o estado final da guerra: “a partir de 1972, sob o comando dos generais Costa Gomes e Bettencourt Rodrigues e uma actividade muito intensa das Forças Armadas, com especial destaque para as tropas Comando, a par de uma estratégia de desenvolvimento de Angola e do bem estar das populações, Portugal derrotou completamente o MPLA e a FNLA; em 1974, a UNITA era o único movimento independentista em Angola”.

#### **Autores estrangeiros**

- Os historiadores de referência **Douglas Wheeler** (americano) e **René Pélissier** (francês) [História de Angola, Tinta da China, MMIX], apontam sobre Angola: “a partir de Abril de 1974, a guerra tinha atingido aquilo a que se poderia chamar um impasse, o que favorecia Portugal. A insurreição nacionalista africana permanecia largamente confinada a zonas remotas e fronteiriças, o apoio soviético à causa do MPLA tinha sido reduzida, não havia qualquer actividade rebelde ameaçadora em zonas urbanas, levando mesmo Portugal a transferir algumas unidades militares de Angola para Moçambique (...). Para além disso, Portugal sentia-se encorajado pelo surto económico nas áreas costeiras, o qual assentava na construção, no aumento da exploração de minérios e na expansão da indústria petrolífera. A partir de 1966, a economia da colónia apresentou taxas de crescimento sem precedentes”. Os autores fecham com a curiosa consideração de que “quando a 25 de Abril de 1974, os oficiais militares de carreira derrubaram o regime em Lisboa na sequência de um golpe de estado levado a cabo em 16 horas praticamente sem derramamento de sangue, Luanda parecia tão surpreendida como a capital da metrópole”.

- **John P. Cann**, autor da conceituada obra [Contra-Insurreição em África. 1961-1974. O modo português de fazer a guerra, Atena, 1998], é taxativo, no capítulo 10. O Modo português: “numa análise final, enquanto Portugal lutava numa campanha imaginativa a fim de conservar as suas colónias numa época anticolonial, não havia fibra militar que conseguisse superar o problema político da legitimidade de Portugal em África. Devido a

*esta circunstância, Portugal perdeu a guerra e finalmente as suas colónias, apesar dos enormes sacrifícios feitos. Este desenvolvimento reforçou o ponto de vista de que as guerras são, na sua maioria, resolvidas politicamente. (...) Numa contra-insurreição, a acção militar pode empregar-se apenas para apoiar as medidas políticas e sociais. Não pode substituí-las”. Mais à frente, e relativamente a Angola, o autor define que “em 1971, os generais Costa Gomes e Bethencourt Rodrigues davam origem a uma vitória militar em Angola que permaneceu intacta até ao fim da guerra”.*

- **Marcelo Bittencourt**, [«Estamos Juntos!» O MPLA e a Luta anticolonial 1961-1974, Luanda, Editorial Kilombelombe, 2008], investigador brasileiro, escreveu uma volumosa tese em dois volumes, onde o enfoque é colocado nos problemas do MPLA em Cabinda e no Congo-Brazzaville, optimismo e ruptura na Frente Leste e fragmentação do MPLA: retrocesso, desânimo e insatisfações. Ou seja, mais do que fazer a apologia da luta armada do MPLA contra as Forças Armadas Portuguesas (impossível de exaltar), o extenso trabalho do autor centrou-se nas realidades da “luta anticolonial do MPLA: a impossibilidade de implementação de bases de guerrilha sustentáveis no interior do território e as continuadas deslocações dos guerrilheiros numa dinâmica de nomadismo para se furtarem a acção militar portuguesa; o recuo da guerrilha do MPLA, em virtude da contra-ofensiva militar portuguesa, a partir de 1969-71 e a dificuldade demonstrada pelo movimento em se abastecer no interior de Angola; as dificuldades em conseguir apoios externos consistentes para apoiar o Movimento e pressionar Portugal (Zaire e Zâmbia); a rivalidade constante entre a FNLA e a UNITA que retirou liberdade de acção para combater efectivamente o inimigo comum (Portugal); e, principalmente, as frequentes dissidências internas (Movimento de Reajustamento, Revolta do Leste e Revolta activa) que minaram a motivação, a coerência e a credibilidade do movimento no contexto da guerra. Marcelo Bittencourt sintetiza toda esta problemática do seguinte modo: “*para o período situado entre os anos de 1972 e 1974 até à Revolução dos Cravos, os relatos [de dirigentes e ex-dirigentes do MPLA] tendem a se concentrar nas disputas políticas, por vezes também militares, que envolveram a direcção do movimento. O problema das oposições a vários níveis no interior do próprio MPLA supera de longe qualquer outro tema. Não se mencionam ofensivas militares ou tentativas de reversão do quadro de recuo que a guerrilha enfrentava*”.

- Ainda sobre Angola, acompanhemos as ideias principais do investigador cubano **Piero Gleijeses** [Misiones en Conflicto. La Habana, Washington y África 1959-1976, Instituto Cubano del Libro/Editorial de Ciências Sociales, ciudad de La Habana/Cuba, 2004]. Num primeiro passo diz que “*los três movimientos guerrilleros angolanos habían luchado entre*

*sicon tanta fuerza como contra los portugueses, nunca habían podido ejercer control real más que sobre un porcentaje minúsculo de la población durante un período amplio, nunca habían penetrado en ninguna de las zonas más densamente pobladas y desarrolladas del país, y nunca habían logrado organizar una red clandestina urbana”. Depois, “Ninguno de los três movimientos rebeldes desarrolló una fuerza eficaz de combate (...). El MPLA casi lo logra, po un tiempo. Después de un inicio incierto en Cabinda en 1964-1965, volcó sus esfuerzos militares a las vastas zonas poco pobladas de Angola Oriental”. Mas a partir de 1971 “(...) una serie de ofensivas portuguesas golpearon el frente oriental, (...) lanzando napalm y defoliantes en un ataque de tierra arrasada las aldeas rebeldes, infligieron graves derrotas a las fuerzas del MPLA”. Piero Gleijeses refere a seguir que tal situação levou muitos comandantes do MPLA a culpar a direcção do Movimento por não ter sabido proteger as populações e a guerrilha, inflamou as latentes tensões étnicas entre a população local e originou a “Revolta Activa”, conduzida por Daniel Chipenda contra a liderança de Agostinho Neto, com o apoio da Zâmbia e a simpatia da URSS. A este respeito, transcreve uma citação do cônsul dos EUA em Luanda, respeitante a Agostinho Neto que lamenta, em Março de 1974 que “el gobierno [da Zâmbia] es cada vez más abiertamente hostil al movimiento [MPLA] y sobre todo a mí”. Por fim, conclui: “para abril de 1974, cuando Caetano cayó, el MPLA había vuelto a sus inicios desde un punto de vista militar; era outra vez débil e ineficaz”.*

- O **General Miguel Júnior**, [Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. 1.º Exército Nacional (1975-1992), Prefácio, 2007], que foi responsável pela “Educação Patriótica” nas Forças Armadas Angolanas (FAA), escreve no capítulo sobre a Descolonização que “(...) a dispersão de forças e meios será o traço característico principal da luta de libertação em Angola, o que facilitará substancialmente as campanhas de contra-insurreição que vão desencadear, por sua vez, as FAP [Forças Armadas Portuguesas]”. Logo de seguida, vinca que “a contra-insurreição portuguesa, com o tempo, configura-se adequada e aos poucos começou a travar as guerras de guerrilhas. Quando ela atingiu o seu máximo, as guerras de guerrilhas entraram em declínio completo”. Por fim, acrescenta que “(...) em 1973 as FAP controlam todo o território nacional sem margem de movimento para as três forças guerrilheiras. Assim, no fim de 1973, os movimentos de libertação vivem numa situação aflitiva. As forças guerrilheiras, como um todo, perderam capacidade operacional e estão agora na condição de completa imobilidade operacional”.

## 5. Cooperação Técnico-Militar Portuguesa em Angola

Conforme referido anteriormente, dos vários contactos tidos pelo autor desta “*Apreciação às Notas sobre as Conclusões do Seminário*” com militares angolanos (maioritariamente oriundos do MPLA, mas também provenientes da UNITA e da FLEC) que frequentam a Escola Superior de Guerra no âmbito dos cursos de Comando e Estado-Maior e Superior de Comando e Direcção, nunca ouviu nos mais variados fóruns, sessões e debates referências a uma vitória militar angolana na guerra de 1961-1974. Na verdade, é um dado adquirido e assumido sem constrangimentos que militarmente as Forças Armadas Portuguesas tinham a situação sob controlo, que a rivalidade mais grave e que minou capacidades de respostas face ao poder militar português estava na guerra inter movimentos de libertação, que a FNLA de Holden Roberto era um grupo tribal, americanizado e acantonado de forma sedentária no santuário de Mobutu, que a UNITA era um apêndice do esforço de guerra português contra o MPLA e que movimento de Agostinho Neto tinha, inegavelmente, uma superior representatividade interna e internacional, uma liderança reconhecida (MPLA e Agostinho Neto eram vistos como uma única e mesma “coisa”), apesar das dissidências internas perpetradas por Daniel Chipenda e Pinto de Andrade, e onde a proeminência política estava claramente acima da capacidade militar patenteada. Vencer a guerra estava fora de questão e, principalmente, para o MPLA, o mais importante era «resistir para existir», provando uma estratégia que frutificou após a descolonização.

A guerra que ainda hoje interessa aos angolanos conhecer e aprofundar, particularmente aos do MPLA, não é a da independência, mas a civil e o confronto entre «MPLA / Forças Internacionalistas cubanas e a UNITA / Forças imperialistas de África do Sul» (termos locais). Uma guerra que ganharam e que lhes permitiu sustentar a República Popular de Angola formalizada pelo Partido/Movimento em 11 de Novembro de 1975. Com inteligência política e visão estratégica, independentemente de formalismos ideológicos internacionalistas ou imperialistas.

Relativamente à guerra de 1961-1974, faz parte da memória histórica e se há algo que eu aprendi com os camaradas angolanos nestes últimos anos foi a sua superior capacidade em olhar para o passado como história e a encarar o presente como a realidade a vencer sem cair em utopias. Do mesmo modo que não é difícil contactar oficiais das Forças Armadas Angolanas que assumem sem constrangimentos terem sido, põe exemplo, praças ou sargentos do Exército Português, ou pertencido à então Mocidade Portuguesa, a recente integração de militares da UNITA, primeiro, e da FLEC, depois, nas FAA é algo que pode parecer surpreendente, mas é de enaltecer. Medidas só ao alcance de povos que têm nos superiores

interesses estratégicos do Estado a razão de ser de uma Nação que se assume como referência regional.

## **6. Fecho**

Ao contrário do que as “Notas (...)” dissertam, a situação política, social e militar em Angola não era de forma alguma preocupante pois estava controlada, não existia ameaça convencional concretizável, os comandos militares portugueses não estavam perturbados como evoluir da situação e a situação era de paz, progresso e prosperidade (em 1972, Luanda foi aclamada internacionalmente como a “Paris de África”).

Em conclusão, no decénio de 1970 Portugal assumia Angola como província politicamente sustentada, socialmente estabilizada e militarmente controlada.

Factos são factos.

Abílio Pires Lousada

Mafra

28 de Maio de 2012

CD25A



**A GUERRA NO ULTRAMAR -  
1961-1974 - RÉPLICA**

*Por Brandão Ferreira*



**Chefe tradicional fula, empunhando a Bandeira Nacional (foto tirada pelo então Tenente Roxo da Cruz)**

# A GUERRA NO ULTRAMAR – 1961-1974 – RÉPLICA

8/5/12

## 1. INTRODUÇÃO

a. O Instituto de Estudos Superiores Militares, em colaboração com o Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar (NICCM) levou a efeito nos dias 12 e 13 de Abril de 2012 um Seminário subordinado ao tema “**A Guerra de África - Portugal Militar em África 1961-1974 - Actividade Militar**”. Neste seminário tomaram parte doze oradores, todos militares e habilitados, por estudo e experiência, a nele intervirem. Como é uso nestes casos foram retiradas, no final, algumas “conclusões” provisórias que o oficial encarregado de o fazer, apelidou de súmulas, querendo referir-se ao que tinha sido dito pelos oradores.

b. Dois dos oradores intervenientes, os Coronéis Matos Gomes (MG) e Aniceto Afonso (AA), vieram insurgir-se contra as conclusões/súmulas, dizendo que não correspondiam à verdade dos factos, nem à realidade vivida. Sem embargo apenas se referem a uma frase e que foi esta: “A situação nos três teatros (Angola, Guiné e Moçambique) está controlada pelas FAs portuguesas e que era sustentável em termos militares”.

c. Face a esta situação os dois oficiais, com vasta experiência nas campanhas aludidas e conhecidos estudiosos do tema, escreveram um documento de 35 páginas (ou já estaria escrito?), contestando tal conclusão (e que se junta em anexo). É uma análise/réplica a este documento que agora se apresenta.

## 2. PREÂMBULO

### “**Parta V. Ex<sup>a</sup> descansado que eu não deixarei ficar mal a Bandeira Portuguesa**”

*Aniceto do Rosário*

(para o governador do Estado da Índia, antes do ataque a Dadrá e a Nagar Aveli)

**A.** Antes, durante e depois da argumentação aduzida, de contestação àquela conclusão - com a qual deixamos, já claro, a nossa concordância - os dois oficiais, agora contestatários, deixam expressas algumas “certezas” suas:

- Estamos em face de um processo/tentativa de “revisão histórico”;
- Portugal possuía colónias e fazia uma “guerra colonial”;
- Os portugueses (ou seria só o governo?) combatiam numa guerra injusta e ilegal.

Começamos por analisar estas afirmações pois são fundamentais para a análise/fundamentação do todo.

E notamos, desde já, uma evolução de monta: logo na 1<sup>a</sup> página podemos ler “*a defesa da política do regime da ditadura derrubado em 25 de Abril de 1974 feita*”

*posteriormente é legítima, resulta da democracia instaurada nessa data e aceitamo-la com toda a naturalidade".* Leram bem? Quem os viu e quem os vê!...

Já nas conclusões de um seminário idêntico ocorrido no IAEM, em 2000, e elaborado pelo então Director, General Garcia Leandro, que considerou o documento em apreço de "importante", se podia ler no seu nº 3 "haver que separar bem a questão ultramarina da questão do regime - existiu uma sobreposição entre o regime salazarista e a questão do ultramar, mas a questão ultramarina fazia parte da **História e da herança da Nação**. A 1ª República havia sido **defensora da política colonial**, bem como grande parte dos **opositores** do "Estado Novo" (sublinhados nossos).

Esta dedução (aliás correcta) não foi contestada por ninguém até hoje e constitui um bom ponto de partida para a discussão. Donde é lícito colocar uma outra questão e que é esta: "os territórios ultramarinos eram nossos (eram Portugal), ou não? A resposta para mim é óbvia, mas sê-lo-á para MG e AA e para os eventuais leitores?

**B.** Vejamos a questão do "revisão histórico" que os autores apelidaram de "persistente" e "ideológico" e dão como tendo tido início com a publicação do livro "África, Vitória Traída", escrito por quatro generais, em 1977, que tiveram altas funções de comando em África. Naturalmente que este seminário é tido como a última expressão deste revisionismo (será que o NICCM também é conivente?), não sendo dado mais nenhum exemplo ocorrido pelo meio.

Convém referir os nomes dos quatro generais pois não são "uns quaisquer": os Generais Bettencourt Rodrigues, Silvino Silvério Marques, Kaúlza de Arriaga e Luz Cunha. Não consta que, sobre eles, exista a mais leve sombra que possa manchar a sua competência, a sua integridade, o seu carácter ou o seu patriotismo.

Não deixa de ser curioso como é feita a alusão, eivada de menosprezo por quatro oficiais com brilhantes folhas de serviço e provas dadas no comando de tropas e, até em altas funções político-militares. Será que podem ser considerados menos avisados ou conhecedores do que a generalidade dos capitães que conspiraram para o 25 de Abril (onde se incluem MG e AA), da realidade dos teatros de operações, que estes últimos pela sua juventude e experiência, apenas podia ser parcelar ou de "ouvir dizer"? Ou será que assumem hoje, passados 40 anos, que sabiam tanto na altura como sabem hoje?

Lembra-se, ainda, que as decisões dos protagonistas devem ser avaliadas com o conhecimento que têm na altura e não por outras circunstâncias.

A acusação de que o "revisão histórico" é "ideológico" não deixa de ser caricato. Então as forças políticas que tomaram conta da rua (e do Poder) durante o PREC - onde os ditos cujos autores "militaram" - é que impuseram uma verdadeira ditadura ideológica relativamente ao que se teria passado no Ultramar (e não só); fizeram uma autêntica lavagem ao cérebro da população e dos ex-combatentes; prolongaram essas mentiras e estribilhos no discurso oficial, na maioria dos "media" e nos livros da escola - o que ocorreu por manifesta cobardia moral da maioria da população dos quadros e chefias das FAs, para já não falar do "politicamente correcto" da partidocracia existente - e agora vêm apelidar de ideológica qualquer outra análise que contrarie as suas, quando se quer recuperar algum **equilíbrio** nas

interpretações dos factos históricos e nas intenções (por vezes mais importantes do que aqueles) dos principais actores?

Começaram por relegar um milhão de combatentes para a prateleira da ignomínia e do esquecimento; diabolizaram a História dos seus antepassados, sobretudo a mais recente; afirmaram-se as maiores barbaridades - tudo sem direito ao contraditório - e agora (há meia dúzia de anos) que começaram a perder o monopólio dos microfones e o palco das entrevistas e do mercado editorial, vêm lançar mão desse labéu? Tenham vergonha!

### **C. Vejamos a questão “Colonial” e das “Colónias”**

Os autores MG e AA ainda devem viver no século XIX, quando se deu a corrida imperialista europeia para África e para o Oriente, quando se lutava por alargar fronteiras e conquistar povos - por onde, aliás, os portugueses já estavam estabelecidos havia séculos.

Devem ainda estar a pensar na Conferência de Berlim onde, de resto, os portugueses foram os mais visados e de cujo eventual retraimento as principais potências queriam fazer reverter a seu proveito.

Em 1961 (1947, se nos quisermos reportar à Índia) todos os nossos territórios viviam em paz, com fronteiras definidas e acordadas, sem problemas de soberania, sem representarem qualquer ameaça para vizinhos ou longínquos e estando perfeitamente integrados constitucionalmente na vida nacional (o que nunca aconteceu com nenhuma outra potência dita colonial).

Os autores nem em termos formais e jurídicos escondem o erro de os apelidar de “colónias”, quando oficialmente eram Províncias e Goa, Damão e Diu, tinham a categoria de Estado, desde o século XVII - o mesmo vindo a acontecer com Angola e Moçambique, após a revisão constitucional de 1971.

E confundem - certamente não por ignorância - que “colonialismo” passou a ter uma conotação negativa, desde o nascimento do “terceiro mundismo” (para já não falar do que era veiculado pelas internacionais comunistas) e sobretudo após a Conferência de Bandung, de 1955, em que foi conotado com a exploração de um povo por outro (ou do homem pelo homem). Nunca se lembraram de referir a “colonização”, que representa uma acção positiva, civilizacional de um povo sobre outro. Ora os portugueses - não estando isentos de terem feito algum colonialismo - foram sobretudo colonizadores e isso está plasmado em documentos que reflectem a orientação da Coroa Portuguesa desde o século XV.

E esquecem-se, direi muito convenientemente, que a agressão de que Portugal foi vítima - porque de uma agressão se tratou - visava a substituição de soberanias e o acesso a influência, pontos estratégicos e recursos naturais decorrente da “Guerra Fria”, não a autodeterminação dos povos!

Enquanto MG e AA não quiseram perceber isto - e já passou tempo suficiente - todas as suas análises saem erradas, pois partem de pressupostos errados.

### **D. A “Injustiça” ou Ilegalidade da Guerra**

Filomena Mónica caracterizou (e bem) a actuação do ex-PM José Sócrates como de “delinquente político”.

Considerar a guerra travada pelos portugueses entre 1961-74 (melhor entre 1954-74) como injusta e ilegal é uma delinquência política, moral e histórica.

Muito do que está escrito na alínea anterior aplica-se a este “item”.

Portugal foi agredido do exterior e por elementos internos mancomunados e dirigidos do exterior. Ora isto pura e simplesmente configura o direito à legítima defesa que, aliás, foi feita em termos proporcionados e humanos.

E o primeiro dos ataques violentos deu-se em Angola e foi de tal modo bárbaro que entra na categoria de genocídio e de crimes contra a Humanidade! Este crime não prescreve, ou não devia prescrever, mas não encontramos uma palavra de condenação nos tão “perspicazes” propagandistas da “culpa” nacional!

Autores estes que se assumem tão objectivos., factuais e pragmáticos que não lhes ocorre uma referência, por modesta que fosse, à extraordinária saga portuguesa de 500 anos, à humanidade e especificidade da expansão e colonização lusitana - singular e sem paralelo no mundo inteiro - e que explica porque dezenas de anos depois da presença política portuguesa ter terminado, muitos dos naturais não só recebam melhor os nossos compatriotas do que quaisquer outros, como ainda referem desejar ser novamente portugueses ou ter um estatuto como os Açores e a Madeira!

A justiça da causa portuguesa é por demais óbvia e funda-se, não só em razões históricas, de direito internacional e consuetudinário, pelo esforço e obra civilizadora e evangelizadora, pela alma criada, e pela vontade maioritária das populações. E tínhamos o dever de o fazer, porque essa era uma das razões da nossa existência, por espírito de sobrevivência, para proteger as populações e salvaguardar o património material, moral e espiritual da Nação.

Não era tudo perfeito - mas quem disse que a natureza humana é perfeita? Buscou-se, porém, uma integração política, administrativa e social sustentada e sustentável, uma progressiva igualização de direitos e deveres que a diferenciação civilizacional, económica e social não permitiu estabelecer desde o princípio. Mas tal representava um problema interno português, diria, exclusivamente português.

A única razão que se poderia atender como válida para o direito à autodeterminação dos povos - princípio que os governos portugueses, de então, nunca rejeitaram - seria o de a maioria da população desejar ser independente. Mas atrever-se-á MG e AA, ou quaisquer outros, a afirmar que a maioria da população de Angola, Guiné e Moçambique, ou sequer uma parte substancial dela, desejava ser independente?

E os que não desejavam que isso acontecesse não tinham o direito a lutar pelos seus ideais? (algumas povoações da costa sul de Angola são oriundos de portugueses vindos do Brasil após a independência deste, pois queriam continuar a ser portugueses e não brasileiros...).

Mas se MG/ AA defendem tanto a auto - determinação dos povos (e nunca os vi/ouvi/li preocupados com as “colónias” russas que se estendiam do Cáucaso ao Pacífico (deve ser por terem ido a cavalo, enquanto nós fomos de navio...), tão pouco com o colonialismo americano que foi dizimando bisontes e índios até chegar à Califórnia, comprou territórios a russos, espanhóis, franceses e mexicanos e deitou a mão ao Hawai, Filipinas, Cuba, Porto Rico, etc., e ainda hoje tem “índios” metidos em reservas - porque é que não lutaram para que o MFA, de que faziam parte,

promovesse a auto - determinação das populações perguntando-lhes qual o estatuto que queriam ter, entregando-as de mão beijada aos movimentos marxistas (e apenas esses) que tinham exercido guerrilha contra nós - e também aos que não tinham, como foi o caso de Cabo Verde, S. Tomé e Timor?

Essa auto-determinação que constava do Direito Internacional (DI), que tanto usam e abusam, para incriminar a acção dos governos portugueses que apenas se limitaram a defender a integridade dos territórios e a salvaguardar a fazenda e vidas das populações, que todos tínhamos herdado dos nossos maiores.

E que dizer da “evolução” das normas do DI, digamos “colonial”, cozinhado nas alfurjas da ONU? Deram-se os conhecidos plumitivos ao trabalho de estudar essa - diria involução - que foi fazer evoluir, sucessivamente, o clausulado para melhor se adaptar à escalada de condenação com que nos queriam apostrofar e derrotar? Fariam bem em fazê-lo, pois trata-se de uma das maiores nojeiras em termos de política internacional que apenas encontra paralelo nas piores acções da pérfida Albion.

Enfim, quando se olha para as coisas com preconceitos ou apenas com um olho (neste caso o esquerdo) não é possível acertar no alvo!

E não se consegue enganar toda a gente durante todo o tempo. <sup>1</sup>

Com estes pontos prévios - que são fundamentais ao enquadramento geral - tratados, apesar de superficialmente, e colocados no seu devido lugar, passamos à análise do que foi dito sobre a situação militar nos três teatros de operações (TO).

Esta análise vai apenas reportar-se a alguns dos pontos citados por MG/AA e duma forma sucinta.

### 3. Situação Militar nos Três Teatros de Operações

#### **“O inimigo atira pela porta da capela paroquial, salvem-nos. Morremos portugueses.”**

(Apelo pela rádio dos heroicos defensores de Mucaba, antes de serem salvos pela acção da Força Aérea, 30 de Abril de 1961)

#### **A. Angola**

Na zona Norte onde já nada de significativo se passava desde fins de 1965 e a FNLA estava moribunda veio, segundo os autores, e foi verdade, considerada uma hipótese de ameaça (ataque) do tipo clássico sobre Cabinda, por parte da FNLA, agora apoiada por forças do Zaire.

Havendo essa ameaça - e lembramos que uma ameaça é constituída pelo produto de uma capacidade por uma intenção (logo se um dos factores for “0” o resultado é zero) - ela parece bastante longe da importância da mesma ao considerá-la “de tal forma preocupante” (pág. 3) vejamos:

Se a ameaça fosse séria como se explica que sendo esta assumida na Reunião do Conselho de Defesa Militar, de Angola, em 19/2/1974, só em 17/3 (um mês depois), o Comandante - Chefe se tenha preocupado em enviar uma mensagem ao MDN a

---

<sup>1</sup> Para conhecer mais, favor ler o meu livro “Em Nome da Pátria”.

informar? E só outro mês depois, a 20/4, é que a RAS responde em termos de poder enviar auxílio?

Deve acrescentar-se, desde já, que havendo acordos de cooperação político-militar entre Portugal, a RAS e a Rodésia, um apoio da RAS seria uma coisa normal de acontecer, tanto mais que os F-84, da Esquadra 93, já tinham sido abatidos, em Maio de 1973, e ainda não substituídos.

Acresce que o Comando-Chefe tomou as providências que entendeu necessárias e reforçou as forças existentes em Cabinda.

De facto nada se passou e não era sequer verosímil que se passasse.

Primeiro porque não se divisava que objectivo pudesse ter a FNLA (que nunca tinha actuado em Cabinda) e o Zaire (Cabinda, seria quanto muito, zona de influência do ex-Congo Brazzaville), lembra-se ainda que o GRAE - Governo Revolucionário de Angola, no exílio - tinha deixado de ser reconhecido pela OUA, salvo erro desde 1969; depois porque seria duvidoso que os EUA vissem com bons olhos essa intervenção, dados os interesses petrolíferos existentes (a hipotética intervenção Líbia é, a essa luz, delirante!), terceiro porque seria de sucesso duvidoso, pois o potencial militar do Zaire estava longe de se poder bater connosco.

Além disso podíamos sempre complicar-lhes a vida, utilizando os "Fiéis" catangueses, no seu território, bombardear e, até, ocupar as suas bases junto à fronteira, por um período limitado de tempo, e prejudicar-lhe a economia vedando-lhes o Caminho - de - Ferro. E os 200 blindados (quais eram?) que valor teriam? Quantos estariam em estado de funcionamento? Qual a capacidade de manutenção e logística? Qual a proficiência das guarnições? Onde estavam colocados e quantos quilómetros teriam que percorrer para chegar a Cabinda?

Ou seja estes "blindados" parecem mais um alvo (finalmente, remunerador), do que uma ameaça. E Mobutu devia saber isto muito bem e, talvez, lhe fosse difícil explicar como é que tinha em Kinshasa uma delegação oficial portuguesa que incluía um inspector da DGS, desde 1969...

Que o Comandante-Chefe tenha considerado a ameaça não lhe retira credibilidade, antes pelo contrário, nem torna "absurda" a sua actuação (restando saber donde lhe vinham as "notícias", o que não é irrelevante).

Qualquer comandante que se preze tem o dever de "prever" e de perscrutar/antecipar ameaças, sobretudo as que são consideradas mais prováveis sem descurar as mais perigosas (as ameaças são graduadas, como MG/AA devem lembrar-se, mesmo atendendo aos anos que levam de reforma). Nada de novo nem de especial, portanto.

Em resumo, a capacidade e a intenção de Mobutu em tornar a ameaça como efectiva parece ser zero e por isso nada se deu.

A única coisa que, eventualmente, faz sentido em tudo isto seria Mobutu ter sabido ou suspeitado do que se preparava em Lisboa (25/4) e querer tomar uma atitude de modo a marcar posição para o que poderia vir, e veio. Isto para já não falar no plano mirabolante que Marcello Caetano (o maior responsável pelo 25/4 e não só) chegou a conceber para uma simulada independência branca em Angola, para esse ano de 1974...

Finalmente, o plano de desenvolvimento sócio-económico de Kalabuza posto em marcha pelo Comandante de Cabinda, Brigadeiro Themudo Barata (preso,

miseravelmente, como outros, depois do 25/4, por tropas portuguesas a mando do MFA, mancomunado com forças do MPLA), estava a dar muito bons resultados; as relações com o ex - Congo Brazzaville tenham melhorado, a tal ponto de uma estrada alcatroada que cruzava o território ter continuidade numa picada já naquele país e um livro escrito sobre a actividade do Batalhão de Cavalaria 3871 (Cavaleiros do Maiombe), que permaneceram em Cabinda entre Fevereiro de 1972 a Junho de 1974 (Miconge) - e teve oito mortos - nada referir relativamente à ameaça citada. <sup>2</sup>

Vejamos a **“Frente Leste”**

A vitória na frente leste é contestada no documento, facto que tem sido desmentido por numerosos depoimentos de responsáveis militares que por lá combateram, como por documentos oficiais do Exército e, até, por responsáveis dos “Movimentos de Libertação”.

É certo que a vitória total (política se quiserem) não se reporta apenas à componente militar, mas esta é a mais importante e se não for obtida a outra (política) jamais o será (esta uma das falácias da “solução política” tão apregoada).

De qualquer modo o que estamos a tratar é da situação militar e essa parece que só aparenta gravidade na mente de MG/AA e restantes conhecidos. Sem embargo até o PCP (!), já publicamente aceitou a vitória das FAs portuguesas, em Angola.

É evidente que o esforço do MPLA no Leste, a partir de 1970, alarmou o Comando - Chefe e fez balancear o dispositivo para distritos onde a malha militar era débil, mas tudo se compôs. E a partir da notável acção do General B. Rodrigues e seu Estado-Maior, a partir de 1972, as forças que se nos opunham foram desbaratadas tendo-se conseguido um acordo muito positivo com a UNITA que a neutralizou.

Atacam os autores os aldeamentos em que afirmam que as autoridades portuguesas confinaram 800.000 do milhão de habitantes que a área tinha, quase deixando transparecer que os aldeamentos eram “campos de concentração”.

É bom deixar claro que os aldeamentos levantavam alguns problemas (e exigiam investimento) e natural receio/oposição inicial por parte das populações quando eram deslocadas do seu “chão” (para já não falar no nomadismo de alguns). Mas nenhum Exército a braços com uma guerra subversiva o deixou de fazer.

De facto, tratava-se da melhor maneira de subtrair a população (o principal alvo) ao inimigo (IN) e proporcionar-lhe defesa adequada, controle, administração local e melhorar o seu nível de vida, ao proporcionar-lhe segurança, trabalho, saúde, água, educação, etc. Poderia não ser o ideal mas era o possível e o necessário. E quem quisesse sair era livre de o fazer.

Muitos dos aldeamentos estavam organizados em auto - defesa e ao subtrair a população ao IN, retirava-lhe influência ideológica, apoio logístico e fontes de recrutamento. Dificultava ainda, que o IN se misturasse com a população e passasse a ser mais dificilmente identificado. Minorava, por outro lado, as baixas colaterais.

E o que se afirma também é válido para os outros T.O.

Subentender que tínhamos 35.000 homens no Leste só para os guardar é uma tolice que não resiste à mais elementar análise. Se assim fosse, as nossas tropas (NT) não fariam mais nada - e não consta que alguma vez tivessem parado as operações -

---

<sup>2</sup> Da autoria do ex-alferes miliciano Mário Delgado.



nem tal seria possível já que 35.000 homens nunca poderiam controlar 800.000 se estes não quisessem ser controlados...

Relativamente às preocupações muito empoladas das autoridades militares Sul - Africanas, apesar do cuidado em se dizer que deviam ser "lidas à luz do interesse das RAS" (pag.6), elas referem-se à situação em 1968-1970, não em 1973, quando a situação ficou praticamente resolvida.

Estavam preocupados com o conflito que viam como global para todo o Sul de África, o que não constituía nenhuma novidade; os portugueses também estavam, e eram estes quem estava na linha da frente a proteger-lhes a retaguarda!

Estavam preocupados em que houvesse guerrilheiros que pudessem percorrer o território de Angola (muitas centenas de quilómetros) para atingir o seu território e o do Sudoeste Africano? Pois estariam no seu direito, só não explicam é como é que nós poderíamos interditar a passagem de umas dezenas? Centenas? De guerrilheiros, através de uma fronteira enorme e de um espaço com centenas de milhares de Km2, escassamente povoado! Era grave a ameaça? Não parece, seguramente menos grave que a actuação da ETA entre a fronteira espanhola e francesa durante décadas...

Deixam, contudo, os subscritores transparecer uma ideia errada (mais uma), ao focarem as relações com a Rodésia e a RAS, e que é esta: as autoridades portuguesas estariam muito pressionadas e de certo modo condicionadas na sua actuação pelas autoridades daqueles países.

Ora o que é um facto é que toda a colaboração e actuação foram feitas em estrita coordenação e nunca os militares sul - africanos ou rodesianos actuaram no nosso território sem serem devidamente autorizados e confinados aos ditames das autoridades portuguesas.

E tal também é válido para Moçambique. E não me parece que, alguma vez, os Sul-Africanos e Rodesianos, nos tivessem a ensinar algo que já não soubéssemos, ou que combatessem melhor do que nós.

### **Finalmente a questão da UNITA.**

O Comando-Chefe no Leste fez um acordo com a UNITA, movimento chefiado por Jonas Savimbi - que se tentou adiantar na subversão atacando a povoação de Teixeira de Sousa, no saliente do Cazombo no natal de 1966 (onde deixou 500 mortos!) - o qual, na prática, garantia a paz com as NT ao passo que passaram a combater os movimentos rivais.

Em 1973, porém, quando o General B. Rodrigues deixou o comando e foi substituído pelo General Hipólito este, por razões ainda não completamente apuradas, decidiu romper o acordo, unilateralmente, o que provocou natural reacção da UNITA.

Ainda mais inexplicável foi a autorização ou não, do Comandante-Chefe General Luz Cunha e a falta de actuação enérgica por parte do então CEMGFA, General Costa Gomes, que tinha sido um dos co - obreiros do citado acordo.

A pequena área de influência de Savimbi e o reduzido número de guerrilheiros e apoios de que dispunha, não eram de molde a torná-lo um problema complicado, além de que a insensatez do general Hipólito, podia ser corrigida a qualquer momento.

## B. Moçambique

Aqui a situação “era crítica”... (pág.9).

Começamos por fazer uma análise sintética da cronologia apontada (pág. 9-19), que sustenta a classificação de “crítica”.

Em 1972 (estamos a falar de um ano inteiro) são listados 15 eventos, às vezes simples entrevistas/reuniões, dos quais apenas cinco se referem a acções violentas, de que resultaram um morto e cinco feridos civis...

Das acções violentas nada de grave se regista e quanto a questões políticas nada de anormal se passa.

A única coisa relevante é o início dos ataques no distrito de Manica-Sofala, no dia 25 de Julho, o que representa uma extensão da subversão para sul do rio Zambeze e em direcção ao importante “corredor da Beira” (apenas se refere uma acção).

Certamente que se podia arranjar mais qualquer coisa para considerar a situação de “crítica”!

Relativamente a 1973 já se referem 25 eventos, nove dos quais com acções violentas de que resultaram sete mortos, 25 feridos e três raptados (houve muitos mais...). Já se refere alguns danos materiais, incluindo viaturas e caminho-de-ferro e ainda um caça e um helicóptero abatidos, apesar do “caça” não ter sido abatido mas sim destruído pelo rebentamento de uma bomba, na largada (o piloto, Tenente Lourenço, morreu). O DC-3 referido como tendo sido alvejado em 13/9, reporta-se ao atingido por um SAM7 (que não explodiu), em 6/5/74; o DC-3 referido como tendo sido atingido por fogo anti – aéreo, em 8/1/74, acidentou-se, era o 6162.

São referidas acções de forças rodesianas (que sofreram três mortos) ao abrigo dos acordos existentes. Só é referida uma única acção violenta em Manica e Sofala, **um ano depois** da última referenciada.

De relevante, em termos político-militares, é referido (e correctamente), o crescente conflito e diferenças de ponto de vista entre o Comandante - Chefe General Kaúlza de Arriaga e o CEMGFA General Costa Gomes, o MDN e o PCM Marcello Caetano, que viriam a inviabilizar o prolongamento da extensão da sua comissão (depois de 31/7/73), após esta ter estado acordada e a pedido do governo. Porém, não se vislumbra que estes desentendimentos possam ter influído nas iniciativas da FRELIMO nem afectaram a cadeia de comando nacional.

Todos os eventos referidos estão longe de esgotar o ocorrido.

Quanto a 1974 (até fins de Abril) é referido um aumento significativo da actividade registada (teriam, os autores, sido aqui exaustivos, para fazer crer aos leitores que houve um aumento “exponencial” da guerrilha?).

Vejamos, são referidos 20 eventos que não envolvem acções violentas e 46 destas acções, de que resultaram 25 mortos (16 civis, 5 militares e quatro guardas), 49 feridos (44 civis, quatro militares e um guarda) e quatro civis raptados. São referidos ainda o abate de três aviões rodesianos, e um helicóptero (destruído) e dois DC-3 atingidos; danos em povoações, quartéis e caminho – de - ferro.

De relevante nota-se, o aparecimento do míssil SAM-7 no T.O. de Moçambique, que já não apanhou as nossas forças de surpresa (a DGS tinha detectado a partida de 39 elementos da Frelimo para a URSS, em Agosto de 73, para serem treinados no Strella, pelo que se esperava que os misseis apareceriam em Moçambique a partir de

Janeiro de 74)<sup>3</sup>, e o aumento significativo das acções no distrito de Manica-Sofala (14), embora de baixa intensidade.

A cronologia apontada posta desta maneira, certamente que configura uma leitura diferente...

Ora se aquilo que foi referido consegue colocar um território nove vezes superior à Metrópole e com sete milhões de habitantes e os seus 53.000 militares que já contavam com uma experiência de 10 anos de operações, á beira de uma situação “crítica”, os leitores ajuizarão.

Não sei o que diriam os autores, por exemplo, se no período considerado tivesse havido um acidente (o maior de toda a guerra) na travessia de um rio, em que morreram 101 militares, em 21 de Junho de 1969...

E isto sem que MG/AA tenham sequer considerado qualquer acção das NT (parece que estavam todos “firmes, hirtos e voltados para a frente”), quando durante o consulado do General Kaúlza de Arriaga se verificaram uma média de 150 operações por dia... Percebe-se, os guerrilheiros eram invulneráveis às balas já que não se conseguiu contar sequer um único guerrilheiro morto!

Mas sejamos magnânimos e ajudemos os esforçados historiadores: o Exército português sofreu em Moçambique <sup>4</sup>:

Motivo/anos	1972 M (L)	1973 M (L)	1974 (até 30 de Abril) M (L)
Mortos em Combate	126 (92)	115 (87)	27 (18)
Acidentes c/armas	9 (15)	25 (20)	6 (14)
Acidentes viação	9 (46)	33 (31)	9 (10)
Outras causas	27 (38)	29 (59)	19 (14)
Total	171 (191)	202 (197)	61 (56)
Totais	362	399	117*

\*se extrapolarmos para todo o ano teremos  $3 \times 117 = 351$

M – Metrópole (L) - Recrutamento local

Falta contabilizar os mortos da FA e Armada, sendo que aquela teve 149 mortos em 10 anos de guerra e esta 29.

Ou seja, tínhamos sensivelmente um morto por dia, a que se têm que juntar os mortos por outras causas.

Quanto a perdas da FRELIMO apenas as podemos estimar pois não há estatísticas fiáveis, digamos que se multiplicarmos por três teremos um número aproximado.

<sup>3</sup> Um oficial, o então capitão Balacó, que estava em Moçambique, foi enviado à Guiné, em finais de 73, para se inteirar das tácticas para enfrentar o SAM 7.

<sup>4</sup> Fonte CECA “Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)”; Lisboa, 1988.

Como exemplo podemos adiantar que, em 1973, foram contabilizados cerca de 1784 mortos confirmados<sup>5</sup>.

**Ainda algumas notas:**

- Havia cerca de 500 padres e missionários em Moçambique, dos quais apenas 50 de algum modo se mostraram hostis (e muitos eram estrangeiros); as críticas de alguns bispos inseriam-se na luta dos chamados “católicos progressistas” cuja expressão maior veio a expressar-se na vigília da Capela do Rato em Lisboa; encontravam ainda apoios em algumas correntes da Igreja saídas do Concílio Vaticano II. Estavam longe de representar a posição da grande maioria do clero e da hierarquia da Igreja Portuguesa. Ser-se contra a guerra é uma declaração de princípio que só fica bem aos cristãos, encontrar soluções para os conflitos é já mais difícil. Que soluções apontavam os bispos moçambicanos referidos?

- As preocupações manifestadas pelo(s) comandantes-chefes não têm nada a ver com o considerar-se a situação desesperada. Todos os comandantes pedem mais meios e gostavam de ter mais meios. Perspectivar lealmente as ameaças é um dever que os obriga. Ter uma ideia do panorama geral, também. “Absurdo” é fazer de outro modo...

- Muitos dos desaguisados com o General Kaúlza de Arriaga têm a ver com a sua forte personalidade e o seu grande ego. Digamos que o General tinha qualidades suficientes que justificavam esse “ego”. Nem sempre as suas ideias caíam bem ou eram bem interpretadas. Faz parte da natureza humana.

Sem embargo é preciso ter em conta o seguinte:

Marcello Caetano (MC) e Costa Gomes estavam longe de ter simpatia por Kaúlza pela simples razão de que aqueles estiveram metidos na “Abrilada” de 1961 e este foi um dos principais opositores e mesmo aquele cuja acção mais contribuiu para que Salazar se mantivesse no Poder.

O MDN, Sá Viana Rebelo, é um personagem sob quem impendem muitas dúvidas. Sendo membro do governo é natural que seguisse MC (que teve o cuidado de “recuperar” os principais obreiros do golpe Botelho Moniz logo após tomar posse como Chefe do Governo); é ele também o responsável pelos decretos – leis, desastrosos, que puseram o “Movimento dos Capitães” em marcha; depois do 25 de Abril nunca foi molestado.

Por último MC - que considerava a situação em Moçambique pior do que na Guiné - andava furioso por causa do chamado “massacre de Wiriamu” (ocorrido em 16 de Dezembro de 72, mas só divulgado, internacionalmente, em 10 de Julho de 73), que lhe tinha estragado a visita a Londres, ocorrida entre 16 e 19 de Julho de 1973 e, ainda, por ao fim de três inquéritos não se ter encontrado nenhum responsável susceptível de ser condenado (acabou a demitir o Governador de Tete, Coronel Videira, o que configurou uma injustiça flagrante.

- O acordo de Lusaca referido, mas não explicitado, que o Eng.<sup>o</sup> Jorge Jardim (homem de mão de Salazar, mas não de MC) terá concebido com o Presidente Kaúnda, da Zâmbia, em 1973, numa tentativa de encontrar uma solução “política”

---

<sup>5</sup> Fonte, Boletins de Informação, do Estado - Maior do Exército.

para a guerra, deve ser aquele que é descrito no livro de Jardim “Moçambique, Terra Queimada”.

Não cabe aqui analisar tudo o que se passou, por demasiado extenso, apenas se refere que esse plano andava a ser marinado desde 1964 e que havia outro interveniente de peso, nessa solução que era o Presidente Banda do Malawi. O plano visava uma independência futura, feita com prudência e com o acordo das principais partes e nem sempre todas as iniciativas foram do conhecimento do governo central. Ora isto não tem nada a ver com um “súbito” agravamento da situação, como perspectivado pela cronologia apresentada.

De resto todo o “plano” foi tragado pela voragem dos acontecimentos que se seguiram ao 25/4.

- De tudo o que foi dito havia apenas um acontecimento que se revestia da maior gravidade, tratava-se das reacções insensatas e descabeladas de parte da população branca de Vila Perry e da Beira e das manifestações que realizaram contra as FAs, acusadas de nada fazerem para os proteger (e resta ainda apurar quem as promoveu).

A FRELIMO tinha, num esforço tremendo que a esgotou, conseguido infiltrar - grupos de guerrilheiros - cujo efectivo nunca deve ter ultrapassado os 150 efectivos - nos distritos da Zona Centro, chegando a 200 Km da Beira.

Não tinham sequer material pesado limitando-se a atacar fazendeiros e viaturas isoladas e tentarem sabotar o caminho - de - ferro perto da Inhaminga (esta área tinha, entretanto, sido reforçada com uma companhia de comandos, uma de paraquedistas e um grupo especial para-queda<sup>6</sup>).

Estes pequenos grupos de guerrilheiros eram de difícil localização, mas acabariam por ser detectados e destruídos. O problema é que a sua acção em zonas onde a FRELIMO nunca se aventurara causou um alarme algo histérico na população branca - que, ao contrário da de Angola, nunca tinha visto nem sentido a guerra - com extensos danos psicológicos. Estes danos foram extensivos às forças militares já que ninguém gosta de ser maltratado por quem está a ser defendido com risco de vida. Esta era a única situação verdadeiramente perigosa - pois punha em causa a coesão do esforço nacional - e tinha que ser atacada “com pinças”, mas energeticamente, por parte das autoridades civis e militares.

No mais tudo funcionava, não havia disrupção das actividades económicas, sociais, etc., nem constrangimentos insuperáveis à liberdade de acção tanto das autoridades civis como militares.

Deixamos os leitores com um dos factores da “débacle” nacional e que, seguramente, não pode ser confundido com os quatro generais autores da “Vitória Traída”, o Marechal Spínola, no seu livro “País sem Rumo”, afirma (nota de rodapé, pág. 290), o seguinte:

“De acordo com afirmações produzidas por representantes qualificados da Frelimo, este juízo da situação militar de Moçambique carecia de fundamento. Segundo estes representantes, a Frelimo atravessara duas fases críticas: em 1970 estivera à beira do colapso total no final da operação “Nó Górdio”, devido ao volumoso número de baixas sofridas e, em 1974, quando o desencadeamento da

---

<sup>6</sup> Directiva Operacional 2/74, de 23/2/74 do Comando - Chefe.

Revolução de Abril, atravessava uma fase grave de desmoralização motivada por dificuldades insuperáveis de reacompanhamento de efectivos, cansaço e hostilidade das populações, o que os levou a afirmar que a Revolução de Abril tinha apanhado a Frelimo em fase crítica de desequilíbrio e que esta devia exclusivamente ao MFA a sua recuperação”.

### C. Guiné (a que, supostamente, estava pior – pág. 19)

Vamos adoptar neste caso uma nova aproximação ao problema: em vez de termos em conta a longa cronologia apresentada (a não ser em termos pontuais que sejam pertinentes) vamos atacar directamente a questão primordial.

E a questão primordial, no período considerado, foi uma tentativa muito bem urdida (certamente com apoio soviético e cubano, em Conakry), para nos fazer ajoelhar militarmente.

- O período de maior intensidade nas operações do PAIGC era o segundo trimestre da época seca, ou seja os meses de Março, Abril e Maio. Os meses anteriores eram de preparação, reunião de tropas e meios logísticos. A época das chuvas não era favorável a operações militares mesmo para a guerrilha.
- A grande ofensiva militar contava com a introdução de uma arma nova, o míssil SAM-7 “Strella”, com o que se pretendia acabar com a superioridade aérea portuguesa factor que, até então, era o principal responsável para que o diferencial do potencial de combate favorecesse as NT.

O primeiro míssil foi disparado a 20 de Março de 1973, e não a 25 como referido, (pág. 20), dois meses depois do assassinato de Amílcar Cabral. Sabe-se hoje que este líder guerrilheiro (o mais capaz deles todos), se opôs ou teve reticências à utilização desta arma pois temia uma escalada na guerra.

Por isto e por ser um moderado de formação portuguesa, pagou com a vida, pois era um obstáculo à ala dura e marxista do PAIGC e do seu principal apoiante, o sanguinário Sekou Touré.

O aparecimento desta nova e moderna arma, que já tinha sido referenciada pelos serviços de informação portugueses, mas não devidamente identificada, causou surpresa e um número elevado de baixas tanto em aeronaves como em tripulações, de que resultou ser o Grupo Operacional 12, a unidade militar que maior percentagem de baixas sofreu em toda a guerra.

Este facto causou naturais perturbações na actividade aérea e no moral do pessoal sobretudo por ainda não se conhecer a totalidade das características e potencial da arma e por isso poder determinar - se como lhe fazer face.

A Força Aérea iria passar pela fase mais crítica de toda a sua existência.

Saiu-se bem a FA, sobretudo por ter encontrado um comandante, o Coronel Moura Pinto, à altura da situação, não hesitando em liderar pelo **exemplo**. O Estado - Maior da FA, com a ajuda da F.A. Americana, conseguiu as informações necessárias que permitiram adequar as tácticas e as técnicas de modo a fazer face à nova ameaça, pelo que em fins de Abril, se passaram a efectuar todo o tipo de missões com constrangimentos variáveis.

A FA tinha perdido a **supremacia** aérea, mas não tinha perdido a **superioridade** aérea. No fim do ano o PAIGC tinha já praticamente esgotado o seu “stock” de mísseis (crê-se que receberam cerca de 55).

- Com este pano de fundo o PAIGC concentrou forças de infantaria e artilharia em elevado número para atacar em simultâneo (embora o tivesse feito com 10 dias de diferença), duas guarnições de fronteira, com o objectivo de aniquilar a sua defesa e tomá-las: Guidage, no Norte e Guilege, no Sul.

O ataque a Guidage iniciou-se a 8 de Maio e durou até 8 de Junho (um mês). A situação revelou-se muito grave, não só porque a vida da guarnição e da população se tornou muito dura, com muitos bombardeamentos e muitas baixas, como foi muito difícil passar a abastecê-la, pois a povoação foi cercada e as vias de acesso minadas.

Foi necessário ao Comando - Chefe, em Bissau, empenhar a quase totalidade das suas forças de intervenção e reserva; reforçar a povoação com uma companhia de paraquedistas, que teve que forçar o cerco à custa de duros combates e, ainda, se lançou uma grande operação a cargo do Batalhão de Comandos, que atacou e destruiu a grande base de Cumbamori, em 17/5, a fim de aliviar a pressão e eliminar a principal fonte logística das forças do PAIGC, que actuavam sobre Guidage.

As NT aguentaram a pressão e o IN abandonou o ataque a 8 de Junho.

- No Sul as coisas correram pior.

Guilege começou a ser duramente flagelada a 18 de Maio. Porém os estragos não eram importantes e registava-se apenas 1 morto e dois feridos, principalmente devido ao facto do aquartelamento ser o único em toda a Guiné que tinha abrigos de betão. Sem embargo Guilege tinha um ponto fraco: não tinha um furo artesiano que lhe fornecesse água, pelo que esta tinha que ser recolhida a cerca de dois km, o que resultava numa vulnerabilidade grave. A FA apoiava as NT de dia, com ataques de G-91 e, à noite, com bombardeamentos “à zona” utilizando um DC-3 adaptado!

O Comandante, Major Coutinho e Lima, foi a Bissau pedir reforços ao General Spínola. Este, por razões que desconheço, tratou mal este oficial e negou-lhe auxílio (possivelmente por não ter unidades disponíveis).

E antes do major se retirar disse-lhe que lhe ia enviar um oficial mais antigo (o Coronel Durão) que ia passar a ser o comandante e ele, major, passava a seu adjunto. Imagine-se a humilhação deste oficial.

Regressou a Guilege para verificar que um último bombardeamento tinha destruído o posto de rádio. Depois de conferenciar com os seus oficiais - e crê-se que o relacionamento/comando não seria também o melhor - decidiu retirar, sem estar autorizado para o fazer, para Gadamael-Porto. A retirada (com toda a população, cerca de 500 pessoas - o que demonstra que esta estava do nosso lado) foi feita durante a noite e correu bem já que as forças do PAIGC não se aperceberam de nada e só entraram no quartel dois dias depois...

O General Spínola deu voz de prisão ao major.

Com Gadamael-Porto em grande confusão e Gadamael - outra povoação perto de Guilege - completamente exposta, passou esta a ser atacada. Forças paraquedistas, entretanto libertas, foram reforçá-la e passaram a bater o terreno à sua volta.

A ofensiva parou, mas o abandono de Guilege (que, inexplicavelmente, nunca mais foi reocupado) podia ter feito desmorronar o dispositivo português, no Sul, por efeito dominó, como um baralho de cartas.

Dizem os autores do “manifesto” que durante toda a ofensiva as NT sofreram 47 ataques e tiveram 39 mortos e 122 feridos. Bom, só no acidente ao atravessar o Rio Corubal, após a evacuação de Madina do Boé, em 6 de Fevereiro de 1969, morreram 47 militares...

A ofensiva foi dura e difícil? Foi; causou estragos e baixas? Causou. Quem vai à guerra dá e leva. Mas, no fim, **nós ganhámos, eles perderam**. E a vitória teria sido completa não fora o percalço de Guilege.

No todo as NT portaram-se muito bem, com especial relevo para o Grupo Operacional 12 e o Batalhão de Paraquedistas 12, ambos sediados em Bissalanca.

Esta seria a síntese mais importante a tirar...

- Na sequência, o PAIGC aproveitando o armamento que o General Spínola tinha feito da zona do Boé, proclamou a independência, em 24 de Setembro de 1973. Não foi propriamente em Madina, mas em Locajol, pequena povoação ao lado da fronteira, não fosse alguém aparecer por lá...

Logo cerca de oito dezenas de países (os do costume!) reconheceram a nova Guiné-Bissau, sem Guiné e sem Bissau.

Foi de facto um gesto que fez bem ao ego de quem nos atacava, mas na realidade prática o que representava? Representava apenas hipóteses, que até ao 25/4 nunca se verificaram. Porém sendo hipóteses, ficava bem ao comando - chefe e ao governo equacionar e ponderar.

- Entre o fim da ofensiva a 8 de Junho de 73 e o fim do ano, a situação voltou ao normal e não nos abateram sequer mais nenhum meio aéreo.

A partir de Janeiro de 74, porém, houve algum recrudescimento da actividade do PAIGC com abundantes bombardeamentos de artilharia (donde se destacavam os terríveis foguetões de 122 mm mas, felizmente para nós, com muito pouca pontaria. A zona mais causticada foi Canquelifá, até que o Batalhão de Comandos atacou, com sucesso, as bases de fogos do PAIGC, entre 21 e 31/3, e a coisa terminou (operação “Neve Gelada” - raio de nome!)

## CONSIDERAÇÕES DIVERSAS

- É inegável que houve, a partir de 1973 (morte de Amílcar Cabral), uma mudança de actuação por parte do PAIGC, um aumento do potencial de combate a seu favor e uma melhor eficácia de tácticas e técnicas. Tudo isto se deveu a um forte apoio dos países comunistas, sobretudo da URSS e Cuba no seguimento da operação “Mar Verde” e da morte de A. Cabral (deve recordar-se que a URSS nunca tinha perdoado ao nosso país ter contribuído, decisivamente, para o fracasso da implantação do comunismo na Península Ibérica, durante a Guerra Civil de Espanha).

Tais modificações não foram antecipadas convenientemente pelas nossas autoridades.



- Para além da ofensiva, que conseguimos fazer gorar, restou alguma perda de moral nas NT (ter passado a haver mais constrangimentos à evacuação aérea de feridos, não ajudou nada), e o facto, que poderia tornar-se preocupante, do PAIGC ter conseguido, pela primeira vez, efectuar atentados dentro de Bissau.
- Foi referido, por várias vezes, a existência de viaturas blindadas (seriam as BRDM-2), mas não se especificando, tal pode criar confusões. Viaturas blindadas de transporte de tropas, não é a mesma coisa que blindados ou carros de combate. Viaturas blindadas também as NT passaram a ter, as “chaimites”. Havia muitos boatos a correr...
- Sem dúvida era urgente substituir o material gasto e adquirir outro mais moderno e as autoridades nacionais atrasaram-se muito a fazer isto, independentemente das dificuldades existentes. No entanto tal não tinha a ver com não haver dinheiro, como aduzido por MG/AA (pág. 31), que por ser um erro grosseiro, não carece de rebatimento.

Mas não quer dizer que não se tivesse iniciado a procura de aviões de combate, transporte (de que chegaram a ser adquiridos os Aviocar e o FTB 337), helicópteros de ataque e mísseis anti - aéreos (crê-se que os “crotale” já estavam em fase avançada de adjudicação). E estavam para entrar ao serviço 10 corvetas especialmente desenhadas para África. Muito mais haveria a fazer mas, para tal, era necessário acabar com as dúvidas, indecisões e tergiversações existentes em Lisboa.

- O IN, apesar do aumento e melhoria do seu material também tinha dificuldades. De facto o seu nível de instrução, treino e capacidade de operar equipamentos mais sofisticados era limitada; as potências fornecedoras tinham receio em entregar material moderno, pois receavam que caísse nas nossas mãos e armazenar e manter material sofisticado nas condições marginais em que a guerrilha operava, era uma dor de cabeça muito grande. De tudo isto resultava uma necessidade e visibilidade maior de instrutores estrangeiros o que punha em causa a teoria da luta pela “autodeterminação dos povos”.
- Da análise do relatório da reunião realizada no Comando - Chefe em Bissau, em 15 de Maio de 1973 - um documento de análise muito importante (mas que deve ser lido com “olhos de ver”) - retira-se um quadro cru da situação, em que se equacionam as ameaças existentes e possíveis. Não se considera ser um relatório optimista, nem pessimista. Porém, dele não ressalta um colapso das NT a curto prazo - apesar de a reunião ocorrer no pico da ofensiva em curso (e Guilege ainda não tinha sido atacada). Lista-se uma necessidade de meios (creio que realista e económica relativamente à FA e algo “optimizada” em relação ao Exército e Marinha). Fala-se em unidades com elementos brancos não identificados e, até hoje, ainda não se conseguiu encontrar alguém que os identificasse; topa-se com uma frase do General Spínola “as implicações da carência de meios para enfrentar a ofensiva do PAIGC conduzem a opções que ultrapassavam a sua esfera de responsabilidade” (pág. 22). Que seria que ele queria dizer com isto?

Por último uma dúvida: na sua intervenção final na citada reunião, Spínola é peremptório em dizer que não se devia reduzir o dispositivo, a fim de não

desproteger a população e deitar por terra a sua política (aliás correcta) de desenvolvimento político-social-económico.

Mas depois, aquando da reunião de comandos em Bissau, a 8 de Junho, em que participou o CEMGFA, General Costa Gomes, foi decidido remodelar o dispositivo de modo a “trocar espaço por tempo” (pág.23), que previa retirar as guarnições militares da faixa fronteiriça de modo a pô-los a coberto dos ataques de artilharia do outro lado da fronteira e permitir uma maior concentração e complementaridade de esforço, com definição de pontos - chave a defender “a todo o custo” (não teria sido este o conceito de manobra previsto em Goa, e tão condenado?).

Mas, afinal o que fez balacear o General Spínola para este conceito, depois de o ter condenado liminarmente na reunião de 15/5?

E porque nunca chegou a ser posto em prática? E porque se queria agora novamente reocupar o Boé, depois de o ter abandonado, será que queriam emendar um erro?

E que terá levado também, o novo Comandante - Chefe, General B. Rodrigues a reavaliar toda a situação, não tendo sido abandonada nenhuma povoação?

E porque não forçou o CEMGFA a implementação de uma ideia de que ele teria sido, possivelmente, o principal defensor?

- Sem embargo das dificuldades reais e sentidas na situação militar, um factor existiu que se estima muito mais grave do que aquela: o conflito crescente entre Marcello Caetano e Spínola. Este conflito culminou com a proibição, por parte de Lisboa, de negociações com o PAIGC, na sequência da sugestão de Senghor durante o encontro com Spínola, em Cap Skiring (Senegal), em 18/5/72. E, ainda, por causa de uma conversa que correu mal entre o Presidente do Conselho de Ministros (PCM) e o Governador da Guiné, em que este ficou escandalizado por ter inferido que o governo não se importava que ocorresse uma derrota militar na Guiné, o que fez ressuscitar os fantasmas da Índia.

O estado de espírito do general não seria dos melhores e tal estado de espírito veio a contaminar, naturalmente, o seu QG. Até que ponto esta situação desmoralizou o Comando na Província é passível de especulação. Bom não foi certamente e seguramente que veio a influenciar o “MFA” local (1ª reunião de 50 oficiais a 21/8/73, em Bissau).

Ao contrário do conflito com Kaulza Arriaga, em Moçambique, este parece ter tido consequências na cadeia de comando e no moral das tropas.

Hoje podemos ter uma visão mais clara sobre o que se passou - embora as verdadeiras intenções dos protagonistas sejam difíceis de perscrutar - o Governo não quis deixar “cair” a Guiné, pois nomeou um dos melhores generais no activo, para substituir Spínola e a defender, e quanto à proibição dos contactos com Amílcar Cabral, nas condições propostas, os argumentos aduzidos eram lógicos e pertinentes.<sup>7</sup>

O General Spínola abandonou a Guiné (a seu pedido) para ir escrever o “Portugal e o Futuro” (ou alguém por ele); arranjam-lhe um cargo que não

---

<sup>7</sup> Ver Marcello Caetano “Depoimento”, Record”, Rio de Janeiro, 1974, pág. 190.

existia, o de Vice-CEMGFA e mandaram-no visitar Angola e Moçambique, para ele não ter uma visão do mundo apenas “pela fresta de Bissau”.

E ainda está por apurar se alguém em sua representação, esteve presente ou não, entre as cúpulas do recém - formado PS e o PCP, em 1973, onde estes combinaram a estratégia final de assalto ao poder em Portugal.

Coisa que talvez MG/AA nos possam vir a elucidar no futuro.

### Mortos na Província da Guiné

Motivo/Anos	1972	1973	1974 (até 30 de Abril)
Combate	61 (20)	88 (51)	43 (25)
Acidentes c/armas	27 (3)	17 (4)	5 (4)
Acidentes viação 14 (2)	7 (3)	10 (1)	
Outros	23 (14)	25 (20)	5 (6)
Total	125 (39)	137 (78)	63 (36)
Totais	164	215	99 (x 3 = 297)

( ) Do recrutamento provincial

## 4. CONCLUSÕES

**“A guerra é de facto uma coisa má. Mas existe algo ainda pior do que a guerra: é perdê-la”**

Do autor

### A. Generalidades

Uma análise serena do Portugal contemporâneo (digamos, desde o fim da II GM) devia contemplar cinco períodos:

O primeiro que vai do fim da guerra até ao início do ataque violento ao Ultramar português, com os massacres iniciais em Angola, em 15/3/1961 (se quisermos Janeiro de 61, com os incidentes da Baixa do Cassanje), e suas causas; o segundo deve cobrir todo o período em que decorreram as operações militares em reforço das autoridades locais, protecção das populações e afirmação de soberania; o terceiro deve cobrir o período que vai desde o golpe de estado, em 25/4/1974, a sua execução, transformação em “revolução” e o fim desta, em 25/11/1975. Pelo meio, requiere-se um aturado estudo de tudo o que ficou conhecido por “Descolonização”; o quarto dedicado à lenta estabilização do país que decorre até à entrada na CEE, em 1986; finalmente, um quinto que se estende até aos nossos dias.

Ora o texto a que estamos a dar réplica apenas se refere ao 2º período e apenas no que toca (e parcialmente) à situação militar nos três TO, com uns afloramentos do foro político e diplomático. Ora tal é muito curto para se entender o conflito que era global, carecendo de uma Estratégia Total.

De facto é fundamental um enquadramento estratégico, uma análise política, diplomática, económico/financeira/social e psicológica e tudo interligar com a parte militar do conflito.

E, de um todo, é fundamental analisar o que se passou na retaguarda, que era a Metrópole, sobretudo no âmbito político e psicológico, porque foi onde tudo se perdeu. E não por esgotamento militar da nossa parte ou por vantagem avassaladora do IN. Mas como essa análise não foi feita não nos alargámos nela, a não ser em casos pontuais, necessários a uma mais correcta argumentação.

Os autores da crítica às conclusões do Seminário do IESM terminam a sua escrita com o seguinte parágrafo:

*“Os exércitos não têm a obrigação de obter vitórias, mas de lutar. As FAs portuguesas lutaram em África com os meios de que dispunham. As condições em que combateram conduziram àquele resultado, que podemos tentar compreender, mas que não podemos alterar”* (pág. 35).

Ninguém, no seu juízo perfeito quer alterar resultado algum, mas sim chegar a uma conclusão que se aproxime o mais possível da verdade que os factos e intenções permitam avaliar. Ainda hoje se discute a batalha de Alcácer-Quibir e continuar – se – á a discutir, talvez porque na altura não se tivesse conseguido fazer uma análise objectiva do que se passou e se tivessem conservado os documentos necessários. Isto é importante pois permite colocar no pedestal da História cada um segundo os seus merecimentos e conseguir-se sínteses de conhecimento que permitam melhorar o futuro. E não cair sistematicamente nos mesmos erros.

Também é óbvio que os exércitos lutam com aquilo que têm e não com o que gostariam de ter. Foi sempre assim, sempre assim será. Ganha quem consegue andar à frente dos acontecimentos, garanta mais - valias ou consiga, através dos “Princípios da Guerra” e excelência táctica, colmatar vulnerabilidades suas ou suprimir vantagens alheias. A guerra é, por excelência, o reino da imprevisibilidade.

Mas a guerra é também e sobretudo, uma luta de vontades e de Fé. Perde quem a perder primeiro.

Por isso aquela referência displicente (pág. 28) ao “jovem capitão miliciano” que comandava as forças estacionadas em Canquelifá (superiores até ao que devia corresponder o seu posto) e fez frente, vitoriosamente, a numerosos e duros ataques, é assaz infeliz. Pelos vistos portou-se melhor do que muitos oficiais do quadro permanente...

De facto os Exércitos combatem com o que têm - e registamos o facto dos autores o admitirem, apesar das “queixas” e críticas que perpassam toda a sua argumentação. Por isso nos últimos anos temos enviado forças militares portuguesas para os Balcãs, para o Afeganistão, etc., sem alguns equipamentos imprescindíveis (sobretudo depois de se ter tentado inventar guerras onde não se pode morrer...), ou, à última da hora, ter ido pedir o material emprestado, a terceiros. E deve realçar-se que as tropas nacionais não foram defender gentes nem terras suas, foram defender posições estranhas às suas, cujo interesse nacional é muito discutível, seguramente menor.

E é exactamente a consciência de que os militares portugueses tinham, em África, ou no Oriente, que estavam a defender compatriotas seus e património comum, que se bateram tão bem, até ao fim, como em muito poucos outros lances da História Pátria. Só claudicaram quando a subversão tomou conta de muitas das consciências que tinham, em primeiro lugar, jurado a sua defesa como de resto é o caso dos autores, ou será que não sabiam ao que iam quando entraram na Academia Militar?

Finalmente, a afirmação de que “os exércitos não têm a obrigação de obter vitórias mas de lutar é, salvo o devido respeito, um disparate. Então lutam para quê? Para empatar? Para se imolarem sem sentido?

É evidente que os exércitos lutam, e lutam por um objectivo que é sempre político, mas lutam para ganhar. A luta não é só sua, como no caso vertente o não era. Era de todos e cada um tinha que fazer a sua parte. E ganhar a sua parte, ponto final.<sup>8</sup>

Quem, menos avisado ou conhecedor da temática ou do que se passou, ler o documento posto a circular na net, ao mesmo tempo que era enviado aos destinatários (dos quais se inclui o General Director do IESM), fica com a sensação que faltariam poucos meses, quiçá semanas, para que os cerca de 150.000 homens (fora as dezenas de milhar de milícias) das FAs portuguesas serem aniquilados ou lançados ao mar, pelos cerca de 20000 guerrilheiros (dos quais nem metade devia andar na mata), que se estima restarem aos movimentos independentistas.

Ora isto não tem pés nem cabeça. Vamos ver, a seguir, porquê.

## **B. Síntese da Situação nos Teatros de Operações.**

(1) Do nosso ponto de vista a situação em Angola estava perfeitamente controlada. Em 1974 a área afectada pela guerrilha devia-se situar entre 5 e 10% do território. A situação económica e financeira do Estado já permitia pagar as operações militares e melhorava todos os dias. O aumento da escolaridade iria permitir o aumento do enquadramento das unidades em serviço no território e aumentar o recrutamento, para o que havia sempre mais voluntários do que capacidade para os absorver.

Seria preciso neutralizar Savimbi e as poucas forças de que dispunha. Bastava chamar o General Hipólito à razão e oferecer um cargo qualquer ao futuro líder do Galo Negro.

É evidente que seria necessário melhorar o serviço de informações para se poder manter uma vigilância atenta; garantir forças de reserva para intervenção rápida e servir de dissuasão (a recente introdução de helicópteros “SA330 PUMA” aumentava a capacidade de transporte e de actuação táctica, enormemente); melhorar a cooperação com a RAS e transformar todas as forças especiais “Flechas”, “Fiéis”, “TE”, “OPVDCA”, etc.,<sup>9</sup> numa força de segurança tipo GNR, que pudesse paulatinamente substituir as forças militares e libertá-las para poderem reforçar outros T.O. caso necessário.

Lembra-se que em 1974 havia ainda 115 grupos especiais (GE) de tropas (3560 efectivos), só do recrutamento local, fora o recrutamento normal a que se devia juntar as milícias que foram de uma lealdade extraordinária.

A FNLA praticamente deixara de lutar, desenvolvendo apenas algumas acções na região dos Dembos e os seus quadros estavam “aburguesados”; o MPLA já

---

<sup>8</sup> Podemos estar errados na nossa apreciação mas a referência que os autores citados fizeram de que “os Exércitos não têm a obrigação de obter vitórias...” é uma tentativa sub-reptícia e maliciosa para chamar a atenção para a tal “solução política”. Para não haver dúvidas o assunto será tratado em anexo “A”.

<sup>9</sup> “Flechas” (grupos de combate liderados pela DGS formados essencialmente por Bosquímanos e ex-guerrilheiros capturados); “Fiéis”, (antigos militares catangueses que combatiam do nosso lado); “OPVDCA”, Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola; “TE”, (grupo de dissidentes da UPA/FNLA que tinham desertado para o lado português, em 1965).

praticamente não tinha combatentes e os seus quadros políticos estavam dilacerados por lutas intestinas.

Finalmente os três movimentos combatiam-se mutuamente e todas as tentativas feitas para se entenderem, frustraram-se.

Uma situação detectada, em 1972, de focos pré-insurreccionais no distrito do Cunene - que os autores nem afloram - foi neutralizada por atempada acção das autoridades.

E, de facto, não havia qualquer ameaça, sequer fraca, que fosse razoável antecipar.

## **(2) RELATIVAMENTE A MOÇAMBIQUE**

Havia sobretudo actividade no planalto dos Macondes, no distrito de Cabo Delgado, dada a tradicional rebeldia e agressividade da etnia Maconde e ainda à proximidade da fronteira com a Tanzânia (o principal apoio da guerrilha) e da sua grande base de Nashingwea. Os planos para atacar e destruir esta base estavam prontos e só não foi arrasada por receio de complicações internacionais, por parte do governo (sobretudo por causa das repercussões que o incidente de Wiriamu tinha tido - outro assunto que tem sido mal equacionado e que as FAs Portuguesas, há muito deviam ter feito um **relatório oficial**).

A progressão para Sul tinha chegado ao Rio Lúcio - estendendo muito as linhas de comunicação da Frelimo - mas não haveria grande perigo de passarem daí, não só por causa do que se disse mas, também, porque iria entrar numa zona maioritariamente habitada pela etnia Macua, que era contrária à subversão. O mesmo se podia dizer dos islamizados que se concentravam no litoral norte.

O distrito do Niassa, que confinava com o Malawi (que não era ameaça para Portugal) e com o lago com o mesmo nome, sempre tivera uma actividade de guerrilha pouco intensa e não oferecia cuidados especiais. Os Ajauas, etnia que habitava parte do Niassa, Cabo Delgado e Zambézia, também não eram grandes adeptos da subversão.

A operação "Nó Górdio" (1/7 - 6/8/70), que desarticulou a estrutura da Frelimo em Cabo Delgado, coincidiu com o arranque das obras da grande Barragem de Cabora-Bassa - que os desgovernos da III República resolveram alienar - que iria ser o maior empreendimento dos portugueses em toda a sua diáspora, superior mesmo à construção do incrível Forte Príncipe da Beira, na Foz do Amazonas...

Tal facto que era de grande prioridade para nós, passou a sê-lo também para a Frelimo, que deslocou o grosso das suas forças para a zona com o intuito de impedir a sua construção. É por essa razão que a guerrilha alastra ao distrito de Tete.

Ora o governo português pensou bem quanto à barragem mas "esqueceu-se" de um pormenor: era preciso tropas para defendê-la e a toda a linha de abastecimento logístico que a sustentava. Daí o pedido de mais unidades feito pelo Comando-Chefe e a reorganização e alargamento do dispositivo. Como o reforço de tropas foi recusado, apostou-se na criação de numerosos grupos de combate de recrutamento local, os GE, GEP e comandos (chegou a haver 83 unidades destas), que vieram a dar um excelente resultado.

Parece ser conveniente lembrar, que o esforço (enorme) para a defesa de Cabora-Bassa foi coroado de êxito e nunca a guerrilha conseguiu prejudicar (a não ser pontualmente e sem gravidade de maior) a sua construção.

A situação de guerrilha no distrito de Tete era intensa, mas estávamos a receber cada vez maior apoio de forças rodesianas. Nada havia que fosse causa de alarme ou perda de

controlo. Além disso a Frelimo para colocar forças suas em Tete, vindas da Tanzânia, tinha que percorrer distâncias enormes, atravessar todo o Niassa, o Lago Niassa ou o Malawi (que colocava obstáculos) e, nalguns casos, a Zâmbia.

Era, seguramente, mais difícil para eles do que para nós...

E quando a barragem estivesse concluída, em 5 de Março de 1975, tal iria constituir um formidável obstáculo à penetração da Frelimo para Sul.

Num supremo esforço (que os esgotava), a Frelimo, estando em Tete, entendeu ultrapassar o Rio Zambeze, a fim de explorar o efeito psicológico que tal poderia causar nas suas fileiras, nas nossas e poder ser explorado como propaganda a nível internacional.

E deve reconhecer-se que este foi o sucesso mais substancial que a guerrilha obteve, já que obrigaram as forças portuguesas a estenderem a sua malha e provocaram um impacto na população branca (que não na negra), perfeitamente descabido.

Contudo, nos combates que a Frelimo travou conosco sofreu, só em 1973, 1784 mortos confirmados (fora os não confirmados), 364 feridos e 265 capturados, o que representa um número que seria muito difícil substituir. O seu moral era muito baixo e a introdução dos mísseis Stella, a partir de 1974 (e de que nós já estávamos alertados) foi uma desilusão para as suas hostes.

Este facto, a extensão do território que estava afectado pela guerrilha - que originava uma dispersão das NT e grandes distâncias a percorrer - e o número de baixas ocorridas (superiores às da Guiné), levam a colocar-se sérias dúvidas se a situação no T.O. de Moçambique não seria mais grave do que na Guiné.

De qualquer modo algo afastado da "situação crítica" que MG/AA afirmam ter existido.

### **(3) A SITUAÇÃO NA GUINÉ**

Geograficamente a Guiné era o TO mais difícil e complicado dos três. A totalidade da fronteira terrestre (700 km) era hostil e sem obstáculos naturais, o território era muito pequeno (do tamanho do Alentejo e sofria de um fenómeno de marés muito extenso que lhe inundava ou tornava pantanoso cerca de 5000 km<sup>2</sup> de território e prejudicava a navegação em numerosos rios.

Os maiores rios cruzavam a Guiné de leste para oeste dificultando as comunicações norte/sul. Quase não havia pontes. Na parte ocidental havia densas e quase impenetráveis zonas de mangal e floresta tropical. O clima era muito desgastante para caucasianos, sobretudo no período das chuvas, muito quente e muito húmido. O relevo era quase inexistente, apenas colinas no Leste (máximo 300 metros) o que dava algumas vantagens à Força Aérea, com tetos baixos, no período em que chovia. Outra vantagem para a FA deriva da pequenez do território já que chegava em pouco tempo a qualquer ponto do mesmo. Muitas povoações estavam isoladas por estrada e só podiam ser abastecidas por via fluvial.

Em termos de população a Guiné era uma manta de retalhos étnica e religiosa, que acabava por trazer mais vantagens às NT do que ao IN.

Este levou tempo a implantar-se e foi mais cuidadoso do que os seus congéneres de outros TO.

E os guerrilheiros do PAIGC também se mostraram os mais aguerridos, bem comandados e treinados de todos os que nos combateram.

A guerra até 1973 não ofereceu grandes problemas e as maiores operações militares incidiram em áreas que os guerrilheiros diziam querer dominar (caso da operação Tridente). A

supremacia área, que era um factor decisivo para as NT, sempre que desafiada (antiaéreas) manteve-se.

A partir do reforço da manobra psicossocial idealizada após Spínola ter assumido o cargo de Governador e Comandante-Chefe o PAIGC perdeu grande parte do apoio que ainda tinha na população, levando a muitas deserções nas fileiras IN. Onde esta acção teve mais sucesso foi na área de Teixeira Pinto (“Chão Manjaco”).

A mudança na actividade militar do PAIGC deu-se em 1973 e continuou do modo já explicitado.

Notou-se um aumento nítido no potencial de combate do IN (melhoria do armamento e tácticas e apoio de instrutores estrangeiros), mas também se começou a equacionar a compra de novos armamentos e equipamentos para as FAs portuguesas de que estas careciam. O que só pecou por tardio.

Tinha que se ultrapassar o factor tempo, difíceis negociações, proibições e constrangimentos de firmas e países e orçamentar as verbas necessárias. Fazer uma guerra barata ia ter que acabar.

No mais o recrutamento local decorria a bom ritmo e constituir um novo batalhão de comandos estava perfeitamente dentro das nossas possibilidades (o material capturado dava, até, praticamente, para o armar e equipar!). Lembra-se que, fora a FA, o Batalhão de Comandos era, provavelmente, a unidade mais temida pelo PAIGC.

Em 1974 já havia um batalhão de Comandos, 14 companhias e 53 pelotões de tropas regulares, só com naturais da província, além de 45 companhias e 23 grupos especiais de milícias. Toda esta gente foi de uma lealdade e fidelidade extraordinárias!<sup>10</sup>

Quanto à ameaça externa a mesma, a existir, estava longe de se poder concretizar.

Havia notícias pouco fidedignas de existência de “blindados” aqui e ali; a ameaça aérea da Guiné-Conakri nunca passou de contra informação: nada daquilo funcionava. A possibilidade do PAIGC ter aviação própria era uma miragem, de tal maneira que, em 1996/97 quanto estive como Adido de Defesa, em Bissau, havia um Chefe de Estado-Maior da Força Aérea mas... nenhum avião.

Infelizmente nem para a operação Mar Verde a nossa espionagem conseguiu obter informações fidedignas sobre o estado dos MIGs, nem sequer da sua localização.

A existência de unidades do PAIGC constituídas por brancos, mercenários ou não, nunca foi confirmada; mataram-se uns poucos do Mali. O que se sabia - isso sim - é que haveria alguns instrutores argelinos em campos de treino na Guiné-Conakri e muitos cubanos, que foram quem passou a dar alguma consistência táctica às acções do PAIGC o que alguns ainda têm constrangimento em admitir.

Dos que se aventuraram no nosso território um deles foi ferido e preso, em 1969: o capitão Peralta. Um ronco!

O homem ficou preso em Lisboa e depois do dia em que as floristas esgotaram os cravos, aquele combatente pela “liberdade dos povos oprimidos” (mas que vivia com o seu oprimido), foi libertado e festejado. Só faltou darem-lhe a Torre e Espada.

---

<sup>10</sup> Ao contrário do comportamento que os detentores do poder, após Abril de 74, tiveram para com eles, abandonando-os à sua sorte. Uma nódoa moral de dimensão imensa que a Nação portuguesa herdou, não espiou, e que vai ter que carregar para todo o sempre. Um “pequeno pormenor” que certamente não tem cabimento nas análises de MG/AA.



Quanto a esperar que a OUA pudesse enviar tropas de países membros atacar-nos, talvez tivéssemos que esperar até hoje. Primeiro porque teriam que desenvolver capacidades para tal, depois porque era preciso que se entendessem.

Se calhar foi pena, talvez passássemos a ter alvos remuneradores...

No total as forças nacionais ocupavam 225 cidades, vilas e aldeias, todas eram abastecidas normalmente, e não havia local onde não pudéssemos circular, obviamente com medidas de segurança de intensidade variável. Estamos a falar do 1º trimestre de 1974.

A guerra estava militarmente ganha? Não estava. Estava perdida? Nada o indica. Era a situação crítica ou fora de controlo? Responde-se com outra pergunta: quantos oficiais e sargentos do quadro permanente mandaram evacuar as suas famílias por temerem a sua segurança?

### **C. ASPECTOS DE APRECIÇÃO RELEVANTES**

Os autores das 35 páginas limitam-se, para chegar às conclusões que inferem, a desbobinar uma catadupa de eventos da iniciativa de quem nos atacava e de algumas reacções (relatórios, notas, reuniões) de responsáveis portugueses a essas iniciativas.

Dá ideia de que estávamos numa feira em que o IN ia testar a sua pontaria na barraquinha do tiro ao alvo (que éramos nós) e que o alvo não se mexia.

E dá ideia, também, de que a vida do PAIGC, da Frelimo, da FNLA, do MPLA e da UNITA, era um mar de rosas.

Vamos lá tentar tirar as “palas” dos olhos aos nossos camaradas escritores.

#### **(1) OS PROBLEMAS DO IN**

- Em termos gerais os “movimentos de libertação” tinham problemas de liderança, organização e doutrina, graves. Havia numerosas rivalidades, facções e lutas pelo Poder que não raras vezes levaram, ao assassinato, a fuzilamentos e a purgas.

- Sofriam de confusão ideológica e dissidências várias das quais as mais importantes derivam da guerra surda entre soviéticos e chineses.

Em Angola a confusão era ainda maior pois para haver vários “ismos” no MPLA, a FNLA era anti-marxista e a UNITA não se sabia muito bem o que era.

O PAIGC tinha um problema insanável entre os cabo-verdianos, que constituíam a maioria da “elite” dirigente, e os oriundos dos diferentes chãos guinéus, que representavam a quase totalidade dos combatentes.

- A massa humana que constituía o grosso da guerrilha tinha um grau de instrução baixíssimo que dificultava a doutrinação e, sobretudo, o treino, a aprendizagem e o enquadramento.

As acções tácticas progrediam devagar e nunca houve muitas unidades que tivessem um alto grau de agressividade. Até ao fim da guerra, felizmente para nós, tiveram sempre má pontaria...

- As suas vantagens derivavam da sua rusticidade, adaptação ao clima e conhecimento do terreno. A indisciplina de tiro era grande e tinham muitas dificuldades em aprender a utilizar material mais sofisticado.

Se as condições de vida da maioria da tropa portuguesa era dura (a FA e Marinha tinham muito melhor qualidade de vida), que se pode dizer da guerrilha? Vivendo no mato, mal alimentados, tendo de carregar o material, às vezes por distâncias enormes e, sobretudo, a insegurança em que viviam; tendo muito mais mortes do que as que causavam e não gozando praticamente de assistência médica, não seria fácil manter o moral.

Os desgraçados até quando iam para treino nos países comunistas passavam mal, vítimas do frio, de fracas instalações, comida diferente e um racismo puro e duro!

- O seu Moral era ainda prejudicado sabendo os seus dirigentes vivendo bem, viajando e longe dos perigos. E nunca mais vendo a guerra acabar.

Aos soldados portugueses nunca se prometeu o fim da guerra com prazos (tirando algumas frases infelizes proferidas em Angola, no fim da reocupação do Norte, a seguir ao 15 de Março. Relativamente aos guerrilheiros a vitória era para o ano seguinte. E os anos foram passando...

- Se a Metrópole tinha esgotado a sua capacidade de recrutamento (e iria, até, haver um decréscimo por causa da emigração), restava no Ultramar um vasto campo de recrutamento. Mas que dizer da guerrilha? A sua capacidade de aliciamento diminuía e a opção muitas vezes usada do recrutamento coercivo, acabava mais cedo ou mais tarde por se revelar uma má opção.

- A deserção dos guerrilheiros foi constante desde o início do conflito e em todos os TO. Muitos apresentavam-se com a sua arma. Foram sempre bem tratados e muitos deles passavam a combater do nosso lado.

Infelizmente também houve alguns portugueses de 4ª categoria que se bandearam para o lado do IN. Mas, como Camões cantou, “dos portugueses também traidores houve, algumas vezes”.

- Os diferentes países que acolhiam a guerrilha - e sem esse apoio nunca teria havido guerrilha - também tinham rivalidades entre si e não tratavam os diferentes movimentos de igual modo.

- A existência de um mosaico de etnias nos três TO também não favorecia a guerrilha, pelas tensões e rivalidades que havia entre eles.

- Partindo da hipótese de o conflito poder escalar para uma actividade militar do tipo convencional com a ajuda de forças de países terceiros, seria também expectável que o bloco ocidental passasse a reagir de outro modo.

## **(2) AS POTENCIALIDADES DAS NT**

Apesar de todos os problemas existentes não se pode dizer que a nível militar as FAs portuguesas estivessem na defensiva e sem opções. A nível político e diplomático havia janelas de oportunidade a explorar, as finanças estavam sólidas e a economia em franca expansão.

Havia dois problemas fundamentais que não estavam directamente ligados à actuação das FAs: a crescente subversão e deserção ideológica na juventude universitária (que não foi combatida) e as dúvidas existenciais, falta de coragem política e ziguezagueante actuação do Prof. Marcello Caetano, que foram sendo agravadas com a doença de sua mulher e dele próprio.

A nível militar a falta de oficiais subalternos e capitães do quadro permanente era o problema mais perigoso e difícil de resolver. Mas, também isto carecia de decisões políticas.

#### **Relativamente aos TO:**

- “A estabilização da situação em Angola, que era o T.O. mais importante, era um facto e era susceptível a curto prazo (senão é que já não se podia ter feito), de libertar unidades para reforçar os outros TO. A sua situação económica e financeira também iria reforçar o esforço de guerra.”
- Os países limítrofes (à excepção da Guiné - Conakry e da Tanzânia, por razões ideológicas dos seus dirigentes) tinham todo o interesse em ter boa vizinhança com os nossos territórios. Além disso todos os países tinham rivalidades entre si que sempre explorámos e a situação interna de cada um deles nunca foi estável.
- As Forças Armadas dos países vizinhos hostis eram impotentes para nos atacarem e estavam, de um modo geral, orientados para a segurança interna.

Quando atacámos Conakri, em 22 de Novembro de 1970, dois ou três pelotões nossos dizimaram a guarda pessoal de Sekou Touré e quando retirámos, contaram-se cerca de 500 mortos...

E quando o Batalhão de Comandos atacou Cumbamori, ainda teve que mandar umas fogachadas num esquadrão de reconhecimento senegalês que achou por bem fazer 180º de volta.

- A cooperação com a RAS e a Rodésia estava a caminhar bem (e era de todo o interesse desses países, pois nós éramos a sua “linha da frente”) e tinha muito por onde crescer. Não só no âmbito militar mas, também, no campo do armamento e equipamento e até no âmbito financeiro. Os Mirage V que se estavam a negociar; iriam ser financiados por um consórcio sul - africano, em muito boas condições.<sup>11</sup>
- A política da administração Nixon passou a ser muito mais amigável para com Portugal (desde 1970) e até já tinham começado a disponibilizar algum equipamento, embora não directamente ligado ao combate. O tempo corria a nosso favor neste âmbito e a evolução da Guerra Fria, a atingir o último dos seus picos (que a guerra civil em Angola exponenciou) também ia ao encontro dos interesses portugueses.
- A compra de armamento não era fácil e era sobretudo morosa. No entanto, quem tem dinheiro e vontade nunca fica de mãos vazias. Quando foi para a Operação Mar Verde, até se conseguiram comprar armas de patente soviética, na Bulgária e sem números de série, para não serem identificadas!

Numa operação digna de James Bond (ainda não completamente revelada), pilotos portugueses conseguiram fazer sair dos EUA, sete aviões B-26! As coisas que a gente fazia e meditem naquilo a que estamos reduzidos hoje em dia!!!

Para além de tudo isto, tínhamos intermediários (a “Norte Importadora”, por ex.), que se movimentavam muito bem nos circuitos internacionais de venda de armamento. Só nunca se percebeu, como é que a indústria nacional de armamento que se tinha desenvolvido muito (hoje praticamente inexistente...), nunca foi capaz de fabricar um lança - granadas foguete.

---

<sup>11</sup> “South África Reserve Bank”, ver Mais Alto, Maio/Junho de 2010, pág.34.

- Na ONU as resoluções aprovadas na Assembleia Geral de nada valiam, na prática, contra Portugal. Só as resoluções do Conselho de Segurança podiam ter alguma perigosidade, e mesmo assim era preciso que representassem uma real ameaça. Aí, porém, algo de mais gravoso podia ser vetado pela Inglaterra, França ou EUA.

De facto nunca se decidiu nada que fosse impeditivo de continuarmos as operações militares, como fossem sanções económicas, interdição de linhas de comunicação marítimas ou aéreas, etc. Nem sequer se intentou a expulsar Portugal da Organização, para onde o Prof. Salazar, avisadamente, não queria entrar...

- A acção psico-social nos TO constituía um êxito inegável e progredia. Tal era muito ajudado pela extraordinária capacidade que os portugueses sempre revelaram em conviverem com todas as raças do mundo inteiro, algo que não tem paralelo em mais nenhum povo. Para além disso a experiência de séculos, no estabelecimento de alianças e explorar as características alheias, dava-nos uma vantagem enorme na harmonização ou não, das diferentes etnias relativamente à guerrilha (e algumas etnias tinham chegado ao território muito depois daqueles que partiram da barra do Tejo). Por alguma razão fomos os primeiros a chegar e os últimos a partir.

- Portugal possuía ainda uma arma poderosa contra o Zaire e a Zâmbia (podendo ser uma mais - valia ainda para outros), que era o Caminho - de - Ferro. Esta “arma” pesava sempre na cabeça dos decisores daqueles países e podia ser utilizada quando necessário.

- Se por acaso houvesse ameaça de outros países nos atacarem convencionalmente, tal facto libertava-nos de peias para atacar alvos do outro lado da fronteira.

Por exemplo relativamente à hipotética ameaça aérea a partir da Guiné Conacry, o Grupo Operacional 12 já tinha preparado e treinado, o ataque a todas as pistas onde esse eventual ataque pudesse ser efectuado.

- Em termos militares podíamos (e devíamos) continuar a apostar na deserção de grupos de guerrilheiros, aumentar o número de unidades do recrutamento local e “atapetar” todas bases IN do outro lado da fronteira com bombas de 750 libras, o que no caso da Guiné até podia ser feito a partir de Cabo Verde com o P2-V5. Em caso de necessidade a Marinha podia bombardear alguns alvos a partir do mar, em território IN, desde que perto da costa.

- Podia-se ainda recorrer ao recrutamento voluntário de militares desmobilizados, o que resultaria na obtenção de unidades de alto valor, constituídos por veteranos. Esta medida e outras foram equacionadas no Congresso dos Combatentes, realizado em 1973 (outra história que está por fazer) e que tantos engulhos causaram, aos inimigos do Portugal do Minho a Timor.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Agora reduzido do “Minho ao Corvo”, mas hipotecado; e com o Mar de permeio (a ZEE), debaixo da pata de Bruxelas (Tratado de Lisboa).

## 5. SÍNTESE FINAL

### “Justiça é o interesse do mais forte convertido em Direito.”

*Sócrates (c.469-399 AC)*

Afirmar que a situação nos três T.O. estava fora de controlo e era crítica em Moçambique e muito crítica na Guiné é um exercício de distorção da realidade, algo considerável.

Como se pode afirmar que não controlávamos militarmente o território se nenhuma das tentativas levadas a cabo pelo IN tinham tido qualquer sucesso conclusivo?

Acaso havia disrupção das actividades económicas, sociais ou políticas? A malha administrativa não funcionava em todo o lado?

O Governador de cada Província não exercia a sua autoridade em todo o lado?

Acaso a guerrilha tinha alguma hipótese de nos bater militarmente – mesmo se ajudada por forças dos países limítrofes – a não ser que desistíssemos de querer lutar?

Acaso os ministros portugueses, PCM e até o PR iam em segredo visitar os territórios, ou deslocavam-se com medidas de segurança excepcionais?

Havia alguma área onde quiséssemos operar, visitar ou instalar - obviamente com grau de segurança diferenciado – em que não o pudéssemos fazer?

Se as respostas a estas perguntas são todas negativas, como se pode afirmar que a situação em Angola estava fora de controlo e na Guiné e Moçambique estava à beira do colapso?

E na Metrópole, a situação também estaria fora de controlo? Sim porque também ali se verificavam atentados contra o esforço de guerra. Digo mais: o atentado que mais prejuízo causou, em toda a guerra, não se verificou em nenhuma das frentes de guerrilha, ocorreu em Tancos, em 8/3/71, onde foram destruídos 16 helicópteros e 11 aviões, que tanta falta faziam.

Aos autores de tão filantrópico evento (pertencentes à “Acção Revolucionária Armada”), deve ter sido atribuído, entretanto, a Ordem da Liberdade e um subsídio por “altos serviços prestados à Nação”, pagos com os impostos de todos nós...

No Ultramar apenas se divisa um atentado que se lhe pode equiparar, o “assalto” ao navio *Angoche*, em 23-26/4/73 (certamente não realizado pela Frelimo), que ainda hoje permanece um mistério, embora se tenha apurado, na altura, que o lote de explosivo usado era idêntico ao de Tancos. Nada se sabe sobre os 24 tripulantes.

Quase toda a documentação existente desapareceu muito convenientemente...

E pergunta-se: a situação em 1974 era, no seu conjunto, pior do que em 1961?

Portugal conduziu a sua melhor campanha desde o estabelecimento do “império” oriental no Índico, com a acção desse extraordinário estratega e guerreiro que foi Afonso de Albuquerque. Só com meios nacionais sem generais ou almirantes importados, com uma coesão extraordinária, com uma logística invejável e uma capacidade operacional ao nosso melhor nível. Com justiça, com disciplina e com humanidade.

Ou seja com verdadeiro **valor militar**.

Tal asserção, para além das nossas fontes, pode ser aferida numa obra imparcial e pragmática de um autor americano que chegou a comparar a nossa actuação com os EUA no Vietname, os franceses na Argélia e na Indochina e os ingleses no Quénia e na Malásia.<sup>13</sup>

Portugal saiu a ganhar em tudo, à excepção de dois ou três “âmbitos”, para os ingleses, na Malásia.

<sup>13</sup> John P. Cann, “Contra Subversão em África, 1961-1974”, Prefácio, Lisboa, 2005

Pelo meio ainda conseguimos intervir na questão do Catanga (1960-1963); do Biafra (1969/70); fazer frente a distúrbios maoistas em Macau (1966); planeámos e executámos uma operação encoberta, complexa, que falhou todos os seus objectivos, por pouco, em Conakry (Operação “Mar Verde”(22/11/70) e afrontámos a Inglaterra na questão da Rodésia (Bloqueio do Porta da Beira, a partir de 1/1/66).

**Os portugueses foram mesmo bons e muito corajosos!  
Foi Portugal no seu melhor!**

A situação abriu, finalmente, brechas:

Tergiversação do PCM, Marcello Caetano. Se Salazar tinha dúvidas, guardava-as para si. MC tornou-as visíveis e, quanto ao Ultramar cometeu um erro capital, que foi o de introduzir a dúvida se a luta pelo Ultramar seria para continuar ou estava a prazo.

Ora ninguém quer **morrer definitivamente** por uma **solução transitória**.

O comportamento “maquiavélico” e algo sinistro do CEMGFA General Costa Gomes (homem de grande inteligência e competência técnico-militar), que acabou por empurrar o governo a aprovar o decreto-lei 373/73 (que deu origem ao 25/4/74), contrariando a solução adequada do grande ministro, oficial e marinheiro que foi o Almirante Pereira Crespo, que preconizou a criação de um quadro paralelo que ia até Brigadeiro, onde os oficiais milicianos seriam integrados e promovidos. E logo que houve protestos (e justos) nas fileiras, este mesmo CEMGFA resolveu apoiá-los, “esquecendo-se” que tinha sido a sua acção que os provocara!

A ambição, vaidade e poucos dotes de clarividência do General Spínola, que em reunião havida entre vários generais, preocupados com o rumo dos acontecimentos, declarou (dando a entender que não precisava deles para nada), que ia “fazer o seu 28 de Maio”.<sup>14</sup>

Acabou numa fuga pouco digna de general, para Espanha, no dia 11 de Março de 1975...

## 6. FECHO

**“Em todas as partes do mundo por onde andei, ao ver uma ponte perguntei quem a tinha feito, respondiam, os portugueses, ao ver uma estrada fazia a mesma pergunta e respondiam: os portugueses.**

**Ao ver uma igreja ou uma fortaleza, sempre a mesma resposta, portugueses, portugueses, portugueses. Desejava pois que da acção francesa em Marrocos daqui a séculos, seja possível dizer o mesmo”.**

*Marechal Lyautey*  
(Governador de Marrocos)

Face ao exposto resta tentar perceber o que motiva realmente as pessoas que vão defendendo as posições que agora se contrariam. A resposta encontra-se impressa na 1ª página do documento que comentamos:

“A conclusão de que as FAs controlavam a situação nos T.O. em 1974, produzida sem base na realidade, mas repetida com insistência, tem um fio condutor ideológico que,

---

<sup>14</sup> Reunião havida em casa do Prof. Costa Leite (Lumbrales), nos primeiros dias de Dezembro de 1973. Disse Spínola “Não desejava trabalhar com os outros generais” e que ele faria, “sozinho, com a sua gente e quando o entendesse, o seu 28 de Maio”. Kaúlza de Arriaga, “Guerra e Política”, Ed. Referendo, Lisboa, 1987, pág. 63.

partindo de uma convicção ganha empiricamente ou de uma intenção deliberada, quer induzir a ideia de que, estando a situação militar controlada em Angola, Guiné e Moçambique, a guerra que sustentava a política ultramarina do antigo regime podia ser prosseguida, com a manutenção das colónias enquanto províncias ultramarinas de um Estado Português pluricontinental e multirracal, do Minho a Timor. Sendo assim, não haveria justificação para a acção militar de derrube do dito regime em 25/4/1974, nem para a independência das colónias”.

Ora este é que parece ser o busílis da questão, e são eles que o dizem, não outros. Será uma reacção de desespero?

Mas afinal, no anterior colóquio ocorrido no IESM não tinham chegado à conclusão que a guerra era uma coisa e a luta política (ataque ao regime) era outra?

Por outro lado, se não se contesta a “política colonial” - como vem referido a seguir - mas sim o facto das conclusões que “contrariam a realidade”, não as ligando à política seguida, devemos concluir que deveríamos abandonar a luta só por ter medo de a perder? Será que os exércitos só devem combater quando em nítida superioridade? E o que define exactamente a superioridade?

Ser derrotado com honra, não é vergonha nem vexame. Vergonha é render-se sem ter disparado um tiro como aconteceu com a praça de Olivença, em 1801.

Vergonha, vexame e humilhação são as cenas militarmente indecorosas ocorridas depois de 25/4/74, depois da rendição, pois que de uma verdadeira rendição se tratou.

E tais atitudes provocaram o maior descalabro em toda a História Militar Portuguesa, não havendo memória de algo semelhante à “retirada de pé descalço” como lhe chamou um insuspeito intelectual português. E destas vergonhosíssimas páginas resultou, que nada do que se disse que se ia fazer se fez; a saída dramática de quase um milhão de portugueses das terras onde viviam; uma quantidade de atrocidades inominável, guerras civis que causaram mais de um milhão de mortos, destruições vastas, regressão civilizacional, ditaduras sanguinárias, corrupção avassaladora e neocolonialismo impiedoso.

Por isso o título de “vitória traída” dado ao livro pelos seus autores e que são generais respeitados e respeitáveis, não podia ter sido melhor escolhido, pois é exactamente isso que aconteceu. E tratou-se de um crime de lesa - Pátria.

Bem se pode apelidar os “descolonizadores” - que não descolonizam nada - e de quem o permitiu, como “**os piores de todos nós!**”

Por isso se o Marechal Lyautey vivesse agora só iria constatar ruínas, do que poderia ter sido um magnífico exemplo para a Humanidade e que nos teria posto a salvo desta ou de qualquer outra “troika”.

*João José Brandão Ferreira*  
Tcor/Pilav (Ref)

### **Nota 1**

Quando o documento passou a circular na internet, o General Garcia Leandro, ajudou à sua distribuição (podendo deduzir-se que se solidariza com os autores), juntando um pequeno texto da sua lavra. Uma frase desse texto merece um comentário, que se junta em **anexo “B”**.

### **Nota 2**

A resposta está longe de estar completa, mas julga-se suficiente. É necessário pôr-lhe um ponto final. Outras oportunidades não faltarão.

## ANEXO A

### A “Solução Política”

*“A primeira lição que a História e a vida nos ensinou é a da transitoriedade dos mitos, dos regimes e sistemas”*

Jaime Cortesão

Não podemos deixar de tocar neste ponto que passou a ter foros de cidade e ter passado a ser politicamente correcto da “esquerda à direita” e apaziguador de consciências.

De tanto ser repetido este conceito de que a solução para a guerra era “política” e não “militar”, deixou de ser um conceito para ser apenas um **chavão**. E deixou de ser um conceito, outrossim, pois não conseguimos vislumbrar ninguém a acrescentar-lhe substância e, ou, a explicitar em que consistiria tal solução alquímica!

Este chavão anda, por norma, acompanhado de outro que também passou a ser moda repetir-se – o que vai do bicho careta ao professor universitário: “os militares (e passam-lhes a mão pelo ego) deram tempo suficiente aos políticos para estes resolverem o problema” - a tal solução política.

Tenho visto e ouvido muita gente culta e inteligente a afirmar isto (não sei se convictamente) e ainda muitos mais a ouvirem e a abanar a cabeça e as orelhas, em sinal de concordância.

Apesar de me sentir em franca minoria, não vou deixar de me afirmar absolutamente em desacordo com o que se diz e subentende; e vou mais longe, ao considerar as frases e a argumentação fraquinhas, pecas, desajustadas e falaciosas.

Comecemos pelo “tempo” que os militares “deram”.

Havendo há muito consenso que a política é que dirige a guerra (ultrapassados que foram os conceitos dos generais Ludendorff e Tojo), não faz sentido que sejam os militares a estabelecer o “timing” político da duração do conflito, nem sei como isso se possa fazer (imaginem o general que vai comandar as tropas americanas no Afeganistão, voltar-se para o Presidente e dizer-lhe qualquer coisa do género, o senhor resolva lá isto em três meses, que eu ao fim desse tempo venho-me embora?!).

Faz, no entanto, todo o sentido e é, aliás, imperativo, que a parte política ouça o conselho militar de modo que se consiga prosseguir uma estratégia que seja adequada, exequível e aceitável. Mas isto é outra coisa e no caso vertente sempre existiu. Só não se conseguiu ou quis, resolver o gravíssimo problema da falta de concorrentes à Academia Militar.

No caso em apreço não eram só os militares que tinham que “dar tempo” à política, eram também os diplomatas, os financeiros, os empresários, os professores, etc. Havia de ser bonito cada um destes grupos ter um prazo diferente para “oferecer”...

Parece-me, até, que a argumentação está voltada ao contrário, já que o que parece lógico é ser o poder político a facultar orientação e meios para que cada um pudesse cumprir as suas missões adequadamente...

Ainda bem que não foram dizer ao D. João IV que só tinha 14 anos para ganhar a guerra (isto é, arranjar uma solução política) senão os portugueses de então tinham desistido a meio e nós hoje estávamos a beber mas “cãnas” no Jardim do Retiro!...

\*\*\*\*\*



Agora a célebre “solução política”. Dizer isto sem lhe acrescentar mais nada, quer dizer tudo e não quer dizer nada!

Além disso é um pleonasma, já que uma guerra sendo um acto eminentemente político, o seu termo também o é.

Mesmo em caso de rendição de um comandante militar à revelia do poder político, como foi o caso do general Vassalo e Silva no Estado da Índia. A ocupação militar indiana não foi reconhecida “de jure” pelo que o conflito não desapareceu e não tinha terminado.

Só terminou, infelizmente, quando o Dr. Mário Soares, sendo MNE, em 24 de Setembro de 1974, durante a XXIX Sessão da Assembleia Geral da ONU, e sem estar mandatado para o efeito, resolveu comprometer-se com o seu “colega” indiano ao reconhecimento “de jure” da miserável agressão do Pandita Nehru. O que foi ratificado pelo governo português no ano seguinte.

Em segundo lugar deve procurar-se uma solução política que satisfaça os nossos objectivos e interesses, não os do IN!... E deve, tanto quanto possível, fazê-lo numa posição de força não numa posição de fraqueza.

As coisas só não se passam assim por apostasia - que foi o que aconteceu a seguir a 1974 - ou para evitar uma situação a que não se possa de todo fazer face, caso do “ultimatum” britânico de 1890. E veja-se a reacção que houve a este último, que dura até hoje - já que quando cantamos o hino nacional é contra eles (“canhões”, lia-se “bretões”)...

Ora no caso vertente não é sequer verdade que se procurasse uma solução que fosse só militar, nem ela era, por si só, possível.

Por isso o desenvolvimento económico e social se acentuou (fez-se mais em 14 anos de “guerra” do que nos 400 anos que levámos de presença); a acção psicológica era fundamental, bem como a diplomacia, etc. E tudo isto exigia tempo. Era do conjunto dessas acções que resultaria a tal solução política, que seria a de fazer o IN a desistir da guerra (isto é os guerrilheiros, já que as potências comunistas e alguns capitalistas, não desistiram), e a integrar-se - os que o quisessem - no seio da comunidade portuguesa. Mas não parece ser nada disto que aqueles que falaram em “solução política” queriam dizer. O que eles, aparentemente, (pois nunca - insiste-se - o explicitam) querem significar é que o governo português de então, se devia sentar à mesa com os dirigentes da guerrilha e negociar não se sabe bem que acordo.

É claro que se fosse para negociar a entrega da soberania, sem mais aquelas, para os movimentos que combatiam a presença política portuguesa em África - que foi aquilo que se fez a seguir ao 25 de Abril - isso não custava nada (a não ser a eventual oposição interna), e estaria tudo como Deus com os anjos.

Mas tal solução parece que só é defendida pelos súbditos das internacionais comunistas, trotskistas, etc. e por franjas da antiga oposição dita democrática que traíram os ideais dos seus pais primo-republicanos.

Vamos tentar “ajudar” os digníssimos compatriotas que usam e abusam da expressão, sem terem a coragem, ou o saber, para a desenvolver e tornar clara.

A solução dita “política” não passava apenas pela abertura de conversações com a guerrilha:

- A primeira hipótese/teoria aventada tinha a ver com o carácter não democrático do regime; se o regime fosse democrático cairiam os ataques que eram feitos a Portugal. Só uma mente enviesada ou pueril não percebe logo que a questão do regime ser democrático ou não, é marginal ao problema.

A Inglaterra, a França, a Bélgica e a Holanda, por exemplo, tinham regimes reconhecidamente democráticos e não escaparam aos ataques.

- Também se aventou a mudança da estrutura política nacional, quer através de uma progressiva autonomia, confederação ou federação – tese esta defendida por Spínola no livro “Portugal e o Futuro”, tese requeitada da que tinha sido defendida por Marcello Caetano, em 1962 e entretanto abandonada.

Tais ideias podiam fazer sentido numa eventual evolução interna, agora nada disso iria mudar as exigências ou o modo de actuar de quem nos atacava.

- Outros defendiam que Portugal devia ter uma política esquiva, fingir que ia fazer, mas depois não fazer, prometer coisas e outras coisas do género.

Este esquema ainda era pior, porque para além de não ir enganar ou fazer desistir alguém dos seus intentos, ainda nos cobriria de opróbrio.

- Depois apareceram os defensores do referendo ou plebiscito - aqui já a ideia merece consideração, todavia: fazer um plebiscito seria pôr em dúvida a nossa certeza sobre a soberania e a razão que nos assistia; a ideia de um plebiscito chegou a ser avançada para Goa, mas o governo indiano logo a rejeitou, afirmando, com brutalidade, que “não aceitaríamos os portugueses em Goa, mesmo que os goeses os quisessem lá”, uns “democratas” do mais fino recorte, estes palhaços indianos...

Por outro lado ninguém duvidava que se fosse feito um plebiscito em qualquer TO, a Portugalidade iria ganhar por larguíssima maioria (por alguma razão não perguntaram aos timorenses se eles queriam continuar portugueses, quando plebiscitaram a independência do território após a expulsão dos indonésios...). Mas de que serviria isso? A guerrilha ia aceitar os resultados? E os imperialistas comunistas que estavam por detrás deles? Na ONU e na OUA iam deixar de nos atacar? E como se conseguiria realizar um plebiscito sem haver um cessar - fogo prévio e fosse permitida fiscalização internacional?

Finalmente, a soberania plebiscita-se?

Acaso os espanhóis aceitaram o último plebiscito em Gibraltar, realizado pelos ingleses? E aceitaria a Espanha um plebiscito em Olivença?

- Uma outra hipótese seria dar uma autonomia gradual que levasse à independência dentro de um quadro de Portugalidade. Ora isto é outra ingenuidade, já que isto era justamente o que as potências comunistas não queriam que acontecesse e também não seria de todo agradável aos interesses das potências ocidentais, que assim veriam o seu campo de acção de alguma forma coartado.

Mesmo que se conseguisse atrair um ou outro movimento independentista - o que seria duvidoso, já que eles não queriam menos do que o poder total - ou facções desses movimentos, seria fácil às forças marxistas, porem tudo em causa e continuar a luta armada. Nessa altura, a Metrópole já não poderia apoiar os novos países (seria neocolonialismo e interferência nos assuntos de outros estados) e seria muito difícil aos territórios - mesmo Angola e Moçambique - aguentarem-se.

E o que se faria com os restantes territórios onde nunca se tinha disparado um tiro?

- Restava pois - a não ser que alguém consiga tirar mais algum coelho da cartola - a negociação directa com os chefes da guerrilha que nos emboscava as tropas e maltratava os gentios. Deve começar-se por dizer que as negociações não são um fim,

mas um meio. Um meio para um dos contendores alcançar a vitória (ou um outro objectivo específico) ou então tentar evitar a derrota. Ora, como Portugal não estava a perder a guerra, não fazia qualquer sentido entabular negociações com o objectivo de evitar uma catástrofe maior. E, no primeiro caso, só fazia sentido negociar com objectivos claros que pudessem fazer balancear decisivamente a contenda em favor dos nossos interesses.

Em casos mais raros, um dos contendores, pelas posições que conseguiu conquistar, pode julgar-se vencedor à partida e, como tal, tentar impor uma solução ao IN, fazendo com que este capitule sem mais luta - caso, por exemplo, de Hitler em relação à Inglaterra, após ter conquistado a França. De qualquer forma, uma negociação faz-se sempre Estado a Estado, o que não era, manifestamente, o caso.

- No contexto do conflito que travámos, seria muito difícil, diríamos mesmo impossível, negociar qualquer solução de compromisso, pois tal implicava que não houvesse um vencedor declarado; além disso, era preciso ter em conta que não estaríamos a negociar apenas com os grupos guerrilheiros, mas também com as potências, sobretudo as comunistas, que os apoiavam (a UNITA ilustra bem o que acabámos de afirmar, já que foi possível chegar a um entendimento com esse movimento - não marxista - que não só o neutralizou face aos nossos interesses como ainda por cima começou a combater os movimentos rivais). De facto, tanto o MPLA em Angola, como a Frelimo em Moçambique, nunca aceitaram negociar coisa alguma a não ser a independência, quaisquer que fossem as circunstâncias em que esta viesse a ser obtida. Perante isso, o governo português ia negociar o quê?

- A excepção a estes casos foi a Guiné e teve como intermediário o Presidente Senghor, do Senegal, a quem repugnava a influência que a Guiné-Conacri poderia vir a ter sobre a Guiné-Bissau. Os contactos começaram em 1971, através dos bons ofícios de um terceiro governo. Senghor defendia que a Guiné deveria ser independente no âmbito de uma comunidade luso-afro-brasileira, extensiva, naturalmente, às restantes províncias e estava disposto a discutir essa questão com o governo português. Lisboa reagiu bem a esta iniciativa e enviou um alto representante a Dacar propor diligências preparatórias. Por razões que só o então presidente senegalês saberia explicar, esta démarche não teve continuação. Em meados de 1972, Senghor fez saber ao governador da Guiné que gostaria de falar com ele. Autorizado pelo governo, Spínola encontrou-se com Senghor em Cap Skiring. Dessa conversa resultou uma proposta de encontro entre Spínola e Amílcar Cabral, onde seria negociado um cessar-fogo, após o que se acordaria que o PAIGC seria integrado nas estruturas portuguesas e passaria a colaborar no governo do território. Daí se evoluiria para uma consulta às populações sobre o seu destino futuro.

As propostas foram analisadas em Lisboa, com profundidade, tanto a nível do governo, como a nível do Conselho Superior de Defesa Nacional, e ainda por diversas personalidades. Ficou decidido - e bem - não prosseguir as negociações. Em primeiro lugar, porque ao sentar Spínola e Amílcar Cabral à mesma mesa, o governo de Lisboa estava a reconhecer, implicitamente, que o PAIGC era uma força beligerante respeitável, algo que seria aproveitado, como é lógico, pelos outros movimentos. Tal facto teria amplas repercussões (como tudo o resto) na imprensa internacional. O PAIGC não se limitaria, naturalmente, a fazer reivindicações

apenas sobre a Guiné, procuraria englobar Cabo Verde, onde nunca se tinha disparado um tiro; a partir do momento em que aceitássemos um cessar-fogo, ficaríamos com as mãos amarradas para fazer fosse o que fosse, ao passo que o PAIGC conservaria toda a liberdade para fazer o que bem entendesse. E havia a hipótese de nos serem preparadas várias armadilhas. De resto, não se percebia muito bem como seriam as relações entre a tropa portuguesa e os guerrilheiros. Independentemente do que acontecesse, o início das negociações seria sempre visto como uma vitória para o inimigo e teria uma acção moralizadora nas suas hostes.

Mesmo na suposição de que tudo corresse bem, seria impensável que Sekou Touré e a URSS aceitassem tal acordo. Amílcar Cabral seria facilmente denunciado como revisionista ou como traidor e a luta prosseguiria apoiada em grupos ainda mais pequenos. Ora, o efeito de tudo isto sobre o moral das tropas portuguesas poderia ser catastrófico, a confusão ficaria rapidamente instalada e sobreviria, depois, uma desmobilização psicológica, pois a mensagem que se estaria a transmitir era que a guerra tinha chegado ao fim e que, portanto, o regresso a casa estava próximo.

Para além de tudo isso, nenhuma decisão deveria ser tomada em relação à Guiné que não tivesse em conta o seu impacto nas restantes parcelas de Portugal, nomeadamente Angola e Moçambique. Spínola foi informado de que as soluções tinham de ser pensadas tendo em conta o contexto global do conflito, ou seja, não podiam ser vistas apenas no contexto guineense. Foi nesta entrevista com o chefe do governo que este último proferiu a célebre frase que apontava para a possibilidade de uma derrota militar na Guiné, o que muito escandalizou o general, que pelos vistos nunca aceitou nem digeriu a argumentação apresentada, tendo regressado a Bissau visivelmente transtornado. A partir de então, espalhou-se a ideia de que a solução era “política” e não militar; que os militares deram tempo e até encontraram soluções para a guerra, que os políticos em Lisboa é que não queriam; além do mais, não se importando com uma derrota militar.

Deste modo era preciso muito cuidado em nos enlarmos em negociações que deviam ser discretas, de preferência em países terceiros e com o objectivo primordial de trazer os dirigentes ou facções dos movimentos, a integrarem-se na comunidade portuguesa.

Outro tipo de contactos que tiveram alguns resultados e um revés grave (a morte dos três majores, um alferes e um guia civil na Guiné) e que visavam a deserção, para o nosso lado, de guerrilheiros e até figuras gradadas do IN.

Mesmo depois do General Spínola ter proibido contactos com guerrilheiros, visando esse fim, esses contactos existiram, em Junho de 1973, como relatado num documento elaborado pelo Coronel Vaz Antunes - oficial dotado de valor militar e patriotismo inquestionáveis - intitulado “Diligência Interrompida”. Diria, estranhamente interrompida, pois possibilitaria a deserção de um importante núcleo de guerrilheiros do PAIGC.

Ainda hoje ninguém respondeu à última pergunta deixada por aquele oficial, no fim do documento.

## ANEXO B

Eis o texto:

Meus Caros:

Estou a enviar-vos um documento que considero importante. O Ultramar, o conflito 1961/74, o 25A e o 25N, a descolonização, a construção da Democracia em PO com todas as suas dificuldades marcaram completamente muitas das nossa vidas, como militares e combatentes, diplomatas, políticos e governantes, professores e investigadores, cidadãos interessados e até nas famílias, havendo sempre mais elementos que ajudam a uma melhor compreensão dos anos 60 e 70.

Este é um deles: ultimamente têm aparecido algumas teorias ideológicas que afirmam que a Guerra do (então) Ultramar estava ganha ou controlada.

Decorreu em 12/13ABR no IESM mais um Seminário sobre o assunto: em 1996 e 1999 no IAEM e em 1997 no IDN também já haviam sido feitos Colóquios e Seminários sobre o assunto.

As conclusões oficiais deste último Seminário querem impor a tal versão da vitória ou do controlo.

Este texto, da autoria dos Coronéis Matos Gomes e Aniceto Afonso (que muito têm investigado e escrito sobre o conflito) vem contrariar tal tese com dados concretos e factuais, muitos desconhecidos da maior parte; não é um texto ideológico, é um texto de informação séria e muito rica.

Explica a situação concreta na Guiné, Angola e Moçambique, bem como as questões político-militares e sociais que se viviam nas 3 PU, bem como em PO.

A descolonização é outra história.

Que cada um tire as suas conclusões.

Melhores cumprimentos,  
*Garcia Leandro*

### **“A descolonização é outra história”.**

Outra história? Que outra história? Será assim tão difícil de ver que uma coisa decorre da outra?

Vejam se entendo: O país lutava em três frentes de guerrilha, em três T.O. diferentes, separadas de milhares de Km. Segundo os autores do documento a situação militar estava incontrolada e parece que o General Garcia Leandro também concorda; por causa disso o MFA (não confundir com Forças Armadas) faz o golpe de Estado em 25/4/74 – e eu a julgar que tinha sido por causa das ultrapassagens nas promoções pelos milicianos; a seguir a Junta de Salvação Nacional escorada no MFA, vê-se confrontada com uma atabalhoada sucessão de eventos que levam a um cessar - fogo e a uma transferência de poderes para a guerrilha em que nada se acautelou – parecia a derrocada da frente oriental na I GM depois dos alemães terem introduzido o Lenine, na Rússia, e os soviéticos terem provocado a revolução de Outubro; a seguir produz-se, num curtíssimo espaço de tempo, à transferência de soberania para os movimentos de guerrilha (leia-se marxistas), sem quaisquer outras considerações, manobra que, em tempos, tiveram o despauteiro de classificar de “Descolonização Exemplar”, com tudo o que isso acarretou, e agora o General Garcia Leandro vem dizer que isto é “outra história”?

Porquê? É à pala de quê?

Os intervenientes foram outros? Os responsáveis foram outros? Os figurões civis que, de repente, apareceram em cena foram chamados por quem? Quem é que lhes deu carta de alforria? Quem autorizou as forças partidárias a surgirem como cogumelos e anarquicamente? Quem deixou o caos apoderar-se da rua?

Outra história? Perdão, a história é a mesma e os factos sucederam-se e encaixaram-se uns nos outros como numa luva...

Outra história era antes de se ter transformado uma situação vitoriosa numa sucessão criminosa de eventos.

Quando se dá um passo grave, como é o de fazer um golpe de estado, tem que se pensar no dia seguinte. Senão é uma irresponsabilidade.

Infelizmente as coisas passaram-se basicamente do seguinte modo:

Cerca de duas centenas de capitães e poucos maiores, na sua maioria ingénuos e mal preparados, em termos de ciências sociais e sobre aquilo que se passava no mundo (quantos saberiam fazer uma redacção, de uma folha A4, a explicar o que era a Democracia? 20%, 30%? A avaliar pelo que se passou no último aniversário do 25/4, ainda há alguns que não sabem...), resolveram avançar (e não parece ter sido por julgarem que a guerra estava perdida – ou já sabiam o que agora vem plasmado no documento?) para derrubar não só o governo de então, mas o próprio regime, que vigorava.

Após uma tentativa falhada (o 16 de Março) deixaram-se infiltrar pelo PCP e outros de fama duvidosa e lá se coordenaram melhor para a noite de 24/4. Como o governo tinha desistido de resistir, as acções desencadeadas tornaram-se um quase passeio.

Vitoriosos, juntaram-se à pressa sete generais (os que não eram, graduaram-se nessa noite) – não ficava bem na fotografia ter capitães à frente do país – liderados por aquele que tinha deixado de acreditar na sua missão na Guiné ou em quem a ambição falou mais alto.

Sentindo-se cheio de si, embotou-se-lhe a inteligência e nada saiu certo.

Afinal Lisboa não era Bissau...

À sua ilharga colocaram um sabidão mas de carácter mais “dúctil”, que poucos dias antes tinham dado entrada no HMP, à Estrela, não fosse o diabo tecê-las. Acabaram, zangados, sem se falarem, e inimigos. Pudera...

Promovê-los a Marechal não resolveu o problema, nem apaga o passado.

Gomes da Costa também acabou Marechal, mas no exílio açoriano...

No próprio dia do golpe perderam o controlo da situação por uma razão simples: não instauraram o **estado de sítio**. A seguir suicidaram-se, começando a prenderem-se e a sanear-se uns aos outros, sem quaisquer regras. Isto rebentou com a cadeia hierárquica, logo com a disciplina e a coesão.

O Poder caiu na rua de onde foi dirigido pelo PCP (única força organizada que sabia o que andava a fazer), e demais forças de “esquerda” e toda a sorte de arruaceiros.

Entrou-se numa espiral de loucura e desagregação com os resultados já mencionados a nível militar e nas parcelas espalhadas pelo mundo.

Observadores estrangeiros mais atentos classificaram o país de “manicómio em auto gestão”. Não estiveram longe da verdade.

Quando o país conseguiu sair do manicómio, em 26 de Novembro de 75, estava completamente dilacerado e aturdido. Ainda hoje não se encontrou.

A Instituição Militar, aos poucos, foi descobrindo que, por uma razão ou por outra, tinha ficado de mal com todos e consigo própria. Ainda hoje está a sofrer as consequências disso e não recuperou disso.

Não é fácil fazer-se pior em qualquer parte do mundo.

Por isso a história não é outra, é simplesmente um contínuo.

Por isso a descolonização não é “outra história”, é apenas a consequência de um processo que quem o espoletou não soube, quis ou conseguiu controlar.

Considerar a “guerra” injusta – que não era; fazer crer que a actuação do governo e das FAs era ilegal e ilegítima – que não era; ou dar a luta como perdida no campo militar é, de facto, a única justificação que pode **tentar desculpabilizar intenções, minimizar erros, ou serenar consciências.**

É triste e é pena.

CD25A